Introdução à Economia

10.º ano

10

Ministério da Educação

ONLINE +OFFLINE +DOWNLOAD

Manual Digital na app EV Smart Book e em www.escolavirtual.cv

escola virtual
um serviço Porto Editora

Explora o manual digital do teu livro

Exercícios Interativos
Para resolução com *feedback* imediato.

Vídeos e interatividades
Explicam a matéria de forma motivadora.

Jogos
Exploram os conceitos curriculares de forma lúdica.

Áudios
Dão vida aos textos e ajudam a reforçar as competências linguísticas.

QuizEV
Desafiam-te a mostrares o que sabes. Podes, também, jogar com os teus amigos.

www.escolavirtual.cv

Introdução à Economia

10.º ano

Manual Revisto

O presente manual foi revisto e validado pelo Professor João Brito da Universidade de Cabo Verde.

Explora o teu manual digital

https://escolavirtual.cv

Acesso e condições de utilização em
www.escolavirtual.cv

Ministério da Educação

Podes também aceder ao teu livro através da **app EV Smart Book**

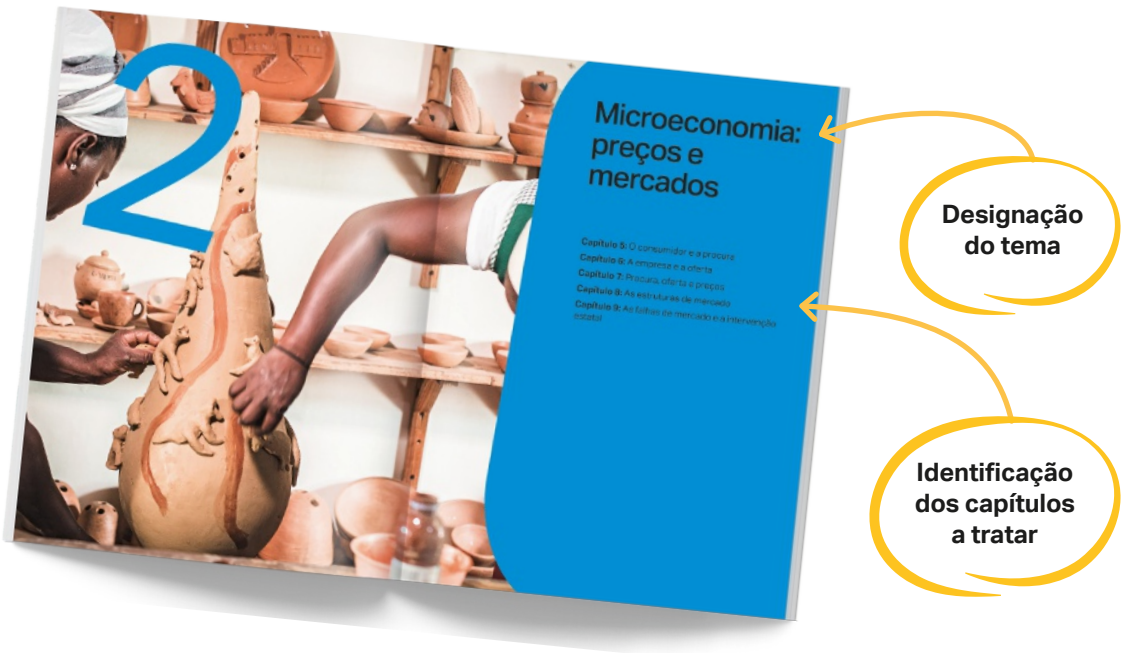
DISPONÍVEL NO Google Play

Descarregar na App Store

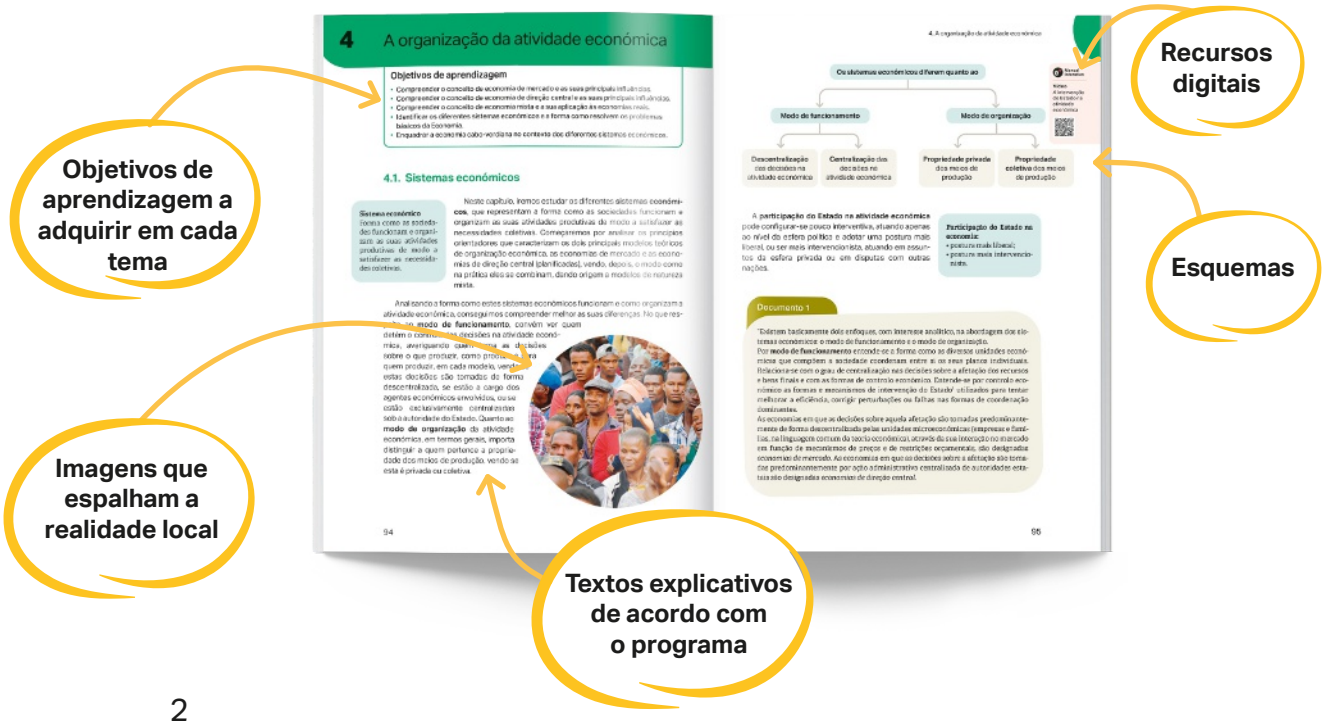
Conhece o teu manual

O manual está organizado para que possas aprender de forma autónoma e que consigas ter sucesso. Cada capítulo contribuirá para desenvolveres saberes, capacidades, atitudes e valores, que te permitirão atingir os objetivos da disciplina de **Introdução à Economia** do 10.º ano.

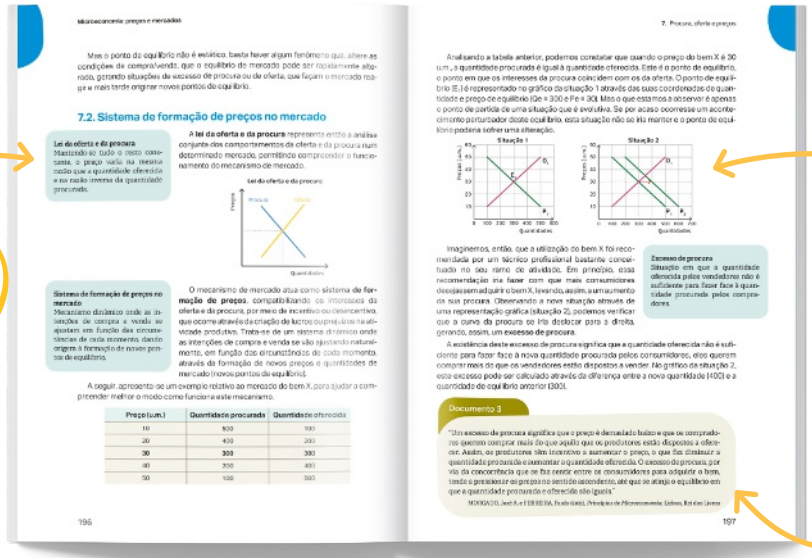
Cada unidade inicia com o separador…



Ao longo da unidade, podes encontrar …



Encontras também...

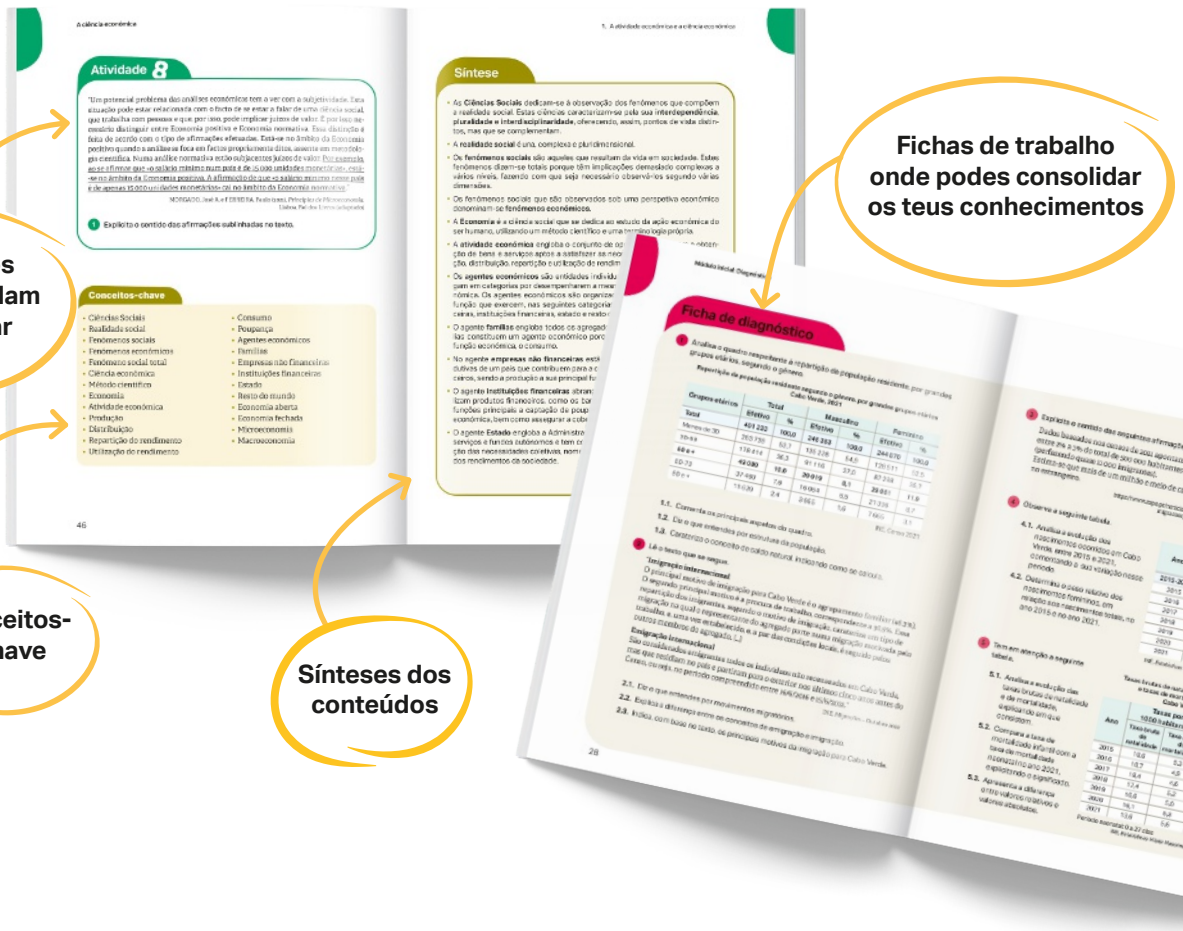


Definições de conceitos importantes

Gráficos

Documentos que apoiam a aprendizagem

Cada unidade encerra com...



Questões que te ajudam a estudar

Conceitos-chave

Sínteses dos conteúdos

Fichas de trabalho onde podes consolidar os teus conhecimentos

Índice

0 **Módulo inicial: Diagnóstico** 6

0. Atividades de diagnóstico e consolidação

0.1. Atividades de diagnóstico e consolidação 8

0.2. Consolidação de conhecimentos - conceitos a relembrar 11

1 **A ciência económica** 30

1. A atividade económica e a ciência económica 32

1.1. Dimensão económica da vida social 32

1.2. A Economia como ciência 36

1.3. A atividade económica e os agentes económicos 39

1.4. Microeconomia e macroeconomia 43

2. Instrumentos para melhorar a perceção da realidade económica 52

2.1. A História e a Economia 52

2.2. O papel dos modelos 55

2.3. Dados e estatísticas 60

3. Os problemas económicos básicos 74

3.1. A natureza dos problemas económicos: necessidades e escassez 74

3.2. O custo de oportunidade 80

3.3. Fronteira de Possibilidades de Pordução 83

4. A organização da atividade económica 94

4.1. Sistemas económicos 94

4.2. A economia cabo-verdiana no contexto dos sistemas económicos 108

Índice

2 Microeconomia: Preços e mercados 120

5. O consumidor e a procura 122

5.1. As famílias e o consumo 122

5.2. Evolução da estrutura de consumo em Cabo Verde 129

5.3. Comportamento do consumidor – a procura 132

5.4. Fatores determinantes da procura 137

5.5. Elasticidade da procura 142

6. A empresa e a oferta 160

6.1. As empresas e a produção 160

6.2. Combinação ótima dos fatores produtivos 171

6.3. Custos de produção, receitas e a maximização do lucro 175

6.4. A oferta – Lei da oferta 177

6.5. Fatores determinantes da oferta 181

6.6. Elasticidade da oferta 183

7. Procura, oferta e preços 194

7.1. Equilíbrio de mercado 194

7.2. Sistema de formação de preços no mercado 196

7.3. Equidade social e eficiência do mercado 201

7.4. Regulação económica e política de concorrência 203

8. As estruturas de mercado 211

8.1. Estruturas de mercado – diferentes aceções de mercado 211

8.2. Mercados de concorrência perfeita 213

8.3. Mercados de concorrência imperfeita 219

9. Falhas de mercado e intervenção estatal 234

9.1. Falhas de mercado e o papel do Estado 234

9.2. Intervenção estatal 244

O
Banco
de C
Cabo

Módulo inicial: Diagnóstico

Capítulo 0: Atividades de diagnóstico e consolidação

0 Atividades de diagnóstico e consolidação

Objetivos de aprendizagem

- Compreender o conceito de Economia e a sua abrangência.
- Reconhecer a importância do estudo desta ciência.
- Relembrar conceitos previamente lecionados em História e Geografia.
- Consolidar conhecimentos.

0.1. Atividades de diagnóstico e consolidação

0.1.1. Conceito de Economia e importância do seu estudo

O que entendes por Economia?

Muitas vezes, os alunos chegam ao ensino secundário com uma noção errada sobre o conceito de Economia, acerca do papel que esta ocupa na sociedade e os temas que abrange. Ao longo deste ano letivo, os alunos terão oportunidade de aumentar os seus conhecimentos, à medida que lhes vão sendo apresentadas respostas a estas e a muitas outras questões, através do estudo de alguns dos grandes temas da ciência económica.

A importância do estudo da Economia

A Economia tem vindo a assumir um papel cada vez mais importante na vida das sociedades. Nos dias de hoje, encontramos referências à Economia praticamente em todos os assuntos que dizem respeito ao ser humano. Desde a sua inserção no mercado de trabalho até à forma como se produzem os bens que permitem suprir as suas necessidades, há uma infinidade de problemas cuja resposta é dada através da ciência económica.

A globalização permitiu aumentar a proximidade entre os diferentes povos do Mundo, graças ao rápido desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), levando a Economia a assumir um papel de preponderância sem precedentes. A mundialização das trocas e a sociedade de consumo que caracteriza a maioria das sociedades atuais foram dois dos principais fatores que originaram uma forte intensificação do consumo mundial.

O consumo passou a integrar o quotidiano da maior parte dos indivíduos. Basta pensar que todos os dias praticamos atos de consumo, desde que acordamos até nos deitarmos, pois consumimos água, eletricidade, gás, bens alimentares, combustíveis, usamos peças de vestuário e recorremos constantemente a um vasto número de bens que nos facilitam a vida, concedendo conforto e comodidade.

O problema do rápido crescimento do ritmo de consumo das sociedades atuais é que os bens que encontramos na Natureza não existem em quantidade suficiente para suprir as infinitas necessidades dos seres humanos.

A Economia procura dar resposta ao problema da escassez dos bens, evidenciando a necessidade de se fazer escolhas e fomentando uma hierarquização das necessidades existentes. Como não é possível satisfazer todas as necessidades, as escolhas deverão fazer-se de modo a permitir satisfazer em primeiro lugar aquelas que são mais prementes, e que não podem ser sacrificadas, deixando, eventualmente, por satisfazer algumas necessidades consideradas menos importantes.

Mas, para haver consumo, é necessário haver bens e, para haver bens, é necessário produzi-los. A Economia também aborda o tema da produção de bens e da prestação de serviços, procurando dar resposta a grandes questões como:

- O que deve ser produzido? Que tipo de bens?
- Que quantidade deve ser produzida?
- Quem deverá produzir os bens?
- Em que local deverá ser produzido?
- A que preço deve ser vendido?
- Quais serão os mercados potencialmente compradores?

O contributo dos diversos agentes na atividade económica, na produção de bens e serviços, tem como compensação a atribuição de rendimentos pelo trabalho prestado e pelo capital cedido. Esses rendimentos tanto podem ser utilizados para o consumo como podem servir para constituir uma poupança ou, ainda, ser canalizados para investimento.

Por outro lado, a ciência económica constitui um excelente instrumento de apoio a políticas governamentais, na medida em que estuda as relações que existem entre os diversos agentes económicos e a forma como são distribuídos os rendimentos de uma sociedade. Esse estudo permite dar a conhecer as diferenças existentes na repartição dos rendimentos pela sociedade, auxiliando o Estado e os diversos agentes nas suas decisões, possibilitando tirar conclusões sobre as necessidades da população e identificar as situações de maior carência.

Podemos, então, concluir que o estudo da Economia, por um lado, nos ajuda a compreender o mundo em que vivemos e, por outro, nos auxilia na tomada de muitas das decisões do nosso dia a dia.

Documento 1

"**Economia**

A palavra "economia" deriva do grego *oikonomía*, que significa «aquele que administra o lar». A princípio esta origem pode parecer estranha, mas, na verdade, lares e economias têm muito em comum.

Uma família depara-se com muitas decisões. Deve decidir que tarefas cabem a cada membro e o que cada um desses membros recebe em troca. Quem prepara o jantar? Quem lava a roupa? Quem come mais uma porção de sobremesa? Quem escolhe o programa de TV que será assistido? Em resumo, a família deve alocar os seus recursos escassos entre os vários membros, levando em conta a capacidade, os esforços e os desejos de cada um.

Como uma família, a sociedade depara-se com muitas decisões. Uma sociedade deve decidir que tarefas serão executadas e quem as fará. Precisa de gente para produzir alimentos, para fabricar vestuário e para criar *softwares*. [...]

A administração dos recursos da sociedade é importante porque os recursos são escassos. Escassez significa que a sociedade tem recursos limitados e, portanto, não pode produzir todos os bens e serviços que as pessoas desejam ter. [...]

Economia é o estudo da forma pela qual a sociedade administra os seus recursos escassos. Na maior parte das sociedades os recursos não são alocados por um único planeador central, mas pelas ações combinadas de milhões de famílias e empresas. Os economistas, portanto, estudam como as pessoas tomam decisões: o quanto trabalham, o que compram, quanto poupam e como investem as suas poupanças. Os economistas também estudam como as pessoas interagem umas com as outras. Por exemplo, examinam como um grande número de compradores e vendedores de um bem determina em conjunto o preço pelo qual o bem será vendido e a quantidade que será vendida. Por fim, os economistas analisam forças e tendências que afetam a economia como um todo, incluindo o crescimento do rendimento médio e a taxa à qual os preços aumentam."

N. Gregory Mankiw (2001), *Introdução à Economia*, Rio de Janeiro, Elsevier

Atividade 1

1. Elabora uma lista com alguns exemplos de decisões económicas com que se pode deparar um indivíduo ao longo de um dia.
2. Pesquisa outras definições de Economia e formula a tua própria definição, explicando a importância do seu estudo.
3. Compara a tua definição com as dos teus colegas.

0.2. Consolidação de conhecimentos – conceitos a relembrar

Existem alguns conceitos demográficos que, embora já tenham sido estudados noutros anos, em disciplinas como História ou Geografia, os alunos devem rever e certificar-se de que os compreenderam bem antes de iniciarem o estudo da Economia. Assim, para relembrar, apresentamos alguns dos conceitos e fórmulas a que as ciências sociais recorrem com bastante frequência.

Começando pelos conceitos de **natalidade** e **mortalidade**, recordamos que estes termos dizem respeito, respetivamente, à contabilização do número de nascimentos e falecimentos ocorridos numa determinada região, durante um certo período de tempo. A **mortalidade infantil** é outro conceito que importa relembrar, na medida em que a sua análise permite tirar conclusões sobre a evolução da qualidade de vida das sociedades. Neste caso, observam-se os óbitos de crianças que nasceram com vida, mas que não conseguiram sobreviver durante mais de um ano.

Estes conceitos também se podem estudar através de **taxas**, ponderando-se, assim, o número de nascimentos ou falecimentos em função de um número total de indivíduos, como, por exemplo, a população total ou o número total de nascimentos numa determinada região. As taxas podem ser expressas em percentagem (%) ou permilagem (‰), conforme se pretende apresentar a informação contida nos dados por cada 100 ou por cada 1000 indivíduos.

Taxa (tx)
Indicador que traduz uma razão entre duas grandezas, sendo, geralmente, expresso através de uma percentagem ou de uma permilagem.

Natalidade – número total de nascimentos ocorridos num determinado local, durante um certo período de tempo.

Mortalidade – número total de óbitos registados num local, durante um determinado período.

Mortalidade infantil – número total de nados-vivos que faleceram com idade inferior a 1 ano, num determinado local, durante um certo período de tempo.

Taxa bruta de natalidade (‰) – número de nados-vivos ocorrido durante um período de tempo, num determinado local, por cada mil habitantes.

$$\textbf{Taxa bruta de natalidade} = \frac{\text{n.º nados-vivos}}{\text{população total}} \times 1000$$

Taxas brutas de natalidade (‰) segundo o concelho de residência da mãe Cabo Verde, 2015-2021							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
CABO VERDE	18,6	18,7	18,4	17,4	16,6	16,1	13,6
CONCELHOS							
Ribeira Grande	15,1	13,7	13,8	13,8	14,0	11,5	10,9
Paul	14,6	14,6	13,6	11,0	11,1	11,5	12,4
Porto Novo	17,0	16,8	14,6	11,8	13,6	13,1	11,9
São Vicente	14,7	14,5	15,1	14,6	14,3	13,9	12,2
Ribeira Brava	15,6	14,4	16,3	13,5	12,3	9,1	11,2
Tarrafal de São Nicolau	16,2	21,0	13,8	15,1	10,9	16,4	14,5
Sal	18,2	19,1	19,7	20,7	20,8	18,9	12,8
Boa Vista	19,9	17,5	19,6	21,0	17,9	16,4	11,5
Maio	13,8	14,8	14,1	14,1	10,3	10,9	12,1
Tarrafal	19,8	21,3	17,0	17,3	17,9	17,6	14,5
Santa Catarina	19,8	20,5	19,7	17,5	15,6	14,3	10,8
Santa Cruz	22,5	21,1	21,5	19,9	18,2	20,3	17,5
Praia	20,3	20,0	19,3	18,5	17,5	17,1	15,0
São Domingos	18,8	19,5	20,8	18,6	15,2	18,0	13,4
São Miguel	19,8	20,6	19,7	19,7	15,9	15,7	13,8
São Salvador do Mundo	17,7	18,7	18,1	14,8	14,1	12,4	7,7
São Lourenço dos Órgãos	15,0	18,9	18,1	15,0	15,1	13,5	9,4
Ribeira Grande de Santiago	17,0	17,1	17,8	13,8	13,5	13,9	8,3
Mosteiros	18,3	16,9	19,4	17,0	17,6	16,3	16,4
São Filipe	20,2	21,1	21,6	18,7	19,8	18,7	18,8
Santa Catarina do Fogo	18,4	21,1	22,7	21,9	25,3	25,2	15,6
Brava	25,6	28,7	26,9	21,9	24,0	15,9	17,2

INE, *Estatísticas Vitais: Nascimentos, óbitos e casamentos, 2021*

Taxa bruta de mortalidade (‰) – número de óbitos verificados durante um período de tempo, num determinado local, por cada mil habitantes.

$$\textbf{Taxa bruta de mortalidade} = \frac{\text{n.º óbitos}}{\text{população total}} \times 1000$$

Taxa de mortalidade infantil (‰) – número de óbitos de crianças, com idade inferior a 1 ano, registados durante um período de tempo, num determinado local, por cada mil nados-vivos.

$$\textbf{Taxa de mortalidade infantil} = \frac{\text{n.º óbitos de crianças com menos de 1 ano}}{\text{n.º nados-vivos}} \times 1000$$

Taxa de mortalidade infantil (‰) por sexo, Cabo Verde, 2015-2021							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Ambos os sexos							
Mortalidade infantil (< 1 ano)	**14,5**	**16,3**	**15,8**	**12,9**	**15,4**	**11,3**	**10,5**
Mortalidade neonatal precoce (0 a 6 dias)	7,6	8,5	8,5	6,2	6,9	5,2	5,2
Mortalidade neonatal tardia (7 a 27 dias)	1,8	2,5	2,5	2,2	3,3	2,2	2,0
Mortalidade pós-neonatal (28 a 364 dias)	5,1	5,3	4,7	4,6	5,2	3,9	3,3
Meninos							
Mortalidade infantil (< 1 ano)	**17,1**	**16,9**	**18,6**	**15,0**	**15,5**	**12,2**	**10,3**
Mortalidade neonatal precoce (0 a 6 dias)	9,4	9,2	10,1	7,4	6,9	5,3	5,5
Mortalidade neonatal tardia (7 a 27 dias)	1,8	2,6	3,3	2,4	2,8	2,4	1,9
Mortalidade pós-neonatal (28 a 364 dias)	5,9	5,1	5,2	5,2	5,8	4,5	2,8
Meninas							
Mortalidade infantil (< 1 ano)	**11,8**	**15,6**	**12,8**	**10,7**	**15,3**	**10,3**	**10,8**
Mortalidade neonatal precoce (0 a 6 dias)	5,8	7,7	6,8	4,9	6,9	5,1	4,8
Mortalidade neonatal tardia (7 a 27 dias)	1,7	2,5	1,7	1,9	3,9	2,0	2,2
Mortalidade pós-neonatal (28 a 364 dias)	4,2	5,4	4,3	3,9	4,5	3,2	3,8

Período neonatal: 0 a 27 dias

INE, *Estatísticas Vitais: Nascimentos, óbitos e casamentos, 2021*

O **saldo natural (fisiológico)** ou **crescimento natural** da população é outro conceito que importa rever, pois a sua análise permite-nos compreender a evolução natural e a dinâmica de crescimento de cada população. Este valor determina-se através da diferença entre o número total de pessoas nascidas e o número total de pessoas falecidas num determinado momento, numa dada região. O saldo ou crescimento natural é positivo, quando o número de nascimentos supera o número de óbitos, e é negativo na situação inversa, ou seja, quando o número de nascimentos é inferior ao número de óbitos.

Saldo natural

Nascimentos > Óbitos,
Saldo natural positivo

Nascimentos = Óbitos,
Saldo natural nulo

Nascimentos < Óbitos,
Saldo natural negativo

Crescimento natural da população (saldo natural) – representa o saldo entre os nascimentos e os óbitos de uma população, durante um certo período de tempo.

Saldo natural = n.º nascimentos – n.º óbitos

Taxa de crescimento natural[1] – diferença entre a taxa bruta de natalidade e a taxa bruta de mortalidade da população de uma região, durante um determinado período de tempo.

Taxa de crescimento natural = Tx. bruta de natalidade – Tx. bruta de mortalidade

Documento 2

"**Nascimentos**
Em 2021, foram registados 7632 nascimentos (nados-vivos), representando uma diminuição de 1312 nascimentos em relação a 2020. Em consequência, a taxa bruta de natalidade – TBN (nascimentos por cada mil habitantes – ‰) – apresenta uma diminuição de 16 para 14 nascimentos por cada 1000 habitantes.

Óbitos
Em 2021, registaram-se 3178 óbitos em Cabo Verde, representando um aumento de 219 óbitos, face a 2020.
Consequentemente, a taxa bruta de mortalidade – TBM (óbitos por cada 1000 habitantes – ‰) – segue a mesma tendência, passando de 5,3‰ em 2020 para 5,6‰, em 2021.
Do total dos óbitos registados, 1688 são do sexo masculino (53,1%) e 1490 do sexo feminino (46,9%).
Regista-se, ainda, que mais de metade dos óbitos são de pessoas com 65 anos de idade ou mais: 61,7%."

INE, *Estatísticas Vitais: Nascimentos, óbitos e casamentos, 2021* (adaptado)

Atividade 2

1. Sabendo que, num determinado ano, a população do país A era composta por 9 980 245 indivíduos e que nesse ano nasceram 105 322 crianças e morreram 95 755 pessoas, determina a taxa bruta de natalidade e a taxa bruta de mortalidade da população desse país.
2. Explica a diferença entre a taxa bruta de mortalidade e a taxa de mortalidade infantil.
3. Determina o saldo natural do país A, no período em análise, explicando o seu significado.

[1] **Nota:** a taxa de crescimento natural não inclui os efeitos da imigração e emigração.

Além dos conceitos anteriores, convém relembrar outros que se relacionam com a evolução da população residente em cada país. Referimo-nos, neste caso, aos **movimentos migratórios** que ocorrem entre os diferentes países ou regiões.

Observa-se, com frequência, a saída de indivíduos da sua região ou do seu país, por razões diversas, como, por exemplo, procura de emprego, obtenção de melhores condições de vida, casamento com um cidadão estrangeiro, entre outras. Nestes casos, as pessoas decidem mudar de residência, fixando-se noutros locais durante um determinado período de tempo ou até mesmo de modo definitivo. As migrações de indivíduos influenciam a contagem da população residente em cada região ou país, sendo, por isso, importante conhecê-las.

Manual Digital

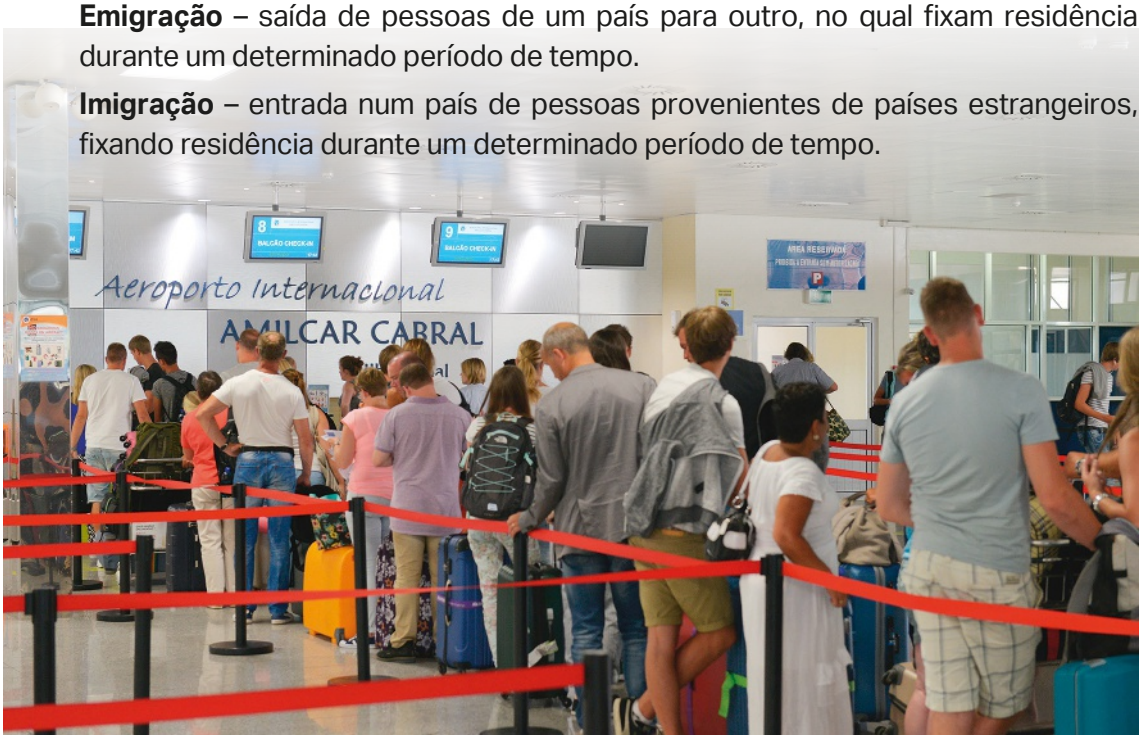
Jogo
Indicadores demográficos

As deslocações de pessoas ocorrem tanto entre diferentes regiões do mesmo país, as chamadas **migrações internas**, como entre países diferentes, as **migrações internacionais**. Os movimentos migratórios englobam fluxos nos dois sentidos (fluxos de entrada e fluxos de saída), sendo geralmente possível observar em cada região, ou país, quer a saída de indivíduos para outros destinos, quer a entrada de indivíduos provenientes de outros locais. Do ponto de vista de um país específico, denominam-se **emigrantes** as pessoas que saem desse país com destino ao exterior e designam-se **imigrantes** aqueles que entram no referido país, vindos do exterior.

Movimentos migratórios – deslocação de indivíduos dentro de um determinado país, mudando a residência de modo temporário ou permanente (migração interna), ou deslocação de indivíduos entre países distintos, fixando residência temporária ou permanente (migração internacional).

Emigração – saída de pessoas de um país para outro, no qual fixam residência durante um determinado período de tempo.

Imigração – entrada num país de pessoas provenientes de países estrangeiros, fixando residência durante um determinado período de tempo.



Documento 3

"Migração interna

[...] Do total dos 472 671 indivíduos que nasceram em Cabo Verde, 109 680 (23,2%) não residiam nos concelhos onde nasceram no momento do Censo. Quatro concelhos receberam 84 101 indivíduos, o que corresponde a 76,7% das entradas, nomeadamente, os concelhos da Praia (39%), S. Vicente (18,3%), Sal (14,1%) e Boavista (5,3%).

Entre os vinte e dois concelhos do país, apenas Praia (32 607), S. Vicente (9651), Sal (13 085) e Boavista (4477) apresentam saldos migratórios (entradas – saídas) positivos. Na Praia, os saldos migratórios mais importantes são os provenientes da migração inter-regional, isto é, são resultados de movimentos provenientes dos concelhos de Santa Cruz (3404), Santa Catarina (4329), S. Domingos (3576), S. Lourenço dos Órgãos (3177) e Tarrafal (1471). Entretanto, verificam-se também saldos significativos resultantes de movimentos provenientes de S. Filipe (4256) e S. Vicente (2556).

Todos os outros concelhos apresentam saldos negativos, com valores elevados nos concelhos de Ribeira Grande (-10 975), Paul (-5376), Porto Novo (-5396), Santa Catarina (-4727), Santa Cruz (-4677) e S. Filipe (-4765). [...]

Imigração internacional

A população residente em Cabo Verde nascida no estrangeiro corresponde a um total de 18 562 indivíduos, dos quais 11 604 são homens (62,5%) e 6958 são mulheres (37,5%). Esse grupo populacional corresponde a 3,8% da população total residente no país (491 233 indivíduos). A maior parte desses imigrantes reside na Praia (41,8%), Sal (15,1%), S. Vicente (13,2%), Boavista (8,2%) e Santa Catarina (5,0%).

Uma percentagem significativa dessa população nasceu na Guiné-Bissau (23,6%). Seguem-se S. Tomé e Príncipe (15,6%), Portugal (11%), Senegal (9,3%) e Angola (8,5%). Cerca de 4,3% nasceram na China, 3,5% em Itália e 3,2% nos Estados Unidos e Nigéria. Cerca de 34,7% chegaram a Cabo Verde pela primeira vez entre 2010 e 2019. Os que chegaram a Cabo Verde pela primeira vez entre 2000 e 2009 correspondem a 28,8%. [...]

Caraterísticas da população estrangeira

A população residente em Cabo Verde que possui apenas a nacionalidade estrangeira, representa um total de 10 875 indivíduos, sendo 7431 do sexo masculino (68,3%) e 3444 do sexo feminino (31,7%). Um pouco mais de um terço tem como país de nacionalidade a Guiné-Bissau (33,7%). Seguem-se o Senegal (11,3%), Portugal (10%), China (7,1%), S. Tomé e Príncipe, Nigéria, Estados Unidos (cerca de 4% para cada um dos países), Itália (3,1%), Brasil (2,7%) e Guiné-Conacri (2,6%). [...]

Emigração internacional

Estes emigrantes correspondem a um total de 17 961 indivíduos, sendo que 8514 são do sexo masculino (47,4%) e 9447 são do sexo feminino (52,6%). A maioria residia no concelho da Praia antes da partida para o exterior (32,2%). Cerca de 11% residiam em Santa Catarina, e quase 10,0% no concelho de S. Vicente. Seguem-se os que residiam em S. Miguel (5,1%), Tarrafal (4,7%), Sal (4,3%) e S. Filipe (3,7%)."

INE, *Migrações* – outubro 2022

Nota: os dados constantes neste documento dizem respeito ao ano de 2021.

Outro importante indicador da evolução da população de um país é o seu saldo migratório. O **saldo migratório** traduz a diferença entre os fluxos de entrada e de saída da população num determinado período de tempo. Este saldo assume valores positivos quando, no período em análise, o número de imigrantes ultrapassa o número de emigrantes, e apresenta valores negativos na situação inversa, isto é, quando o número de emigrantes é superior ao número de imigrantes.

Saldo migratório
Imigração > Emigração
Saldo migratório positivo
Imigração = Emigração
Saldo migratório nulo
Imigração < Emigração
Saldo migratório negativo

Saldo migratório[2] – representa a diferença entre o número de imigrantes e o número de emigrantes de um país num determinado momento.

Saldo migratório = n.º imigrantes – n.º emigrantes

Assim, também deve ser revisto o conceito de **crescimento efetivo da população**, igualmente intitulado como **acréscimo populacional**. O acréscimo populacional corresponde ao crescimento real total da população de um país, num determinado período. Para apurar este indicador, é necessário ter em consideração a evolução natural da população do país e o respetivo saldo das entradas e saídas de indivíduos, incluindo-se, assim, as flutuações naturais da população (saldo natural) e as flutuações migratórias (saldo migratório). Este conceito pode ser analisado quer em termos absolutos, indicando o número de indivíduos, quer através de uma taxa, geralmente expressa em permilagem.

Crescimento efetivo da população (acréscimo populacional) – traduz a variação da população total residente num país, registada entre dois momentos distintos.

Crescimento efetivo = saldo natural + saldo migratório

Taxa de crescimento efetivo (‰) – exprime a variação da população total residente num país, por cada mil indivíduos, verificada durante um determinado período.

$$\textbf{Taxa de crescimento efetivo} = \frac{\text{saldo natural + saldo migratório}}{\text{população total}} \times 1000$$

Atividade 3

1 **Tendo em atenção os dados da atividade 2 (p. 14), e sabendo que o saldo migratório daquele ano foi de 452 345 indivíduos, determina o crescimento efetivo da população do país A e explica o seu significado.**

[2] **Nota:** na prática, o saldo migratório também se pode determinar através da diferença entre o crescimento efetivo da população (acréscimo populacional) e o saldo natural registado nesse ano.

Atividade 4

Lê com atenção o seguinte texto.

"Cabo Verde é um país considerado, tradicional e historicamente, de emigração. Contudo, tem-se transformado, paulatinamente e sobretudo ao longo das últimas duas décadas, num país também de imigração, com a entrada de cidadãos provenientes de diferentes países e continentes.

Dados dos Censos mostram que o número de estrangeiros estabelecidos em Cabo Verde, em 2021, é de 10 875. Relativamente à população imigrante, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estatísticas, referentes ao Inquérito Multiobjectivo Contínuo de 2018, o número estimado passou de 11 000, em 2010, para 14 347 em 2018 – correspondente a cerca de 3% da população total.

Estes dados, para além de limitados, baseiam-se em dois conceitos com informações sociodemográficas diferenciadas: o "estrangeiro" (cidadão que não possui a nacionalidade cabo-verdiana) e o "imigrante" (cidadão que nasceu fora de Cabo Verde – a sua mãe residia no estrangeiro aquando do seu nascimento – e que aqui reside há 6 meses ou mais ou tem a intenção de permanecer por 6 meses ou mais).

Os dados revelam, ainda, que os imigrantes estabelecidos no país são oriundos predominantemente da Costa Ocidental Africana, designadamente da Guiné-Bissau, Senegal, Nigéria, totalizando 60% da origem dos fluxos migratórios com destino ao país.

A diversidade de perfis em termos de origem, língua, cultura, religião, nível de escolaridade, condições de vida e acesso aos serviços, entre outras dimensões, coloca desafios a Cabo Verde no que toca à gestão dos fluxos migratórios, à integração das comunidades que se estabelecem e residem no país, à produção de conhecimento sobre a temática e, necessariamente, à produção de dados estatísticos que reflitam a trajetória destas comunidades."

INE, *Relatório sobre População Estrangeira e Imigrante em Cabo Verde* – 2022

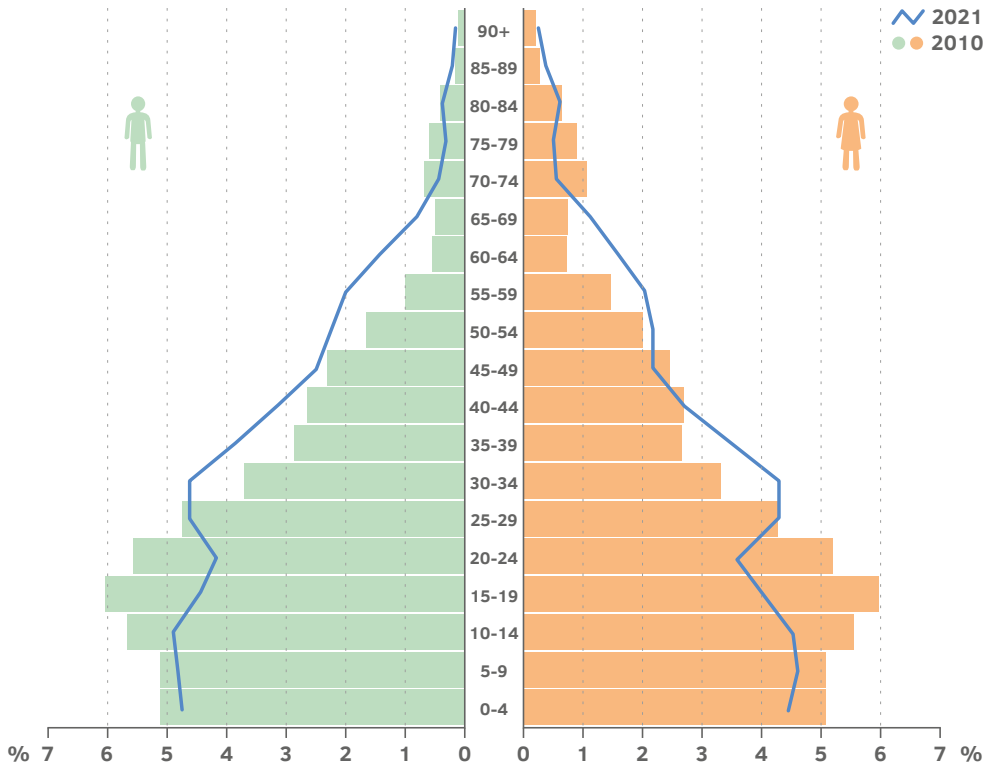
1. **Indica o tema do texto apresentado.**
2. **Tendo em atenção o texto, apresenta alguns dos principais desafios que se colocam a Cabo Verde relativamente à gestão dos fluxos migratórios.**

Convém ainda relembrar a importância do estudo da **estrutura da população**. A análise e compreensão da composição de uma sociedade permitem tirar conclusões sobre o seu grau de desenvolvimento. Para se compreender a estrutura de uma população, é necessário observar com atenção os indivíduos que a compõem, procurando obter o maior número de elementos descritivos, de modo a efetuar uma caracterização rigorosa da realidade nela encerrada. Assim, importa conhecer a forma como a população se decompõe quanto ao sexo, grupo etário, grau de instrução, local de residência, ocupação profissional, nível de rendimento e quanto a todos os outros indicadores que possam contribuir para uma completa caracterização da sociedade em questão.

Estrutura da população – forma como a população de uma determinada região é composta, podendo ser analisada segundo diversos aspetos, como, por exemplo, o sexo, a idade, a categoria profissional, entre muitos outros.

Pirâmide etária

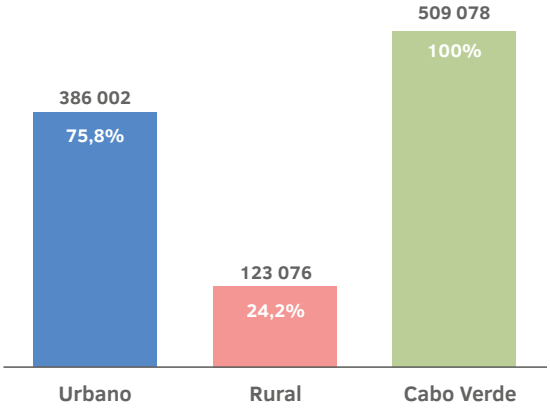
Cabo Verde – 2010 e 2021



INE, *Resultados preliminares – RGPH 2021*

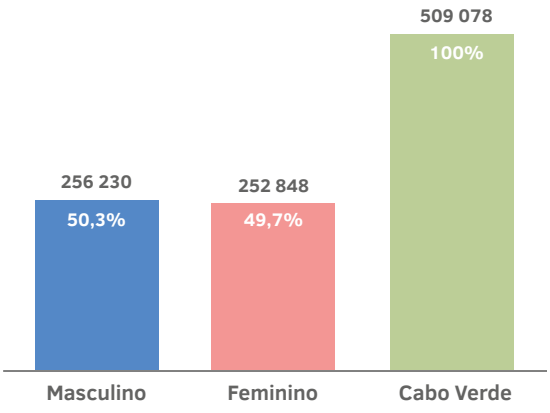
População por meio de residência – Cabo Verde 2023

N.º de indivíduos e %



População por sexo – Cabo Verde 2023

N.º de indivíduos e %



Fonte dos dados: INE, *Estatísticas das Condições de Vida dos Agregados Familiares, IMC 2023*, Julho 2024

Atividade 5

1 Observa os documentos sobre a evolução da população residente, tirando algumas conclusões sobre a estrutura da população cabo-verdiana nos períodos em análise.

População por concelho, segundo o sexo – 2023

	Total	Masculino		Feminino	
	N.º	N.º	%	N.º	%
CABO VERDE	**509 078**	**256 230**	**50,3**	**252 848**	**49,7**
Ribeira Grande	15 026	8 050	53,6	6 976	46,4
Paul	5 766	3 188	55,3	2 578	44,7
Porto Novo	16 269	8 568	52,7	7 701	47,3
São Vicente	78 435	39 948	50,7	38 487	49,1
Ribeira Brava	7 136	3 732	52,3	3 404	47,7
Tarrafal de São Nicolau	5 513	2 838	51,5	2 675	48,5
Sal	36 492	19 584	53,7	16 908	46,3
Boa Vista	14 069	7 602	54,0	6 467	46,0
Maio	6 438	3 241	50,3	3 197	49,7
Tarrafal	17 182	8 187	47,6	8 995	52,4
Santa Catarina	38 369	18 166	47,3	20 203	52,7
Santa Cruz	25 761	12 777	49,6	12 984	50,4
Praia	153 116	75 898	49,6	77 218	50,4
São Domingos	14 586	7 185	49,3	7 401	50,7
São Miguel	12 966	6 120	47,2	6 846	52,8
São Salvador do Mundo	7 536	3 699	49,1	3 873	50,9
São Lourenço dos Órgãos	6 369	3 162	49,6	3 207	50,4
Ribeira Grande de Santiago	7 921	3 916	49,4	4 005	50,6
Mosteiros	8 119	4 104	50,5	4 015	49,5
São Filipe	21 417	10 773	50,3	10 644	49,7
Santa Catarina do Fogo	4 812	2 470	51,3	2 342	48,7
Brava	5 780	3 022	52,3	2 758	47,7

INE, *Estatísticas das condições de vida dos agregados familiares*, IMC – 2023 e *Estimativas e Projeções Demográficas de Cabo Verde 2010-2040* – julho de 2024

População residente por tipo/área de formação profissional segundo o meio de residência, por tipo – Cabo Verde, 2021

Tipo/área de formação	Cabo Verde	Urbano	Rural
Total	**38 643**	**32 723**	**5 920**
Agrária	105	54	51
Administração e Gestão	5 306	4 620	686
Artes Plásticas e Artesanato, Música e Artes de Representação	12	9	3
Construção e Obra Civil	2	2	0
Comércio, Transportes e Logística	80	62	18
Confeção Têxtil e Pele	0	0	0
Desporto, Atividades Físicas e de Lazer	0	0	0
Gráficas, Imagens e Sons	0	0	0
Hotelaria, Restauração e Turismo	2 276	1 979	297
Indústrias Extrativas	0	0	0
Instalação e Manutenção	554	440	114
Imagem Pessoal	0	0	0
Indústria de Processo	0	0	0
Madeira e Mobília	0	0	0
Marítimo-pesqueira	406	361	45
Manutenção de Veículos	158	120	38
Meio Ambiente e Segurança	203	180	23
Metalomecânica	155	134	21
Produção, Transporte e Distribuição de Energia Elétrica	0	0	0
Saúde	0	0	0
Serviços Sociais, Culturais e Comunitários	1 153	935	218
Tecnologias de Informação e Comunicação	2 215	1 918	297
S/ Formação	25 077	21 039	4 038
Formação de formadores	941	870	71

INE, Censo 2021

Atividade 6

1 Analisa a seguinte tabela, comentando os principais aspetos da estimativa da evolução da população de Cabo Verde, por concelho, entre 2020 e 2026.

Estimativa da evolução da população por concelho, Cabo Verde, 2020-2026

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
CABO VERDE	**501 657**	**504 125**	**506 595**	**509 078**	**511 534**	**513 997**	**516 943**
CONCELHO							
Ribeira Grande	15 654	15 524	15 277	15 026	14 775	14 533	14 302
Paul	5 945	5 923	5 842	5 766	5 685	5 608	5 536
Porto Novo	16 755	16 474	16 371	16 269	16 165	16 058	15 962
São Vicente	77 936	77 837	78 137	78 435	78 717	78 987	79 322
Ribeira Brava	7 259	7 183	7 156	7 136	7 110	7 084	7 065
Tarrafal de São Nicolau	5 454	5 449	5 481	5 513	5 537	5 564	5 598
Sal	34 046	34 499	35 480	36 492	37 516	38 566	39 668
Boa Vista	12 995	13 134	13 597	14 069	14 555	15 057	15 592
Maio	6 628	6 499	6 465	6 438	6 411	6 377	6 353
Tarrafal	17 055	17 335	17 263	17 182	17 101	17 018	16 947
Santa Catarina	38 716	38 976	38 676	38 369	38 062	37 746	37 466
Santa Cruz	25 772	25 812	25 787	25 761	25 730	25 693	25 680
Praia	147 010	149 190	151 155	153 116	155 073	157 021	159 116
São Domingos	14 378	14 422	14 503	14 586	14 665	14 743	14 833
São Miguel	13 422	13 306	13 136	12 966	12 795	12 626	12 463
São Salvador do Mundo	7 795	7 680	7 609	7 536	7 466	7 393	7 324
São Lourenço dos Órgãos	6 555	6 495	6 431	6 369	6 302	6 237	6 180
Ribeira Grande de Santiago	7 974	7 958	7 942	7 921	7 903	7 885	7 867
Mosteiros	8 272	8 296	8 206	8 119	8 032	7 941	7 861
São Filipe	21 273	21 474	21 452	21 417	21 382	21 347	21 325
Santa Catarina do Fogo	4 889	4 864	4 841	4 812	4 782	4 751	4 727
Brava	5 874	5 795	5 788	5 780	5 770	5 762	5 756

INE, *Estimativas e Projeções Demográficas de Cabo Verde 2010-2040* – julho de 2024

Por outro lado, como iremos ver mais adiante, por vezes, podemos sentir necessidade de efetuar alguns cálculos adicionais de forma a apurar desvios, padrões de crescimento ou o peso relativo de certos dados. Para se calcular um **desvio**, ou **variação**, subtrai-se o valor do dado mais antigo ao dado mais recente.

Desvio (variação) = valor de uma ocorrência – valor da ocorrência anterior

Nas situações em que os dados evoluem ao longo do tempo, devemos ter em atenção o modo como se processa essa evolução, procurando identificar os respetivos ritmos de crescimento. Para isso, podemos determinar a taxa de crescimento de cada variável através de uma ponderação da variação ocorrida (desvio) relativamente ao valor do dado mais antigo. Habitualmente, a **taxa de variação** (ou crescimento) é expressa através de uma percentagem ou permilagem, bastando, assim, multiplicar o quociente por cem ou por mil.

$$\textbf{Taxa de variação (\%)} = \frac{\text{valor de uma ocorrência} - \text{valor da ocorrência anterior}}{\text{valor da ocorrência anterior}} \times 100$$

A importância da precisão dos conceitos é outro aspeto que é fundamental salientar. A Economia recorre com frequência a determinados conceitos, que, embora possam parecer semelhantes, apresentam diferenças, pelo que devemos ter atenção e identificar com exatidão o significado de cada um. Um exemplo comum ocorre quando se utilizam os termos percentagem e ponto percentual.

Enquanto uma **percentagem** é o quociente que representa uma porção de um todo, equivalente a cem, um **ponto percentual** (**p.p.**) é uma unidade que se utiliza para se expressar a diferença entre percentagens. Assim, quando, por exemplo, se regista uma variação de uma taxa de 5% para 8%, dizemos que houve um acréscimo de 3 p.p. (pontos percentuais) e que esse acrescento correspondeu a um aumento de 60% da taxa. Os 3 p.p. determinam-se subtraindo ao valor da taxa final o valor da taxa inicial (8% – 5%), e os 60% calculam-se através da aplicação da fórmula da taxa de variação, isto é:

Ponto percentual (p.p.)
Corresponde ao valor absoluto da diferença entre duas ou mais percentagens.

$$\textbf{Taxa de variação} = \frac{8\% - 5\%}{5\%} \times 100 = 60\%$$

Outra distinção importante é a que existe entre valores absolutos e valores relativos. Um registo efetua-se em **valores absolutos** quando os seus dados aparecem nas unidades de conta originais, como, por exemplo, a contabilização do número de indivíduos, valores em unidades monetárias, quantidade de bens produzidos, etc.

Valores absolutos
Contabilização de dados nas suas respetivas unidades de conta.

Valores relativos
Ponderação de dados, em termos comparativos, relativamente a um total.

Mas os dados também podem ser registados em **valores relativos**; isso acontece nas situações em que o seu valor é ponderado em relação a um todo, funcionando como um coeficiente que representa uma proporção do total. Assim, o **peso relativo** de uma certa variável é um cálculo importante, pois permite determinar a importância relativa de um dado específico em relação ao conjunto total de dados. No fundo, trata-se apenas da transformação de uma certa grandeza numa percentagem em função do total.

$$\textbf{Peso relativo de uma ocorrência (\%)} = \frac{\text{valor de uma ocorrência}}{\text{valor total das ocorrências}} \times 100$$

Período homólogo
Comparação relativa a um período idêntico (mesmo mês, trimestre, etc.) mas de um ano anterior.

Por último, apresentamos o conceito de **variação homóloga**, que é uma comparação entre dois ou mais valores registados no mesmo período (mês, trimestre, semestre ou outro) mas em anos diferentes, como, por exemplo, valores relativos a fevereiro de 2024 comparados com os valores de fevereiro de 2023. Assim, podemos comparar acontecimentos de acordo com a sua sazonalidade.

Atividade 7

1 Analisa atentamente o quadro seguinte, com a evolução da população de Cabo Verde, entre 2017 até 2023:

População de Cabo Verde: total e por sexo

N.º indivíduos

Ano	Masculino	Feminino	Total
2017	247 833	247 689	495 522
2018	249 199	248 359	497 558
2019	250 579	249 030	499 609
2020	251 964	249 693	501 657
2021	253 388	250 737	504 125
2022	254 803	251 792	506 595
2023	256 230	252 848	509 078

INE, *Estimativas e Projeções Demográficas de Cabo Verde 2010-2040* – julho de 2024

1.1. Determina a variação existente entre a população total de Cabo Verde, no ano 2017 e no ano 2023.

1.2. Calcula a taxa de variação da população feminina relativamente ao período de 2017 a 2023.

1.3. Determina o peso relativo da população masculina, em relação à população total, no ano 2023.

2 **Indica qual é o período homólogo, no ano anterior, ao terceiro trimestre do ano de 2023.**

Conceitos-chave

- Natalidade
- Mortalidade
- Mortalidade infantil
- Taxa bruta de natalidade
- Taxa bruta de mortalidade
- Taxa de mortalidade infantil
- Saldo natural
- Taxa de crescimento natural
- Percentagem
- Permilagem
- Movimentos migratórios
- Migrações internas
- Migrações internacionais
- Emigração
- Imigração
- Saldo migratório
- Crescimento efetivo da população
- Taxa de crescimento efetivo
- Estrutura da população
- Desvio (variação)
- Ponto percentual
- Valores absolutos
- Valores relativos
- Peso relativo de um dado
- Taxa de variação
- Variação homóloga

Síntese

- As **taxas** podem ser expressas em percentagem (%) ou permilagem (‰), conforme se referem a cada 100 ou a cada 1000 elementos.
- Designa-se por **natalidade** o total de nascimentos registados numa dada região, num certo período de tempo, e por **mortalidade** o total de óbitos verificados num local, em determinado período. **Mortalidade infantil** é o conceito pelo qual se contabiliza o total de crianças que nasceram vivas mas faleceram com menos de 1 ano. A cada um destes conceitos corresponde uma taxa, geralmente expressa em permilagem.
- O **saldo natural** ou **crescimento natural da população** representa a evolução natural e a dinâmica de crescimento de uma população, calculando-se através da diferença entre o número de nascimentos e o número de óbitos, num determinado momento, num certo local. Este saldo é positivo se o total de nascimentos é superior ao total de óbitos e é negativo na situação contrária. Também se pode determinar a **taxa de crescimento natural** subtraindo a taxa bruta de natalidade pela taxa bruta de mortalidade.
- Os **movimentos migratórios** correspondem à deslocação de indivíduos dentro de um determinado país – **migração interna**, ou entre países distintos – **migração internacional** – fixando aí nova residência, de forma temporária ou permanente. Os movimentos de saída de pessoas enquadram-se na **emigração** e os movimentos de entrada de pessoas constituem a **imigração**. A evolução da população de um país pode ser medida através do seu **saldo migratório**, que contabiliza a diferença entre os fluxos de entrada e de saída. Este saldo é positivo quando a imigração é superior à emigração e é negativo na situação inversa.
- O **crescimento efetivo de uma população** ou acréscimo populacional corresponde ao crescimento real total da população de um país, num determinado período, e calcula-se adicionando os seus respetivos saldos natural e migratório. Também pode ser calculada a **taxa de crescimento efetivo** do país através do quociente do crescimento efetivo pela população total, multiplicando-se por 1000, quando é expressa em permilagem.
- A **estrutura da população** corresponde à forma como se caracteriza uma população, devendo ser analisada segundo vários critérios, como, por exemplo, a distribuição por sexo, idade, categoria profissional, entre outros. A estrutura da população de um país constitui um importante indicador do seu nível de desenvolvimento.
- Um **desvio** (variação) calcula-se pela diferença entre o valor do dado mais recente e o valor do dado mais antigo. O **ponto percentual** (**p.p.**) é a unidade utilizada para indicar uma diferença entre percentagens.

- Um valor apresenta-se em termos **absolutos** quando aparece registado na unidade de conta original, e apresenta-se em termos **relativos** quando representa uma proporção de um total. O **peso relativo** de um dado traduz a parte do total a que corresponde esse dado, calculando-se, multiplicando por cem, o quociente entre o valor desse dado e o valor total.
- Uma **taxa de variação** representa a flutuação ocorrida entre dois dados, calculando-se em percentagem ou permilagem, multiplicando por cem ou por mil o quociente entre o desvio ocorrido e o valor do dado mais antigo.
- Uma **variação homóloga** é uma comparação, em anos diferentes, do mesmo período de tempo (mesmo mês, trimestre, etc.).

Ficha de diagnóstico

1 Analisa o quadro respeitante à repartição da população residente, por grandes grupos etários, segundo o sexo.

Repartição da população residente segundo o sexo, por grandes grupos etários
Cabo Verde, 2021

Grupos etários	Total		Masculino		Feminino	
	Efetivo	%	Efetivo	%	Efetivo	%
Total	**491 233**	**100,0**	**246 363**	**100,0**	**244 870**	**100,0**
Menos de 30	263 739	53,7	135 228	54,9	128 511	52,5
30-59	178 414	36,3	91 116	37,0	87 298	35,7
60 e +	**49 080**	**10,0**	**20 019**	**8,1**	**29 061**	**11,9**
60-79	37 460	7,6	16 064	6,5	21 396	8,7
80 e +	11 620	2,4	3 955	1,6	7 665	3,1

INE, Censo 2021

1.1. Comenta os principais aspetos do quadro.

1.2. Diz o que entendes por estrutura da população.

1.3. Carateriza o conceito de saldo natural, indicando como se calcula.

2 Lê o texto que se segue.

"**Imigração internacional**
O principal motivo de imigração para Cabo Verde é o agrupamento familiar (46,3%). O segundo principal motivo é a procura de trabalho, correspondente a 36,5%. Essa repartição dos imigrantes, segundo o motivo de imigração, carateriza um tipo de migração na qual o representante do agregado parte numa migração motivada pelo trabalho, e, uma vez estabelecido, e, a par das condições locais, é seguido pelos outros membros do agregado. [...]

Emigração internacional
São considerados emigrantes todos os indivíduos não recenseados em Cabo Verde, mas que residiam no país e partiram para o exterior nos últimos cinco anos antes do Censo, ou seja, no período compreendido entre 16/6/2016 e 15/6/2021."

INE, *Migrações* – Outubro 2022

2.1. Diz o que entendes por movimentos migratórios.

2.2. Explica a diferença entre os conceitos de emigração e imigração.

2.3. Indica, com base no texto, os principais motivos da imigração para Cabo Verde.

3 **Explicita o sentido das seguintes afirmações.**

Dados baseados nos censos de 2021 apontam para uma população imigrante situada entre 2% a 3% do total de 500 000 habitantes do arquipélago cabo-verdiano (perfazendo quase 11 000 imigrantes).
Estima-se que mais de um milhão e meio de cabo-verdianos e descendentes vivam no estrangeiro.

https://www.sapo.pt/noticias/atualidade/cabo-verde-lanca-observatorio-das-migracoes_663e6b6a4d4d9f0d168d6d23 [consult. 3 jun 2024]

4 **Observa a seguinte tabela.**

4.1. Analisa a evolução dos nascimentos ocorridos em Cabo Verde, entre 2015 e 2021, comentando a sua variação nesse período.

4.2. Determina o peso relativo dos nascimentos femininos, em relação aos nascimentos totais, no ano 2015 e no ano 2021.

Nados vivos registados por sexo
Cabo Verde, 2015-2021

Anos	Nascimentos ocorridos e registados por sexo (N.º)		
	Total	Masculino	Feminino
2015-2021	**64 801**	**32 884**	**31 917**
2015	9 757	4 916	4 841
2016	9 935	4 958	4 977
2017	9 899	5 062	4 837
2018	9 480	4 716	4 764
2019	9 154	4 751	4 403
2020	8 944	4 553	4 391
2021	7 632	3 928	3 704

INE, *Estatísticas Vitais: Nascimentos, óbitos e casamentos, 2021*

5 **Tem em atenção a seguinte tabela.**

5.1. Analisa a evolução das taxas brutas de natalidade e de mortalidade, explicando em que consistem.

5.2. Compara a taxa de mortalidade infantil com a taxa de mortalidade neonatal no ano 2021, explicitando o significado.

5.3. Apresenta a diferença entre valores relativos e valores absolutos.

Taxas brutas de natalidade e de mortalidade globais e taxas de mortalidade infantil e neonatal
Cabo Verde, 2015-2021

Ano	Taxas por 1000 habitantes		Taxas por 1000 nados-vivos	
	Taxa bruta de natalidade	Taxa bruta de mortalidade	Taxa de mortalidade infantil	Taxa de mortalidade neonatal
2015	18,6	5,3	14,5	9,4
2016	18,7	4,9	16,3	11,0
2017	18,4	4,6	15,8	11,0
2018	17,4	5,2	12,9	8,3
2019	16,6	5,0	15,4	10,2
2020	16,1	5,3	11,3	7,4
2021	13,6	5,6	10,5	7,2

Período neonatal: 0 a 27 dias

INE, *Estatísticas Vitais: Nascimentos, óbitos e casamentos, 2021*

1

A ciência económica

Capítulo 1: A atividade económica e a ciência económica

Capítulo 2: Instrumentos para melhorar a perceção da realidade económica

Capítulo 3: Os problemas económicos básicos

Capítulo 4: A organização da atividade económica

1 A atividade económica e a ciência económica

Objetivos de aprendizagem

- Compreender a dimensão económica da vida social.
- Identificar os fenómenos sociais.
- Definir a ciência económica.
- Identificar as operações que compõem a atividade económica.
- Identificar os agentes económicos e a sua função dentro do sistema económico.
- Diferenciar microeconomia de macroeconomia.
- Diferenciar Economia normativa de Economia positiva.

1.1. Dimensão económica da vida social

1.1.1. A Economia no contexto das Ciências Sociais

Ciências Sociais
Ciências que se dedicam ao estudo dos fenómenos relacionados com a vida dos indivíduos em sociedade. A Economia, o Direito, a Sociologia, a História ou a Geografia são exemplos de Ciências Sociais.

Ao viver em sociedade, o ser humano sente necessidade de se relacionar com outros indivíduos, com a Natureza e com diversas instituições. As ciências que estudam essas relações denominam-se **Ciências Sociais**, sendo a Economia, a Geografia, a História ou a Sociologia alguns exemplos. As Ciências Sociais dedicam-se ao estudo dos fenómenos sociais, procurando compreendê-los e encontrar respostas para os seus problemas. Estas ciências funcionam de modo interdependente, fornecendo contributos distintos, mas que se complementam.

Fenómenos como o desemprego, o consumo, a produção e tantos outros resultam da interação dos indivíduos na sua vivência em comunidade. Estes fenómenos têm grande impacto na vida das pessoas, pois podem afetar a sua qualidade de vida. Basta imaginar a situação de um indivíduo que fique inesperadamente desempregado, dependendo exclusivamente dos rendimentos do seu trabalho. Essa pessoa, enquanto não obtiver outra fonte de rendimento, terá dificuldade em suportar os seus encargos. Neste caso, o fenómeno do desemprego leva a uma diminuição da sua qualidade de vida, pois o indivíduo deixou de receber o rendimento que lhe permitia adquirir os bens de que precisava para satisfazer as suas necessidades.

Realidade social
Conjunto de fenómenos sociais que podem ser observados numa sociedade em cada momento. A realidade social é una, complexa e pluridimensional.

As Ciências Sociais estudam estes fenómenos, procurando compreender como vivem os indivíduos em sociedade. Elas analisam a **realidade social**, isto é, o conjunto de fenómenos sociais que podem ser observados numa sociedade em cada momento.

A realidade em que as atuais sociedades se encontram é extremamente **complexa**, sendo indispensável uma análise aprofundada sob vários ângulos distintos. A realidade social é **una**, não se decompõe em partes. Além disso, o facto de abarcar um grande número de dimensões de análise faz com que seja considerada **pluridimensional**, pelo que é fundamental proceder a uma análise detalhada das suas diferentes perspetivas/dimensões.

A realidade social e as Ciências Sociais

Cada ciência aborda a realidade social de modo diferente.

A Economia fornece uma dessas perspetivas, surgindo como a ciência que se dedica ao estudo dos fenómenos sociais na sua vertente económica.

O **objeto de estudo** das Ciências Sociais é o comportamento do ser humano em sociedade, representado através dos fenómenos sociais. Estas ciências fornecem olhares diferentes que se complementam, pois cada uma aborda a realidade social de forma distinta, estudando apenas alguns dos seus aspetos.

Manual Digital

Vídeo
A Economia como ciência e o seu objeto de estudo

Atividade 1

Lê, atentamente, o texto que se segue.

"Todo o ser humano, desde a sua nascença à sua morte, faz parte de uma realidade com a qual se habitua a conviver – a realidade social. Das pessoas com quem convivemos habitualmente ao tipo de alimentação que preferimos, do local onde habitamos aos meios de comunicação que usamos e às atividades de lazer que realizamos, do processo de procriação à expansão da esperança média de vida, etc., tudo faz parte da realidade social. Essa realidade, aparentemente simples para quem nela vive, é, porém, muito complexa e qualquer acontecimento, ou decisão, acaba por ter reflexos na vida das outras pessoas, mesmo daquelas que nem sequer conhecemos ou convivemos regularmente.

Consideremos os exemplos da exportação de produtos têxteis ou do turismo, ou mesmo o facto de não fazermos a seleção do lixo que produzimos ou o cuidado que temos no uso e abuso da água que consumimos e o tipo de alimentos com que satisfazemos as nossas necessidades. Qualquer desses acontecimentos tem implicações em vários domínios da sociedade.

Assim, a diminuição das exportações é claramente um problema económico, pois, se diminuírem as exportações, as empresas não conseguem vender as camisolas e toalhas e têm de diminuir a produção. Mas reduzindo a produção pode-se provocar desemprego ou diminuição dos salários dos trabalhadores. E o desemprego tem profundas implicações sociais, uma vez que muitas famílias ficam sem rendimentos e

Atividade 1 (cont.)

dificilmente poderão pagar os estudos dos filhos, a prestação da casa ou fazer face às despesas de saúde. Por outro lado, se as empresas diminuírem a sua produção, podem ter de encerrar e regiões inteiras podem vir a perder as suas indústrias, deixando de fixar as populações que emigram à procura de emprego, com as inevitáveis consequências demográficas e geográficas.

A forma como fazemos lixo e a forma como o tratamos também pode ter consequências sobre as outras atividades e sobre as pessoas em geral. O tratamento dos lixos, através da sua seleção e separação e do uso de processos de reciclagem, tem como consequência, entre outras, a redução do consumo de determinados produtos, como por exemplo o papel, e por consequência uma diminuição do abate das árvores necessárias à produção da pasta de papel, melhorando assim os equilíbrios ambientais e desse modo podendo melhorar a saúde das pessoas e aumentar a sua esperança média de vida. Quais os impactes da atividade da produção de papel a nível económico, social, cultural e ambiental?

Esta atividade, inevitavelmente, origina impactes a vários níveis: económicos, sociais, culturais e ambientais. Todos estes aspetos da realidade social (sociedade) só podem ser compreendidos se forem estudados por diversas ciências, conhecidas por ciências sociais.

Dá-se a designação de Ciências Sociais ao conjunto das ciências que analisam, investigam, interpretam e procuram explicar os fenómenos sociais, ou seja, os comportamentos humanos na sociedade e as instituições sociais."

http://pt.wikiversity.org [consult. 7 jun 2024]

1. **Apresenta uma noção de realidade social.**
2. **Comenta a afirmação sublinhada tendo em atenção as principais características da realidade social.**
3. **Identifica o objeto de estudo das Ciências Sociais.**

1.1.2. Fenómenos sociais e fenómenos económicos

Os **fenómenos sociais** são aqueles que resultam da vida em sociedade e que, pela sua complexidade, necessitam de ser analisados no seu contexto global. Nenhum fenómeno pode ser observado de forma isolada, pois faz parte de um todo que é preciso estudar a vários níveis. Os fenómenos sociais são, portanto, muito complexos e pluridimensionais, sendo por isso designados por "**fenómenos sociais totais**".

Fenómenos sociais
Acontecimentos resultantes da vida em sociedade.

Para facilitar a compreensão deste conceito, observemos o fenómeno do desporto profissional. Este tipo de desporto pode ser considerado como um fenómeno social total porque envolve as populações a vários níveis. Por um lado, é uma fonte de entretenimento para as pessoas que o acompanham e, por outro, permite o emprego de muitos desportistas, treinadores, dirigentes e auxiliares.

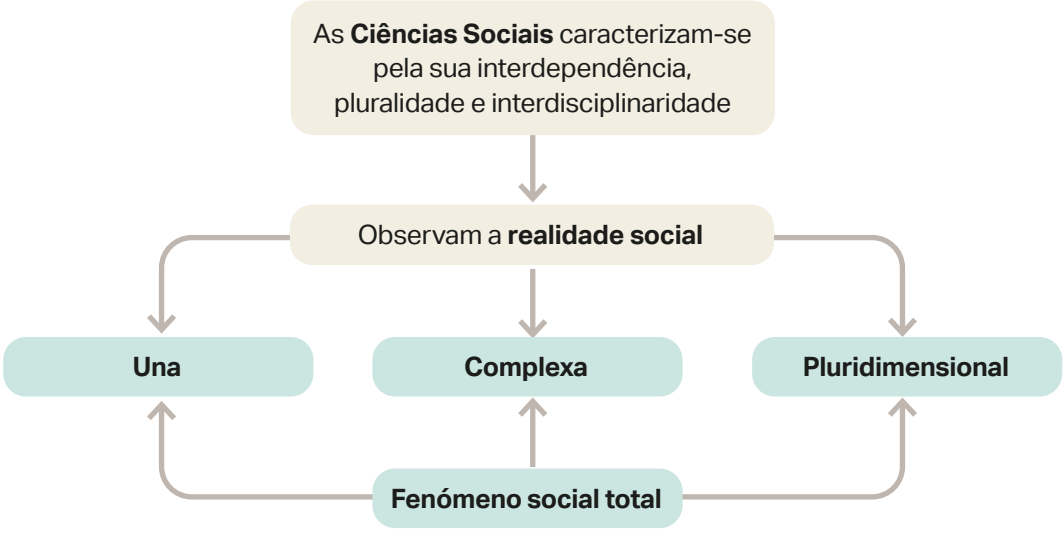
Fenómeno social total
Característica apresentada pelos fenómenos sociais, devido à sua complexidade e pluridimensionalidade, que faz com que seja necessário analisá-los em todas as suas vertentes.

Este fenómeno, geralmente, implica a realização de investimentos em infraestruturas que ajudam a desenvolver as regiões envolventes e beneficiam determinados setores económicos. As associações e clubes financiam-se através da comercialização dos bilhetes dos espetáculos desportivos, da publicidade feita pelas empresas em troca de patrocínios, de doações e, entre outras, das mais-valias que obtêm pelo intercâmbio de desportistas. O desporto de alta competição pode até promover uma região ou um país, dando-lhe alguma projeção internacional quando os seus desportistas apresentam bons resultados.

Os fenómenos sociais abordados numa perspetiva económica designam-se **fenómenos económicos**. Estes interessam particularmente à ciência económica, mas constituem apenas uma das vertentes do fenómeno social total. Apesar de serem observados por outras disciplinas, os fenómenos económicos dizem respeito, sobretudo, à Economia. Os principais fenómenos económicos são a produção, a distribuição, a repartição dos rendimentos, o consumo e a poupança.

Fenómenos económicos
Fenómenos sociais abordados numa perspetiva económica.

Em síntese:



Adaptado de *Sociologia em Ação* (2006), Porto Editora

Atividade 2

"A exclusão social pode ser designada por fenómeno social total porque se configura como um fenómeno multidimensional – um conjunto de fenómenos interligados que contribuem para a existência de indivíduos excluídos da sociedade. Assim, pode-se afirmar que, ao nível da exclusão, coexistem vários fenómenos sociais diferenciados, como, por exemplo, o desemprego, a pobreza, a marginalidade, a delinquência e outros."

A Pobreza e a Exclusão Social, http://ler.letras.up.pt [consult. 7 jun 2024]

1. **Comenta o excerto, explicando em que consiste o conceito de fenómeno social total.**
2. **Distingue fenómenos sociais de fenómenos económicos.**
3. **Apresenta dois exemplos de fenómenos sociais que conheças, indicando algumas das Ciências Sociais que os podem estudar.**

Atividade 3

1. **Explica por que razão se pode considerar um espetáculo musical um fenómeno social total.**

1.2. A Economia como ciência

A Economia está sempre presente na nossa vida. A toda a hora, os meios de comunicação social dão-nos conta do que se passa no nosso país e no resto do mundo. Relatam-nos acontecimentos sobre fenómenos económicos como o desemprego, os salários e condições de trabalho, a pobreza, a inflação, as taxas de juro, o crescimento da produção nacional e muitos outros. Por outro lado, também podemos observar a presença da Economia no nosso quotidiano. Ela vislumbra-se sempre que nos debruçamos sobre aquilo que consumimos. Uma ação simples como tomar um duche, comer o pequeno-almoço ou deslocar-se para a escola pode estar associada a um grande número de atos de consumo. Para praticar estes atos,

geralmente, é necessário consumir água, gás, eletricidade, sabonete, champô, pão, manteiga, cereais, utilizar transportes públicos ou viatura própria e respetivo combustível, etc.

Todas as Ciências Sociais concentram a sua atenção na análise do comportamento humano em sociedade. Mas a abordagem económica distingue-se das outras abordagens relativamente ao seu objeto de estudo. A Economia também observa a realidade social, mas o seu ponto de vista é diferente: ela dedica-se ao estudo da **ação económica do ser humano**, enquanto a Geografia se interessa, entre outros assuntos, pela organização espacial da população, ou a Sociologia se ocupa, por exemplo, do relacionamento social das comunidades.

O **objeto de estudo da Economia** é a ação económica do ser humano – a Economia estuda a perspetiva económica dos fenómenos sociais.

A **Economia** é a ciência social que se dedica ao estudo do comportamento económico do ser humano, utilizando um método científico e uma terminologia própria. A Economia analisa a forma como se utilizam os recursos escassos na satisfação das múltiplas necessidades da sociedade.

Documento 1

"**Economia**

A palavra economia vem do grego *oikonomia* (de *oikos*, a casa, e de *nómos*, a lei ou as regras) – economia designava regras de conduta de uma casa. Numa perspetiva mais ampla, tratava-se da ciência da vida doméstica privada, em paralelismo com a política, cujo objeto era a gestão da cidade.

A Economia define-se como uma forma particular de considerar os comportamentos humanos. Ela estuda a maneira como os agentes económicos (indivíduos, grupos, sociedades) utilizam os recursos escassos para a satisfação das suas (múltiplas) necessidades.

A Economia interessa-se, por um lado, pelas operações essenciais como a produção, a distribuição e o consumo dos bens e, por outro, pelas instituições e atividades que têm por objeto facilitar estas operações."

CAPUL, Jean-Yves e GARNIER, Olivier (1998), *Dicionário de Economia e de Ciências Sociais*, Plátano Editora

A Economia, sendo uma ciência social que estuda o comportamento económico do ser humano, não é uma ciência exata[1], como a Matemática, a Química ou a Física. Mas, isso não quer dizer que seja menos rigorosa. A Economia utiliza o **método científico** na sua observação, através do qual procede à formulação de hipóteses e respetiva experimentação, antes de chegar a conclusões. Ao investigar os fenómenos que compõem a realidade social, a Economia formula hipóteses explicativas que, nalguns casos, dão origem a teorias ou leis económicas.

Método científico

- Observação da realidade
- Formulação de hipóteses
- Experimentação das hipóteses
- Conclusões

[1] As ciências exatas são aquelas que têm uma natureza quantitativa permitindo realizar medições com precisão matemática, ao contrário das ciências sociais que analisam aspetos do comportamento humano que não podem ser quantificados com o mesmo grau de precisão.

Um dos aspetos que confere o estatuto de ciência a uma disciplina, para além do uso de um método científico, é a utilização de uma terminologia própria que a caracterize de forma única. Para além de utilizar o método científico, a Economia também emprega uma **terminologia própria**, sendo por isso considerada como ciência.

Documento 2

"O método científico adotado em economia, tal como nas restantes Ciências Sociais, envolve vários elementos:

- observação dos comportamentos no mundo real e retirada das consequências;
- formulação, a partir das observações realizadas, de associações plausíveis de causa e efeito (hipóteses);
- teste das associações, comparando os dados de eventos específicos com o resultado previsto pela hipótese formulada;
- validação, rejeição ou modificação da hipótese formulada, tendo por base as comparações realizadas;
- continuação do confronto da hipótese com a evidência empírica – quando os resultados favoráveis se acumulam, a hipótese evolui para uma teoria."

LOBO, Flora C. e ANDRADE, Carlos (2023), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Edições Sílabo

Atividade 4

"O que é a Economia? É o estudo da forma como as sociedades decidem a utilização de recursos escassos passíveis de usos alternativos, para produzir bens de índole variada e reparti-los entre os diferentes grupos.
Estuda-se a Economia por variadas razões: para compreender os problemas que afetam os cidadãos e as famílias; para ajudar os governos a promover o crescimento e a melhorar a qualidade de vida, ao mesmo tempo que evitam a depressão e a inflação, e para analisar os fascinantes padrões de comportamento social. Porque as questões económicas se colocam tanto na vida diária como a nível nacional, um conhecimento básico é imprescindível para a tomada de decisões acertadas, tanto pelos indivíduos como pelos países."

SAMUELSON, Paul A. e NORDHAUS, William D. (1990), *Economia*, Lisboa, McGraw-Hill

1. Explica, tendo em atenção o texto, em que consiste o objeto de estudo da Economia.
2. Apresenta os principais aspetos que caracterizam o método científico utilizado pelas Ciências Sociais.

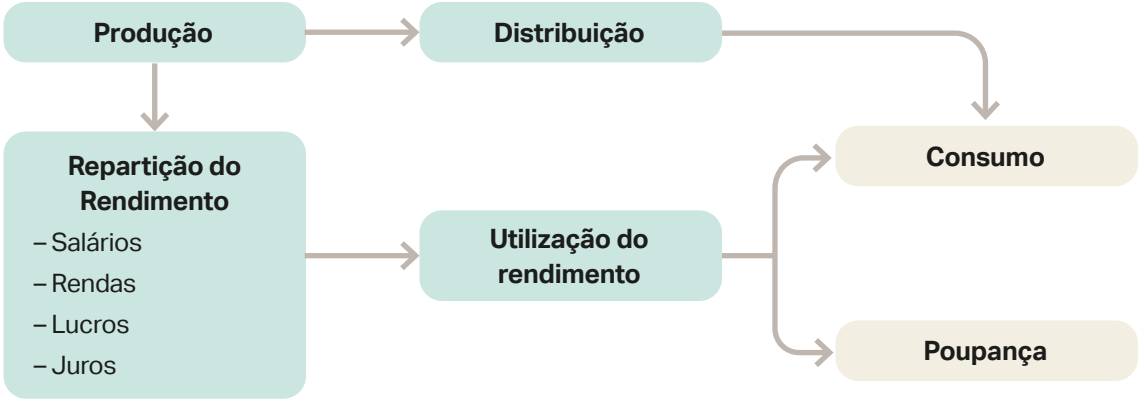
1.3. A atividade económica e os agentes económicos

1.3.1. Atividade económica

A **atividade económica** corresponde ao conjunto de operações levadas a cabo pelos agentes económicos, com o objetivo de criar bens e serviços capazes de satisfazer as necessidades do ser humano englobando a Produção, a Distribuição, a Repartição e a Utilização dos Rendimentos. Analisemos agora o modo como se encadeiam estas atividades.

Atividade económica
Conjunto de operações que visam a produção de bens e serviços capazes de satisfazer as nossas necessidades.

A atividade económica



A Natureza fornece-nos os recursos em bruto que depois são transformados em bens capazes de satisfazer necessidades. Mas os bens percorrem um longo caminho até ao momento em que são consumidos. Numa primeira fase, passam pela **produção**, que é a atividade onde são gerados através de processos de transformação, como é o caso das matérias-primas que, depois de transformadas, dão origem a produtos acabados prontos para serem comercializados.

A etapa seguinte é a **distribuição**, que engloba duas atividades, o **transporte** e o **comércio**. Os bens, por um lado, têm de ser armazenados e transportados desde o produtor até ao utilizador, que tanto pode ser o consumidor final como outro agente, que atue como intermediário. Por outro lado, o comércio permite que os bens sejam colocados à disposição dos consumidores de forma prática e conveniente.

A comercialização dos bens gera rendimentos que são distribuídos por todos os agentes participantes na atividade económica. Esta distribuição denomina-se **repartição dos rendimentos** e revela o contributo de cada um no processo produtivo.

Assim, cada interveniente obtém os rendimentos de acordo com a sua participação na atividade económica:

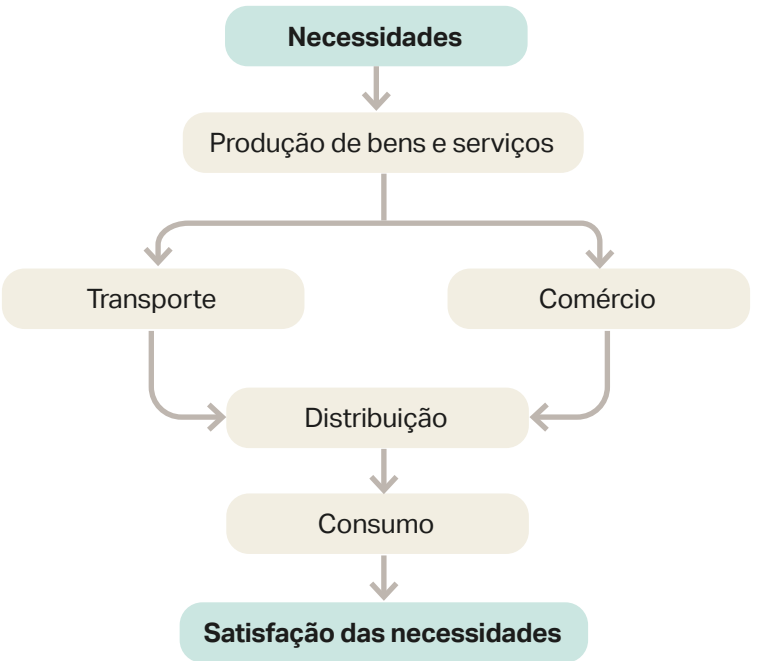
– os trabalhadores são remunerados através de **salários**;

– os empresários recebem **lucros**;

– os proprietários de imóveis cobram **rendas**;

– os detentores de capital auferem **juros**.

Finalmente, também importa compreender o que acontece aos rendimentos gerados nas atividades de produção e distribuição de bens, ou seja, saber como é feita a **utilização dos rendimentos**. Os rendimentos distribuídos pelos agentes que participaram na atividade económica podem ter dois destinos: o consumo ou a poupança, sendo, em geral, uma grande parte dos mesmos canalizada de novo para a produção.



O **consumo** consiste na utilização imediata de um rendimento na aquisição de bens e serviços de modo a permitir a satisfação das necessidades atuais. A **poupança** é a utilização do rendimento diferida no tempo, isto é, quando os detentores do capital renunciam à possibilidade de o utilizar no momento presente para poderem consumir no futuro.

Atividade 5

1 **Identifica as etapas que os bens têm de percorrer para estarem aptos a satisfazer as necessidades dos seres humanos.**

1.3.2. Os agentes económicos

Todos nós participamos de algum modo na atividade económica, quer seja porque consumimos, quer porque contribuímos para a produção ou porque estabelecemos relações de troca com outros países. Para uma melhor compreensão de todo o processo, os vários intervenientes são agregados em categorias diferentes de acordo com a principal

função que desempenham. No entanto, convém salientar que, embora cada indivíduo possa exercer mais do que uma função em simultâneo, ele só poderá pertencer a uma categoria: aquela que melhor representa a sua função principal.

Agentes económicos
Entidades individuais ou coletivas que se agregam numa categoria, por desempenharem a mesma função na atividade económica com autonomia de decisão.

Os **agentes económicos** são, assim, todas as entidades individuais ou coletivas que se agregam numa certa categoria, por desempenharem a mesma função na atividade económica com autonomia de decisão. Os agentes económicos classificam-se de acordo com a principal função que exercem, nas seguintes categorias:

- **Famílias**: categoria que dá especial atenção ao consumo, isto é, agrega os indivíduos enquanto representantes do consumo de um país. Embora neste agente também se incluam indivíduos que desempenham outras funções como, por exemplo, os trabalhadores que entregam a sua força de trabalho às empresas ou os empresários que aplicam a sua capacidade de empreendimento à produção de bens e serviços, a principal função que caracteriza as famílias é o consumo, pois uma grande parte dos seus rendimentos é utilizada para consumir.
- **Empresas não financeiras**: nesta categoria englobam-se todos os agentes económicos que se dedicam à produção de bens e serviços não financeiros, sendo frequentemente chamadas apenas como Empresas. Aqui incluem-se todas as unidades produtivas de um país que geram bens e serviços não financeiros, sendo a sua principal função a produção.
- **Instituições financeiras**: entidades, como os bancos ou as empresas seguradoras, cuja principal função é captar poupanças e financiar ou segurar a atividade produtiva através da comercialização de produtos financeiros.
- **Estado (Administração Pública)**: engloba a Administração Central (Ministérios, Secretarias de Estado, Direções-Gerais), a Administração Local (Autarquias) e os serviços e fundos autónomos, tendo como função principal promover a satisfação das necessidades coletivas. O Estado dedica-se à produção de bens e serviços que os particulares normalmente não estão dispostos a oferecer e que, por várias razões, têm de ser prestados por entidades isentas. São exemplo disso a educação, a saúde, a justiça, a defesa, entre outros. Por outro lado, para além de fornecer bens e serviços com vista à satisfação das necessidades coletivas, o Estado também intervém na economia através da redistribuição dos rendimentos. O Estado cobra impostos e outras contribuições a quem tem fontes de rendimento, para os entregar aos mais carenciados sob a forma de prestações sociais como, por exemplo, os subsídios de desemprego ou as pensões.
- **Resto do mundo**: abrange todos os agentes não residentes que efetuam transações com os agentes residentes de um país. Este agente reflete a abertura das economias nacionais à comunidade internacional, apresentando as relações económicas que se operam entre um país e o resto do mundo. Também pode ser denominado

Manual Digital

Atividade
Agentes económicos

Vídeo
Os agentes económicos e a atividade económica

Economia fechada
Economia que praticamente não estabelece relações de troca com agentes de outros países.

Economia aberta
Economia que estabelece relações económicas com agentes de outros países.

como Exterior. Aqui registam-se as transações realizadas entre os agentes nacionais e os agentes estrangeiros.

Atualmente, quase não se pode falar em **economias fechadas**, pois, nos dias de hoje, é praticamente impossível viver sem estabelecer relações de troca com outros povos. A maioria das nações estabelece relações económicas com outros países, vivendo, assim, em modelos de **economia aberta**.

Agentes económicos e as suas funções

Agente	Função principal
Famílias	Consumir bens e serviços.
Empresas não financeiras	Produzir bens e prestar serviços não financeiros.
Instituições financeiras	Prestar serviços financeiros.
Estado	Promover a satisfação das necessidades coletivas da população e operar a redistribuição do rendimento.
Resto do mundo	Efetuar transações com agentes residentes.

Atividade 6

1. Diz o que entendes por agente económico.
2. Explica em que consiste uma economia aberta.
3. Apresenta alguns exemplos de agentes económicos que existam na tua localidade.

1.4. Microeconomia e macroeconomia

Documento 3

"A Economia é uma ciência que estuda o comportamento individual e o comportamento coletivo, pela análise da interação entre agentes económicos."

MORGADO, José A. e FERREIRA, Paulo (2021), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Rei dos Livros

A Economia observa os fenómenos segundo duas lentes diferentes, podendo apresentar uma perspetiva macroeconómica ou microeconómica.

Macro – Grande
Micro – Pequeno

Enquanto a **macroeconomia** observa a realidade como um todo, a **microeconomia** estuda as partes que compõem esse todo. A macroeconomia e a microeconomia analisam a mesma realidade, mas sob ângulos diferentes. A macroeconomia debruça-se sobre o estudo dos grandes agregados das nações e a microeconomia dedica-se à observação do comportamento dos indivíduos e das organizações.

Macroeconomia
Ramo da Economia que estuda o comportamento agregado dos agentes económicos.

Microeconomia
Ramo da Economia que estuda o comportamento individual dos agentes económicos.

Estes dois ramos da Economia distinguem-se quanto ao foco de atenção. A macroeconomia foca-se em temas mais abrangentes e coletivos relacionados com a atividade económica, como o nível de emprego de um país, a produção nacional ou a dívida pública, e a microeconomia foca a sua análise nos agentes económicos, como as empresas ou as famílias, ocupando-se de temas como o comportamento dos consumidores e dos produtores de um determinado bem ou mercado.

Documento 4

"É comum fazer-se a distinção entre **microeconomia** e **macroeconomia**.
A primeira respeita ao estudo do comportamento dos agentes económicos, como as famílias e as empresas, e às relações de mercado que entre eles se estabelecem.
A macroeconomia debruça-se sobre a medição ou contabilização da realidade agregada; esta, na verdade, não é mais do que o resultado da conjugação das decisões individuais que a microeconomia estuda, mas algum cuidado é necessário quando se procura extrapolar as relações microeconómicas para uma escala de maior dimensão."

GOMES, Orlando (2012), *Macroeconomia: Noções Básicas*, https://repositorio.ipl.pt [consult. 16 abr 2024]

Documento 5

"**Micro e macro**
Na realidade, a Economia compreende dois assuntos. Em primeiro lugar, é a especialização técnica do estudo de como e por que razão as pessoas tomam determinadas decisões. Em segundo lugar, é o estudo mais abrangente de como os governos aumentam o crescimento, controlam a inflação, mantêm as suas finanças e asseguram que o desemprego não sobe para valores muito altos. A distinção entre microeconomia e macroeconomia é essencial para compreender a Economia. [...]
Qual a diferença? Com origem em *mikros*, que em grego antigo significa "pequeno", microeconomia é a palavra utilizada para o estudo de como as famílias e as empresas tomam as suas decisões e interagem com o mercado. Por exemplo, um especialista em micro pode focar-se em como um tipo particular de cultivo tem subido ou descido nos últimos anos.
A palavra macroeconomia vem do grego *makros* – "grande" – e é o estudo de como a Economia como um todo funciona. Um macroeconomista está mais interessado no porquê de a taxa de crescimento ser forte num país com uma inflação baixa, [...] ou nas causas do aumento da desigualdade."

CONWAY, Edmund (2011), *50 ideias de Economia que precisa mesmo de saber*, Alfragide, Publicações D. Quixote

Atividade 7

"Em contraposição com a microeconomia surge a macroeconomia, o ramo da Economia que estuda o comportamento das economias como um todo. Temas como a determinação do rendimento, a contabilização da atividade de um país ou a análise de agregados como o Produto Interno Bruto, desemprego ou inflação são problemas típicos estudados pela macroeconomia."

MORGADO, José A. e FERREIRA, Paulo (2021), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Rei dos Livros

1 **Comenta o texto, tendo em atenção a distinção entre microeconomia e macroeconomia.**

Além disso, também importa estarmos atentos à presença da subjetividade em Economia, observando quando estão a ser incluídos juízos de valor nas afirmações económicas – aquilo a que chama **normativismo económico** –, ou seja, quando se fazem declarações com base no que se considera ser "verdade", embora isso possa ser apenas uma opinião, baseada em considerações de tipo "certo" ou "errado".

Economia normativa
Análise que tem por base juízos de valor, qualificando fenómenos de modo subjetivo.

Ou se, por outro lado, estamos perante **positivismo económico**, efetuando afirmações com base na constatação de factos económicos verificáveis, que possam ser cientificamente comprovados. Aqui impera a objetividade dos factos, se efetivamente é possível comprovar, ou não, aquilo que está a ser declarado, não havendo margem para juízos de valor.

Economia positiva
Análise que tem por base a objetividade de factos que possam ser cientificamente comprovados.

Documento 6

"**A economia normativa e positiva**
A economia positiva é o estudo empírico do que está a acontecer no mundo. Ela examina, por exemplo, o porquê de alguns países estarem a ficar mais ricos, o porquê de determinadas famílias estarem a ficar mais pobres, e o que possivelmente lhes irá acontecer no futuro. Evita fazer qualquer tipo de juízos sobre se determinados fenómenos devem ocorrer, estando focada simplesmente no estudo científico do porquê do seu comportamento.
A economia normativa, por outro lado, dedica-se ao que está a acontecer no mundo e tenta esboçar como a economia pode ser melhorada. Nessa qualidade, envolve juízos de valor sobre fenómenos particulares."

CONWAY, Edmund (2011), *50 ideias de Economia que precisa mesmo de saber*, Alfragide, Publicações D. Quixote

Atividade 8

"Um potencial problema das análises económicas tem a ver com a subjetividade. Esta situação pode estar relacionada com o facto de se estar a falar de uma ciência social, que trabalha com pessoas e que, por isso, pode implicar juízos de valor. É por isso necessário distinguir entre Economia positiva e Economia normativa. Essa distinção é feita de acordo com o tipo de afirmações efetuadas. Está-se no âmbito da Economia positiva quando a análise se foca em factos propriamente ditos, assente em metodologia científica. Numa análise normativa estão subjacentes juízos de valor. Por exemplo, ao se afirmar que «o salário mínimo num país é de 15 000 unidades monetárias», está-se no âmbito da Economia positiva. A afirmação de que «o salário mínimo nesse país é de apenas 15 000 unidades monetárias» cai no âmbito da Economia normativa."

MORGADO, José A. e FERREIRA, Paulo (2021), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Rei dos Livros (adaptado)

1 **Explicita o sentido das afirmações sublinhadas no texto.**

Conceitos-chave

- Ciências Sociais
- Realidade social
- Fenómenos sociais
- Fenómenos económicos
- Fenómeno social total
- Ciência económica
- Método científico
- Economia
- Atividade económica
- Produção
- Distribuição
- Repartição do rendimento
- Utilização do rendimento
- Consumo
- Poupança
- Agentes económicos
- Famílias
- Empresas não financeiras
- Instituições financeiras
- Estado
- Resto do mundo
- Economia aberta
- Economia fechada
- Microeconomia
- Macroeconomia

Síntese

- As **Ciências Sociais** dedicam-se à observação dos fenómenos que compõem a realidade social. Estas ciências caracterizam-se pela sua **interdependência**, **pluralidade** e **interdisciplinaridade**, oferecendo, assim, pontos de vista distintos, mas que se complementam.
- A **realidade social** é una, complexa e pluridimensional.
- Os **fenómenos sociais** são aqueles que resultam da vida em sociedade. Estes fenómenos dizem-se totais porque têm implicações demasiado complexas a vários níveis, fazendo com que seja necessário observá-los segundo várias dimensões.
- Os fenómenos sociais que são observados sob uma perspetiva económica denominam-se **fenómenos económicos**.
- A **Economia** é a ciência social que se dedica ao estudo da ação económica do ser humano, utilizando um método científico e uma terminologia própria.
- A **atividade económica** engloba o conjunto de operações que visam a obtenção de bens e serviços aptos a satisfazer as necessidades humanas – produção, distribuição, repartição e utilização de rendimentos.
- Os **agentes económicos** são entidades individuais, ou coletivas, que se agregam em categorias por desempenharem a mesma ocupação na atividade económica. Os agentes económicos são organizados, de acordo com a principal função que exercem, nas seguintes categorias: famílias, empresas não financeiras, instituições financeiras, estado e resto do mundo.
- O agente **famílias** engloba todos os agregados familiares de um país. As famílias constituem um agente económico porque representam uma importante função económica, o consumo.
- No agente **empresas não financeiras** estão incluídas todas as unidades produtivas de um país que contribuem para a criação de bens e serviços não financeiros, sendo a produção a sua principal função.
- O agente **instituições financeiras** abrange todas as entidades que comercializam produtos financeiros, como os bancos ou as seguradoras, tendo como funções principais a captação de poupanças e o financiamento da atividade económica, bem como assegurar a cobertura de riscos.
- O agente **Estado** engloba a Administração Central, a Administração Local e os serviços e fundos autónomos e tem como principal função promover a satisfação das necessidades coletivas, nomeadamente, efetuando uma redistribuição dos rendimentos da sociedade.

Síntese (cont.)

- O agente **resto do mundo** representa as entidades não residentes num país, com as quais este estabelece relações de troca. Este agente reflete a abertura das economias nacionais à comunidade internacional, representando as relações económicas que se operam entre um país e o resto do mundo. Também pode ser denominado como Exterior.
- A **microeconomia** é o ramo da Economia que estuda os fenómenos respeitantes ao comportamento individual dos agentes económicos, enquanto a **macroeconomia** analisa os fenómenos relacionados com os grandes agregados económicos.
- Em Economia é importante prestar atenção à presença da subjetividade, observando quando são feitos juízos de valor nas afirmações ou se estas se baseiam em factos que possam ser cientificamente verificados, aquilo a que respetivamente se designa de **Economia normativa** e **Economia positiva**.

Ficha de trabalho 1

1 **Seleciona, em cada caso, a opção que consideras correta.**

1.1. O conjunto de fenómenos sociais que se podem observar numa sociedade, em cada momento, constitui

a) um fenómeno social total.

b) a realidade social analisada pela Economia.

c) um Estado.

d) uma nação.

1.2. Efetuar transações com agentes residentes constitui uma das principais funções

a) dos agentes de uma economia fechada.

b) da Administração Pública.

c) do resto do mundo.

d) das instituições financeiras.

1.3. As operações que compõem a atividade económica são

a) a produção, a distribuição, a repartição e a utilização dos rendimentos.

b) a procura e a oferta.

c) a produção de bens e a prestação de serviços.

d) o consumo, a distribuição e a publicidade.

2 **Explicita o papel da Economia na observação da realidade social.**

3 **Apresenta um exemplo de um fenómeno social total.**

4 **Indica alguns dos diferentes contributos que as Ciências Sociais podem dar ao estudo de um fenómeno como o consumo.**

5 **Imagina que foste contratado(a) para ajudar uma equipa desportiva a melhorar os seus resultados e que, quando começaste a estudar a equipa, reparaste que havia um determinado padrão de comportamento entre os desportistas que os levava a desmotivar em determinadas situações.**

Indica a ordem dos passos que deste até chegares a uma conclusão, sabendo que aplicaste o método científico na tua observação.

Passo A: Construção de uma teoria.
Passo B: Investigação.
Passo C: Experimentação das hipóteses.
Passo D: Formulação de hipóteses.
Passo E: Validação ou não.

Ficha de trabalho 1 (cont.)

6 Lê com atenção o seguinte texto.

"A análise da atividade económica centra-se na compreensão do comportamento dos agentes económicos e nas atividades que desenvolvem, de modo a ter uma visão de conjunto de toda a economia, nomeadamente, sobre o seu funcionamento e o efeito das medidas de política económica.

Esta visão global pode ser dada pelo circuito económico, que não é mais do que um esquema representativo das relações económicas, entre agentes económicos. O circuito económico, ao exprimir a atividade económica, permite determinar os montantes da produção e o consumo, assim como saber como se faz a distribuição do rendimento pelos diversos agentes económicos. Essas relações entre os agentes económicos designam-se por fluxos reais e fluxos monetários."

NABAIS, Carlos e FERREIRA, Ricardo V. (2012), *Macroeconomia: lições e exercícios*, Lisboa, Lidel

6.1. Comenta o primeiro parágrafo do texto, apresentando uma noção de atividade económica.

6.2. Explica o que entendes por agente económico, identificando os diversos agentes económicos estudados e as suas principais funções.

7 Lê com atenção o seguinte texto.

"**A Economia como ciência**

A atividade económica é complexa e interdependente, sendo que a Economia tem um papel importante para compreender e para tomar medidas a fim de dinamizar e atingir o objetivo último de qualquer sociedade: o alcance do bem-estar. A Economia utiliza uma abordagem científica para compreender e decidir na atividade económica. Discute-se se a Economia é uma "verdadeira" ciência, tal como a Física ou a Astronomia. Recordemos que, tal como todas as ciências, que se caracterizam pelo método científico, também a Economia é conhecida por seguir um método, de igual modo dividido em cinco etapas:

- observação dos acontecimentos económicos (o impacte do *subprime*[1] na crise financeira internacional, por exemplo) e a elaboração de estatísticas e de registos históricos;
- formulação de hipóteses (e previsões subsequentes);
- experimentação e verificação das hipóteses (e das previsões);
- formulação da teoria;
- divulgação dos resultados e sua validação pela comunidade científica."

NABAIS, Carlos e FERREIRA, Ricardo V. (2012), *Macroeconomia: lições e exercícios*, Lisboa, Lidel

[1] Crise do *subprime* – crise financeira com elevadas consequências a nível internacional, originada nos Estados Unidos, entre 2007 e 2008, com a queda do índice *Dow Jones* devido à elevada concessão de empréstimos hipotecários de alto risco e a falência de um dos maiores bancos de investimento do mundo – o *Lehman Brothers*.

7.1. Explicita o sentido da afirmação sublinhada, tendo em atenção o facto de que a Economia, apesar de não ser uma ciência exata, não deixa por isso de ser rigorosa.

7.2. Diz o que entendes por Economia positiva e Economia normativa.

8 **"Se, por um lado, a Microeconomia estuda o processo de escolha individual, a Macroeconomia analisa a economia, como um todo agregado."**

MORGADO, José A. e FERREIRA, Paulo (2021), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Rei dos Livros

8.1. Comenta a afirmação anterior, tendo em atenção a distinção entre microeconomia e macroeconomia.

2 Instrumentos para melhorar a perceção da realidade económica

Objetivos de aprendizagem

- Descrever o papel da História no estudo da Economia.
- Compreender a noção de ciclo económico.
- Reconhecer a importância do uso de modelos económicos na análise e compreensão da realidade social.
- Compreender a relevância da Estatística e da análise de dados estatísticos em Economia.
- Interpretar corretamente dados contidos em quadros estatísticos e gráficos.

2.1. A História e a Economia

Iremos agora focar a nossa atenção em instrumentos essenciais que nos ajudam a melhorar a nossa perceção da realidade económica, a começar pelo contributo imprescindível da **História**.

A História é uma ciência social que ocupa um papel de destaque na observação da realidade social, sendo um importante instrumento de apoio à Economia, na medida em que oferece um registo dos acontecimentos ao longo do tempo. A História fornece relatos do passado sobre fenómenos sociais que dizem respeito à Economia, sendo uma ciência que a complementa e **contribui para que haja uma melhor compreensão da realidade social do ponto de vista económico**.

Observando a evolução dos acontecimentos históricos mais marcantes da civilização humana, podemos constatar a evolução da realidade económica de cada época. Basta pensar, por exemplo, no impacte que as descobertas do fogo, da roda ou da agricultura tiveram sobre a realidade económica dos indivíduos que viveram em cada um desses momentos.

Documento 1

"As alterações tecnológicas são o "fator X" do crescimento económico. A economia não avançaria sem novas formas de fazer as coisas e de organizar a produção. Houve muitos avanços tecnológicos ao longo da história humana antes de 1500, desde o controlo do fogo, até à roda e ao arado de ferro, à bússola e mesmo aos óculos. O que não conheceu precedentes no que toca à era moderna foi mesmo a enorme quantidade de inovações e a rapidez com que se propagaram."

COGGAN, Philip (2020), *A Grande História da Economia*, Lisboa, Clube do Autor

A História dá-nos conta de fenómenos como a evolução do crescimento económico e populacional, e os seus respetivos ciclos de expansão e recessão, permitindo à Economia tirar ilações com base na observação sistemática da realidade, assim como formular

teorias e chegar a conclusões, que possibilitam a implementação de medidas adequadas à resolução dos problemas com que se debate.

Documento 2

"No primeiro milénio da era comum, a população mundial cresceu apenas um sexto, face ao total, e o rendimento *per capita* decresceu. No segundo milénio, a população aumentou quase 24 vezes, o rendimento *per capita* 14 vezes e o PIB 338 vezes. Uma forma de traçar o progresso humano é através das fontes de iluminação. À medida que os seres humanos foram mudando das labaredas da fogueira para a gordura animal, o óleo de sésamo, velas, óleo de baleia, querosene e, eventualmente, lâmpadas elétricas, as fontes de iluminação tornaram-se 143 000 vezes mais eficazes, do ponto de vista energético. Posta a questão de outro modo, o custo de uma dada quantidade de luz rondava um valor 12 000 vezes mais elevado no século XIV do que hoje."

COGGAN, Philip (2020), *A Grande História da Economia*, Lisboa, Clube do Autor

De um modo geral, é possível encontrar uma correlação entre crescimento económico e crescimento populacional, correspondendo, frequentemente, o aumento da população a um aumento da produção. E esses fenómenos têm tendência a flutuar ao longo do tempo. A História ajuda-nos a compreender a evolução dos fenómenos estudados em Economia, permitindo-nos **efetuar comparações entre diferentes épocas e/ou regiões e observar flutuações**.

Analisando a produção, o rendimento e o emprego de cada país durante um determinado número de anos, é possível constatar que, por norma, os resultados da atividade económica não apresentam sempre os mesmos padrões de crescimento. O ritmo de crescimento das economias geralmente vai-se alterando, apresentando flutuações cíclicas que podem ser observadas ao longo do tempo – ciclos económicos.

Ciclos económicos
Flutuações do produto, rendimento e emprego, de natureza ascendente e descendente, que têm impacte sobre a atividade económica.

Os **ciclos económicos** são flutuações recorrentes do produto, rendimento e emprego de um país, que se traduzem em variações ascendentes ou descendentes desses mesmos agregados. Cada ciclo económico é composto por uma fase ascendente (**expansão**) e por uma fase descendente (**recessão**). Uma recessão geralmente é uma fase em que se verifica uma diminuição dos níveis de investimento, de produção, de consumo e de emprego. Em épocas de expansão, é frequente verificar-se o contrário, havendo uma maior propensão para o aumento dos níveis de investimento, de produção, de consumo e de emprego. Quando ocorre uma recessão grave e prolongada, dizemos que estamos perante uma **depressão**.

Ciclos económicos

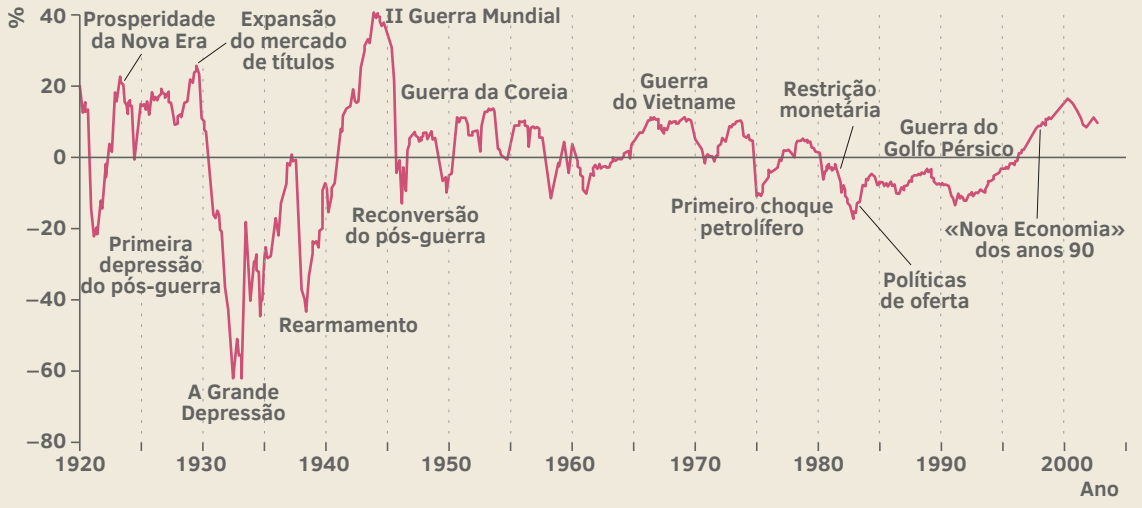
O período de flutuação cíclica corresponde ao intervalo de tempo que decorre entre dois pontos mínimos (baixas ou fundos) ou dois pontos máximos (picos) consecutivos, sendo este período variável. Existem diversas teorias quanto ao período de duração de cada ciclo. Há quem considere ciclos com duração mais curta, de 2 a 4 anos, e ciclos com duração mais longa, podendo estes chegar até 40 a 60 anos.

Documento 3

"**Ciclos económicos**

São desvios cíclicos ocorridos no decurso da atividade económica e correspondem a oscilações do produto, do rendimento e do emprego, e são caracterizados pela expansão ou pela contração generalizada na maioria dos setores económicos. As oscilações retratam movimentos ascendentes e descendentes do produto, das taxas de juro, das taxas de desemprego e dos preços. Um ciclo económico é constituído por fases entre as quais destacamos: recessão, depressão, expansão e prosperidade. Os pontos de viragem dos ciclos são designados por picos (pontos de viragem de uma expansão para uma recessão) e por fundos (pontos de viragem de uma recessão para uma expansão). [...]

Desvio do produto relativamente à tendência de longo prazo

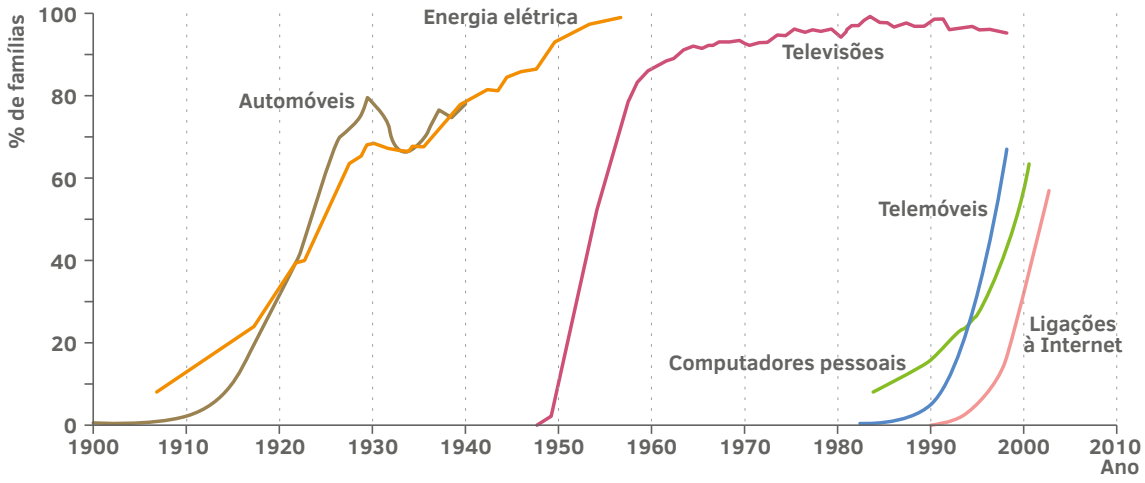


OCDE

Podemos sistematizar os comportamentos cíclicos desenvolvidos na teoria dos ciclos por Schumpeter (1939) e que originaram a classificação dos ciclos económicos segundo a sua duração. Temos os ciclos de *Kondratieff* com uma duração de 40 a 60 anos, os ciclos de *Juglar* com uma duração de 7 a 11 anos e os de *Kitchin* com uma duração de 2 a 4 anos."

SOARES, José C. (2008), *Dicionário de Economia*, Lisboa, Plátano Editora

Difusão das principais tecnologias



ISEL, Lisboa

Atividade 1

1. Explica o contributo que a História dá à Economia.
2. Diz o que entendes por ciclo económico.
3. Comenta o gráfico sobre a difusão das principais tecnologias, atendendo ao conceito de período de flutuação cíclica.

2.2. O papel dos modelos

Documento 4

"**A economia pode ser medida**

Hoje nem ligamos ao facto de que a economia pode ser medida e as suas expansões e contrações podem ser quantificadas com precisão. Mas nem sempre foi assim. A ideia de medir a economia remonta aos anos de 1670 e à obra pioneira do cientista inglês William Petty. A sua descoberta foi aplicar os novos métodos empíricos das ciências às questões financeiras e políticas – usar dados reais, sem depender do raciocínio lógico. Resolveu expressar-se apenas "em números, peso ou medida". Esta abordagem ajudou a formar a base da disciplina que se tornaria conhecida como Economia."

Vários autores, (2019), *O Livro da Economia*, Lisboa, Marcador Editora

As ciências matemáticas também dão um forte contributo à Economia, facultando instrumentos que facilitam a análise e investigação económica, como, por exemplo, os modelos matemáticos. Estes modelos, quando aplicados à Economia, permitem simplificar e compreender melhor a grande complexidade de interações existentes entre os agentes económicos.

Os **modelos económicos** são representações simplificadas da realidade que servem para observar os fenómenos sociais e tirar conclusões sobre os aspetos que dizem respeito à Economia. Os modelos podem ser representados por meio de diagramas, gráficos e outras formas de modelação matemática. Eles abordam os fenómenos mais relevantes que a Economia pretende investigar, deixando de lado aspetos que possam eventualmente ser considerados de menor importância e cuja análise apenas dificultaria a verificação das hipóteses testadas, inviabilizando possíveis conclusões.

Modelos económicos
Formas simplificadas de representação da realidade que permitem observar e tirar conclusões sobre certos fenómenos de natureza económica.

Documento 5

"**Os modelos**

Um conceito muito utilizado em economia, e noutras ciências, é o de modelo, que podemos definir como uma representação simplificada da realidade usado para compreender e predizer a relação causal entre variáveis ou categorias. O propósito de um modelo é construir uma abstração das complexidades do mundo real e tornar os acontecimentos compreensíveis, captando as relações substanciais de causa-efeito entre as categorias ou variáveis.

O modelo descreve o funcionamento de um sistema económico por meio de um conjunto de equações simultâneas que exprimem as relações que existem entre as grandezas económicas mensuráveis, julgadas significativas para o funcionamento do sistema. [...]

Para chegarmos a um modelo temos que fazer generalizações e abstrações. As teorias são abstrações. Não descrevem a realidade em toda a sua complexidade e essência. Tentam captar as relações essenciais entre os fenómenos, as relações constantes, uniformes, que se verificam todas as vezes que certas condições ou pressupostos estão reunidos. Daí que se possa dizer que as leis económicas são condicionais, ou seja, dependem dos pressupostos e axiomas de onde se parte."

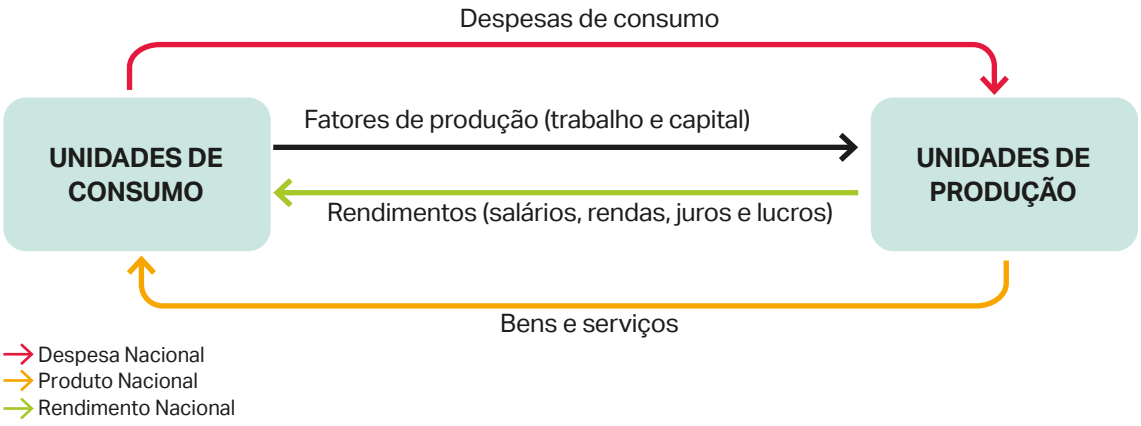
DONÁRIO, Arlindo A. e SANTOS, Ricardo B. (2022), *Economia, com Destaque para a Microeconomia – Uma Visão Crítica*, Lisboa, Edições Sílabo

A seguir, apresentam-se dois exemplos de modelos económicos muito utilizados em Economia:

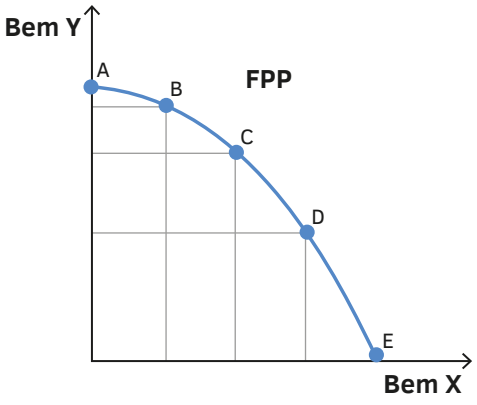
- Um diagrama com o **equilíbrio macroeconómico**, que nos mostra, de modo simplificado, a igualdade que existe entre os fluxos correspondentes à Despesa Nacional, Produto Nacional e Rendimento Nacional de um país, a representar dessa forma uma noção de equilíbrio macroeconómico.

Equilíbrio Macroeconómico

(DN = PN = RN)



- A **Fronteira das Possibilidades de Produção (FPP)**, um gráfico que estudaremos mais à frente, que nos permite investigar as diferentes possibilidades de produção que a atividade produtiva pode obter, com os recursos disponíveis.



Estes modelos apresentam-nos fenómenos bastante complexos, como o equilíbrio de uma economia ou as suas possibilidades de produção, de um modo simplificado que facilita bastante a nossa compreensão.

Embora os modelos não sejam uma representação perfeita da realidade, ainda assim constituem uma importante ferramenta na sua compreensão, pois permitem estudar o comportamento do ser humano, em contexto económico, e tirar ilações, apesar das suas complexas interações.

Atividade 2

"O primeiro passo para desenvolver um modelo é identificar o problema ou a questão. Seguidamente devem selecionar-se as variáveis relevantes necessárias para formular o modelo que tente explicar o problema que se deseja estudar. Dada a impossibilidade de tomar em conta todas as influências entre as variáveis, simplifica-se o modelo, eliminando algumas variáveis que se pensa, à priori, serem de menor importância."

DONÁRIO, Arlindo A. e SANTOS, Ricardo B. (2022), *Economia, com Destaque para a Microeconomia – Uma Visão Crítica*, Lisboa, Edições Sílabo

1. **Comenta o texto, tendo em atenção o conceito de modelo económico.**
2. **Justifica a importância do uso de modelos em Economia.**

Uma metodologia frequentemente utilizada, quando se usam modelos para testar hipóteses e validar teorias económicas, tendo por base representações simplificadas da realidade, consiste em focar a observação apenas numa variável económica (ou em poucas), considerando que as restantes se mantêm inalteradas. Nestes casos, dizemos que se aplica a condição ***ceteris paribus*** (latim), que significa: "considerando tudo o resto constante". Esta cláusula permite-nos observar o que acontece a uma variável, quando mais nenhuma se altera.

Ao observarmos o comportamento de uma variável (ou de um número reduzido de variáveis), considerando tudo o resto constante, podemos compreender o modo como essas variáveis se comportam realmente.

Assim, se, por exemplo, quisermos avaliar o impacte que o aumento do número de trabalhadores pode ter na produção de uma dada indústria, poderemos analisar as variações de produção dessa unidade industrial, à medida que aumenta a mão de obra, e considerando que as restantes variáveis não se alteram (ou seja, comparar os acréscimos de produção obtidos com o aumento sucessivo de trabalhadores, partindo do pressuposto que se utiliza sempre o mesmo número de máquinas e restantes meios de produção). Neste caso, ao isolarmos o comportamento da variável mão de obra, sabemos que qualquer acréscimo de produção que ocorra se relaciona diretamente com o respetivo aumento de trabalhadores, não se devendo a outro fator.

Documento 6

"**A cláusula *ceteris paribus***
À medida que se desenvolve um modelo tenta-se pensar numa série de variáveis relevantes, assumidas como sendo estáveis, ou "mantidas constantes". *Ceteris paribus* é uma expressão latina que significa que, enquanto algumas variáveis se alteram, "todas as outras permanecem constantes"".

DONÁRIO, Arlindo A. e SANTOS, Ricardo B. (2022), *Economia, com Destaque para a Microeconomia – Uma Visão Crítica*, Lisboa, Edições Sílabo

Atividade 3

1 **Explica por que razão, muitas vezes, em Economia se considera necessário "manter constantes" determinadas variáveis, na observação da realidade social.**

Por outro lado, como o objeto de estudo da Economia é a vertente económica da atuação humana, a sua investigação baseia-se sobretudo na observação de **padrões** e de **tendências médias** de comportamento. Para validar uma hipótese formulada, nem sempre é necessário que se verifique exatamente o mesmo resultado, em todos os casos observados, mas sim, numa maioria significativa. Cada indivíduo tem um modo próprio de atuar e de tomar decisões, não sendo possível encontrar fórmulas matemáticas exatas que contemplem cada comportamento individual. A Economia, sendo uma ciência social, foca-se essencialmente nos padrões que representam as tendências gerais de comportamento.

Importa assim salientar que as teorias e leis económicas, geralmente, se fundamentam nas tendências médias e padrões, apresentados pela maioria dos agentes económicos quando estão perante certos contextos ou variáveis. Nem todos se comportam exatamente do mesmo modo, mas, se houver uma tendência relevante num determinado sentido, isso pode ser o suficiente para nos permitir chegar a uma dada conclusão.

Documento 7

"Enquanto ciência que se foca no comportamento humano, não é veleidade deste campo do saber prever de forma exata o comportamento das pessoas – esta é uma ciência social e não uma ciência exata. Sendo o ponto fulcral o facto de, em média, as pessoas reagirem de modo previsível e consistente a certos incentivos, importa ter um processo para atestar isso."

LOBO, Flora C. e ANDRADE, Carlos (2023), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Edições Sílabo

2.3. Dados e estatísticas

Documento 8

"**Medidas do progresso**
A estatística passou a fazer parte do coração da economia. Hoje os economistas costumam medir o Produto Interno Bruto (PIB) – valor total dos bens e serviços trocados por dinheiro num país, em determinado período (em geral um ano). Contudo, ainda não existe um cálculo definitivo das contas nacionais, embora se tenha tentado padronizar os métodos."

Vários autores, (2019), *O Livro da Economia*, Lisboa, Marcador Editora

Estatística
Ciência que se dedica à recolha, organização, tratamento e interpretação de dados (dados estatísticos).

Outro importante contributo das ciências matemáticas para a Economia é o ramo da **Estatística**. Uma das ferramentas fundamentais a que a Economia recorre para estudar padrões e tendências comportamentais é a análise estatística. A Estatística é uma ciência que se dedica à recolha, organização, tratamento e interpretação de dados, sendo um instrumento essencial para a observação da realidade social.

Manual Digital

Link
INE Cabo Verde

Banco de Cabo Verde

A Economia colhe **dados estatísticos** obtidos a partir de entidades idóneas, como o Instituto Nacional de Estatística (INE) ou o Banco de Cabo Verde (BCV), efetuando cálculos e analisando séries completas de dados, ou amostras de dados com dimensão suficiente, que lhe permitam formular e/ou comprovar as hipóteses económicas que pretende investigar. A análise estatística é uma das ferramentas mais utilizadas no estudo do comportamento dos agentes económicos, fazendo parte integrante da Economia.

Contudo, deve-se ter atenção ao modo como se tiram conclusões a partir de dados estatísticos, sendo conveniente verificar as suas fontes e eventuais relações de causa-efeito, para evitar interpretações erróneas.

Atividade 4

"Uma das questões a ter em conta é o estatuto estatístico das Leis económicas. Isso significa assumir que determinadas afirmações feitas em Economia são de elementos que se esperam acontecer na maior parte dos casos. Teoricamente é possível deduzir uma determinada relação entre variáveis, sendo expectável que essa relação se verifique quando estiverem cumpridas todas as hipóteses de base. Uma dessas hipóteses é a que diz respeito ao comportamento padrão dos indivíduos, podendo alguns não corresponder a esses comportamentos padrão, eventualmente porque há determinadas hipóteses que não se verificam, podendo por isso existir efeitos que não são observáveis."

MORGADO, José A. e FERREIRA, Paulo (2021), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Rei dos Livros

1 **Comenta o sentido da primeira afirmação do texto, tendo em atenção a necessidade frequente que a Economia tem de basear as suas conclusões na observação de padrões e tendências médias.**

Como sabemos, uma das formas frequentes de se apresentar informação estatística é através de tabelas ou quadros estatísticos. Quando se observa pela primeira vez um quadro estatístico, deve ter-se em atenção o seu **título**, a identificação das suas **linhas** e **colunas**, a **unidade**, a **fonte** e a **data** a que respeita.

Título

Unidade

Dados	Coluna 1	Coluna 2	Coluna 3	Coluna 4
Linha 1				
Linha 2				
Linha 3				
Linha 4				

Fonte (data)

Em seguida, é necessário compreender o modo de construção do quadro e analisar a **evolução dos dados em linha e em coluna**. Em determinados quadros, pode ser útil efetuar alguns cálculos, de modo a apurar desvios, padrões de crescimento ou transformar valores em percentagem, calculando, assim, o peso relativo de uma ocorrência.

Observemos, agora, um quadro estatístico elaborado com dados do Censo 2021, o recenseamento da população residente[1] em Cabo Verde, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2021. O quadro apresenta os dados de acordo com o meio de residência, o sexo feminino ou masculino e o grupo etário. No que respeita à residência, uma das colunas apresenta o número total de residentes (Cabo Verde) e as restantes discriminam os dados correspondentes ao meio urbano e ao meio rural.

[1] Segundo o INE, a população residente engloba todas as pessoas que vivem, habitualmente, em Cabo Verde, isto é, vivem há 6 meses ou mais, ou vivem há menos de 6 meses e têm a intenção de ali ficar durante 6 meses ou mais.

População residente segundo meio de residência, sexo e grupo etário

N.º Indivíduos

Sexo	Grupo etário	Cabo Verde	Urbano	Rural
HM	**Total**	491 233	364 106	127 127
	0 a 14 anos	138 739	102 293	36 446
	15 a 64 anos	319 715	240 369	79 346
	65 e + anos	32 779	21 444	11 335
H	**Total**	246 363	181 384	64 979
	0 a 14 anos	70 453	52 023	18 430
	15 a 64 anos	163 427	121 041	42 386
	65 e + anos	12 483	8 320	4 163
M	**Total**	244 870	182 722	62 148
	0 a 14 anos	68 286	50 270	18 016
	15 a 64 anos	156 288	119 328	36 960
	65 e + anos	20 296	13 124	7 172

INE, *Censos 2021*

Há também uma divisão em três grandes linhas, respeitante cada uma à informação por sexo. A primeira (HM: Homens e Mulheres) fornece os dados totais de ambos os sexos, enquanto a segunda e a terceira, H: Homens e M: Mulheres, respetivamente, apresentam os números relativos a cada uma destas categorias. Dentro de cada linha aparece uma nova divisão; as três linhas são agora subdivididas em três grupos etários (0-14, 15-64 e 65 e mais anos). Neste quadro estatístico, a unidade corresponde ao número de pessoas.

Analisando os dados, podemos concluir que, ao todo, em 2021, residiam em Cabo Verde 491 233 indivíduos, dos quais 364 106 viviam em meio urbano e os restantes em meio rural (127 127). Calculando o peso relativo, conforme vimos no módulo inicial (364 106 / 491 233 x 100), concluímos que, em 2021, cerca de 74% da população de Cabo Verde residia em meio urbano e quase 26% (100% - 74%) habitava em meio rural.

Por outro lado, constata-se que o grupo etário com mais população, nesse ano, era a faixa de indivíduos dos 15 aos 64 anos, com 163 427 homens e 156 288 mulheres. E o grupo de 65 e mais anos era o que contabilizava menos pessoas, incluindo apenas 32 779 indivíduos. A observação deste quadro permite-nos tirar conclusões sobre a estrutura etária da população residente em Cabo Verde e compreender melhor a sua realidade demográfica.

Atividade 5

1. **Determina o peso relativo da população feminina, no total de residentes em meio urbano.**
2. **Calcula o peso relativo do grupo etário de 0 a 14 anos, no total da população residente em Cabo Verde.**

Em seguida, vamos analisar um quadro com dados que evoluem ao longo do tempo, calculando as suas taxas de variação, em percentagem, para ficarmos a conhecer a sua evolução em termos relativos. O quadro seguinte apresenta a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) de Cabo Verde, em milhões de escudos, entre 2015 e 2021, segundo dados sobre as Contas Nacionais, do INE.

Produto Interno Bruto

Unidade: Milhões de CVE

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
PIB	173 911	184 402	195 295	205 986	221 829	176 320	191 269

INE, *Contas Nacionais*

O PIB representa o conjunto de bens e serviços produzidos ao longo de um ano, por um país. Para analisarmos a sua evolução no período apresentado, convém apurar as taxas de variação de um ano para o outro. Determinamos o desvio, em termos percentuais, ocorrido em cada ano. Começamos por efetuar o cálculo da variação entre 2015 e 2016: (184 402 - 173 911) / 173 911 x 100; depois calculamos a variação entre 2016 e 2017 da mesma maneira e assim sucessivamente, apurando uma taxa de cerca de **6%**, de 2015 para 2016, **5,9%**, de 2016 para 2017, **5,5%**, de 2017 para 2018, **7,7%**, de 2018 para 2019, **-20,5%**, de 2019 para 2020 e **8,5%**, de 2020 para 2021, conforme se apresenta na tabela seguinte.

Taxa de variação do PIB (em %)

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
PIB	173 911	184 402	195 295	205 986	221 829	176 320	191 269
Taxa de variação (%)	---	6,0	5,9	5,5	7,7	-20,5	8,5

Observando com atenção, compreendemos que o PIB de Cabo Verde aumentou sempre até 2019, tendo diminuído em 2020 e voltado a aumentar em 2021, comparativamente ao ano anterior. No entanto, convém ir mais longe e analisar tendências.

Assim, podemos constatar que, entre 2015 e 2018, apesar de o PIB ter aumentado sempre, a sua taxa de variação foi sendo ligeiramente inferior de ano para ano, ao passar de 6% para 5,9% e depois 5,5%. E em 2019, essa tendência inverteu-se, ao aumentar 7,7%, para cair para terreno negativo, no ano seguinte. Em 2020, a taxa de crescimento foi -20,5%, correspondendo a uma queda do PIB, em valor, de 221 829 milhões de CVE para 176 320 – valor, ainda assim, superior ao de 2015. E em 2021, apesar de ter havido a maior taxa de variação do período em análise (8,5%), o PIB nesse ano ainda estava muito aquém dos valores registados em 2019, e até mesmo dos valores de 2017 e 2018, muito embora estes anos tenham apresentado taxas de variação menores que em 2021.

Podemos assim concluir que é importante estudar bem os dados e compreender o seu verdadeiro significado, para não cairmos em erros de interpretação, como facilmente pode acontecer. Importa analisar atentamente cada quadro e deter-nos o tempo que for necessário a estudar as informações neles contidas, para os podermos decifrar corretamente.

Atividade 6

Analisa o quadro estatístico relativo ao contributo das atividades do setor primário no PIB.

Valor Acrescentado – Atividades do Setor Primário (milhões de CVE)

Setor Primário	2020	2021
Agricultura, produção animal, caça e floresta	7 633	7 911
Pesca e aquacultura	3 284	3 510

INE, *Contas Nacionais*

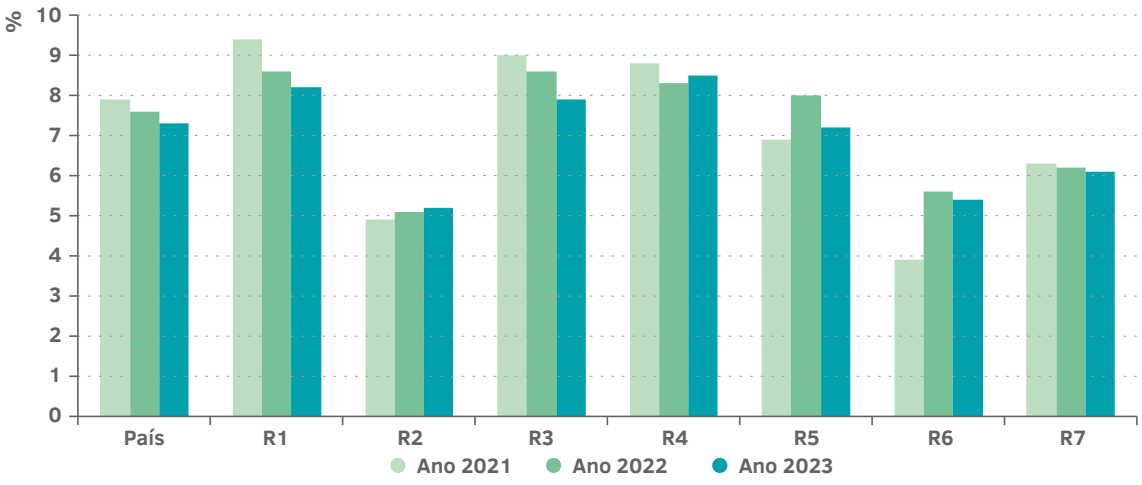
1. **Determina a taxa de variação do valor acrescentado das atividades do setor primário, entre 2020 e 2021.**
2. **Comenta os resultados obtidos.**

Outra das formas de apresentar informação estatística é através da representação gráfica de dados. Este tipo de representação é muito útil e de fácil compreensão, pois os gráficos permitem uma leitura simples e direta, levando a tirar conclusões de forma rápida e elucidativa. Existe uma grande variedade de representações gráficas, dependendo a

sua escolha do tipo de dados que se pretenda apresentar. Alguns tipos de gráficos são mais adequados para determinadas situações que outros. Por exemplo, nas situações em que os dados vão evoluindo ao longo do tempo, será mais adequada a representação através de gráficos de linhas ou barras do que através dos gráficos circulares, que são os mais indicados para casos em que se pretende apresentar a composição ou a estrutura de uma determinada realidade.

Importa também observar os detalhes contidos nos gráficos, como o **título**, o **autor**, a **legenda**, a **unidade** em que os dados são apresentados, o **período** a que dizem respeito, etc. As representações gráficas podem ser bastante simples ou mais complexas, devendo os alunos certificar-se, em cada situação, que compreendem bem o tipo de gráfico que estão a analisar, assim como a informação nele contida. Vejamos, a título de exemplo, algumas representações gráficas.

Taxas de desemprego no País A, por região



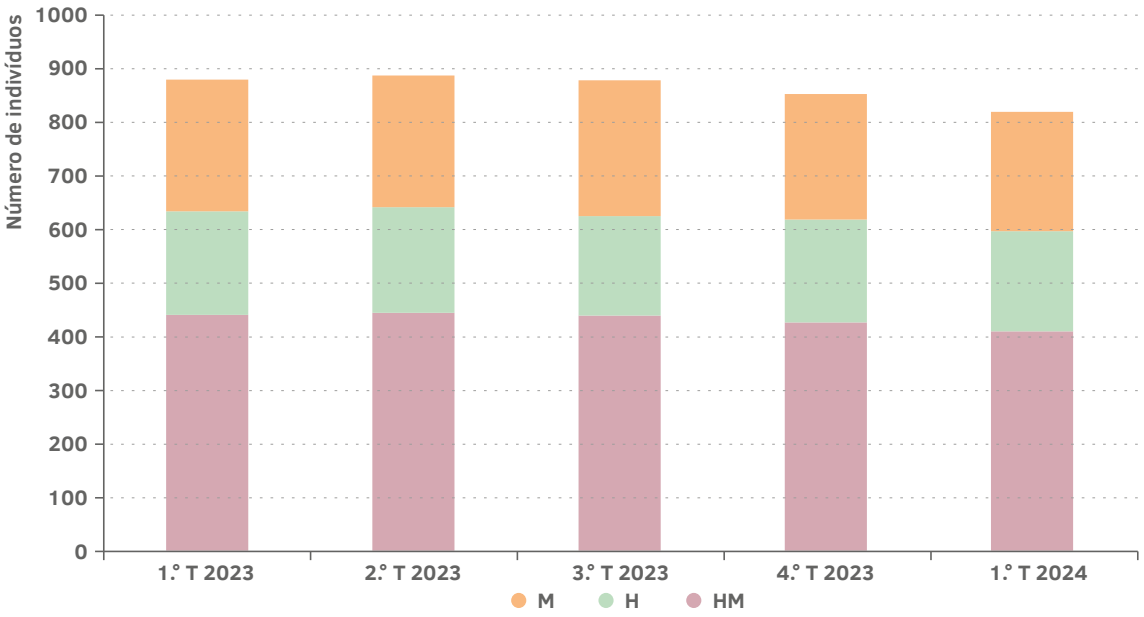
Instituto Nacional de Estatística - País A

Analisando o conteúdo do gráfico, em linhas gerais, podemos concluir que:

- a taxa de desemprego média do país A apresentou uma ligeira tendência de descida nos períodos observados, rondando os 7%. Também as regiões R_1, R_3 e R_7 apresentaram uma tendência genérica de descida, embora os valores das duas primeiras regiões sejam mais elevados. R_2 foi a única região que manifestou uma tendência de subida e as restantes regiões não revelaram uma tendência definida;
- foi nas regiões R_1, R_3 e R_4 que se verificaram as maiores taxas de desemprego, situando-se estas, em média, entre os 8% e os 9%. As regiões R_2, R_6 e R_7 foram as que registaram valores mais baixos. Salienta-se, no entanto, que em 2022 a taxa de desemprego de R_6 aumentou bastante, rondando os 5,5%, enquanto em 2021 era ligeiramente inferior a 4%;
- as regiões onde ocorreram menores variações nas taxas de desemprego foram R_2 e R_7, em que a subida ou descida, no conjunto dos três anos, não chegou a perfazer 0,5 pontos percentuais (p.p.).

No gráfico seguinte também se aborda o tema do desemprego. No entanto, aqui os valores aparecem em termos absolutos. Se observarmos o seu eixo vertical, concluímos que a informação é dada em milhares de indivíduos, enquanto no eixo horizontal nos é indicado o período a que o gráfico diz respeito, cinco trimestres consecutivos (uns a seguir aos outros).

População desempregada no País B, por sexo



Instituto Nacional de Estatística - País B

Estamos perante um gráfico cujas barras se encontram empilhadas, umas por cima das outras, ao contrário do primeiro gráfico, que apresentava as barras lado a lado. A sua legenda identifica as três categorias: Mulheres, Homens, Total de homens e mulheres.

Após uma análise mais aprofundada, podemos concluir que no período observado, apesar de ter havido uma ligeira subida do desemprego no 2.º trimestre de 2023, o número total de indivíduos desempregados do país B tem vindo a diminuir.

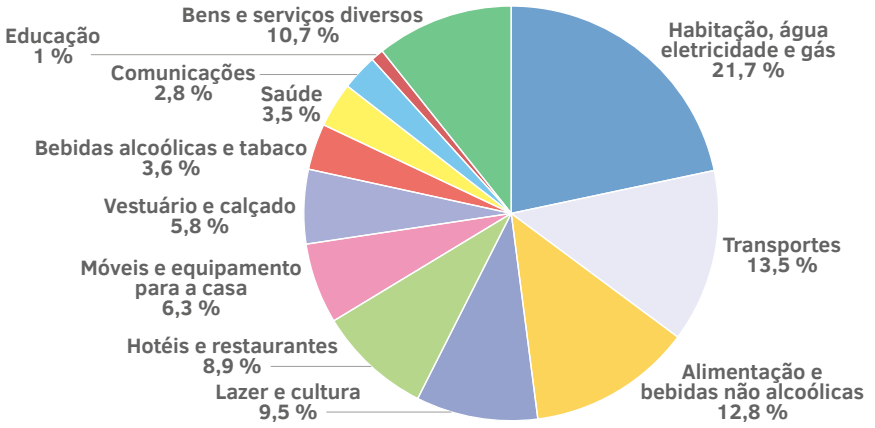
No 1.º trimestre de 2024, o número total de pessoas que se encontravam à procura de emprego rondava as 400 000.

Embora o número de homens desempregados seja ligeiramente inferior ao das mulheres, constata-se, neste caso, que a tendência geral de descida foi possível, sobretudo, através da diminuição do desemprego feminino, que baixou um pouco mais do que o masculino.

Analisemos, agora, um gráfico circular que apresenta as despesas de consumo dos agregados familiares do país C, no ano de 2023. No gráfico, cada dado tem a forma de um

setor circular e corresponde a uma classe de despesa. O círculo completo representa o total das despesas, que corresponde a 100%. Cabe, então, a cada setor, uma percentagem equivalente à parte do consumo total que é destinada à sua classe de despesa.

Despesas dos agregados familiares do País C, em 2023



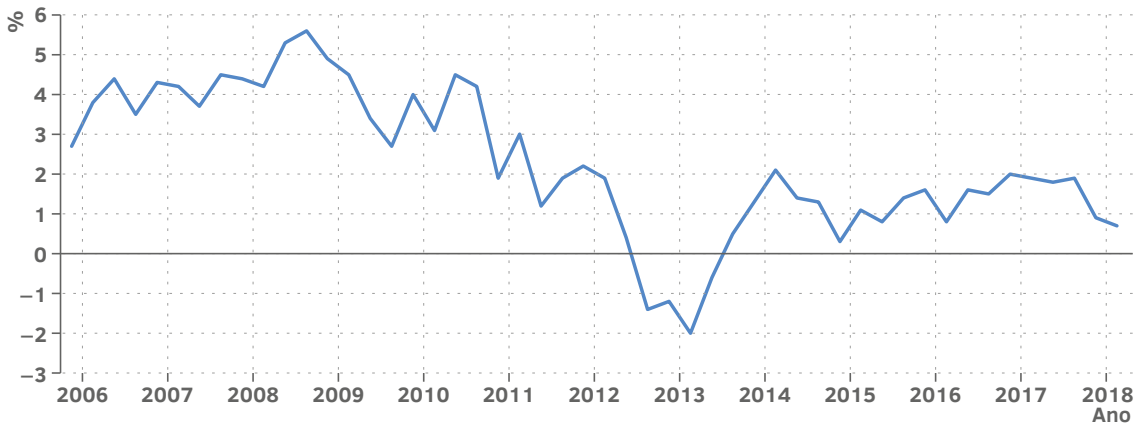
Instituto Nacional de Estatística - País C

Observando os dados do gráfico, verificamos que a rubrica habitação, água, eletricidade e gás é a que apresenta o maior peso no total das despesas das famílias do país C (21,7%). Por outro lado, adicionando essa rubrica com os 6,3% correspondentes à classe de móveis e equipamento para a casa, constatamos que 28% das despesas (quase um terço do total) são destinadas à habitação. Além disso, ficamos a saber que os transportes (13,5%) e a alimentação e bebidas não alcoólicas (12,8%), juntos, totalizam 26,3% das despesas (mais de um quarto da despesa total).

Concluímos, então, que as famílias do país C, em média, destinam mais de 50% da sua despesa total a bens e serviços essenciais, como: gastos com a casa, transportes e alimentação. Vemos, também, que os gastos com a educação (1%), as comunicações (2,8%) ou a saúde (3,5%) não têm grande significado no conjunto das despesas de consumo das famílias do país C. Já os gastos em hotéis e restaurantes (8,9%) e em lazer e cultura (9,5%) apresentam valores consideráveis, dado que se trata de despesas em bens e serviços menos essenciais, significando que os cidadãos do país C devem manter um poder de compra elevado.

Por fim, passamos a analisar a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) do país D, representada por meio de um gráfico de linhas. A unidade está expressa em percentagem e a fonte é o Banco Central do país. O gráfico apresenta as taxas trimestrais de variação homóloga do PIB entre o início do ano de 2006 e o 2.º trimestre de 2018.

PIB – Taxas de variação homóloga



Banco Central - País D

Sabemos que a expressão homóloga traduz a comparação de dados de um determinado período de um ano com os dados desse período em anos anteriores. A análise da taxa de variação do PIB permite tirar conclusões sobre o seu ritmo de crescimento económico.

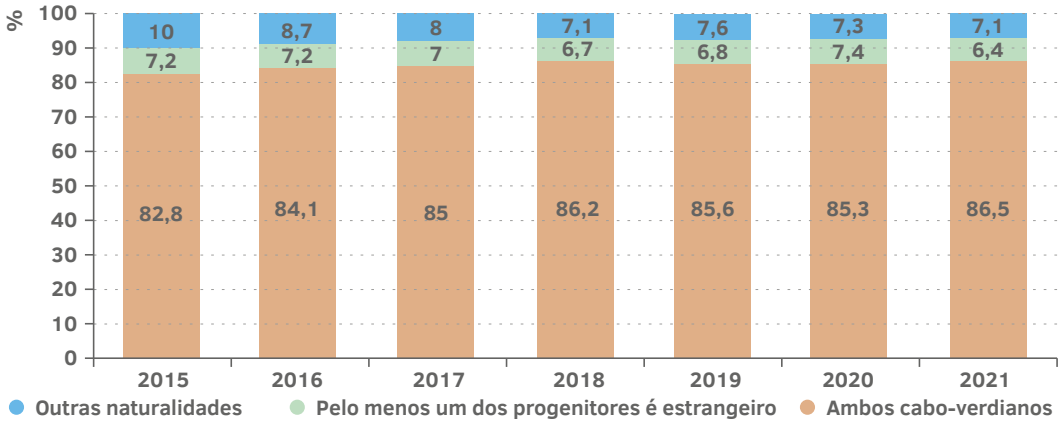
Através da observação do gráfico, podemos constatar que o PIB do país D apresentava uma tendência de subida desde o início de 2006 até meados de 2009. Atingiu o seu ponto máximo (cerca de 5,5%) a meio do ano de 2008. A partir dessa altura, começou a diminuir, ficando abaixo dos 3%, no 3.° trimestre de 2009. Nos três anos que se seguiram, apesar de algumas oscilações, manteve a tendência de descida, alcançando terreno negativo no 2.° trimestre de 2012. O PIB atingiu o seu ponto mínimo no 1.° semestre de 2013, chegando aos 2% negativos. Mas, entretanto, os valores começaram a aumentar até cerca de 2%, em 2014, tendo-se mantido bastante instáveis, embora positivos, até ao fim do 2.° trimestre de 2018. Nos últimos trimestres, a economia do país D abrandou o seu ritmo de crescimento, revelando, assim, alguma fragilidade perante cenários de crise a nível internacional.

Acabámos de ver como interpretar gráficos em contexto económico. No entanto, estes são apenas alguns dos exemplos de representações gráficas que poderíamos apresentar. Cada gráfico é um caso diferente, sendo, por isso, conveniente analisar, atentamente, todas as informações, tirando conclusões com base na observação de todos os detalhes que o compõem.

Atividade 7

Analisa o gráfico relativo aos nascimentos em Cabo Verde, entre 2015 e 2021, segundo a naturalidade dos pais, em percentagem.

Nados-vivos segundo a naturalidade dos pais (%) – Cabo Verde 2015-2021



INE, *Estatísticas vitais*, 2015-2021

1 Comenta os principais aspetos do gráfico, tendo em atenção as diferentes categorias e a evolução dos nascimentos no período de 2015 a 2021.

Conceitos-chave

- Ciclo económico
- Expansão
- Recessão
- Depressão
- Modelos económicos
- *Ceteris paribus*
- Padrões
- Tendências médias
- Estatística
- Dados estatísticos
- Quadros estatísticos
- Gráficos estatísticos

Síntese

- A **História** oferece-nos registos sobre os fenómenos observados pela Economia, dando um forte contributo para haver uma melhor **compreensão da realidade económica**.
- A História ajuda-nos a compreender a evolução dos fenómenos estudados em Economia, permitindo efetuar **comparações entre diferentes épocas e/ou regiões** e **observar flutuações**.
- Os **ciclos económicos** são flutuações recorrentes do produto, rendimento e emprego de um país, que se traduzem em variações ascendentes ou descendentes desses mesmos agregados. Cada ciclo económico é composto por uma fase ascendente (**expansão**) e por uma fase descendente (**recessão**).
- O período de flutuação cíclica corresponde ao intervalo de tempo que decorre entre dois pontos mínimos (baixas ou fundos) ou dois pontos máximos (picos) consecutivos, sendo este período variável.
- Os **modelos económicos** são representações simplificadas da realidade que permitem observar os fenómenos que dizem respeito à Economia e retirar conclusões.
- Como o objeto de estudo da Economia é a vertente económica da atuação humana, a sua investigação baseia-se sobretudo na observação de **padrões** e de **tendências médias** de comportamento.
- Uma das ferramentas fundamentais a que a Economia recorre para estudar padrões e tendências comportamentais é a **análise estatística**. A Estatística é a ciência que se dedica à recolha, organização, tratamento e interpretação de dados (**dados estatísticos**).
- Aplicando a condição ***ceteris paribus***, que significa "considerando tudo o resto constante", é possível observar o que acontece a uma variável (ou poucas), quando as restantes não se alteram.
- Na análise de um **quadro estatístico** é importante estudar: o tipo de quadro, o título, a identificação das linhas e das colunas, o tema, a fonte, a data, a análise dos dados em linha e em coluna. Sempre que for necessário, deve-se fazer uma análise das flutuações e efetuar cálculos adicionais, de modo a determinar desvios, padrões de crescimento e/ou peso relativo das variáveis.
- Na análise de um **gráfico** deve-se observar com atenção: o tipo de gráfico, o título, a fonte, a legenda, a unidade, a data do documento, o tema e a informação que contém.
- É importante estudar bem os dados e compreender o seu verdadeiro significado, para não cairmos em erros de interpretação.

Ficha de trabalho 2

1 **Seleciona, em cada caso, a opção que consideras correta.**

1.1. A cláusula *ceteris paribus* significa

a) "considerando a variável central inalterada".

b) "considerando todas as variáveis".

c) "considerando tudo o resto constante".

d) "considerando que todas as variáveis são mutáveis".

1.2. Tendo em atenção o seguinte quadro estatístico:

Produto Interno Bruto – Valor Acrescentado por setor de atividade
Unidade: milhões de CVE

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Setor primário	11 145	11 642	10 498	9 316	9 843	10 917	11 422
Setor secundário	25 419	23 358	24 449	30 133	29 470	25 895	23 945
Setor terciário	116 785	127 763	135 939	138 895	154 893	116 342	131 095
Total VA	153 349	162 763	170 886	178 344	194 207	153 154	166 462

INE, *Contas Nacionais*

1.2.1. Podemos afirmar que, em 2019,

a) o setor primário representava cerca de 70% do valor acrescentado total.

b) o setor terciário cresceu 15 998 milhões de CVE, em relação a 2018.

c) o valor acrescentado total diminuiu 15 863 milhões de CVE, face a 2018.

d) o setor secundário correspondia a 29,5% do valor acrescentado total.

1.2.2. No setor secundário, a taxa de variação

a) entre 2015 e 2016 foi positiva.

b) de 2018, face a 2017, rondou os 123%.

c) entre 2015 e 2016 foi igual a -7,9%.

d) de 2018, face a 2017, rondou os 23%.

1.3. De acordo com o texto:

"O défice orçamental diminuiu de 4,3% do PIB em 2022 para 0,5% em 2023, apoiado pelo aumento das receitas. As receitas aumentaram cerca de 20%, impulsionadas pelo imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, pela cobrança do IVA e pelas receitas associadas às concessões aeroportuárias. Apesar de um ligeiro aumento da despesa total, a dívida pública diminuiu de 127,1% para 115,3% do PIB."

Banco Mundial, *Aspetos gerais de Cabo Verde*

Ficha de trabalho 2 (cont.)

Podemos afirmar que

a) de 2022 para 2023 o défice orçamental diminuiu 3,8%.

b) a dívida pública diminuiu quase 12 pontos percentuais.

c) as receitas aumentaram 20 pontos percentuais.

d) o PIB cresceu 15,3%.

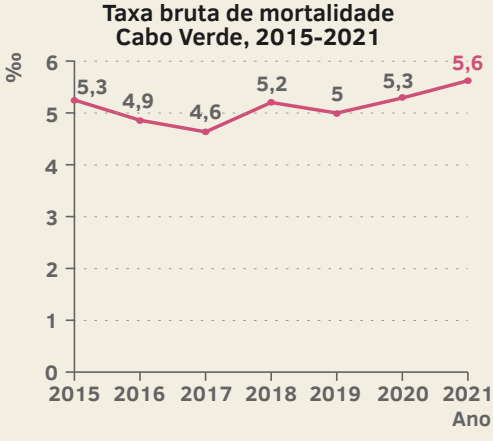
2 **Indica se as seguintes afirmações são verdadeiras ou falsas, justificando as que consideras falsas.**

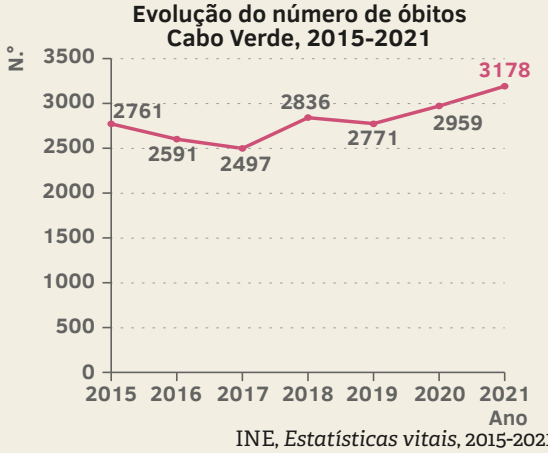
2.1. A História é uma ciência que estuda o passado e a Economia é uma ciência que procura antecipar o futuro, a partir do presente e do passado.

2.2. Os grandes ciclos económicos são períodos em que se regista um aumento da atividade produtiva, correspondendo a momentos de grande expansão económica.

2.3. Os modelos económicos são representações complexas da realidade social, elaborados com base em variáveis mutáveis.

3 **Analisa os gráficos seguintes.**





INE, *Estatísticas vitais*, 2015-2021

3.1. Comenta, tendo em atenção os gráficos, a evolução da mortalidade em Cabo Verde, entre 2015 e 2021.

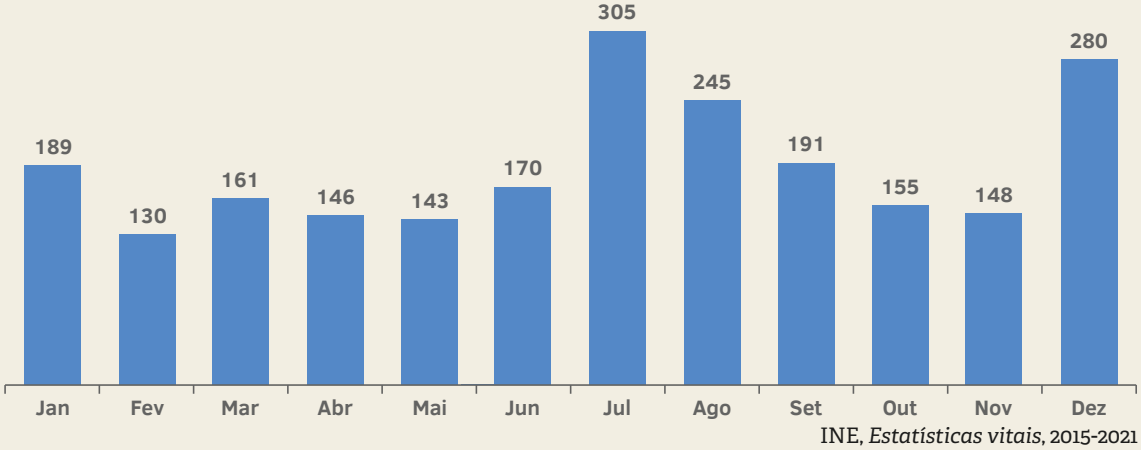
4 **Explicita o sentido da seguinte afirmação:**

"A cláusula *ceteris paribus* permite isolar variáveis, concentrando a atenção nas variáveis escolhidas."

DONÁRIO, Arlindo A. e SANTOS, Ricardo B. (2022), *Economia, com Destaque para a Microeconomia – Uma Visão Crítica*, Lisboa, Edições Sílabo

5 **Observa o seguinte gráfico sobre o número de casamentos, em Cabo Verde, no ano 2021, por mês de ocorrência.**

Casamentos por mês de celebração Cabo Verde – 2021



INE, *Estatísticas vitais*, 2015-2021

5.1. Identifica o mês em que se realizaram menos casamentos em Cabo Verde, no ano 2021, referindo quantos foram celebrados.

5.2. Indica os meses do ano em que se realizaram mais casamentos, de acordo com o gráfico.

5.3. Explica o contributo que a análise de um gráfico como este poderia oferecer, a uma empresa de gestão de eventos que decidisse iniciar a sua atividade em Cabo Verde, em 2022.

6 **"A história da Estatística está indissociavelmente ligada à Economia e à administração dos Estados. A palavra Estatística tem origem na expressão latina "*Statisticum Collegium*" (Conselho de Estado) e na palavra italiana "*statista*" que significa estadista ou político. Desde a Antiguidade, uma preocupação dos governantes foi conhecer com razoável rigor a dimensão e composição das populações que dirigiam, o valor das terras sob o seu domínio, os rendimentos que estas produziam, as receitas em impostos que podiam auferir, etc.. Não esqueçamos que Jesus Cristo nasceu num estábulo, porque Maria e José tiveram de se deslocar de Nazaré a Belém, terra natal de José, pois segundo Mateus, o imperador Octávio Augusto ordenou o recenseamento de todos os habitantes do mundo romano, tendo estes que se alistar nas respetivas cidades."**

https://ciencias.ulisboa.pt/pt/noticia/22-03-2013/estatística-economia-e-gestão-uma-aliança-forte-e-duradoura [consult. 8 set 2024]

6.1. Comenta a importância da Estatística na Economia, destacando as passagens do texto que consideras mais relevantes.

3 Os problemas económicos básicos

Objetivos de aprendizagem

- Compreender a noção de necessidades e a sua classificação
- Compreender o conceito de escassez e a necessidade de efetuar escolhas
- Identificar os problemas básicos da Economia
- Explicar o modo como os problemas económicos afetam os agentes económicos
- Compreender o conceito de custo de oportunidade
- Saber interpretar uma fronteira de possibilidades de produção

3.1. A natureza dos problemas económicos: necessidades e escassez

3.1.1. Necessidades – noção e classificação

No nosso dia a dia, lidamos constantemente com sentimentos de carência ou insatisfação. Mal acordamos, somos invadidos por um grande número de necessidades, desde as mais básicas, como respirar ou comer, até àquelas mais dispensáveis, como comprar algo relacionado com atividades de lazer. Uma **necessidade** é assim um estado de carência que ocorre sempre que somos privados de um bem ou serviço de que precisamos. Contudo, o mal-estar gerado pela ausência desses bens ou serviços, geralmente, pode ser eliminado através de atos de consumo.

Necessidade
Sensação de mal-estar ou insatisfação que ocorre na ausência de um bem ou serviço de que sentimos falta.

Atividade 1

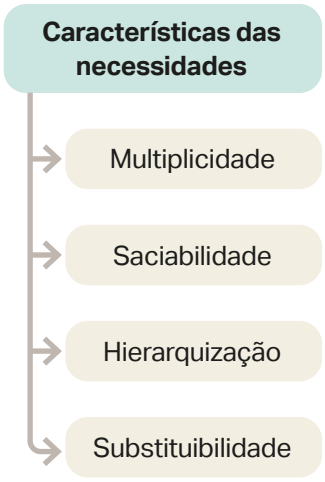
"No mundo em que vivemos, a escassez é omnipresente. Alguns de nós ficariam felizes apenas por ter uma boa refeição ou um teto para se abrigarem. Muitos de nós anseiam por um emprego. E todos gostaríamos de ter algo mais. É este mundo que os economistas observam e tentam compreender. É para o tentar melhorar que procuram agir."

SILVA, João C. (2011), *Macroeconomia*, Lisboa, Verlag Dashofer

1. **Comenta o texto, tendo em atenção o conceito de necessidade. Identifica no texto três necessidades.**
2. **Elabora uma lista com as principais necessidades que vais sentindo ao longo de um dia de escola.**

Mas as necessidades das pessoas não são todas iguais; elas variam em função do sujeito que as sente e do momento em que são sentidas.

Características das necessidades



De um modo geral, podemos constatar que as necessidades apresentam um determinado conjunto de características comuns. As principais características das necessidades são a sua multiplicidade, saciabilidade, hierarquização e substituibilidade.

- **Multiplicidade:**

  As necessidades existem em grande número e são infinitas. Na maioria das vezes, reaparecem algum tempo após terem sido satisfeitas. A fome ou a sede constituem bons exemplos, pois, quando comemos ou bebemos o suficiente para ficarmos satisfeitos, deixamos de ter sede ou fome durante um certo período, mas, ao fim de algum tempo, essas necessidades regressam. Além disso, o constante progresso tecnológico facilita o desenvolvimento de novos produtos, bem como o aperfeiçoamento dos anteriores, levando assim ao aparecimento de novas necessidades. A publicidade e a sociedade de consumo em que vivemos também provocam sentimentos de carência, criando, muitas vezes, necessidades artificiais nas pessoas, que as levam a praticar cada vez mais atos de consumo.

- **Saciabilidade:**

  A intensidade com que se sentem as necessidades vai-se reduzindo à medida que estas se vão satisfazendo, até acabarem, eventualmente, por desaparecer. Basta ver, por exemplo, que quando sentimos fome, se formos comendo alguns alimentos, esta vai diminuindo gradualmente até ao momento em que nos sentimos totalmente satisfeitos. A saciabilidade está assim associada à possibilidade de se sentirem necessidades com diferentes graus de intensidade.

  Existe uma correlação direta entre a quantidade de bens que se vão consumindo e o grau de intensidade com que a necessidade é sentida em cada momento. Quanto mais formos saciando uma necessidade, menor será o grau com que ela é sentida.

- **Hierarquização:**

  As necessidades podem ser ordenadas de acordo com a intensidade com que são sentidas, devendo umas satisfazer-se primeiro que outras. Conforme vimos anteriormente, a escassez de recursos obriga-nos a estabelecer prioridades e a hierarquizar as necessidades em função da maior ou menor urgência com que são sentidas.

  As necessidades relacionadas com a sobrevivência dos indivíduos terão de ser satisfeitas prioritariamente relativamente às outras necessidades que não se consideram tão essenciais.

- **Substituibilidade:**

  Na maioria dos casos, existe mais do que um recurso capaz de satisfazer a mesma necessidade, podendo substituir-se o consumo de um bem pelo consumo de outro que cumpra a sua função. A título de exemplo, podemos dizer que tanto é possível extinguir a sede bebendo um copo de água como uma limonada.

Atividade 2

"[...] [As necessidades] são ilimitadas pois sentimos um número variado de necessidades e não apenas uma ou duas. Além disso, elas renovam-se, ou seja, não basta satisfazê-las uma única vez, mas é sim um processo contínuo (p.e., a alimentação e novidades tecnológicas). Assim, as necessidades têm um carácter relativo."

http://pt.shvoong.com/social-sciences/economics/1730754-necessidades-no%C3%A7%C3%A3o- -classifica%C3%A7%C3%A3o/#ixzz36n1oky1a [consult. 7 jul 2014]

1 **Identifica a(s) característica(s) das necessidades presente(s) no texto.**

Classificação das necessidades

As necessidades podem ser classificadas de acordo com diferentes critérios. Os principais critérios classificam-se:

- **Quanto à importância**:

  De acordo com este critério, as necessidades são hierarquizadas em função da sua premência e prioridade. As necessidades classificam-se, quanto à sua importância, em três categorias:

  – **necessidades primárias**: são as necessidades consideradas indispensáveis à sobrevivência do ser humano, como, por exemplo, a alimentação ou o vestuário;

  – **necessidades secundárias**: são necessidades fundamentais para a vida das pessoas, embora não se considerem imprescindíveis, como, por exemplo, a formação dos indivíduos;

  – **necessidades terciárias**: são as necessidades que se consideram supérfluas e que, normalmente, estão associadas ao consumo de bens de luxo, como joias ou objetos de valor elevado.

- **Quanto ao custo das necessidades:**

  Segundo o critério do custo, as necessidades classificam-se em função daquilo que é necessário despender para as ver satisfeitas. Neste caso, as necessidades subdividem-se nas seguintes categorias:

  – **necessidades económicas**: são as necessidades que exigem uma entrega de bens ou serviços, como o dispêndio de dinheiro ou a entrega de horas de trabalho. São exemplos de necessidades económicas: a necessidade de adquirir uma máquina ou um trator, pelos quais é necessário efetuar o correspondente pagamento em dinheiro;

– **necessidades não económicas**: são as necessidades que não implicam qualquer dispêndio ou entrega, pois os bens que as satisfazem existem em quantidades suficientes. Respirar ou dar um mergulho no mar constituem exemplos de necessidades não económicas, uma vez que é gratuito o acesso aos recursos que as podem satisfazer, isto é, o ar e o mar, respetivamente.

- **Quanto à abrangência das necessidades:**

O critério da abrangência diz respeito ao número de pessoas que sentem as necessidades. Neste critério, as necessidades são divididas em dois grupos:

– **necessidades individuais**: são as necessidades vistas de acordo com a individualidade de cada pessoa, atendendo aos seus gostos ou interesses particulares. Os indivíduos têm todos gostos diferentes e, mesmo que haja necessidades semelhantes, geralmente, elas são sentidas com diversos graus de intensidade e em momentos diferentes: umas pessoas precisam de dormir muito e outras pouco, umas apreciam mais a praia e outras o campo, entre muitos outros exemplos;

– **necessidades coletivas**: são as necessidades que resultam da vida em sociedade e que são sentidas em conjunto, por todos os indivíduos, como é o caso da necessidade de segurança ou de justiça, que são promovidas pelas forças policiais e pelos tribunais, respetivamente. Este tipo de necessidade distingue-se do anterior pelo número de indivíduos que afeta, podendo abranger grupos mais ou menos alargados de pessoas.

Classificação das necessidades		
Quanto à importância	**Primárias**	Necessidades relacionadas com a sobrevivência dos indivíduos.
	Secundárias	Necessidades que, embora se possa viver sem elas estarem satisfeitas, correspondem a aspetos da vida que as pessoas valorizam bastante.
	Terciárias	Necessidades que, apesar de serem supérfluas, podem contribuir para uma maior sensação de bem-estar dos indivíduos.
Quanto ao custo	**Económicas**	Necessidades que implicam um dispêndio ou entrega de algo, como dinheiro ou trabalho.
	Não económicas	Necessidades que não implicam qualquer dispêndio ou entrega.
Quanto à abrangência	**Individuais**	Necessidades que derivam da individualidade de cada ser humano, dos seus gostos pessoais e interesses particulares.
	Coletivas	Necessidades resultantes da vida em sociedade e que são sentidas em conjunto por todos os indivíduos.

Atividade 3

"Necessidade é o desejo de acabar ou prevenir uma insatisfação ou aumentar uma satisfação. Corresponde a um estado de carência que sentimos e desejamos ver satisfeito."

http://pt.shvoong.com/social-sciences/economics/1730754-necessidades-no%C3%A7%C3%A3o-classifica%C3%A7%C3%A3o/ [consult. 7 jul 2014]

1. **Comenta a afirmação.**
2. **Como classificarias, quanto à sua importância, a necessidade de um fotógrafo profissional possuir uma máquina fotográfica? E a de um estudante?**
3. **Dá um exemplo de uma necessidade não económica.**
4. **Classifica, quanto à sua abrangência, a necessidade de um jovem frequentar uma escola pública.**

A satisfação das necessidades essenciais dos seres humanos é uma das principais temáticas que a Economia procura constantemente solucionar, fazendo parte do seu problema central, que é a escassez.

3.1.2. Escassez: o problema básico da Economia

A Economia tenta solucionar questões como:

O que produzir? **De que modo?** **Em que quantidade?**

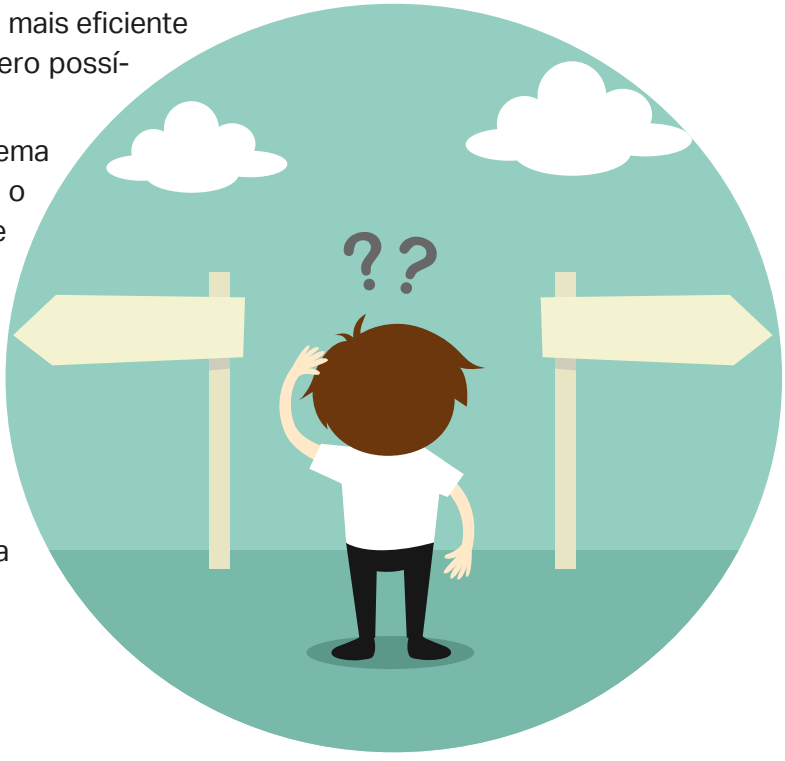
Para quem? **Onde?** **Quando?**

Problema económico – a escassez
Problema que resulta da escassez dos recursos necessários para satisfazer as ilimitadas necessidades humanas. Este problema exige que, depois de estarem hierarquizadas as necessidades, se façam escolhas, pois nem todas poderão ser satisfeitas.

No entanto, a principal questão que se coloca a esta ciência está relacionada com a escassez dos bens que a Natureza disponibiliza para satisfazer necessidades que crescem a todo o momento. O verdadeiro **problema económico** é saber como aplicar recursos escassos a um número ilimitado de necessidades, ou seja, como satisfazer um conjunto de necessidades que está sempre a aumentar, utilizando recursos que são finitos e manifestamente insuficientes. O problema

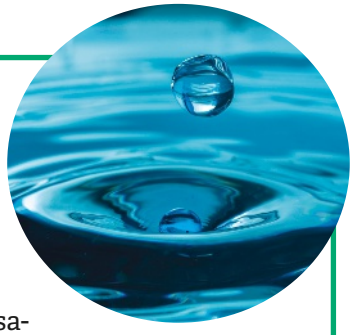
económico coloca em evidência as relações que se estabelecem entre os bens e as necessidades que estes satisfazem.

Uma vez que os recursos disponíveis no nosso planeta são escassos, isto é, não existem em quantidade suficiente, não se poderão satisfazer todas as necessidades que sentimos. É preciso hierarquizá-las, atribuir-lhes um valor estabelecendo prioridades, e **fazer escolhas**: decidir quais serão as necessidades que se vão satisfazer primeiro e quais deverão ser abandonadas. As opções tomadas devem permitir utilizar os recursos de forma mais eficiente e de modo a satisfazer o maior número possível de necessidades.



A **escassez** é o grande problema económico – não é possível ter tudo o que se deseja, pois, mesmo que todos os recursos materiais existissem em abundância, não disporíamos do tempo necessário para usufruir de tudo. Somos, assim, forçados a fazer escolhas e fazemo-las sempre que utilizamos um determinado recurso, um bem ou uma certa quantia em dinheiro, para satisfazer de uma necessidade.

Atividade 4



"**Água: o "ouro azul" do século XXI**

A água, celebrada mundialmente no dia 22 de março, é um bem cada vez mais precioso e escasso. Mil milhões de pessoas não têm acesso a água potável e estima-se que nos próximos 20 anos este número aumente para 3 mil milhões. Além disso, 2,5 mil milhões de pessoas não têm acesso a condições sanitárias básicas."

www.europarl.europa.eu [consult. 16 mai 2024]

1. **Diz em que consiste o conceito de escassez, tendo em atenção o texto.**
2. **Comenta o sentido do título.**

Atividade 5

"Escassez e escolha

A escassez é um elemento fundamental para o aparecimento de um problema económico. Mas o que é a escassez? A escassez consiste na impossibilidade de os bens disponíveis satisfazerem as necessidades presentes. O conceito de escassez, como todos os outros conceitos económicos, depende centralmente das necessidades humanas. São estas que definem se um bem é ou não escasso. Assim, a situação de escassez de um bem pode ser alterada radicalmente devido apenas à alteração dos gostos das pessoas.

[...]

Não há escassez de ar para respirar (embora ar puro seja escasso nas nossas cidades), ou de lugares num cinema vazio. Mas cuidado, a escassez nem sempre é o que parece e varia com as circunstâncias. Por exemplo, existem muitas pedras no mundo, e por isso elas parecem não ser escassas, mas algumas delas são escassas, porque é preciso apanhá-las, cortá-las, para fazer calçadas. O que é escasso é a pedra tratada e colocada no sítio em que é necessária.

Mas a principal razão que causa a escassez é a existência de necessidades humanas ilimitadas. Ao longo dos tempos, o progresso do bem-estar não tem eliminado a escassez, pois o ser humano tem sempre encontrado mais coisas de que necessita, depois de ver satisfeitas as necessidades básicas. Por isso, não é fácil imaginar uma sociedade sem escassez."

NEVES, João C. (2007), *Introdução à Economia*, Lisboa, Editorial Verbo

1. **Explica em que consiste o problema económico referido no texto, apresentando as razões pelas quais é necessário efetuar escolhas.**
2. **Explicita o sentido da afirmação sublinhada.**

3.2. O custo de oportunidade

A escassez de bens e a consequente necessidade de se efetuar escolhas fazem com que a utilização de um bem implique um determinado custo, pois, quando se hierarquizam as necessidades, optando-se pela satisfação de uma em particular, as que ficam por satisfazer consideram-se um custo. Este denomina-se **custo de oportunidade** e caracteriza-se como a melhor alternativa deixada de lado, no momento em que se fez outra escolha. De cada vez que se decide empregar um recurso na satisfação de uma necessidade, está-se a renunciar a oportunidade de o utilizar na satisfação de outra.

Custo de oportunidade
Representa o sacrifício da melhor alternativa deixada por satisfazer, resultante de uma escolha em que se dá prioridade a outra necessidade.

Documento 1

"Custo de oportunidade e decisões

A vida implica que se tomem inúmeras decisões. Ao escolher-se uma coisa, tem de se abdicar de outras. Quando se vai ao cinema, não se pode ler um livro. Quando se frequenta um curso de ensino superior, está-se a perder a oportunidade de arranjar um emprego a tempo inteiro. Quando um país incorpora os seus elementos num exército, está a perder o tempo que eles poderiam utilizar a ler poesia ou a escrever programas de computador. Cada vez que uma pessoa ou um país toma uma decisão, estão-se a verificar custos por se abdicar de outras alternativas possíveis.

Quando se é forçado a escolher entre diferentes bens escassos, está-se inevitavelmente a sofrer custos de oportunidade. O custo de oportunidade de uma decisão é o valor da melhor alternativa disponível."

SAMUELSON, Paul A. e NORDHAUS, William D. (1990), *Economia*, Lisboa, McGraw-Hill

O processo de escolha tem por base o princípio da **racionalidade económica**, no qual se presume que cada indivíduo escolhe em cada momento aquela que considera ser a melhor opção disponível, ou seja, aquela que permite a máxima satisfação com o mínimo esforço.

Em suma, podemos dizer que, dado o número insuficiente de bens disponíveis para fazer face à multiplicidade de necessidades que existe, é preciso fazer **opções**. No momento da escolha deve-se ponderar sobre a importância relativa de cada necessidade. É preciso definir prioridades e **hierarquizar as necessidades** de modo a estabelecer a ordem pela qual serão satisfeitas, bem como determinar quais deverão ser abandonadas. A opção ideal, por um lado, deve proporcionar um aumento do nível de vida dos indivíduos através da implementação de uma eficiente utilização dos recursos disponíveis – **racionalidade económica**. Por outro lado, também deve procurar satisfazer o maior número de necessidades individuais e coletivas, garantindo, assim, a libertação de recursos que permitam continuar a produzir mais bens capazes de satisfazer as necessidades das gerações futuras.

Manual Digital

Exercício
A atividade económica e a ciência económica

Atividade 6

A noção de custo de oportunidade é fundamental para as decisões que tomamos diariamente. Na prática, consiste em saber do que temos de abdicar para podermos executar uma ação que nos possa trazer algum benefício. Se, por exemplo, um indivíduo passar a trabalhar um maior número de horas por dia, para obter um rendimento mais elevado que possibilite a entrada dos filhos na faculdade e uma vida com mais conforto para família, em contrapartida, terá de abdicar tempo de descanso e/ou de lazer.

1. **Apresenta o conceito de custo de oportunidade, tendo em atenção o texto.**
2. **Explica a relação de causalidade que se estabelece entre os conceitos de escassez e custo de oportunidade.**

Mas o processo de escolha também envolve a tomada de decisão sobre quais os bens e serviços que devem ser alocados para a satisfação de necessidades coletivas e como serão disponibilizados pela **atividade económica**, nas operações levadas a cabo pela sociedade com vista a satisfazer as necessidades da população.

Os agentes económicos efetuam escolhas sempre que tomam decisões, nomeadamente quando têm de responder a três questões fundamentais:

O que produzir?

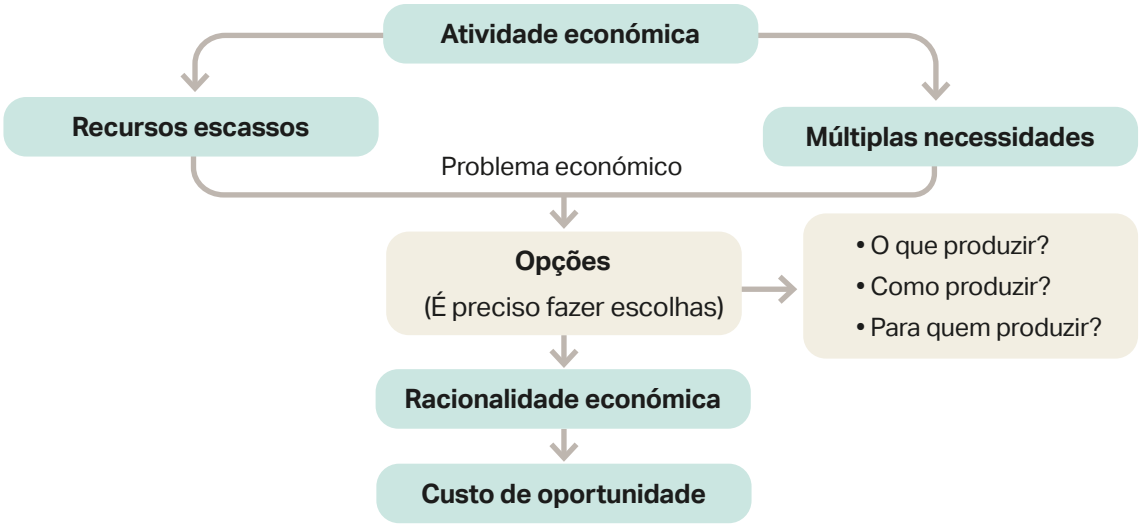
Trata-se de saber quais os bens que devem ser produzidos, em que quantidades e em que momento. A escolha dos bens a produzir deve ter em consideração o seu **custo de oportunidade**, isto é, deve-se refletir sobre o que se sacrifica quando se decide utilizar determinado bem na satisfação de uma dada necessidade.

Como produzir?

Para responder a esta questão, é necessário decidir quais serão os meios humanos, técnicos e logísticos a utilizar para produzir bens e serviços capazes de satisfazer as necessidades.

Para quem produzir?

Saber a quem se destina aquilo que é produzido num país, ou seja, compreender a forma como é repartido o rendimento de uma sociedade pelas famílias que a compõem.



Atividade 7

"Ao responder às questões "o que" e "como produzir", a Economia está a decidir a forma de aplicar os seus recursos nos inúmeros bens e serviços que todos consumimos, tendo de efetuar escolhas acerca dos fatores produtivos a utilizar (trabalho, matérias-primas, ferramentas e máquinas) e das produções. Os países estão limitados pelos recursos disponíveis e pela tecnologia que utilizam."

NABAIS, C. e FERREIRA, Ricardo, V. (2012), *Macroeconomia*, Lisboa, Lidel

1 **Comenta o texto, tendo em atenção as questões fundamentais que se colocam à Economia.**

3.3. Fronteira de Possibilidades de Produção

Para responder às questões fundamentais que se colocam à atividade económica, nomeadamente, saber *o que produzir* e *em que quantidades*, a Economia precisa de investigar as diferentes possibilidades de produção que a atividade produtiva pode obter, com os recursos disponíveis. Por outro lado, sabemos que, cada vez que se toma uma decisão económica, se deve ter em consideração o respetivo custo de oportunidade, pois, quando decidimos alocar[1] um determinado recurso a uma atividade, estamos a prescindir da possibilidade de o empregar noutras atividades. Assim, importa ter em

[1] *Alocar* um recurso, significa *empregar* um recurso, *afetar* um recurso a um dado fim – expressões sinónimas que fazem parte da terminologia própria da Economia.

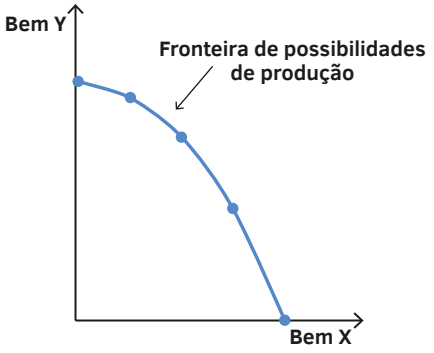
Fronteira de Possibilidades de Produção (FPP)
Modelo que constitui uma simplificação da realidade, no qual se apresentam as possíveis combinações de produção de dois recursos, numa dada atividade produtiva, tendo por base, a racionalidade e eficiência.

atenção o custo implícito de cada decisão, quando se decide que bens vão ser produzidos e em que quantidades.

Um dos instrumentos frequentemente utilizados pela Economia, para investigar as diferentes possibilidades de produção e apresentar o problema económico de modo gráfico, é a **Fronteira (ou Curva) de Possibilidades de Produção (FPP)**, que nos demonstra que, perante a escassez e finitude de recursos, é necessário efetuar escolhas e considerar o custo de oportunidade da produção de cada bem e serviço.

A FPP é um modelo simplificado da realidade, onde se podem observar as diferentes combinações possíveis de dois recursos, na produção de bens e serviços. Esta ferramenta permite-nos constatar que quanto maior é a alocação de um recurso, menor é a alocação do outro, demonstrando, assim, que, quando se aplica um recurso na produção de um bem ou serviço, se deixa de dispor da possibilidade de o aplicar na produção de outro bem ou serviço.

Trata-se de um modelo que pressupõe a **racionalidade económica** e a **eficiência produtiva**, implicando, por isso, que as escolhas efetuadas envolvam a utilização de todos os recursos disponíveis, sem desperdiçar nenhum e que estes sejam usados do modo mais eficiente possível.



É uma representação gráfica de inclinação negativa (decrescente), que nos mostra as possíveis combinações de produção, relativamente a dois bens, em situações de plena utilização da capacidade produtiva, isto é, com todos os restantes fatores produtivos (como, por exemplo, máquinas e equipamentos) a serem integralmente canalizados para a produção desses dois bens, de modo sempre constante.

A fronteira (ou curva) é a linha formada pelos pontos que representam as diferentes situações de combinação máxima possível dos recursos em análise – cada ponto da fronteira representa a combinação que corresponde ao máximo que é possível produzir de cada bem.

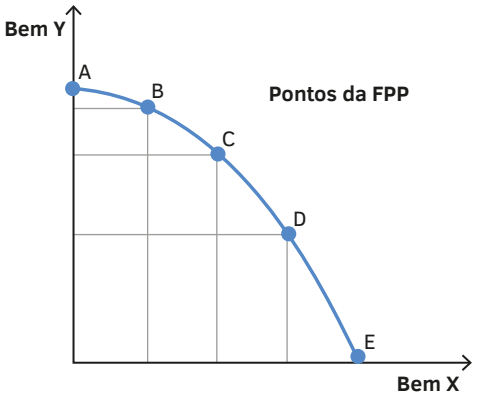
Documento 2

"A curva (ou fronteira) de possibilidades de produção (CPP) é uma curva através da qual se ilustra a forma como a questão da escassez impõe um limite à capacidade produtiva de uma sociedade e, portanto, traduz uma fronteira da máxima quantidade de bens e serviços que pode ser produzida, num determinado período de tempo, com a utilização dos recursos existentes e com a tecnologia disponível. A CPP

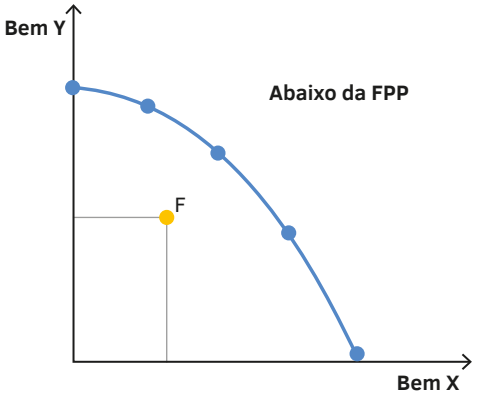
consiste na produção de todas as combinações eficientes dos bens X e Y, de acordo com a qual a economia pode produzir mais de um bem, mas apenas se produzir menos de outro".

DONÁRIO, Arlindo A. e SANTOS, Ricardo B. (2022), *Economia, com Destaque para a Microeconomia – Uma Visão Crítica*, Lisboa, Edições Sílabo

Observando o gráfico com os pontos da FPP, podemos concluir que, à medida que aumenta a possibilidade de produção de um bem, diminui a possibilidade de se produzir o outro, pois os recursos são finitos e só podem ser alocados para um fim ou para outro. No limite (observe-se a situação A), vemos que, para se produzir a quantidade máxima de bem Y, que é possível fabricar nesta atividade económica, a produção do bem X teria de ser igual a zero, com todos os recursos desta atividade a serem canalizados para a produção do bem Y. E o contrário também é verdadeiro (veja-se a situação E), se desejarmos obter a quantidade máxima de bem X que é possível produzir, teremos de abdicar do bem Y, passando, nesse caso, a sua produção a ser nula.

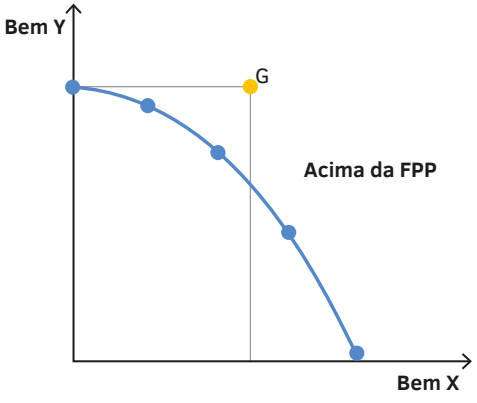


Mas a racionalidade económica e a eficiência produtiva apenas se verificam nos **pontos da FPP**. Só a fronteira é que representa situações de possibilidade máxima de produção, empregando-se a totalidade dos recursos disponíveis da melhor forma possível.



- **Pontos abaixo e acima da FPP**

Os pontos situados **abaixo da FPP**, como a situação F do gráfico, representam situações onde não se efetuam as melhores escolhas, pois, como não se empregam todos os recursos disponíveis, isso faz com que haja desperdícios. Nestes casos, dizemos que não há racionalidade económica e eficiência produtiva – situação de ineficiência.



Os pontos situados **acima da FPP**, como a situação G do gráfico, apesar de corresponderem a potenciais situações de maior produção que até poderiam ser desejáveis, são combinações de produção impossíveis de alcançar,

porque os recursos disponíveis não são suficientes para realizar esses níveis de produção – situação de impossibilidade.

Podemos então concluir que:

– os **pontos da fronteira** representam situações possíveis e eficientes;

– os pontos situados **abaixo da fronteira** representam situações possíveis, mas ineficientes;

– os pontos situados **acima da fronteira** representam situações impossíveis.

Para uma melhor compreensão, vejamos, agora, um exemplo da análise de uma fronteira de possibilidades de produção.

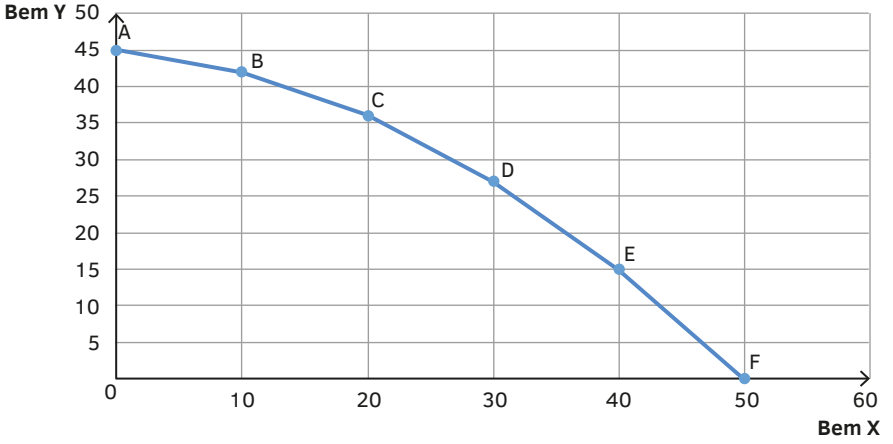
Situações de possibilidade de produção	Bem X	Bem Y
A	0	45
B	10	42
C	20	36
D	30	27
E	40	15
F	50	0

Admitamos que a atividade produtiva de um determinado país se concentra em apenas dois tipos de bens (bem X e bem Y) e que todos os recursos disponíveis desse país são utilizados na produção desses bens, incluindo a sua força de trabalho e os seus bens de equipamento.

Na tabela, apresentam-se diferentes situações de combinação da produção dos bens X e Y, que é possível obter nesse país, alocando-se todos os seus recursos disponíveis de modo racional e eficiente.

Representamos graficamente os dados da tabela e começamos a investigar as diferentes possibilidades de produção dos bem X e Y, do país em causa.

Fronteira de Possibilidades de Produção



Analisando os dados relativos às diferentes situações de possibilidade de produção daquele país, constatamos que, na situação A, se o país quiser obter a produção máxima de bem Y (45 unidades), terá de deixar de produzir o bem X (0 unidades). Na situação B, para obter o máximo de bem Y (42 unidades), poderá produzir até 10 unidades de bem X.

Em C, para um máximo de 36 unidades de bem Y, conseguirá produzir 20 unidades de bem X. Na situação D, é possível produzir o máximo de 27 unidades de bem Y, quando produz 30 unidades de bem X. Na situação E, ainda é possível produzir um máximo de 15 unidades, quando produz 40 unidades de bem X. E em F, é necessário abdicar da produção de bem Y, se quiser obter a produção máxima de bem X, que é 50 unidades.

Vemos assim que, cada vez que o país decidir produzir o máximo que pode de bem Y (45 unidades), perde a possibilidade de produzir 50 unidades de bem X e, pelo contrário, se optar por produzir 50 unidades de bem X, deixa de poder produzir 45 unidades de bem Y. Por outro lado, se, em vez de produzir 45 unidades de bem Y, passasse a produzir apenas 42 unidades, nesse caso, produzindo menos 3 unidades de bem Y, já conseguiria produzir 10 unidades de bem X. E se abdicasse de 9 unidades de bem Y, relativamente às 45 unidades máximas totais que poderia produzir, caso não produzisse nenhum bem X, então já seria possível obter 20 unidades de bem X, e por aí adiante.

Poderíamos tirar o mesmo tipo de conclusões em relação ao bem X. Se aquele país, em vez de tentar obter a produção máxima de 50 unidades do bem X, em regime de exclusividade, optasse, antes, por produzir 40 unidades de bem X, ao abdicar de 10 unidades desse bem, iria passar a poder produzir 15 unidades de bem Y e assim sucessivamente. O custo de oportunidade é sempre analisado de um modo relativo. Em cada situação, é preciso observar o custo implícito de um recurso, em termos do outro, vendo o que é necessário abdicar de um bem, para se poder obter mais do outro.

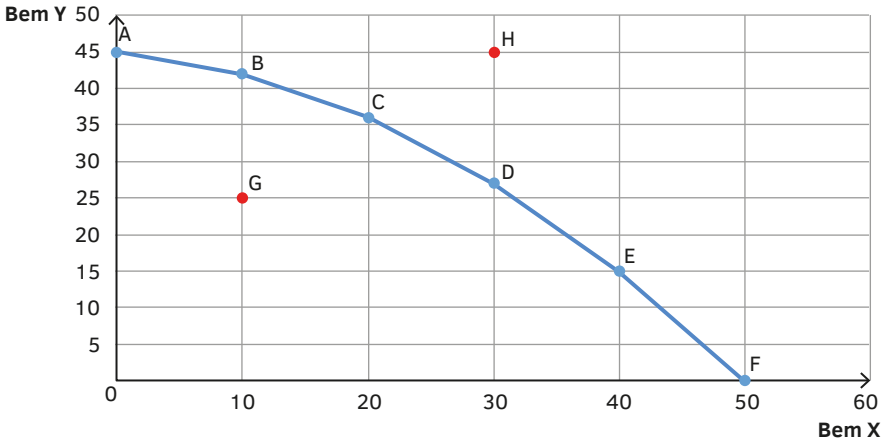
Analisemos agora duas novas situações de **pontos abaixo** e **acima** da fronteira de possibilidades de produção, adicionando ao gráfico os pontos G e H, constantes na nova tabela.

Situações de possibilidade de produção	Bem X	Bem Y
G	10	25
H	30	45

Em relação à situação G, podemos concluir que esta situação não constitui uma escolha racional e eficiente, pois, para o país produzir as mesmas 10 unidades de bem X que consegue produzir na situação B, apenas iria obter 25 unidades de bem Y, quando, em B, poderia obter 42 unidades. A situação G, apesar de ser possível, não seria uma boa opção para o país, que, neste caso, seria ineficiente, ao não produzir o máximo possível e desperdiçar recursos.

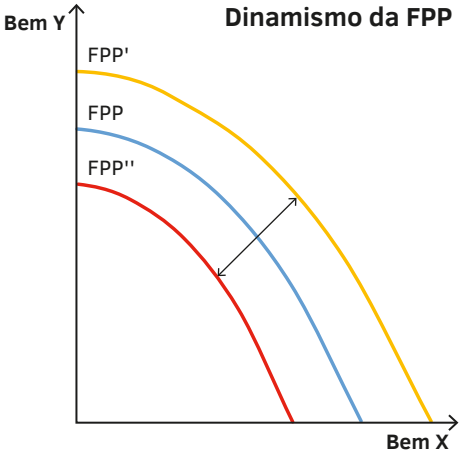
Quanto à situação H, verificamos que se trata de uma situação impossível, pois sabemos que, se o país optar por produzir 45 unidades de bem Y, esgota a sua capacidade de produção e já não consegue produzir nenhuma unidade de bem X, como se viu na situação A. Assim, é impossível que, além das 45 unidades de bem Y, o país ainda possa produzir 30 unidades de bem X. Poderia ser uma situação do agrado do país, mas não é possível.

Fronteira de Possibilidades de Produção



Numa situação de plena utilização da capacidade produtiva, se quisermos aumentar a produção do bem X, teremos de produzir uma menor quantidade de bem Y, pois os meios empregados na produção permanecem constantes.

Dinamismo da FPP

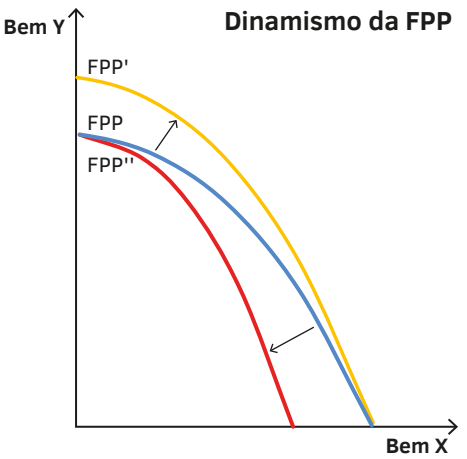


Mas isso não significa que a fronteira de possibilidades de produção tenha necessariamente de permanecer sempre estática. A FPP pode apresentar um **comportamento dinâmico** ao longo do tempo, podendo deslocar-se, caso se alterem as suas variáveis, por qualquer motivo.

Se, por exemplo, surgir alguma evolução tecnológica que permita passar a produzir simultaneamente uma maior quantidade do bem X e do bem Y, com os mesmos recursos disponíveis, isso fará a FPP deslocar-se para a direita (FPP'), refletindo-se dessa maneira o aumento da eficiência da produção.

Por outro lado, também pode ocorrer algum fenómeno que leve a fronteira a deslocar-se para a esquerda (FPP'') se, por qualquer razão, houver algum incidente que provoque uma diminuição da eficiência dos meios de produção, como a perda definitiva de um bem de equipamento importante, que faça baixar as possibilidades máximas de produção dos dois bens.

Dinamismo da FPP



E estas alterações da FPP também podem suceder em apenas alguns pontos da curva, não têm de ter um impacto igual ao longo de toda a linha da fronteira.

Atividade 8

Sabendo que, na Ilha Alfa, todos os recursos produtivos são canalizados para a extração de sal ou para a captura de peixe, observa a tabela seguinte, com as diferentes possibilidades de combinação da atividade de extração de sal e da captura de peixe, em toneladas, num dado período.

Situações de possibilidade de produção	**Sal** (toneladas)	**Peixe** (toneladas)
A	0	3
B	0,5	2,8
C	1	2,3
D	1,5	1,4
E	2	0

1 **Representa graficamente a FPP da atividade produtiva da Ilha Alfa.**

2 **Analisa as diferentes possibilidades de combinação das atividades produtivas da Ilha Alfa e comenta os seus principais aspetos.**

3 **Dá um exemplo de um ponto situado abaixo da FPP, explicando a sua situação em termos de eficiência.**

Conceitos-chave

- Necessidade
- Multiplicidade
- Saciabilidade
- Hierarquização
- Substituibilidade
- Necessidades primárias, secundárias e terciárias
- Necessidades económicas e não económicas
- Necessidades individuais e coletivas
- Problema económico
- Escassez
- Custo de oportunidade
- Atividade económica
- Fronteira de Possibilidades de Produção (FPP)
- Pontos da fronteira
- Pontos acima e abaixo da fronteira
- Comportamento dinâmico da FPP
- Racionalidade económica

Síntese

- Uma **necessidade** é um estado de carência que surge como resultado da privação de um bem ou serviço.
- As necessidades apresentam as seguintes características: **multiplicidade**, **saciabilidade**, **hierarquização** e **substituibilidade**.
- As necessidades podem classificar-se, **quanto à sua importância**, em primárias, secundárias e terciárias; **quanto ao seu custo**, em económicas e não económicas, e, **quanto à sua abrangência**, em individuais e coletivas.
- O **problema económico** fundamental é a **escassez** de recursos perante o conjunto ilimitado de necessidades. Este problema exige que se hierarquizem as necessidades e se façam escolhas.
- O processo de escolha tem por base o princípio da **racionalidade económica**, segundo o qual se presume que cada pessoa escolhe sempre a opção mais eficiente.
- O **custo de oportunidade** representa o sacrifício da melhor alternativa deixada de lado no momento em que se efetua uma escolha.
- A Economia procura dar resposta a três grandes questões: **O que produzir? Como produzir? Para quem produzir?**
- A **Fronteira (ou Curva) de Possibilidades de Produção (FPP)** é um modelo que constitui uma simplificação da realidade, no qual se apresentam as possíveis combinações de produção de dois recursos, numa dada atividade produtiva, tendo por base a racionalidade económica e a eficiência produtiva.
- Os **pontos da FPP** representam situações possíveis e eficientes, os pontos situados **abaixo da FPP** representam situações possíveis, mas ineficientes, os pontos situados **acima da FPP** representam situações impossíveis.
- A FPP pode apresentar um **comportamento dinâmico** ao longo do tempo, podendo deslocar-se, caso se alterem as suas variáveis, por qualquer motivo.

Ficha de trabalho 3

1 **Seleciona, em cada caso, a opção que consideras correta.**

1.1. Consideram-se características das necessidades a

a) substituibilidade e a racionalidade.

b) suscetibilidade e a escassez.

c) abundância e a variedade.

d) saciabilidade e a multiplicidade.

1.2. As necessidades classificam-se como secundárias quando

a) são fundamentais à sobrevivência humana.

b) são necessárias mas não são indispensáveis.

c) são relativas a bens supérfluos.

d) não é necessário despender moeda para as satisfazer.

1.3. As necessidades que resultam da vida em sociedade classificam-se em

a) económicas.

b) sociais.

c) coletivas.

d) primárias.

1.4. O problema económico resulta

a) da escassez de bens capazes de satisfazer um conjunto ilimitado de necessidades.

b) dos diferentes níveis de desenvolvimento dos países.

c) da escassez de bens capazes de satisfazer um conjunto limitado de necessidades.

d) da desigualdade na repartição dos rendimentos.

1.5. O custo de oportunidade

a) representa o total dos encargos suportados com um negócio.

b) corresponde ao valor que os consumidores estão dispostos a pagar por um bem material.

c) mede-se através da melhor alternativa que é sacrificada quando se efetua uma escolha.

d) calcula-se em função dos rendimentos gerados no ato produtivo.

Ficha de trabalho 3 (cont.)

2 **Indica se as seguintes afirmações são verdadeiras ou falsas, justificando as que consideras falsas.**

2.1. A Economia estuda como os recursos abundantes se empregam na satisfação das limitadas necessidades humanas.

2.2. O problema económico resulta da necessidade de adequar a multiplicidade de recursos existentes às necessidades.

2.3. A escassez só existe porque as necessidades são ilimitadas e os recursos são insuficientes para as satisfazer.

2.4. A escolha implica a seleção das necessidades que vão ser satisfeitas em relação às que vão ser deixadas de parte.

2.5. As três questões fundamentais que se colocam à Economia são: Como investir? Como promover a internacionalização das empresas nacionais? Que políticas fiscais implementar?

3 **Lê a seguinte afirmação.**

A Economia é a ciência que se dedica ao estudo de como utilizar recursos escassos na satisfação das necessidades humanas.

3.1. Diz o que entendes por necessidades, distinguindo-as quanto ao seu custo.

3.2. Apresenta o conceito de escassez.

3.3. Explicita em que consiste o problema económico.

4 **Lê com atenção o seguinte texto.**

"A Economia é a ciência da escolha, estudando a decisão das pessoas sobre a utilização de recursos produtivos escassos ou limitados (terra, trabalho, equipamentos ou conhecimentos técnicos) para produzir bens variados (como trigo, carne de vaca, sobretudos, concertos, estradas, mísseis) e para os distribuir pelos vários membros da sociedade, para consumo."

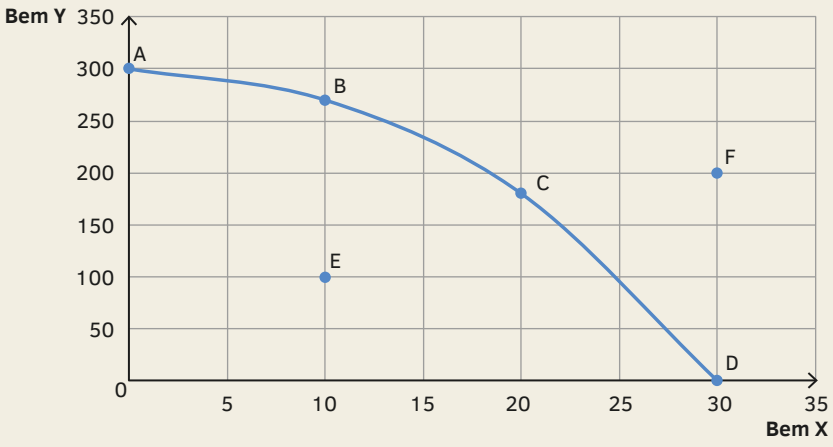
SAMUELSON, Paul A. e NORDHAUS, William D. (1990), *Economia*, Lisboa, McGraw-Hill

4.1. Comenta o texto, tendo em atenção a importância da escolha na Economia.

4.2. Explica em que consiste o conceito de custo de oportunidade.

5 **Observa a seguinte representação gráfica sobre as combinações de produção de um país, que se dedica à produção de apenas dois bens, o bem X e o bem Y.**

Combinações de produção dos bens X e Y



5.1. Diz em que consiste uma Fronteira de Possibilidades de Produção.

5.2. Representa, numa tabela, os pontos A, B, C, D, E e F que constam no gráfico.

5.3. Identifica a fronteira de possibilidades de produção dos bens X e Y, no gráfico, referindo os seus principais aspetos.

5.4. Classifica as situações E e F do gráfico, em termos de eficiência produtiva.

4 A organização da atividade económica

Objetivos de aprendizagem

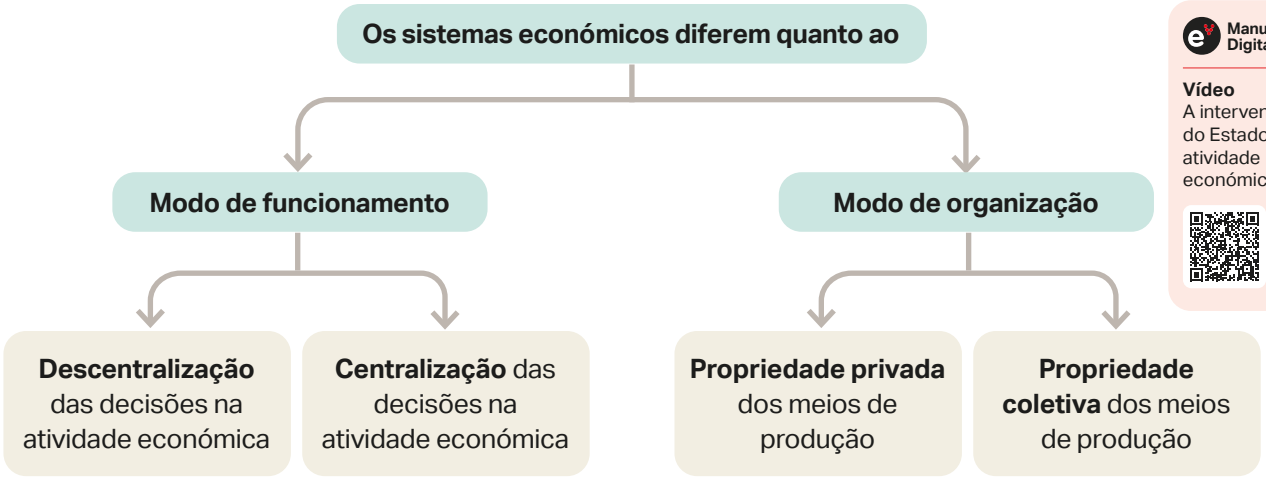
- Compreender o conceito de economia de mercado e as suas principais influências.
- Compreender o conceito de economia de direção central e as suas principais influências.
- Compreender o conceito de economia mista e a sua aplicação às economias reais.
- Identificar os diferentes sistemas económicos e a forma como resolvem os problemas básicos da Economia.
- Enquadrar a economia cabo-verdiana no contexto dos diferentes sistemas económicos.

4.1. Sistemas económicos

Sistema económico
Forma como as sociedades funcionam e organizam as suas atividades produtivas de modo a satisfazer as necessidades coletivas.

Neste capítulo, iremos estudar os diferentes **sistemas económicos**, que representam a forma como as sociedades funcionam e organizam as suas atividades produtivas de modo a satisfazer as necessidades coletivas. Começaremos por analisar os princípios orientadores que caracterizam os dois principais modelos teóricos de organização económica, as economias de mercado e as economias de direção central (planificadas), vendo, depois, o modo como na prática eles se combinam, dando origem a modelos de natureza mista.

Analisando a forma como estes sistemas económicos funcionam e como organizam a atividade económica, conseguimos compreender melhor as suas diferenças. No que respeita ao **modo de funcionamento**, convém ver quem detém o controlo das decisões na atividade económica, averiguando quem toma as decisões sobre o que produzir, como produzir e para quem produzir, em cada modelo, vendo se estas decisões são tomadas de forma descentralizada, se estão a cargo dos agentes económicos envolvidos, ou se estão exclusivamente centralizadas sob a autoridade do Estado. Quanto ao **modo de organização** da atividade económica, em termos gerais, importa distinguir a quem pertence a propriedade dos meios de produção, vendo se esta é privada ou coletiva.



Manual Digital

Vídeo
A intervenção do Estado na atividade económica

A **participação do Estado na atividade económica** pode configurar-se pouco interventiva, atuando apenas ao nível da esfera política e adotar uma postura mais liberal, ou ser mais intervencionista, atuando em assuntos da esfera privada ou em disputas com outras nações.

Participação do Estado na economia:
- postura mais liberal;
- postura mais intervencionista.

Documento 1

"Existem basicamente dois enfoques, com interesse analítico, na abordagem dos sistemas económicos: o modo de funcionamento e o modo de organização.
Por **modo de funcionamento** entende-se a forma como as diversas unidades económicas que compõem a sociedade coordenam entre si os seus planos individuais. Relaciona-se com o grau de centralização nas decisões sobre a afetação dos recursos e bens finais e com as formas de controlo económico. Entende-se por controlo económico as formas e mecanismos de intervenção do Estado[1] utilizados para tentar melhorar a eficiência, corrigir perturbações ou falhas nas formas de coordenação dominantes.
As economias em que as decisões sobre aquela afetação são tomadas predominantemente de forma descentralizada pelas unidades microeconómicas (empresas e famílias, na linguagem comum da teoria económica), através da sua interação no mercado em função de mecanismos de preços e de restrições orçamentais, são designadas *economias de mercado*. As economias em que as decisões sobre a afetação são tomadas predominantemente por ação administrativa centralizada de autoridades estatais são designadas *economias de direção central*.

Documento 1 (cont.)

Por **modo de organização** em sentido estrito entende-se as características das unidades económicas, aspeto que se relaciona, em termos globais, com a estrutura da propriedade, nomeadamente com o predomínio da propriedade privada ou da propriedade pública. As economias em cujo sistema económico predomina a propriedade privada dos meios de produção fundamentais são referenciadas com o termo *capitalista*. As economias em cujo sistema económico predomina a propriedade pública, basicamente estatal, dos meios de produção fundamentais são referenciadas com o termo *socialista*."

NUNES, Ana Bela (1997), *O modo de organização e funcionamento das economias nacionais no século XX*[2], Estudos de Economia, XVI-XVII (3): 253-278, Instituto Superior de Economia e Gestão

[1] Note-se que a ação do estado pode ser a decisão de não intervir, deixando os mecanismos de mercado atuarem.

[2] Texto que serviu de base à lição de síntese apresentada em provas públicas de agregação realizadas em 1996 no Instituto Superior de Economia e Gestão.

Atividade 1

1 **Indica, atendendo ao texto do documento 1, os principais critérios de enfoque na análise dos sistemas económicos.**

A seguir, abordaremos sucintamente os dois principais modelos teóricos, quanto ao seu modo de organização económica e modo de funcionamento, observando, entre outros aspetos, as diferentes formas de **intervenção do Estado** na economia, o tipo de **planeamento** existente e a quem pertence a **propriedade dos meios de produção**.

4.1.1. Economia de mercado

As economias de mercado têm a sua génese no liberalismo. O conceito de Estado Liberal surgiu no século XVIII com as Revoluções Liberais, ocorridas em França e Inglaterra. O liberalismo opunha-se ao absolutismo, assentando em pressupostos como a propriedade privada, a redução do poder político, a ordem espontânea, a igualdade perante a lei e o funcionamento livre do mercado.

A **economia de mercado** é um sistema económico que se caracteriza pela existência de livre iniciativa e propriedade privada dos meios de produção. Este sistema é frequentemente referido como *capitalista*, por os meios de produção – que representam o capital – pertencerem a indivíduos ou entidades privadas, cabendo a posse das empresas a agentes privados e não ao Estado.

Economia de mercado
Sistema económico que se caracteriza pela existência de livre iniciativa e propriedade privada dos meios de produção.

Numa economia de mercado, são os agentes privados que tomam as decisões sobre o que produzir, como produzir e para quem produzir, havendo uma descentralização da tomada de decisão e pouca intervenção estatal. O papel do Estado é reduzido ao mínimo necessário, sendo o planeamento estatal da atividade económica meramente indicativo, uma vez que são os agentes privados que decidem e delineiam os seus próprios planos de forma independente.

Manual Digital

Exercício
Descrever a transição para a economia de mercado

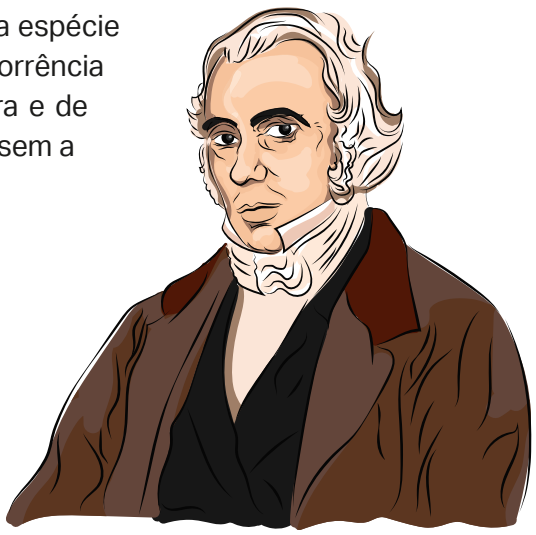
Os preços e as quantidades transacionadas são ditados pelo funcionamento livre do mercado, prevalecendo o objetivo da maximização do lucro. O mercado, através da concorrência, dita o preço e as quantidades de bens que são colocadas à disposição dos consumidores em cada momento, como veremos mais à frente, quando estudarmos as leis da oferta e da procura.

Documento 2

"**Economia de mercado**
Sistema económico caracterizado pela existência de iniciativa privada, isto é, no qual entidades de carácter privado são detentoras da propriedade dos meios de produção. É evidente que tal não impede a sua coexistência com empresas de carácter estatal. No entanto, é a propriedade privada que predomina.
Refira-se ainda que este não é o único ponto de contacto possível entre os sistemas de direção central e de economia de mercado. Mais concretamente, é possível (e frequente) que uma economia de mercado possua um dos traços caracterizadores da direção central, o plano económico. Existe, contudo, uma diferença significativa: no primeiro caso, o plano é obrigatório para todas as entidades da economia, enquanto no segundo é meramente indicativo (apenas é obrigatório para as empresas que sejam propriedade do Estado). Logo, a liberdade económica (de instalação de unidades empresariais, de determinação dos produtos a produzir, de fixação de preços, etc.) é total. O Estado não intervém na vida económica nos moldes em que o faz numa economia de direção central.
Numa economia de mercado, o objetivo que move a iniciativa empresarial é o lucro. A atitude concorrencial das empresas surge como uma consequência deste desejo constante."

Porto Editora – economia de mercado na Infopédia, Porto, Porto Editora [consult. 19 jun 2024]

Adam Smith foi um importante economista escocês, do século XVIII, que defendia a existência de um liberalismo económico, advogando a não intervenção do Estado na economia e a livre iniciativa dos agentes económicos privados. Alegava que os cidadãos deveriam poder decidir produzir bens e comercializá-los, e que o mercado depois funcionaria como uma espécie de **mão invisível**. O mecanismo da livre concorrência ajustaria naturalmente as intenções de compra e de venda da iniciativa privada, autorregulando-se sem a intervenção do Estado.



Documento 3

"A ***mão invisível*** é sinónimo de lei de oferta e da procura e explica como a interação entre estes dois fatores serve para beneficiar a sociedade no seu conjunto. O conceito simples é o seguinte: não há nada de errado em as pessoas agirem segundo o seu interesse próprio. Num mercado livre, a força combinada de todos em busca do seu interesse individual beneficia a sociedade no seu conjunto, enriquecendo toda a gente.

Adam Smith usou esta frase apenas três vezes na sua obra-prima de 1776, *A Riqueza das Nações*, mas há uma passagem-chave que sublinha a sua importância:

> [Nenhum indivíduo] pretende promover o interesse público, nem sabe em que medida contribui para ele [...] ao gerir a sua indústria de maneira tal, que o seu produto atinja o máximo valor possível, ele procura apenas o seu benefício pessoal, e ele é, nesta situação, como noutras, levado por uma mão invisível a contribuir para um fim para o qual não tinha intenção de contribuir [...]. Ao perseguir o seu interesse próprio, o indivíduo frequentemente promove o interesse da sociedade de maneira mais eficaz do que se efetivamente tencionasse promovê-lo. Nunca tive conhecimento de grandes benefícios gerados por aqueles que se dedicam ao comércio em nome do bem público.

A ideia explica porque os mercados de livre concorrência têm sido tão importantes para o desenvolvimento das complexas sociedades modernas."

CONWAY, Edmund (2011), *50 ideias de Economia que precisa mesmo de saber*, Alfragide, Publicações D. Quixote

Atividade 2

"Suponhamos o caso de um inventor chamado Thomas que encontrou uma ideia para um novo tipo de lâmpada – um exemplar que é mais eficiente, dura mais tempo e tem maior luminosidade que os restantes. Ele fê-lo apenas tendo em vista o seu próprio interesse, na esperança de tornar-se rico e, talvez, famoso. O efeito colateral irá beneficiar a sociedade em conjunto, ao criar emprego para aqueles que irão fabricar as lâmpadas e assim melhorar as vidas (e salas de estar) dos que comprarem estas lâmpadas. Se não houvesse procura deste tipo de lâmpadas ninguém pagaria ao Thomas por inventá-la, e a mão invisível ter-lhe-ia dado uma bofetada por cometer tal erro."

CONWAY, Edmund (2011), *50 ideias de Economia que precisa mesmo de saber*, Alfragide, Publicações D. Quixote (adaptado)

1 **Comenta o texto, tendo em atenção a existência de livre iniciativa numa economia de mercado.**

4.1.2. Economia de direção central (planificada)

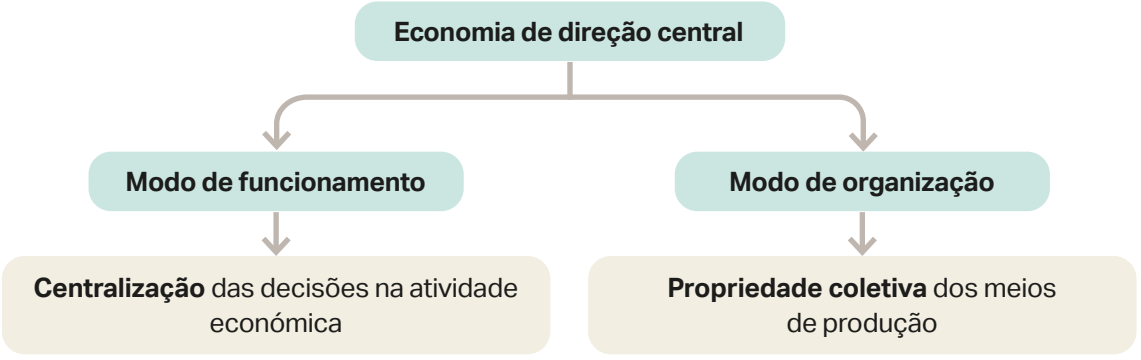
O modelo teórico das economias de direção central, ou planificadas, situa-se no espectro oposto das economias de mercado, quanto ao modo de funcionamento e organização da atividade económica, advogando a propriedade coletiva dos meios de produção, a inexistência de iniciativa privada e a total intervenção do Estado na economia, de modo a eliminar as diferenças de classes.

Economia de direção central
Sistema económico caracterizado pela centralização estatal da tomada de decisão na atividade económica e pela propriedade coletiva dos meios de produção.

Numa **economia de direção central**, todas as decisões sobre o que produzir, como produzir e para quem produzir se centralizam sob a autoridade do Estado, que mantém o controlo dos meios de produção, efetuando a repartição coletiva do rendimento, segundo as capacidades e necessidades de cada um.

Neste sistema, o mecanismo de regulação da economia é a planificação coletiva de carácter obrigatório – planos imperativos. Os agentes económicos são obrigados a atuar de acordo com os planos definidos pela Autoridade Económica Central, não dispondo de liberdade de decisão. Os planos têm, portanto, uma enorme relevância neste sistema, sendo toda a atividade económica organizada de acordo com eles, tendo em vista a satisfação máxima das necessidades coletivas.

O Estado assume um papel de total destaque nas economias de direção central, cabendo-lhe toda a definição e orientação da atividade económica, não havendo lugar para a iniciativa privada ou para a concorrência. Os preços são definidos pela Autoridade Económica Central e a produção também é controlada pelo Estado, ficando a cargo de empresas estatais, ou coletivas, que produzem em função do que é definido no plano. Os planos, neste caso, necessitam de contemplar todas as necessidades coletivas, atuando de forma totalmente articulada.



O sistema económico de direção central – também denominado *socialista* – defende a eliminação das desigualdades sociais através da abolição da propriedade privada. As repúblicas da ex-União Soviética e a China constituem exemplos de economias de direção central, do século XX.

Documento 4

"**Economia de direção central**
Sistema económico que assenta no exercício de todas as decisões de carácter económico por uma única entidade, o Estado. Este constitui-se, portanto, como a autoridade económica. Exemplos significativos encontram-se nos países do chamado *socialismo real*, como a antiga União Soviética e os países da sua esfera de influência. Toda a estruturação da orgânica e do funcionamento da economia num sistema de direção central é efetuada no Plano. De facto, sem planificação económica não existe direção central. No Plano definir-se-á a orientação a seguir em relação aos vários aspetos da vida económica do país. Mais concretamente, estipulam-se as produções a efetuar: os tipos de bens e serviços a produzir, as quantidades e as respetivas qualidades, bem como os locais onde se deverá efetuar a produção.
Para que esta tarefa seja executada convenientemente, é necessário conhecimento prévio das necessidades da comunidade, por forma a que se determine a produção daquilo que é efetivamente mais necessário à satisfação das necessidades gerais. Naturalmente, para definir corretamente os parâmetros da produção a efetuar, também é necessário saber quais são os meios de produção ao dispor da economia. Uma economia de direção central é, assim, um sistema que não concede qualquer liberdade aos agentes económicos, embora se lhe devam reconhecer os méritos de possibilitar a existência permanente de pleno emprego e a ausência das crises típicas dos sistemas de predomínio do mercado."

Porto Editora – economia de direção central na Infopédia, Porto, Porto Editora [consult. 22 jun 2024]

Atividade 3

"Numa _____, a propriedade e os meios de produção (fábricas, ferramentas, matérias-primas, etc.) seriam propriedade não dos indivíduos privados ou empresas, mas de toda a gente. Inicialmente, o Estado iria tomar posse e controlar todas as empresas e instituições, gerindo-as verticalmente e assegurando que as empresas não oprimiam os trabalhadores."

KOTLER, Philip (2015), *O capitalismo posto à prova: soluções para um sistema económico em crise*, Lisboa, Editorial Presença

1. **Completa o espaço em branco, com o modelo de sistema económico que te parece mais adequado neste caso.**

2. **Diz o que entendes por planos imperativos, no contexto do funcionamento e organização económica das sociedades.**

O modelo de direção central é inspirado no socialismo marxista. O alemão Karl Marx (1818-1883), juntamente com Friedrich Engels (1820-1895), advogava a substituição do capitalismo por um modo de produção socialista, que desenvolvesse uma consciência de classes, para mais tarde vir a criar as bases de uma sociedade comunista sem classes. Marx entendia que nas economias capitalistas havia uma classe minoritária da sociedade – que apelidava de «burguesia» – que detinha os meios de produção (o capital) visando a obtenção de mais-valias, que sujeitava a maioria população – o «proletariado» – a trabalhar, sem oferecer uma remuneração adequada. Ele criticava essa postura face aos trabalhadores, defendendo que o valor dos bens deveria ser atribuído de acordo com o esforço desenvolvido, em função do custo do trabalho.

Manual Digital

Vídeo
Excerto do filme: O Jovem Karl Marx

Documento 5

"Embora a maior parte da economia diga respeito às economias de mercado livre, não se deve esquecer que, por longo período do século XX, quase um terço do mundo esteve sob alguma forma de regime comunista ou socialista. Esses estados tinham uma economia centralizada ou planificada. Os filósofos políticos procuravam ainda uma alternativa ao capitalismo quando surgiram as economias de mercado livre. Porém, um argumento realmente económico para o comunismo só foi formulado em meados do século XIX, quando Karl Marx escreveu a sua crítica ao capitalismo. [...]

Com a ascensão do mercado vieram os comerciantes, e com as fábricas, o proletariado industrial. O feudalismo fora substituído pelo capitalismo, que por sua vez seria suplantado pelo comunismo. Em *O Manifesto Comunista*, de 1848, Marx disse que isso ocorreria com uma revolução. Para explicar o que considerava ser uma mudança inevitável, Marx analisou o sistema capitalista e a sua fraqueza inerente em *O Capital*, em três volumes. [...]

No centro da sua análise estava a divisão da sociedade em "burguesia" – uma minoria que possuía os meios de produção – e um "proletariado" – a maioria, que constituía a força de trabalho. Para Marx, essa divisão caracterizava o capitalismo.

Com o advento da indústria moderna, a burguesia tornou-se realmente a classe dominante, pois a propriedade dos meios de produção deu-lhe o controlo da maioria da população, o proletariado. Enquanto os trabalhadores produziam bens e serviços em troca de ordenado, os donos do capital – os industriais e donos de fábricas – vendiam esses bens e serviços para ter lucro. Se, como acreditava Marx, o valor de um produto se baseava no trabalho necessário para produzi-lo, os capitalistas deveriam dar o preço dos bens finais, primeiro somando o preço do trabalho ao custo inicial do produto e depois adicionando o lucro. Num sistema capitalista, o trabalhador deve produzir um valor maior do que o que recebe em ordenados. Assim, os capitalistas extraem uma mais-valia – o lucro. [...] Essa exploração da mão de obra, vista por Marx como imprescindível do capitalismo, recusa aos trabalhadores tanto uma recompensa financeira adequada quanto a satisfação no trabalho, alienando-os do processo de produção."

Vários autores, *O Livro da Economia*, Lisboa, Marcador Editora

4.1.3. Economia mista

Os sistemas económicos que acabámos de analisar são, na verdade, conceções teóricas, pois nenhuma sociedade real opera exclusivamente segundo as leis do mercado ou com total ausência de propriedade privada, conforme preconiza o modelo de direção central. Na prática, houve sempre uma combinação dos dois sistemas, tendendo cada sociedade mais para um, ou para o outro. Daí que na realidade não possamos falar em modelos puros, mas sim, em modelos mistos com componentes de mercado e de direção central.

No quadro a seguir, apresentam-se as principais características de cada modelo, para facilitar a sua compreensão e servir como base de comparação, relativamente às economias reais.

Caracterização dos sistemas económicos

Aspetos principais	Economias de mercado	Economias de direção central
Sistema de base	Capitalista	Socialista / Comunista
Finalidade principal	Obtenção de lucro, com vista a criar melhores condições de vida	Extinção de classes e abolição da iniciativa privada, com vista a eliminar as desigualdades sociais
Propriedade dos meios de produção	Privada	Coletiva / Estatal
Tipo de planeamento	Indicativo	Imperativo
Controlo / tomada de decisão económica	Agentes económicos	Autoridade Económica Central do Estado
Mecanismo de fixação de preços	Mercado de livre concorrência / leis da oferta e da procura ("mão invisível")	Planeamento central do Estado
Forma de repartição do rendimento / Participação dos agentes na atividade económica	Repartição do rendimento de acordo com a participação de cada agente na atividade económica (salários, rendas, juros ou lucros)	Repartição coletiva de rendimentos e participação dos agentes na atividade económica de acordo com as necessidades e capacidades de cada um.

Atividade 4

1 **Pesquisa exemplos de países com uma organização económica próxima do modelo de economia de mercado e exemplos de países que se aproximem do modelo de direção central.**

Tanto as economias de mercado como as de direção central sofreram críticas.

As **economias de mercado**, apesar de estimularem o desenvolvimento económico e tecnológico, levando as sociedades, em geral, a viverem com condições económicas mais favoráveis, ainda assim conduziam a situações de grande desigualdade social.

Manual Digital

Vídeo
A transição para a economia de mercado

O Estado Liberal começou a entrar em crise a partir do fim do século XIX, não sendo capaz de dar resposta às questões sociais. Isso acentuou-se ainda mais com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a Grande Depressão de 1929. O mecanismo de mercado não conseguia resolver todos os problemas através da autorregulação. A crise económica que teve origem nos EUA devido a um excesso de produção, que os produtores não conseguiam fazer escoar, provocou um aumento do desemprego que se fez sentir em todo o mundo. John Maynard Keynes, em resposta à crise, defendeu a ideia de que o Estado deveria alargar a sua intervenção a determinadas áreas de natureza social. Um investimento efetuado pelo Estado poderia contribuir para criar emprego e assim gerar mais rendimento.

Documento 6

"A obra-prima de Keynes – *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* (1936) – foi uma resposta direta à Grande Depressão. Ele argumentou que os governos têm o dever, negligenciado até então, de ajudar a manter a economia em funcionamento em tempos de crise. Foi uma refutação [...] de que até à Grande Depressão a economia tinha sido, em larga medida, autorregulada – isto é, que a "mão invisível", entregue a si mesma, iria automaticamente aumentar o emprego e a produção económica para níveis ótimos. Keynes discordava veementemente. Durante a recessão, disse ele, a quebra na procura de bens podia causar uma depressão séria, uma contração na economia e o aumento do desemprego. Era da responsabilidade do governo dar um incentivo à economia através da contração de dívidas para gastos públicos, contratação de pessoal para o setor público e afetação do dinheiro vivo em projetos públicos de infraestruturas – por exemplo, construindo estradas e linhas ferroviárias, hospitais e escolas. [...] Segundo Keynes, o dinheiro extra gasto pelos governos iria infiltrar-se na economia. Por exemplo, construir uma nova autoestrada cria trabalho para as empresas de construção civil, cujos seus trabalhadores gastam o seu salário em comida, bens e serviços o que, por seu turno, ajuda a manter a economia mais vasta em funcionamento. A chave do argumento era a ideia de multiplicador."

CONWAY, Edmund (2011), *50 ideias de Economia que precisa mesmo de saber*, Alfragide, Publicações D. Quixote

No período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o Estado passou a ter um papel muito mais interventivo na vida dos cidadãos. Começou pela nacionalização de vários setores importantes da economia, nomeadamente, os setores relacionados com bens essenciais para a sociedade como a eletricidade, o gás ou o carvão.

O papel do Estado foi-se alterando em grande parte das nações, surgindo assim o conceito de Estado-providência, segundo o qual o Estado ocupava o papel de garante dos cidadãos, procurando assegurar condições de vida condignas a todos. De um modo geral, o Estado passou a assumir a responsabilidade de garantir melhores condições sociais aos indivíduos, em especial aos mais carenciados, criando sistemas de previdência social e efetuando uma redistribuição dos rendimentos dos cidadãos. Numa tentativa de promover uma maior justiça social, muitas sociedades passaram a atribuir subsídios do Estado aos cidadãos em situações de incapacidade como, por exemplo, por motivos de doença ou de desemprego.

Manual Digital

Vídeo
Instrumentos de intervenção do Estado na esfera económica e social

Documento 7

"Depois do [livro] *Teoria Geral*, os governos em todo o mundo aumentaram de forma dramática, os seus níveis de despesa, em parte por razões sociais, para construírem Estados-providência que lidassem com as consequências do desemprego elevado, em parte porque a economia keynesiana sublinhava a importância de os governos recuperarem o controlo de parcelas significativas da economia."

CONWAY, Edmund (2011), *50 ideias de Economia que precisa mesmo de saber*, Alfragide, Publicações D. Quixote

Atividade 5

"Os keynesianos creem que o desempenho da economia é influenciado tanto pelas decisões públicas como pelas privadas e que, por vezes, o seu comportamento é errático."

CONWAY, Edmund (2011), *50 ideias de Economia que precisa mesmo de saber*, Alfragide, Publicações D. Quixote

1 **Comenta a afirmação, tendo em atenção o conceito de economia mista.**

As **economias de direção central**, apesar de promoverem uma maior equidade social e potencialmente chegarem a situações de pleno emprego, em termos económicos, não eram eficientes. Como não estimulavam a economia pela via da livre iniciativa, acabavam por não se desenvolver, ficando atrasadas em relação às economias onde a liberdade de atuação dos agentes lhes permitia a respetiva recompensa.

A queda do Muro de Berlim, em 1989, marcou o fim de uma era, revelando as fragilidades dos modelos de direção central. Gradualmente, temos vindo a assistir a uma cada

vez maior incorporação de medidas de mercado, como a existência de concorrência e a participação dos agentes privados na economia, em sociedades que antes eram marcadamente de direção central, fechadas à iniciativa privada. No século XXI, a maioria destas economias tem-se vindo a reconfigurar, mantendo um grande peso da autoridade central, mas admitindo uma maior participação do mercado.

Documento 8

"As experiências comunistas do século XX sublinharam as falhas inerentes da teoria [marxista]. A mais importante delas foi o facto de o controlo centralizado da economia se ter revelado imensamente difícil de conseguir – se não mesmo impossível. Quando a Cortina de Ferro caiu nos anos 1990 e os Estados da antiga União Soviética se abriram para os olhos ocidentais, tornou-se claro que [...] se encontravam subdesenvolvidos.

Ao passo que as forças da oferta e da procura criaram economias dinâmicas que geraram riquezas a um ritmo acelerado, os sistemas sóbrios de controlo centralizado da União Soviética e da China sufocaram a inovação. Sem concorrência entre as empresas – a força motriz das economias de mercado – a economia rola, impulsionada por burocratas. Houve apenas uma área em que os soviéticos realmente se excederam: inovação militar e aeronáutica. Sintomaticamente, esta era verdadeiramente a única área em que existia concorrência direta – neste caso, com o Ocidente durante a Guerra Fria."

CONWAY, Edmund (2011), *50 ideias de Economia que precisa mesmo de saber*, Alfragide, Publicações D. Quixote

Atividade 6

1 **Comenta o impacte que a concorrência pode ter no desenvolvimento económico de uma sociedade.**

Documento 9

"O comunismo soviético acabou por ruir e a União Soviética desintegrou-se em vários países independentes, ficando assim a Rússia entregue ao seu próprio destino. Cada um destes novos países precisou de desenvolver a sua própria versão de um sistema económico, apoiando-se maioritariamente no seu legado comunista.

A China também começou por ser um regime comunista sob a liderança do presidente Mao Tsé Tung, com a criação da República Popular da China, em 1949. O período mais autoritário ocorreu durante a Revolução Cultural, iniciada em 1966 e prolongando-se durante dez anos, até à morte de Mao, em 1976. Em 1978, foram finalmente introduzidas reformas económicas. A China é hoje uma das mais importantes economias, com um dos crescimentos mais rápidos do mundo. [...] O país tornou-se a fábrica que abastece o mundo inteiro. Nunca houve na sua história tantos cidadãos a sair da pobreza num período de tempo tão curto. Os dados atuais divulgados pelas autoridades chinesas referem que o país tem 350 milhões de milionários, o que, em termos numéricos, representa uma classe média mais vasta do que a existente nos Estados Unidos.

A China continua a intitular-se um sistema comunista, mas o milagre do seu desempenho ocorreu depois de ter adotado aquilo que pode ser designado por "capitalismo autoritário".

A opinião generalizada é que nos nossos dias praticamente todas as nações gerem uma economia de mercado de orientação capitalista."

KOTLER, Philip (2015), *O capitalismo posto à prova: soluções para um sistema económico em crise*, Lisboa, Editorial Presença (adaptado)

Ao estudarmos estes temas, apesar de poder haver uma tendência natural de associação ideológica relativamente a cada modelo económico, convém realçar que, para a Economia, o que interessa é a observação dos factos independentemente das questões partidárias. Importa analisar de forma objetiva o modo como os agentes económicos tomam as suas decisões sobre a atividade produtiva, nomeadamente, quanto à intervenção do Estado e à propriedade dos meios de produção. Seja qual for a nomenclatura utilizada, o objetivo é observar cada economia real como sendo uma combinação de diferentes doses dos dois modelos de organização económica – umas com mais componentes de um lado, e outras, com mais componentes do outro.

4.2. A economia cabo-verdiana no contexto dos sistemas económicos

Depois de conhecermos os contornos principais dos dois grandes tipos de sistemas económicos e de sabermos que as economias reais resultam sempre de uma combinação de diferentes doses de cada modelo, passaremos agora a analisar a situação de Cabo Verde quanto à sua organização e funcionamento económico.

A seguir à independência, Cabo Verde caracterizava-se como uma economia com um elevado grau de intervenção estatal, aproximando-se o seu modelo de um sistema de direção central. No entanto, o país dependia grandemente da ajuda externa para apoiar o elevado número de cidadãos a viver com apoios do Estado. O forte peso do Estado também se fazia sentir no investimento público, e nas obras públicas, como no meio rural, visando criar emprego. Mas as despesas públicas não eram complementadas por grandes níveis de desempenho da atividade produtiva, havendo uma pobreza elevada e um baixo nível de desenvolvimento da sociedade, com uma taxa de alfabetização reduzida. Por outro lado, houve uma forte aposta no aumento do emprego do setor estatal, tanto na função pública, como nas empresas do Estado, bastante dependentes de subsídios e, muitas vezes, a empregar demasiadas pessoas como forma de absorver um maior número de desempregados.

No início da década de 90, houve alterações na esfera política cabo-verdiana, que passou a ser multipartidária, trazendo ao país uma vaga de mudanças graduais que levaram Cabo Verde a adotar algumas medidas de natureza mais liberal, acabando por se vir a abrir a diversos flancos externos, como forma de garantir a assistência. Desde então, o seu modelo económico tem-se vindo a modificar, introduzindo componentes de mercado que lhe têm permitido obter um maior desenvolvimento, progredir em termos económicos e sociais e atrair mais investimento direto estrangeiro.

Atualmente, o nível de desenvolvimento humano cabo-verdiano é bastante superior, continuando a desenvolver-se com vista a melhorar as condições de vida dos cidadãos e a combater as desigualdades.

A seguir, apresenta-se um dossiê com informação complementar sobre a evolução da estrutura do funcionamento e organização económica de Cabo Verde nas últimas décadas.

Documento 10

"A constituição de 1980 atribuía ao Estado as mais amplas prerrogativas económicas. Segundo o texto da lei fundamental eram "propriedade do Estado o subsolo, as águas, as riquezas minerais, as principais fontes de energia, os meios básicos da produção industrial, os meios de informação e comunicação, os bancos, os seguros, as infraestruturas e os meios de transporte". O desempenho do papel assistencial implicou, além disso, o controle dos preços dos produtos e serviços essenciais e o estabelecimento de monopólios estatais. [...]

Outra faceta do assistencialismo é a expansão do emprego público. Tanto na Função Pública como nas empresas do Estado, ou mesmo nas fontes de assalariamento de camponeses vitimados pela seca, o número de empregados não cessa de crescer. Convém sublinhar, a despeito das suas fraquezas, que o modelo económico-social, assente na distribuição dos donativos do Estado, alcançou inegáveis êxitos. Citemos alguns emblematicamente: a reflorestação, a redução acentuada da taxa de analfabetismo, a formação de quadros, o aumento da esperança de vida e queda pronunciada da mortalidade infantil."

SILVA, António L. C., *Cabo Verde: desafios económicos e a estruturação do Estado*, e VIII Congresso Luso-Brasileiro 2004 – A Questão Social no Novo Milénio

Atualmente:

ORGANIZAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Artigo 90.º
(Princípios gerais da organização económica)

1. A exploração das riquezas e recursos económicos do país, qualquer que seja a sua titularidade e as formas de que se revista, está subordinada ao interesse geral.

2. O Estado garante as condições de realização da democracia económica, assegurando, designadamente:

- **a)** a fruição por todos os cidadãos dos benefícios resultantes do esforço coletivo de desenvolvimento, traduzida, nomeadamente na melhoria quantitativa e qualitativa do seu nível e condição de vida;
- **b)** a igualdade de condições de estabelecimento, atividade e concorrência dos agentes económicos;
- **c)** a regulação do mercado e da atividade económica;
- **d)** o ambiente favorável ao livre e generalizado acesso ao conhecimento, à informação e à propriedade;
- **e)** o desenvolvimento equilibrado de todas as ilhas e o aproveitamento adequado das suas vantagens específicas.

3. As atividades económicas devem ser realizadas tendo em vista a preservação do ecossistema, a durabilidade do desenvolvimento e o equilíbrio das relações entre o ser humano e o meio envolvente.

4. O Estado apoia os agentes económicos nacionais na sua relação com o resto do mundo e, de modo especial, os agentes e atividades que contribuam positivamente para a inserção dinâmica de Cabo Verde no sistema económico mundial.

5. O Estado incentiva e apoia, nos termos da lei, o investimento externo que contribua para o desenvolvimento económico e social do país.

6. É garantida, nos termos da lei, a coexistência dos setores público e privado na economia, podendo também existir propriedade comunitária autogerida.

7. São do domínio público:

a) as águas interiores, as águas arquipelágicas, o mar territorial, seus leitos e subsolos, bem como os direitos de jurisdição sobre a plataforma continental e a zona económica exclusiva, e ainda todos os recursos vivos e não vivos existentes nesses espaços;

b) os espaços aéreos sobrejacentes às áreas de soberania nacional acima do limite reconhecido ao proprietário;

c) os jazigos e jazidas minerais, as águas subterrâneas, bem como as cavidades naturais, existentes no subsolo;

d) as estradas e caminhos públicos, bem como as praias;

e) outros bens determinados por lei.

8. É, ainda, do domínio público do Estado, a orla marítima, definida nos termos da lei, que deve merecer atenção e proteção especiais.

9. A lei regula o regime jurídico dos bens do domínio público do Estado, das autarquias locais e comunitário, na base dos princípios da inalienabilidade, da imprescritibilidade, da impenhorabilidade e da desafectação.

Artigo 91.º
(Planos de desenvolvimento)

O desenvolvimento económico e social de Cabo Verde pode ser orientado por planos de médio prazo e de carácter indicativo.

Atual Constituição da República, aprovada pela lei constitucional n.º 1/IV/92, de 25 de setembro

Documento 11

"Da independência em 1975 até 1990, o país foi marcado por forte intervenção direta do Estado na economia. Nos finais dos anos oitenta surgiram alterações profundas a vários níveis em Cabo Verde que, culminaram com a abertura política e com a eleição multipartidária em 1991. A partir de 1991, o país começou a empreender importantes reformas económicas, visando a criação de um quadro legal e institucional, característico de uma economia de base privada, regulada pelos mecanismos do mercado."

SEMEDO, Claudino M. M. (2010), *A qualificação da despesa pública: o instrumento de desconcentração orçamental, Caso Cabo Verde*, UNICV-UFRGS (texto adaptado)

https://www.mf.gov.cv [consult. 26 jun 2024]

Documento 12

"**Investimento direto estrangeiro e as parcerias público-privadas**

O Investimento Direto Estrangeiro (IDE) tem tido um papel importante no crescimento da economia cabo-verdiana a partir da abertura económica no início da década de 90 do século passado. Cabo Verde tem feito, nos últimos anos, um esforço notável de atração de IDE, pela melhoria da eficiência e eficácia dos seus serviços de facilitação dos investidores através do Balcão Único do Investidor (BUI) gerido pela Cabo Verde TradeInvest em estreita ligação com várias estruturas do Estado, incluindo as Câmaras Municipais.

Fruto da melhoria do ambiente de negócios e das várias iniciativas legislativas visando tornar o país mais atrativo e competitivo, designadamente através da criação do Centro Internacional de Negócios de Cabo Verde e de um pacote competitivo de benefícios fiscais, o país atingiu níveis recorde de projetos contratados nos últimos anos."

Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2022-2026 – PEDS II, https://www.mf.gov.cv/-/plano-estratégico-de-desenvolvimento-sustentável-2022-2026-peds-ii- [consult. 15 nov 2024]

Documento 13

"O Relatório de Desenvolvimento Humano 2023-2024, apresentado a 28 de março, em Luanda, indica que Cabo Verde, na 131.ª posição, é o país lusófono com melhor classificação no "Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH)"."

https://www.forbesafricalusofona.com [consult. 21 jun 2024]

Evolução da Previdência Social

De 1954-1978

Este período foi, essencialmente, marcado pela criação da Caixa de Previdência dos Empregados do Comércio e Ofícios Correlativos e a de Transportes Marítimos e Correlativos. O objetivo era assegurar aos seus beneficiários proteção nas situações de reforma e morte, doença e maternidade e prestações familiares.

De 1978-1990

Após a independência, através do Decreto-Lei n.º 39/78 de 2 de maio, criou-se o Instituto de Seguros e Previdência Social – ISPS, cuja finalidade era o exercício das atividades de Seguros e Previdência Social.

1991

Criação do Instituto Nacional de Previdência Social – INPS, através do Decreto-Lei n.º 135/91, de 2 de outubro.

De 1992-2000

Neste período, os regimes de proteção social foram sendo aperfeiçoados, sempre na perspetiva de alcançar maior eficácia na prossecução dos seus objetivos. Em 1994, através do Decreto-Lei n.º 61/94, foram aprovados os Estatutos do Instituto Nacional de Previdência Social.

2001

Aprovação da lei que define as bases da proteção social, que assentam num dispositivo permanente estruturado em Rede de Segurança, Proteção Social Obrigatória e Proteção Social Complementar – Lei n.º 131/V/2001 de 22 de janeiro.

De 2002 – 2010

Em 2004, foi aprovado o Decreto-Lei n.º 5/2004, de 16 de fevereiro, que veio reformular e sistematizar as bases de aplicação dos Sistema de Proteção Social Obrigatória dos Trabalhadores por Conta de Outrem, articulando dois vetores complementares: uma proteção social mais justa e equilibrada com a sustentabilidade financeira do sistema.

Instituto Nacional de Previdência Social
https://inps.cv/historia/ [consult. 26 jun 2024]

Documento 14

"**O setor de proteção social em Cabo Verde**
Em Cabo Verde, a segurança social constitui um dos direitos fundamentais dos cidadãos e é considerada como um dos instrumentos indispensáveis para o desenvolvimento económico, e o garante do equilíbrio, equidade, tranquilidade e justiça social. O sistema de segurança social de Cabo Verde é regido pela Lei n.º 131/V/2001 de 22 de janeiro de 2001, que estabelece três regimes diferentes, a saber, a Rede de Segurança, a Proteção Social Obrigatória e a Proteção Social Complementar. [...]
De referir que, para além dos regimes previstos na Lei de bases, o sistema de proteção social de Cabo Verde inclui ainda um sistema de saúde de cobertura nacional e programas de assistência social de apoio à educação, habitação, alimentação, nutrição e aos deficientes, entre outros, assegurando uma cobertura abrangente da população."

Organização Internacional do Trabalho, *A proteção social em Cabo Verde – situação e desafios*, 2012

Documento 15

"**Reforma do setor empresarial do Estado**
Estamos a empreender uma profunda reforma do Setor Empresarial do Estado e temos assim uma nova agenda de privatizações, concessões e parcerias público-privadas que deverá contribuir para a recuperação económica, mas também para a diversificação da economia cabo-verdiana.

Reforço da regulação
O Governo está ciente de que a regulação tem um papel importante a desempenhar na criação de um contexto de previsibilidade, de transparência e de confiança duradoira, essenciais para o investimento e os negócios, e que o âmbito material e a complexidade da regulação vão crescer com as concessões para a promoção de setores catalíticos, a nova agenda de privatizações, parcerias público-privadas, concessões e licenciamentos, o desenvolvimento empresarial, a implementação das Zonas Económicas Especiais, a aceleração da transição energética e o desenvolvimento da economia digital. O Governo está a concluir a reformulação do Regime Jurídico das Entidades Reguladoras Independentes, à qual se seguirá o processo de Avaliação do Impacto das Decisões Regulatórias, com base num conjunto de indicadores e procedimentos universalmente consagrados."

Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2022-2026 - PEDS II, https://www.mf.gov.cv/-/plano-estratégico-de-desenvolvimento-sustentável-2022-2026-peds-ii- [consult. 15 nov 2024]

Documento 16

"**O desafio do setor privado – A transformação digital das empresas**
Com a abordagem de um novo mercado digital, é importante entender o comportamento do consumidor. A transformação digital não é apenas sobre tecnologia, mas também sobre como uma empresa pode competir melhor utilizando a tecnologia. Para que a transformação seja bem-sucedida, as empresas necessitam de orquestrar uma sintonia perfeita dos agentes que compõem o ecossistema: os clientes, a concorrência e o Estado."

Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável – Pilar Economia, https://peds.gov.cv [consult. 21 jun 2024]

Atividade 7

1. Analisa os documentos anteriores, destacando os aspetos que consideras mais relevantes.

2. Pesquisa informação adicional nos meios de comunicação social, em *sites* de organismos de referência e em *sites* oficiais, realizando o teu próprio dossier sobre a realidade cabo-verdiana, para compreenderes melhor a sua estrutura organizativa.

   Alguns *sites* que te podem interessar:
   - **Governo Cabo Verde:** https://www.governo.cv/
   - **Instituto Nacional de Estatística:** https://ine.cv
   - **Instituto Nacional de Previdência Nacional:** https://inps.cv
   - **Banco Mundial:** https://www.worldbank.org/pt/country/caboverde
   - **Nações Unidas:** https://caboverde.un.org/pt
   - **A Nação:** https://www.anacao.cv
   - **Expresso das Ilhas:** https://expressodasilhas.cv
   - **Inforpress:** https://inforpress.cv

Conceitos-chave

- "Mão invisível"
- Autoridade Económica Central
- Centralização
- Descentralização
- Economia cabo-verdiana
- Economia de direção central (planificada)
- Economia de mercado
- Economias mistas
- Liberalismo económico
- Planos imperativos
- Planos indicativos
- Propriedade coletiva
- Propriedade privada
- Sistema económico
- Socialismo marxista

Síntese

- Os **sistemas económicos** representam a forma como as sociedades funcionam e organizam as suas atividades produtivas de modo a satisfazer as necessidades coletivas.
- Para compreender as **diferenças entre os diferentes sistemas económicos**, podemos observar o modo como funcionam e organizam a atividade económica.
- Quanto ao **modo de funcionamento**: averiguar quem detém o controlo das decisões na atividade económica, analisando quem toma as decisões sobre o que produzir, como produzir e para quem produzir, em cada modelo, vendo se estas decisões são tomadas de forma descentralizada, estando a cargo dos agentes económicos envolvidos, ou se são centralizadas, estando sob a autoridade do Estado.
- Quanto ao **modo de organização** da atividade económica: em termos gerais, importa distinguir a quem pertence a propriedade dos meios de produção, observando se esta é privada ou coletiva.
- A **participação do Estado** na atividade económica pode configurar-se pouco interventiva, atuando apenas ao nível da esfera política e adotar uma postura mais liberal, ou ser mais intervencionista, atuando em assuntos da esfera privada.
- A **economia de mercado** é um sistema económico que se caracteriza pela existência de livre iniciativa e propriedade privada dos meios de produção.
- Numa economia de mercado, são os agentes privados que tomam as decisões sobre o que produzir, como produzir e para quem produzir, havendo uma **descentralização** da tomada de decisão e pouca intervenção estatal.
- Os preços e as quantidades transacionadas são ditados pelo **funcionamento livre do mercado**, com o objetivo de criar melhores condições de vida pela via da maximização do lucro.
- O liberalismo económico foi inspirado por **Adam Smith**, o economista do século XVIII, que defendia a não intervenção do Estado na economia e a livre iniciativa dos agentes económicos privados. Acreditava que o mercado atuaria como uma espécie de "**mão invisível**", um mecanismo de livre concorrência que ajustaria naturalmente as intenções de compra e de venda da iniciativa privada, autorregulando-se sem a intervenção do Estado.
- A **economia de direção central** é um sistema económico caracterizado pela **centralização** da tomada de decisão na atividade económica sob a autoridade do Estado e pela propriedade coletiva dos meios de produção.
- A repartição coletiva do rendimento é efetuada em função das capacidades e necessidades de cada um.
- Neste sistema, o mecanismo de regulação da economia é a **planificação coletiva de carácter obrigatório** – planos imperativos. Toda a atividade económica é organizada de acordo com os planos, tendo em vista a satisfação máxima das necessidades coletivas.

Síntese (cont.)

- O modelo de direção central foi inspirado pelo socialismo marxista. **Karl Marx** (1818-1883) defendia a substituição do capitalismo por um modo de produção socialista, que desenvolvesse uma **consciência de classes** e, mais tarde, criasse as bases de uma sociedade comunista sem classes. Acreditava que o **valor dos bens** deveria ser atribuído de acordo com o esforço desenvolvido, em função do custo do trabalho.
- A **Economia mista** é o sistema económico das sociedades reais, compostas por uma combinação dos modelos de mercado e de direção central.

Aspetos principais:	Economias de mercado	Economias de direção central
Sistema de base:	Capitalista	Socialista / Comunista
Finalidade principal:	Obtenção de lucro, com vista a criar melhores condições de vida	Extinção de classes e abolição da iniciativa privada, com vista a eliminar as desigualdades sociais
Propriedade dos meios de produção:	Privada	Coletiva / Estatal
Tipo de planeamento:	Indicativo	Imperativo
Controlo / tomada de decisão económica:	Agentes económicos	Autoridade Económica Central do Estado
Mecanismo de fixação de preços:	Mercado de livre concorrência / leis da oferta e da procura ("mão invisível")	Planeamento central do Estado
Forma de repartição do rendimento / Participação dos agentes na atividade económica:	Repartição do rendimento de acordo com a participação de cada agente na atividade económica (salários, rendas, juros ou lucros)	Repartição coletiva de rendimentos e participação dos agentes na atividade económica de acordo com as necessidades e capacidades de cada um

- Os dois modelos sofreram críticas: as **economias de mercado**, apesar de estimularem o desenvolvimento económico e tecnológico, levando a condições económicas mais favoráveis, ainda assim, conduziam a situações de grande desigualdade social; as **economias de direção central**, apesar de promoverem uma maior equidade social e poderem atingir situações de pleno emprego, não eram eficientes, acabando por não se desenvolver e sofrerem atrasos em relação às economias com iniciativa privada.
- Após a independência, Cabo Verde era uma economia com um elevado grau de intervenção estatal, aproximando-se de um sistema de direção central. A partir do início dos anos 90, a sua esfera política alterou-se, começando gradualmente a introduzir algumas medidas de natureza mais liberal, tendo vindo a modificar a sua configuração em termos de estrutura organizativa.

Ficha de trabalho 4

1 **Seleciona, em cada caso, a opção que consideras correta.**

1.1. O modelo económico que defende a autoridade estatal nas tomadas de decisão sobre a produção e o consumo é

a) o liberalismo económico.

b) o capitalismo.

c) a economia descentralizada.

d) a economia centralizada.

1.2. Uma economia de mercado caracteriza-se por

a) liberdade de atuação económica dos agentes privados.

b) inexistência de livre concorrência.

c) propriedade pública dos meios de produção.

d) incentivar a nacionalização dos meios de produção.

1.3. Numa economia mista

a) a propriedade dos meios de produção é coletiva.

b) o mecanismo exclusivo de regulação é a concorrência.

c) podemos encontrar diferentes graus de intervenção.

d) predominam as empresas públicas.

1.4. Numa economia de direção central

a) a maioria das empresas são geridas por entidades privadas.

b) o planeamento da atividade económica, sendo da responsabilidade do Estado, não necessita de grande articulação.

c) as empresas que não forem lucrativas extinguem-se naturalmente.

d) o capital é maioritariamente público.

1.5. O conceito de Estado-providência prende-se com

a) medidas de natureza fiscal, como a cobrança de impostos sobre o trabalho.

b) a aplicação de medidas sociais com vista a garantir condições de vida condignas aos cidadãos.

c) o incentivo à aplicação de poupanças como forma de precaver o futuro.

d) a repartição do rendimento em função da participação de cada agente económico na atividade.

2 **Distingue as economias de mercado das economias de direção central, quanto ao tipo de planeamento e à articulação dos planos.**

Ficha de trabalho 4 (cont.)

3 **Lê o seguinte texto:**

"A ideia de desigualdades estruturadas em torno do Estado é também analisada por Barros, coordenador do mestrado em Ciências Sociais da Uni-CV que resultou na obra "*Desigualdades Sociais e Dinâmicas de Participação em Cabo Verde*", para quem a presença do Estado é o elemento que permite o acesso a recursos.

Afinal o Estado continua a ser o maior empregador, ainda que o estudo *Balanço social do capital humano da administração pública cabo-verdiana*, de 2015, revele que o número de funcionários públicos em Cabo Verde diminuiu 16% numa década, passando de quase 22 mil em 2006 para mais de 18 mil em 2015."

Expresso das Ilhas, n.º 766, 3 de agosto de 2016

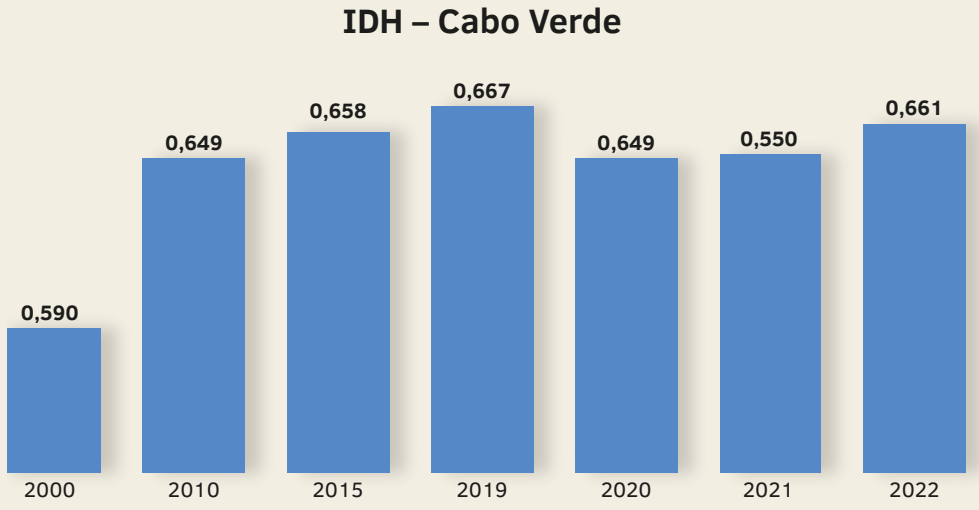
3.1. Indica as diferentes formas de participação do Estado nas economias de mercado e nas economias de direção central.

3.2. Identifica, no texto, uma passagem relacionada com a participação do Estado na economia.

3.3. Comenta a evolução do número de funcionários públicos, entre 2006 e 2015, patente no texto.

3.4. Explica as repercussões na sociedade, pelo facto de o Estado ser o maior empregador.

4 **Observa o seguinte gráfico, sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Cabo Verde, entre 2000 e 2022.**



PNUD, *Relatório de Desenvolvimento Humano*, 2023-2024
http://hdr.undp.org [consult. 26 jun 2024]

4.1. Comenta a evolução do IDH, no período em análise.

4.2. Refere o modelo de organização económica que, na tua opinião, contribui mais para o desenvolvimento tecnológico. Justifica.

4.3. Indica o modelo de organização económica que te parece ser mais equitativo, em termos de distribuição de rendimento. Justifica.

4.4. Explica em que consiste uma economia mista.

5 **Lê com atenção o seguinte texto:**

"Hoje em dia, o capitalismo tem a supremacia absoluta. Mas durante setenta anos, desde 1917 até 1989, esteve em guerra com outro sistema, o comunismo. No dia 9 de novembro de 1989, o Muro de Berlim começou a ser derrubado. No plano simbólico, este acontecimento representou o colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A economia da União Soviética era inteiramente administrada e controlada pelo Estado, operava com base numa série de planos quinquenais que estipulavam o volume de alimentos, aço, bens de consumo e bens de investimento que deveria ser produzido, bem como o número de autoestradas, redes elétricas, sistemas de tratamento de resíduos e outros itens de valor material. Tratava-se de uma economia planificada e centralizada."

KOTLER, Philip (2015), *O capitalismo posto à prova: soluções para um sistema económico em crise*, Lisboa, Editorial Presença

5.1. Explica por que se diz no final do texto que se tratava de uma "economia planificada e centralizada".

5.2. Comenta os possíveis efeitos que a globalização e o progresso tecnológico, movidos pelas economias de mercado, podem ter tido nas economias de direção central que entraram em queda, como as repúblicas da ex-URSS.

2

Microeconomia: Preços e mercados

Capítulo 5: O consumidor e a procura

Capítulo 6: A empresa e a oferta

Capítulo 7: Procura, oferta e preços

Capítulo 8: As estruturas de mercado

Capítulo 9: As falhas de mercado e a intervenção estatal

5 O consumidor e a procura

Objetivos de aprendizagem

- Compreender o que é o consumo e o que valorizam os consumidores.
- Identificar os principais critérios de classificação do consumo.
- Compreender o que é a estrutura de consumo e reconhecer a evolução da estrutura de consumo em Cabo Verde.
- Definir o conceito económico de mercado.
- Compreender o conceito de procura.
- Distinguir procura individual de procura agregada.
- Relacionar a procura e o preço de um bem – lei da procura.
- Representar graficamente a curva da procura.
- Compreender os principais fatores determinantes da procura.
- Distinguir movimentos ao longo da curva da procura de deslocações da própria curva.
- Compreender o conceito de elasticidade.
- Conhecer os vários tipos de elasticidade da procura e saber interpretar os seus valores.

5.1. As famílias e o consumo

Uma vez compreendido o modo como se organiza a atividade económica e os diferentes sistemas económicos, passaremos a analisar os principais aspetos da atividade económica, relativamente à formação de preços no mercado, observando o comportamento dos consumidores (a procura), o comportamento dos produtores (a oferta) e como se conjugam os dois lados. Ao longo deste capítulo iremo-nos focar nos aspetos relacionados com os consumidores e a procura, estudando os restantes temas nos capítulos seguintes.

Ao iniciarmos a abordagem a este tema, antes de mais, iremos procurar compreender **o que é o consumo e o que valorizam os consumidores**.

O consumo faz parte do nosso dia a dia: estamos a consumir sempre que bebemos um sumo, quando utilizamos água para lavar a louça, ao ligarmos o rádio ou ao utilizarmos um transporte público. Através de atos de consumo, satisfazemos necessidades que vão dando lugar a outras, à medida que as anteriores são supridas.

Consumo
Atividade que consiste na utilização de bens ou serviços de modo a satisfazer necessidades.

A fome acabará se consumirmos uma certa quantidade de alimentos, a sede cessará se ingerirmos líquidos, o sono desaparecerá se dormirmos um determinado número de horas, e por aí adiante. O **consumo** define-se, então, como a utilização de bens ou serviços que visa pôr fim a certos estados de carência, tendo como finalidade a satisfação de necessidades.

Atividade 1

Lê o seguinte texto.

"A água constitui um dos recursos vitais para todos os seres vivos, nos quais desempenha múltiplas funções de extrema importância. O Homem pode suportar mais de uma semana sem comer, mas sem beber água sucumbirá ao fim de 4 a 5 dias. Cada ser humano bebe, em média, de 2 a 3 litros de água por dia, o que quer dizer que o seu corpo é atravessado por cerca de uma tonelada de água por ano. [...]

Regra geral, o consumo de água *per capita* constitui um dos indicadores de riqueza e qualidade de vida das populações e aumenta no mesmo sentido que o desenvolvimento económico e social. [...] O consumo de água cresce com a expansão industrial e urbana, o crescimento e aumento do nível de vida da população e o desenvolvimento da agricultura."

http://www.prof2000.pt [consult. 8 jul 2014]

1. Comenta a afirmação a negrito.
2. Elabora uma lista com dez atos de consumo do teu dia a dia.

Classificação do consumo

À semelhança do que acontece com as necessidades, o consumo também pode ser classificado de acordo com vários critérios:

– quanto à sua abrangência;

– quanto à sua função;

– quanto à natureza do agente.

- **Quanto à abrangência**

Segundo este critério, o consumo é classificado em função do número de pessoas a que diz respeito, dividindo-se em dois grupos:

– **consumo individual**: é o consumo associado à satisfação das necessidades individuais de cada cidadão, como acontece, por exemplo, com a compra de vestuário que é feita de acordo com o gosto e o estilo pessoal de quem o adquire;

– **consumo coletivo**: ao contrário do anterior, relaciona-se com a satisfação das necessidades de um conjunto de pessoas. Constituem exemplos deste tipo de consumo a utilização dos serviços de saúde fornecidos pelos hospitais, a educação prestada pelas escolas ou o acesso a determinadas localidades, proporcionado pela existência de vias públicas.

- **Quanto à função**

No que respeita ao critério da função, o consumo considera-se intermédio ou final, se é relativo a bens de produção ou a bens de consumo final. Assim:

– **consumo intermédio**: representa o consumo de bens que, embora já tenham sido transformados, ainda vão ser incorporados no processo de fabrico de outros, como, por exemplo, o uso da farinha no fabrico de pão;

– **consumo final**: corresponde ao consumo de bens que já foram totalmente transformados e que estão em condições de serem utilizados pelo consumidor final, como, por exemplo, a utilização de sabão para lavar a roupa em casa ou o consumo de um gelado.

- **Quanto à natureza do agente que consome**

Na classificação segundo a natureza do agente, o consumo divide-se em duas categorias, conforme é realizado pelo Estado ou por agentes particulares:

– **consumo público**: representa as despesas suportadas pelo Estado, isto é, o consumo que é efetuado pela Administração Pública, como, por exemplo, tinteiros para as suas impressoras ou material de escritório, como papel, agrafos ou esferográficas, que utiliza nas suas instituições;

– **consumo privado**: engloba todos os consumos suportados pelos agregados familiares e por entidades particulares, como, por exemplo, o consumo de energia das famílias ou das empresas privadas.

Classificação dos tipos de consumo		
Quanto à abrangência	**Individual**	Consumo associado à satisfação das necessidades pessoais de cada indivíduo.
	Coletivo	Consumo relacionado com a satisfação das necessidades de um conjunto de pessoas.
Quanto à função	**Intermédio**	Consumo de bens que, embora já tenham sido transformados, ainda vão ser incorporados no processo de fabrico de outros.
	Final	Consumo de bens que já foram totalmente transformados, que se destinam ao consumidor final.
Quanto à natureza do agente	**Público**	Consumo efetuado pela Administração Pública no exercício da sua atividade.
	Privado	Consumo dos agregados familiares e de entidades particulares.

Atividade 2

1 **Classifica os seguintes atos de consumo de acordo com os critérios da abrangência e da natureza do agente.**

a) A Maria comprou um livro.

b) A aquisição de equipamento hospitalar, por parte da Administração Pública, que se destina a ser utilizado pelos utentes do Hospital Nacional.

2 **Apresenta exemplos de atos de consumo que representem um consumo:**

a) final e público.

b) coletivo e privado.

c) intermédio e privado.

3 **Elabora um dossiê com os teus colegas de turma, no qual incluam recortes de artigos de jornal e outras pesquisas sobre o tema do consumo.**

As famílias são o agente económico que representa a função consumo, englobando todos os indivíduos de uma sociedade. Mas, para entender como se processa a tomada de decisões deste agente, necessitamos de colocar a seguinte questão:

– **O que valorizam os consumidores?**

Documento 1

"Ao estudarmos o problema do consumidor, a principal questão, aquela que ocupava a maior parte do tempo dos economistas clássicos, Smith, Ricardo e os seus discípulos, consiste em saber «o que dá o valor às coisas». Porque é que umas coisas valem mais do que as outras e como se sabe quanto? Daqui nasceu aquilo a que esses autores chamam *teoria de valor*."

NEVES, João C. (2023), *Introdução à Economia* (12.ª edição), Cascais, Principia

Importa assim termos presente a conceção de valor que pode estar por trás de uma decisão de consumo, na medida em que isso irá influenciar grandemente as escolhas dos consumidores.

Valor-utilidade (teoria do consumidor)
Para o consumidor, o valor de um bem mede-se em função da sua utilidade, isto é, a satisfação ou benefício que o bem lhe traz.

Utilidade
Em economia, a utilidade representa o grau de satisfação em termos da hierarquia das necessidades, sendo um conceito subjetivo que varia de pessoa para pessoa.

De acordo com a teoria do consumidor, o valor de um bem (ou serviço) pode ser entendido como a utilidade que esse bem proporciona ao consumidor, sendo este um conceito subjetivo, que varia de indivíduo para indivíduo. Neste caso, o conceito de valor é atribuído pelos consumidores, de acordo com a utilidade que retiram de cada bem – **valor-utilidade**.

O conceito de **utilidade** está associado à noção de satisfação das necessidades existentes e ao facto de os recursos serem, em geral, insuficientes para satisfazer as inúmeras necessidades que existem, exigindo que estas sejam hierarquizadas de acordo com o grau de satisfação, benefício ou utilidade, de cada uma.

Documento 2

"**Escolha e teoria da utilidade**
Ao explicar o comportamento do consumidor, a economia baseia-se na premissa fundamental de que as pessoas escolhem os bens e serviços que mais valorizam. Para descrever a forma como os consumidores escolhem entre as diferentes possibilidades de consumo, os economistas desenvolveram, há um século, a noção de utilidade. O que entendemos por "**utilidade**"? Numa palavra, utilidade significa satisfação. Mais precisamente, refere-se a como os consumidores hierarquizam os diferentes bens e serviços.
Se, para o Silva, a cesta de bens A tem maior utilidade do que a cesta B, essa ordem indica que Silva prefere A a B. Frequentemente, é conveniente pensar na utilidade como o prazer subjetivo ou o proveito que uma pessoa obtém com o consumo de um bem ou de um serviço. Mas devemos evitar totalmente a ideia de que a utilidade é uma função psicológica ou um sentimento que possa ser observado ou medido. A utilidade é, antes, uma construção científica que os economistas usam para compreender como os consumidores racionais tomam decisões."

SAMUELSON, Paul A. e NORDHAUS, William D. (2012), *Economia*, Lisboa, McGraw-Hill

Outra noção importante é o conceito de **utilidade marginal**, isto é, a dose de utilidade adicional que se vai obtendo, à medida que se vai consumindo mais unidades de um bem (ou serviço). Quando estamos a satisfazer uma necessidade, como, por exemplo, quando sentimos sede, se bebermos um copo água, a sede vai começar a diminuir gradualmente.

Se continuarmos a beber mais copos de água, essa dose adicional de água vai proporcionar ainda algum grau de satisfação, até ao momento em que nos sentirmos satisfeitos e sem sede. A partir desse momento, deixa de nos interessar beber mais água. Cada dose

adicional de água dos copos que se beberam a seguir ao primeiro corresponde a um determinado grau de satisfação adicional – **utilidade marginal** – que vai diminuindo à medida que formos ingerindo mais copos de água. Nisto consiste a **lei da utilidade marginal decrescente**.

Utilidade marginal
Dose extra de satisfação que é obtida cada vez que se consome uma unidade a mais do bem em causa. Em geral, a utilidade marginal vai diminuindo à medida que se aumenta a quantidade de bem consumida – **lei da utilidade marginal decrescente**.

Atividade 3

"A primeira ideia essencial é a introdução do conceito de utilidade. Trata-se apenas da noção, para nós elementar, de que a satisfação que cada ser humano tira do uso do bem é o que dá valor às coisas. É devido ao gosto, subjetivo, pessoal, variável de todas e cada uma das pessoas que se dá o consumo dos bens e que eles são avaliados. [...]
Um pão, um poema, um passeio com um amigo, uma ida ao cinema ou uma cadeira dão satisfação à multiplicidade de sensações a que chamamos «necessidades humanas». Ao grau com que esses bens dão satisfação a essas necessidades chamamos «utilidade»."

NEVES, João C. (2023), *Introdução à Economia* (12.ª edição), Cascais, Principia

1. **Comenta o conceito de utilidade referido no texto.**
2. **Explica o que entendes por utilidade marginal, referindo a evolução do seu comportamento à medida que se vão consumindo unidades adicionais de bem.**

Estrutura de consumo

A forma como cada família emprega o seu rendimento nunca é igual, mas há alguns fenómenos que ocorrem com uma certa regularidade. No século XIX, Ernst Engel dedicou-se ao estudo dos padrões de consumo das famílias em relação ao seu rendimento. Uma das conclusões a que chegou foi que, à medida que o rendimento aumenta, geralmente diminui a percentagem do rendimento total aplicada em bens de primeira necessidade, apesar de poder ser maior a quantidade de moeda despendida em alguns desses bens.

Estrutura de consumo
Representa a forma como o rendimento das famílias é distribuído pelas várias classes de despesas.

Engel formulou a seguinte **conclusão**:

Quanto maior é o rendimento de um agregado familiar, menor é a proporção destinada às suas despesas com bens essenciais.

Manual Digital

Exercício
Lei de Engel

Mas, convém acrescentar, que quando ocorre um aumento no nível de rendimento de uma família, por norma, apesar de diminuírem proporcionalmente as suas despesas com bens essenciais (isto é, reduzirem em **termos relativos**), será muito provável que o montante dessas despesas aumente em **termos absolutos**, ou seja, que aumente o valor absoluto dessas despesas. Nesse caso, o que diminui é a percentagem de consumo de bens essenciais relativamente ao orçamento global familiar, ou seja, ao conjunto total de despesas.

Lei de Engel
Quanto maior é o nível de rendimento de uma família, menor é a proporção dos seus gastos em bens elementares.

Importa, também, conhecer o conceito de **coeficiente orçamental**, um rácio que traduz a importância relativa (percentual) de uma rubrica de despesa comparativamente com o total das despesas. O coeficiente orçamental revela o peso relativo de cada classe de despesa no conjunto total dos gastos. Assim:

$$\textbf{Coeficiente orçamental} = \frac{\text{Valor da classe de despesa}}{\text{Valor total das despesas}} \times 100$$

Para uma melhor compreensão, vejamos um exemplo da evolução da estrutura de consumo de um agregado familiar.

Evolução da estrutura de consumo de um agregado familiar

Classes de despesa	Despesas (u. m.)	Coeficiente orçamental	Despesas (u. m.)	Coeficiente orçamental
	Ano 1		Ano 2	
Alimentação e bebidas	120	40,0%	200	25,0%
Vestuário e calçado	30	10,0%	60	7,5%
Habitação	75	25,0%	160	20,0%
Transportes e comunicações	45	15,0%	100	12,5%
Lazer e cultura	10	3,3%	120	15,0%
Outros bens e serviços	20	6,7%	160	20,0%
Total	300	100%	800	100%

No exemplo apresentado, o rendimento do agregado familiar aumentou 500 unidades monetárias (u.m.), entre o ano 1 e o ano 2, passando de 300 u.m. para 800 u.m.. Se analisarmos as variações em termos absolutos (valor das despesas em u.m.) e em termos relativos (coeficientes orçamentais), podemos constatar que são bastante diferentes.

Por exemplo, no caso da classe *Alimentação e bebidas*, apesar de ter ocorrido um aumento de 80 u.m. (200 u.m. – 120 u.m.), em termos absolutos, houve uma diminuição de 15% (40% – 25%) do total despendido naquela categoria, ou seja, em termos relativos. Já nas categorias de *Lazer e cultura* e *Outros bens e serviços*, quer o valor da despesa em u.m., quer o coeficiente orçamental, evoluíram no mesmo sentido – ambos aumentaram bastante –, passando estas classes a ocupar um peso importante no conjunto total de despesas (15% + 20% = 35%) do ano 2.

5.2. Evolução da estrutura de consumo em Cabo Verde

Vimos que a estrutura de consumo mostra o modo como é distribuído o rendimento de um agregado familiar pelas diferentes categorias de despesas de consumo. A seguir apresentam-se alguns dados sobre a evolução do consumo das famílias em Cabo Verde, entre 2015 e 2021, para uma melhor compreensão da realidade do país.

Observando a tabela seguinte sobre a evolução da despesa de consumo final cabo-verdiana, podemos concluir que, em termos globais, esta aumentou de 142 654 milhões de CVE, em 2015, para 195 105 milhões de CVE, em 2021. No ano 2015, o montante de despesa respeitante ao consumo final das famílias correspondia a cerca de 75% do total da despesa do país, enquanto, em 2021, apesar de ter aumentado em valor, para 143 412 milhões de CVE, o seu peso no total da despesa de consumo final registou uma ligeira diminuição, representando então aproximadamente 73,5% do total.

Despesa de consumo final, a preços correntes (Base 2015, SCN 2008) – 2015 a 2021

Unidade: milhões de CVE

Anos	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Despesa de consumo final	**142 654**	**154 671**	**169 186**	**178 486**	**192 460**	**174 283**	**195 105**
Família	107 033	117 729	133 978	140 389	147 760	128 210	143 412
Administração Pública	35 233	36 570	34 699	37 343	43 954	45 366	50 854
Instituições sem fins lucrativos	388	371	510	754	746	707	840

INE, *Contas Nacionais*

Por outro lado, analisando as taxas de variação das componentes da despesa de consumo final naquele período, constatamos que o montante da despesa das famílias aumentou 16,7%, de 2015 para 2016, crescendo a um ritmo ligeiramente inferior entre 2016 e 2019. Em 2020, o ano em que o mundo se deparou com o coronavírus, o montante da despesa de consumo final das famílias registou uma queda de 24,9% face a 2019, passando de 147 760 milhões de CVE para 128 210 milhões de CVE, e voltou a

aumentar 15,9%, em 2021, com os níveis da despesa das famílias a atingir valores mais próximos dos anos pré-Covid (143 412 milhões de CVE).

Taxas de variação da despesa de consumo final (em %)

Anos	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Despesa de consumo final	**9,4**	**6,4**	**2,2**	**11,5**	**-24,9**	**12,7**
Família	16,7	9,9	9,6	9,8	-24,9	15,9
Administração Pública	26,7	18,6	-12,8	17,5	-42,9	45,6
Instituições sem fins lucrativos	-10,8	33,8	0,7	13,0	-71,0	-27,4

INE, *Contas Nacionais*

Observando a tabela com a decomposição da despesa de consumo final das famílias, por classificação de atividades económicas, verificamos que mais de 40% das despesas das famílias cabo-verdianas, entre 2015 e 2021, diziam respeito a bens e serviços de **indústrias transformadoras**, ascendendo a 58 562 milhões de CVE no ano 2021. Por outro lado, constatamos que as despesas com atividades de **alojamento e restauração**, que representavam cerca de 27% (39 622 milhões de CVE) do total das despesas de consumo das famílias em 2019, tiveram uma queda significativa a partir de 2020, passando para menos de 7% do total, em 2021, quando se despendeu o montante de 9 477 milhões de CVE.

As **atividades imobiliárias** e os **transportes e armazenagem** também foram atividades com um peso relevante no total das despesas de consumo final das famílias, que, apesar de terem aumentado em valor, no período em análise, registaram uma ligeira diminuição em termos de peso no total das despesas. Quanto aos valores negativos da última atividade apresentada na tabela, isso deve-se ao facto de dizerem respeito a **organismos internacionais** pertencentes ao agente económico resto do mundo, contabilizando-se por isso com sinal negativo, como veremos no próximo ano.

Despesa de consumo final das famílias por classificação de atividades económicas - 2015 a 2021

Unidade: milhões de CVE

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
A. Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	8 513	8 858	9 580	9 861	9 934	9 871	9 943
B. Indústrias extrativas	80	117	184	194	191	188	185
C. Indústrias transformadoras	44 824	49 755	55 075	56 798	60 077	53 955	58 562
D. Eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	3 573	4 112	5 000	5 610	6 262	5 878	6 491

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
E. Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	1 251	1 401	1 738	2 070	2 095	2 136	2 689
F. Construção	150	197	187	178	170	162	154
G. Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	201	244	347	541	590	683	744
H. Transportes e armazenagem	13 866	15 333	18 721	20 338	20 242	15 047	17 188
I. Alojamento, restauração (restaurantes e similares)	23 670	25 646	30 793	34 445	39 622	11 064	9 477
J. Atividades de informação e de comunicação	4 846	5 294	6 242	6 726	7 000	7 069	7 824
K. Atividades financeiras e de seguros	3 042	4 930	5 536	6 185	6 247	6 413	6 203
L. Atividades imobiliárias	15 095	16 401	17 613	16 571	17 432	17 287	18 226
M. Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	177	538	554	689	713	739	765
N. Atividades administrativas e dos serviços de apoio	3 987	4 543	5 921	6 665	6 606	1 726	3 589
O. Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	2 058	2 479	2 995	3 552	3 191	2 398	3 008
P. Educação	1 145	1 316	1 428	1 364	1 372	1 007	1 376
Q. Saúde humana e ação social	1 565	1 915	2 005	2 116	1 815	1 562	2 186
R. Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	2 882	2 494	2 728	2 630	3 744	683	1 578
S. Outras atividades de serviços	1 151	1 285	1 508	1 749	1 967	1 160	1 821
T. Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e Atividades de produção das famílias para uso próprio	903	941	980	1 020	1 062	1 106	1 152
U. Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-25 947	-30 068	-35 158	-38 912	-42 572	-11 924	-9 749
Total	107 033	117 729	133 978	140 389	147 760	128 210	143 412

Dados a preços correntes

(Base 2015, SCN 2008) INE, *Contas Nacionais*

Atividade 4

1 **Analisa a tabela anterior, explorando um pouco mais a informação nela contida.**

5.3. Comportamento do consumidor – a procura

Mercado
Local, em sentido físico ou abstrato, no qual a procura e a oferta de um bem são confrontadas, originando a formação do preço de mercado desse bem.

Os agentes confrontam os seus interesses no **mercado**, que é o local, em sentido físico ou figurado, onde os compradores e os produtores de bens e serviços realizam trocas. O mercado representa o confronto entre as intenções dos produtores (a oferta) e as solicitações dos compradores (a procura), a partir do qual resulta a definição do preço (de mercado) dos produtos, ou seja, o mercado é onde a oferta e a procura de um bem se compatibilizam a um determinado preço.

Documento 3

"Um mercado é um grupo de compradores e vendedores de determinado bem ou serviço. Os compradores, como grupo, determinam a procura pelo produto e os vendedores, também como grupo, determinam a oferta do produto."

MANKIW, N. Gregory (2001), *Introdução à Economia* (tradução da 2.ª edição americana), Rio de Janeiro, Elsevier

O estudo da procura permite-nos compreender o ponto de vista dos consumidores, no que respeita às suas intenções de compra, ao relacionar as quantidades de bens que os compradores estão dispostos a adquirir perante cada preço.

Observando o comportamento do mercado do lado dos compradores, constata-se que a quantidade de bens que procuram em cada momento depende, entre outros fatores, do seu rendimento, das suas preferências, do preço de outros bens, da dimensão do mercado e, sobretudo, do preço dos próprios bens que pretendem comprar. Portanto, quando se registam alterações no preço dos bens que os compradores desejam adquirir, geralmente, isso reflete-se nas quantidades procuradas desses bens.

A **procura** (**P**)[1] representa, então, a quantidade de bens que os compradores estarão interessados em adquirir a um determinado preço. Por norma, à medida que vai diminuindo o preço de um bem, aumentam as quantidades procuradas desse bem e vice-versa, isto é, quando o preço do bem aumenta, a quantidade procurada desse bem diminui. A razão pela qual isso acontece é o facto de, em geral, os consumidores revelarem uma propensão para consumir maiores quantidades de bens quando o preço destes é baixo, invertendo-se essa tendência quando o preço começa a aumentar.

Procura
Quantidade de bens que os compradores estão interessados em adquirir a um determinado preço. Representa-se por **P**.

[1] A procura também pode ser representada por D (*Demand*).

O preço e a quantidade procurada variam, assim, em sentido inverso. Este comportamento tendencial entre o preço e a quantidade procurada de um bem denomina-se **lei da procura** e pode ser representado graficamente através de uma curva descendente.

Lei da procura
A quantidade procurada de um bem vai diminuindo à medida que aumenta o preço desse bem.

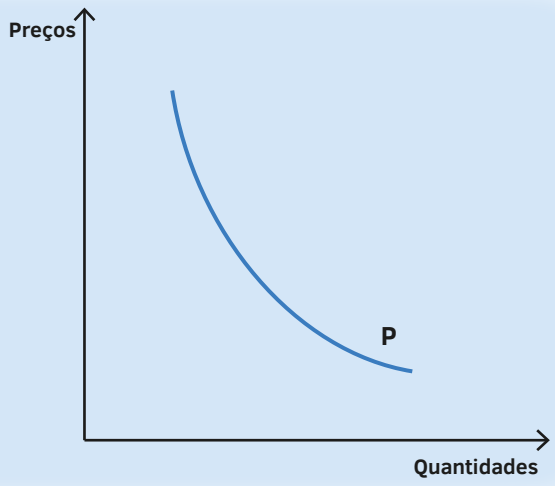
Documento 4

"A função procura de um bem indica a quantidade que os consumidores estão dispostos a comprar desse bem para cada preço unitário do bem, num determinado período de tempo, *ceteris paribus*, isto é, assumindo como constantes todas as outras variáveis que influenciam a quantidade procurada do bem, para além do preço do próprio bem."

LOBO, Flora C. e ANDRADE, Carlos (2023), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Edições Sílabo

Lei da procura

Lei da procura
↑ Preço ⇒ ↓ Quantidade procurada
↓ Preço ⇒ ↑ Quantidade procurada



Documento 5

"A curva da procura é a curva que relaciona o preço de cada unidade de um bem com a quantidade desse mesmo bem que os consumidores estão dispostos a adquirir.
De acordo com a «lei da procura decrescente» esta curva tem, normalmente, uma inclinação negativa dado que, quanto mais baixo for o preço, maior será a quantidade que os consumidores estão dispostos a adquirir (inversamente, quanto mais alto for o preço, menor será a quantidade que os consumidores estão dispostos a comprar)."

SOUSA, Maria E.F. e GOMES, Orlando (2011), *Análise Económica*, Lisboa, Edições Sílabo

Atividade 5

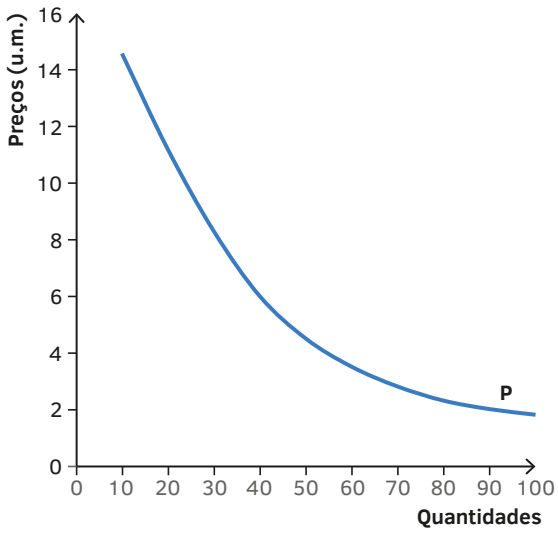
1 **Comenta a afirmação: "a quantidade procurada evolui na razão inversa do seu preço".**

Apresenta-se, em seguida, um exemplo com uma tabela e um gráfico sobre o comportamento da procura de um certo bem (bem X). A tabela fornece-nos diferentes níveis de preços do bem X e as respetivas quantidades procuradas. Por seu lado, o gráfico representa a informação contida na tabela através de uma curva que corresponde à procura do bem X.

Bem X	
Preço (u.m.)	**Quantidade procurada**
1,80	100
2,00	90
2,30	80
2,80	70
3,50	60
4,50	50
6,00	40
8,30	30
11,20	20
14,60	10

Através da análise da tabela e do gráfico da procura do bem X, podemos comprovar a lei da procura, concluindo que a quantidade procurada daquele bem vai aumentando à medida que o seu preço diminui. Quando o preço do bem X apresenta um valor mais elevado (14,60 u.m.), os compradores apenas desejam comprar 10 unidades do produto, mas, à medida que o seu preço começa a diminuir, vai aumentando o interesse dos compradores naquele bem, chegando a uma situação em que a quantidade procurada pelos compradores passa a ser de 100 unidades quando o preço é 1,80 u.m..

Procura do bem X



Atividade 6

1 **Tendo em atenção a tabela e o gráfico anteriores, dá a tua opinião sobre qual seria o preço que os compradores estariam dispostos a pagar para adquirir 110 unidades do bem X e qual seria a quantidade procurada ao preço de 15 u.m..**

No entanto, quando se fala em procura, é possível identificar dois tipos diferentes: a **procura individual** e a **procura agregada** (ou procura de mercado). A primeira representa a procura de cada consumidor vista separadamente e a segunda corresponde ao somatório de todas as procuras individuais.

Procura individual
Quantidade procurada por cada consumidor.

Para se compreender melhor estes conceitos, apresenta-se a seguir uma tabela e um gráfico com um exemplo de duas procuras individuais do bem X ($\mathbf{P_A}$ e $\mathbf{P_B}$), e a procura agregada de ambas ($\mathbf{P_{A+B}}$).

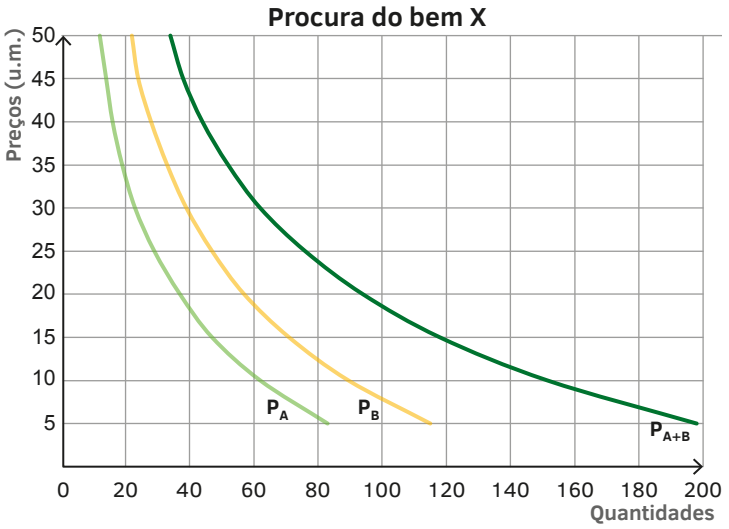
Procura agregada
Somatório de todas as procuras individuais.

Conforme se pode observar, a procura agregada do bem X obtém-se através da soma das duas procuras individuais ($\mathbf{P_A + P_B}$).

Bem X			
Preço (u.m.)	**Procura individual P_A**	**Procura individual P_B**	**Procura agregada P_{A+B}**
5	83	115	198
10	62	90	152
15	47	71	118
20	37	57	94
25	29	47	76
30	23	39	62
35	19	33	52
40	16	28	44
45	14	24	38
50	12	22	34

Assim, facilmente se conclui que a procura agregada varia de acordo com as procuras individuais que representa, aumentando quando a soma destas é maior e diminuindo na

situação inversa. A configuração da curva da procura agregada é semelhante à das procuras individuais que a compõem porque resulta do seu somatório.



Atividade 7

"A curva da procura de mercado de um bem como o chá obtém-se pela adição das quantidades de chá procuradas por cada consumidor. Cada consumidor possui uma curva da procura, ao longo da qual se pode representar a quantidade procurada em relação ao preço do chá.
De um modo geral, esta curva apresenta-se com uma inclinação para baixo e para a direita. Se as procuras de todos os consumidores fossem precisamente iguais e se existisse um milhão de consumidores, podia-se, então, conceber a curva da procura do mercado como uma ampliação, no montante de um milhão, da curva da procura de cada um dos consumidores."

SAMUELSON, Paul A. e NORDHAUS, William D. (2005), *Economia* Lisboa, McGraw-Hill

1. Estabelece a diferença entre procura individual e procura agregada.
2. Comenta o texto, salientando os seus aspetos mais relevantes.
3. Analisa a evolução das procuras individuais (A e B) e da respetiva procura agregada apresentadas na tabela e no gráfico.

5.4. Fatores determinantes da procura

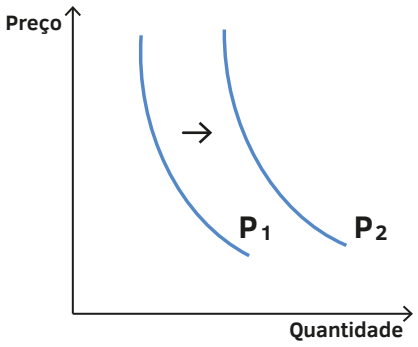
A procura depende de diversos fatores para além do preço do próprio bem. Existem várias condições determinantes do nível da procura, nomeadamente o rendimento dos consumidores, as suas preferências, a dimensão do mercado e o preço dos outros bens.

- **Nível de rendimento dos consumidores**

Um dos principais fatores que influenciam a procura é o rendimento dos consumidores, pois, geralmente, uma mudança no seu nível de rendimento traduz-se numa variação do seu consumo. Acontece, frequentemente, os agregados familiares passarem a consumir mais, após o seu rendimento ter aumentado e vice-versa, isto é, diminuírem o consumo quando o seu rendimento baixa.

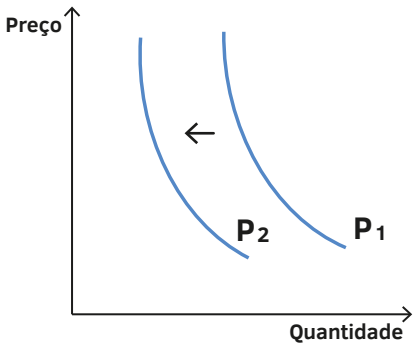
Constata-se que, quando o nível de rendimento dos consumidores aumenta, mantendo-se tudo o resto constante, o consumo de bens normalmente também aumenta. Nestas circunstâncias, a curva da procura desloca-se para a direita, conforme se observa no gráfico da situação 1, com P_1 a deslocar-se para P_2.

Situação 1: Aumento de rendimentos



Por outro lado, é natural verificar-se uma diminuição do nível de consumo nas situações contrárias, ou seja, quando o rendimento é menor, pois nessas situações reduz-se o poder de compra dos consumidores. Nesse caso, ocorre uma deslocação da curva da procura da direita para a esquerda, como se pode observar no gráfico da situação 2.

Situação 2: Diminuição de rendimentos



De um modo geral, podemos dizer que, quando o rendimento aumenta, o consumo dos bens normais[1] também aumenta. No entanto, existem algumas exceções, como, por exemplo, o consumo de **bens inferiores**, que apresenta um comportamento contrário. Um bem inferior geralmente caracteriza-se por ter uma qualidade inferior, sendo, por norma, a sua procura associada a situações onde há um nível de rendimento mais baixo.

Bens inferiores
Bens de qualidade inferior, com uma maior procura em situações de menor rendimento.

Quando o rendimento médio de uma população aumenta, normalmente, o consumo de bens inferiores diminui. Esse comportamento deve-se ao facto de os bens inferiores serem bens de menor custo, sendo maior o seu consumo nas situações em que o rendimento é menor.

[1] Bem normal é um bem cuja quantidade procurada varia na razão inversa do preço, mantendo-se tudo o resto constante.

Geralmente, quando o rendimento médio da população aumenta, os consumidores substituem o consumo de bens inferiores pelo consumo de outros bens de qualidade superior.

Documento 6

"Bem inferior é aquele cuja procura diminui quando se verifica um aumento do rendimento dos consumidores, na medida em que estes começam a comprar bens de melhor qualidade e deixam de comprar os bens considerados inferiores."

SOARES, José C. (2008), *Dicionário de Economia*, Lisboa, Plátano Editora

- **Preferências e hábitos dos consumidores**

Outro fator determinante da procura diz respeito às preferências e aos hábitos dos consumidores, que os fazem alterar o seu consumo. Existem determinadas circunstâncias que podem influenciar a procura, levando os consumidores a modificar os seus padrões de consumo por diversas razões, nomeadamente devido às tradições, à publicidade ou à moda.

As tradições são, muitas vezes, associadas ao consumo de bens, dado que frequentemente se dá o aumento do consumo de determinados bens em algumas épocas festivas, como o Natal, a Páscoa, o Carnaval, o Dia de S. Valentim, entre outras. A publicidade também tem um grande impacto na procura, devido à sua capacidade de apelo ao consumo.

Atualmente, desenvolvem-se campanhas publicitárias bastante sofisticadas com o objetivo de induzir os consumidores a aumentar a sua propensão para o consumo. Por outro lado, a moda também pode exercer uma grande influência sobre os hábitos de consumo dos indivíduos. Geralmente, quando o uso de um determinado bem está na moda, durante essa fase, a procura do bem é elevada, mas a partir do momento em que se deixa de usar esse bem, a sua procura diminui.

No entanto, as preferências dos consumidores podem modificar-se ao longo dos tempos, tendo como consequência o respetivo aumento ou diminuição da procura.

- **Dimensão do mercado**

A dimensão do mercado é outro fator que influencia a procura, pois, mesmo que cada consumidor continue a consumir as suas quantidades habituais e se mantenha a procura individual de cada agente, se houver uma alteração no número de consumidores de uma região, a procura agregada dessa região deverá evoluir no mesmo sentido.

Ou seja, permanecendo inalterados os restantes fatores, verifica-se que a procura tem tendência a aumentar quando há um aumento da dimensão do mercado e, pelo contrário, diminui quando a dimensão do mercado também diminui. Se a taxa de natalidade de uma dada localidade aumentar, é natural que aí aumente também a procura de bens de puericultura.

Por outro lado, se a população de um país for mais envelhecida, é normal que a procura de bens que incorporem um elevado nível de tecnologia seja mais reduzida, dado que geralmente este tipo de bens é procurado sobretudo pelos indivíduos mais jovens.

- **Preço dos outros bens**

O preço dos outros bens também pode ser um fator determinante da procura de um bem, sobretudo se os bens estabelecerem relações recíprocas entre si. Em determinados casos, quando apenas ocorrem variações nos preços de alguns produtos, os consumidores tentam substituir o consumo dos seus bens habituais por outros, os chamados **bens sucedâneos ou substituíveis**, que cumprem a mesma função, mas são mais baratos. O azeite e o óleo alimentar são um exemplo de bens sucedâneos.

Bens sucedâneos (ou substituíveis)
Bens que cumprem a mesma função.

Normalmente, quando aumenta o preço de um bem, que pode ser substituído por um sucedâneo, a procura desse bem diminui, transferindo-se para outro bem, cujo preço não seja tão elevado. Assim, no caso dos bens sucedâneos, o aumento do preço de um bem pode conduzir a um aumento da procura de outro bem. Por outro lado, uma diminuição do preço de um bem pode fazer deslocar para este a procura de outros bens de preço superior.

Outro caso diferente é o dos **bens complementares**, que se caracterizam pelo seu funcionamento em conjunto, necessitando um do outro para cumprirem as suas atribuições, e, por isso, geralmente, o aumento do preço de um provoca uma diminuição do consumo de ambos. No que respeita aos bens complementares, em regra, o aumento do preço de um leva à diminuição da procura de ambos, uma vez que os dois funcionam em conjunto. O aumento do preço da gasolina pode contribuir para haver uma diminuição da utilização do automóvel. Por sua vez, uma diminuição do preço de um bem complementar pode fazer aumentar a procura de ambos, pois, mesmo que o preço do outro bem permaneça inalterado, o consumo de ambos fica mais barato.

Bens complementares
Bens que necessitam de ser usados em conjunto, para cumprir a sua função.

Nas situações em que o aumento do preço de um bem leva à sua substituição por outros mais baratos, verifica-se um **efeito-substituição**, e está-se perante um **efeito-rendimento** quando o aumento do preço de um bem provoca uma redução da sua quantidade de consumo, resultando numa diminuição do poder de compra (equivalente a uma diminuição do rendimento).

Documento 7

"**Efeito-rendimento e efeito-substituição**

O efeito-rendimento e o efeito-substituição representam duas soluções alternativas para um agente económico colocado em certas situações. Tomemos primeiro o caso de um consumidor que dispõe de um rendimento constante e que deve retificar a sua escolha de consumo quando o preço de um bem que ele deseja varia. Uma subida do preço deste bem corresponderia, se ele continuasse a desejar adquiri-lo, a uma diminuição do seu poder de compra. Este consumidor tem, pois, a opção entre comprar uma quantidade inferior deste bem (é o efeito-rendimento, que diz respeito à evolução desta grandeza ou, aqui, do seu poder de compra) ou substituir este bem por outros cujos preços não se alteraram (é o efeito-substituição, consequência de uma variação dos preços relativos).

O aumento do preço de um bem pode, portanto, conduzir a uma diminuição da procura, mais ou menos acentuada consoante a ação combinada destes dois efeitos."

CAPAUL, Jean-Yves e GARNIER Olivier (1998), *Dicionário de Economia e de Ciências Sociais*, Plátano Editora

Atividade 8

"Um aumento no rendimento monetário é um fator que, normalmente, contribuirá para aumentar a quantidade que estamos dispostos a comprar de qualquer bem.
Os bens de primeira necessidade tendem a reagir menos às variações de rendimento.
Os artigos de luxo tendem a reagir mais acentuadamente."

SAMUELSON, Paul A. e NORDHAUS, William D. (2005), *Economia* , Lisboa, McGraw-Hill

1. **Indica qual o fator patente no texto que pode exercer influência sobre a procura.**
2. **Explicita o sentido da afirmação destacada.**
3. **Dá um exemplo de um bem cuja procura seja influenciada pelas preferências ou hábitos dos consumidores.**

4 Comenta o impacte que o aumento da população, pela via da imigração, pode ter na procura de um país.

5 Explica de que forma o preço de outros bens pode afetar a procura de um bem.

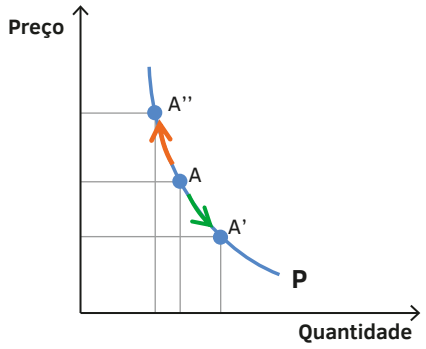
Manual Digital
Avaliação
A procura

Importa ainda referir que podem existir dois tipos diferentes de deslocações relativamente às curvas. Por um lado, pode haver **movimentos ao longo da curva**, correspondendo estes a oscilações nas quantidades procuradas (ou oferecidas), mas, por outro lado, também pode ocorrer uma **deslocação da própria curva**, movendo-se toda a curva para a direita ou para a esquerda. No primeiro caso, falamos em aumento ou diminuição das quantidades procuradas (ou oferecidas). No segundo caso, dizemos que houve um aumento ou uma diminuição da procura (ou da oferta), porque, nessa situação, toda a curva se desloca, enquanto nos movimentos das quantidades procuradas (ou oferecidas) apenas se dá uma deslocação ao longo da curva, conforme se pode observar a seguir.

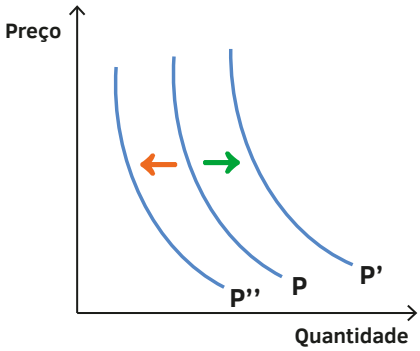
Movimentos ao longo da curva
Oscilações nas quantidades procuradas (ou oferecidas) que provocam uma deslocação dos pontos situados em cima da curva.

Deslocação da curva
Alterações na procura (ou oferta) que provocam uma deslocação de toda a curva.

Movimentos ao longo da curva da procura



Deslocações da curva da procura



5.5. Elasticidade da procura

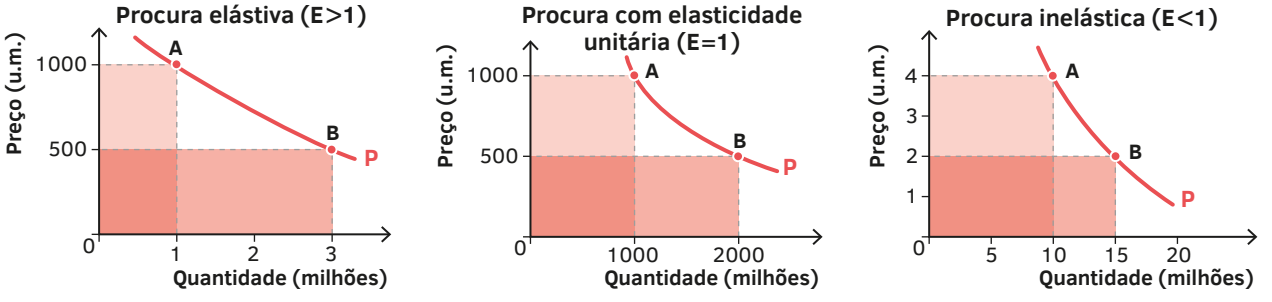
Documento 8

"Quando estudamos a procura, observamos que os consumidores geralmente compram mais quantidades de um bem quando o preço deste está mais baixo, quando o seu rendimento é maior, quando os preços dos bens substitutos do bem estão elevados ou quando os preços dos bens complementares estão baixos. Essa abordagem sobre a procura é qualitativa, não quantitativa. Ou seja, aponta-nos a direção em que a quantidade procurada se move, mas não a dimensão do movimento. Para medirem o quanto os consumidores reagem às mudanças dessas variáveis, os economistas usam o conceito de **elasticidade**."

MANKIW, N. Gregory (2013), *Introdução à Economia* (tradução da 6.ª edição americana), São Paulo, Cengage Learning (adaptado)

Ao observar eventuais modificações das quantidades procuradas face a alterações de variáveis, como, por exemplo, o preço, interessa compreender a amplitude dessas modificações, averiguando o grau de sensibilidade da procura relativamente a alterações de outras variáveis. Uma alteração numa variável pode gerar uma reação maior ou menor na procura. Convém assim analisar a sua **elasticidade**, que é o indicador do grau de sensibilidade de uma variável (neste caso, as quantidades procuradas de um bem) perante alterações de outras variáveis, como: o preço do bem, o preço de outros bens correlacionados ou o rendimento dos consumidores. A elasticidade é a medida da sensibilidade entre diferentes variáveis, dando-nos a conhecer o impacto percentual que a modificação de uma variável pode ter sobre as outras.

Elasticidade
Indicador do grau de sensibilidade de uma variável relativamente a alterações de outras variáveis.



SAMUELSON, Paul A. e NORDHAUS, William D. (2012), Economia, Lisboa: McGraw-Hill (adaptado)

A elasticidade de uma variável relativamente a outras obtém-se através do quociente entre a variação percentual da primeira variável e a variação percentual da outra variável que levou a essa variação. Assim, para se calcular a **elasticidade da procura** de um bem, relativamente a outras variáveis, determina-se o quociente entre a variação percentual da quantidade procurada do bem e a variação percentual da outra variável que levou a essa variação da quantidade procurada.

Elasticidade da procura
Medida do grau de sensibilidade da quantidade procurada de um bem, perante alterações do preço desse bem, do rendimento dos consumidores ou do preço de bens correlacionados.

$$\textbf{Elasticidade da procura} = \frac{\text{variação percentual da quantidade procurada}}{\text{variação percentual de outra variável}}$$

Quanto à segunda variável da elasticidade da procura (o denominador), veremos a seguir que pode ser uma variação do preço do bem, uma variação do rendimento ou uma variação do preço de outros bens que sejam sucedâneos ou complementares.

Relativamente à interpretação dos valores da elasticidade, em linhas gerais podemos classificar a procura como **elástica**, quando a sua elasticidade assume valores maiores que 1, significando neste caso que a procura é razoavelmente sensível a variações da outra variável; a procura é **inelástica**, se a elasticidade for inferior a 1, sendo, portanto, pouco reativa em relação a variações da outra variável; e dizemos que estamos perante uma procura com elasticidade **unitária**, se a elasticidade for igual a 1, ou seja, se as duas variáveis reagirem na mesma medida.

Interpretação dos valores

Procura elástica > 1

Procura inelástica < 1

Procura com elasticidade unitária = 1

Vejamos um exemplo:

Sabendo que a quantidade procurada do bem X diminuiu 1% após o seu preço ter aumentado 5%, podemos determinar a elasticidade da procura do bem X, face ao seu preço, da seguinte forma:

$$\textbf{Elasticidade da procura de X} = \frac{\text{variação percentual quantidade procurada de X}}{\text{variação percentual do preço de X}} = \frac{-1\%}{5\%} = |-0{,}2| = 0{,}2$$

Nota: o valor da elasticidade que aparece no final do cálculo não deve ser apresentado com nenhuma unidade de conta, por se tratar do resultado de um quociente entre duas percentagens. Além disso, neste caso, por conveniência, analisa-se o resultado em valor absoluto (||), retirando-se assim o sinal "–", por ser uma elasticidade-preço da procura que, conforme veremos mais à frente, assume quase sempre valores negativos (uma vez que a quantidade procurada varia inversamente ao preço), ao contrário de outros tipos de elasticidade.

Neste exemplo, podíamos verificar que se tratava de uma situação inelástica (0,2 < 1), pois a quantidade procurada do bem X não reagiu muito à alteração do preço, tendo diminuído 1%, perante um aumento do preço de 5%. Se, porventura, a quantidade procurada daquele bem tivesse diminuído 10%, nesse caso já estaríamos perante uma situação elástica, sendo a sua elasticidade então igual a 2 (2 >1). Na segunda hipótese, a quantidade procurada de bem X era mais sensível a alterações do preço, do que na primeira hipótese, em que a elasticidade era inferior a 1.

Documento 9

"Um bem tem procura elástica quando a quantidade procurada varia mais, em termos percentuais, do que a variação do preço. O que acontece, por exemplo, se o preço de um bem variar 1% e, em consequência, a quantidade procurada variar 2%. Por seu turno, um bem de procura inelástica é aquele em que a quantidade procurada varia menos do que o preço, em termos percentuais. Um exemplo é a situação em que se o preço variar 1%, a quantidade procurada varie 0,5%, em consequência. O outro caso dá-se quando a variação percentual da quantidade procurada é igual à variação do preço (por exemplo, uma situação em que se o preço variar 1%, a quantidade procurada varia também nessa proporção)."

MORGADO, José A. e FERREIRA, Paulo (2021), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Rei dos Livros [consult. 5 out 2024]

Atividade 9

"A elasticidade diz-nos qual a variação do montante relativo da quantidade procurada em resposta a uma variação do preço de um determinado bem X. Por exemplo, considere-se que uma subida de 10% do preço do combustível leva a uma redução da quantidade procurada de 1%."

DONÁRIO, Arlindo e SANTOS Ricardo B. (2014), *As elasticidades*, https://repositorio.ual.pt/server/api/core/bitstreams/be37446f-f4f0-417c-873d-6c9a8163a914/content

1. **Diz o que entendes por elasticidade da procura.**
2. **Determina, atendendo ao texto, a elasticidade da procura do bem X relativamente ao preço do combustível e interpreta o valor obtido.**

Existem, então, três tipos de elasticidade da procura de um bem:

- relativamente a variações do preço do bem (elasticidade-preço);
- relativamente a variações do rendimento (elasticidade-rendimento);
- relativamente a variações do preço de outros bens – sucedâneos ou complementares (elasticidade-cruzada).

A **elasticidade-preço da procura** mede a sensibilidade das quantidades procuradas de um bem, perante oscilações do preço desse bem, indicando o quanto reage a procura a mudanças de preço do bem. A elasticidade-preço determina-se dividindo a variação percentual da quantidade procurada de um bem pela variação percentual do preço do bem.

Documento 10

"A elasticidade preço da procura mede a variação percentual na quantidade procurada de um bem em resultado da variação de 1% no preço desse mesmo bem, *ceteris paribus*. Algebricamente, a elasticidade preço da procura de um bem X é dada pelo rácio entre a variação percentual na quantidade procurada do bem e a variação percentual do preço do bem.

Uma vez que o preço de um bem e a quantidade procurada desse bem variam em sentido contrário, *ceteris paribus* (Lei da Procura), o rácio da elasticidade preço da procura seria sempre negativo. Convenciona-se, assim, adotar o valor absoluto da elasticidade, pelo que o sinal (–) é introduzido na fórmula da elasticidade. Assim, quanto maior é a sensibilidade da quantidade procurada do bem às variações do preço do bem, maior é a elasticidade preço da procura, em valor absoluto.

Consideremos o seguinte exemplo: quando o preço do bem X aumenta 2%, a quantidade procurada do bem diminui 6%. Neste caso, o valor da elasticidade preço da procura é igual a 3. Significa isto que, se o preço do bem X variar 1%, *ceteris paribus*, a quantidade do bem varia 3%, em sentido contrário."

LOBO, Flora C. e ANDRADE, Carlos (2023), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Edições Sílabo

Fatores que influenciam a elasticidade-preço da procura

- Disponibilidade de bens substitutos próximos
- Necessidade dos bens
- Percentagem do rendimento empreguado no bem
- Horizonte temporal da reação dos consumidores
- Amplitude da definição do bem

A elasticidade-preço da procura de um bem é influenciada por diversos fatores, nomeadamente, pela disponibilidade de **bens substitutos (ou sucedâneos) próximos** desse bem, isto é, bens com características muito aproximadas do bem em causa. A existência de bens substitutos próximos faz aumentar a facilidade de substituição do bem, aumentando também a elasticidade da sua procura. Assim, a elasticidade-preço da procura de um bem tem tendência a ser elástica, quando há bens substitutos próximos desse bem, e tende a ser inelástica, se não houver bens substitutos próximos. Havendo bens substitutos próximos, a procura do bem original tende a reagir mais, perante oscilações de preço, do que se não houver bens substitutos próximos.

Documento 11

"**Disponibilidade de substitutos próximos**
Bens com substitutos próximos tendem a ter procura mais elástica porque é mais fácil para os consumidores trocá-los por outros. Por exemplo, a manteiga e a margarina são facilmente substituíveis uma pela outra. Um pequeno aumento no preço da manteiga, supondo que o preço da margarina se mantém constante, fará com que a quantidade vendida de manteiga tenha uma grande diminuição. No entanto, como os ovos não têm substitutos próximos, a procura por ovos é menos elástica do que a procura por manteiga."

MANKIW, N. Gregory (2013), *Introdução à Economia* (tradução da 6.ª edição americana), São Paulo, Cengage Learning (adaptado)

Por outro lado, os **bens de maior necessidade** geralmente são mais inelásticos que os bens considerados menos essenciais, como os bens supérfluos, cuja elasticidade é, por norma, superior a 1. A elasticidade dos bens essenciais é habitualmente mais rígida do que a dos bens não essenciais, sendo menos sensível a procura de bens essenciais, a variações de preço, do que a procura de bens não essenciais. Bens de primeira necessidade, como, por exemplo, medicamentos essenciais que não tenham substitutos muito

próximos, geralmente têm uma elasticidade da procura bastante inelástica, mesmo em situações de aumento de preço, por serem imprescindíveis para satisfazer necessidades vitais.

Documento 12

"Bens de primeira necessidade tendem a ter uma procura menos elástica do que os que não são de primeira necessidade. A própria natureza do bem impõe restrições à sua substituição no caso de um aumento do preço."

LOBO, Flora C. e ANDRADE, Carlos (2023), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Edições Sílabo

Além disso, a **percentagem de rendimento empregado num bem** também pode influenciar a elasticidade da sua procura, perante oscilações do preço. Quanto maior for o peso relativo dos encargos com a aquisição desse bem, em termos do orçamento do consumidor, maior será a volatilidade da sua procura, sendo, portanto, bastante sensível a variações de preço. Um bem como, por exemplo, o sal, que geralmente não representa um grande coeficiente orçamental no total das despesas de uma família, muito provavelmente terá uma elasticidade-preço da procura inelástica, reagindo pouco a oscilações de preço, enquanto um bem que represente uma maior fatia do rendimento da família, como as despesas com um automóvel, possa ser mais sensível a variações de preço.

Documento 13

"O peso que um determinado bem tem no total da despesa de consumo pode ser também importante para explicar a elasticidade de um bem: quanto mais relevante for esse bem no total do orçamento, maior tenderá a ser a elasticidade, pois as pessoas começam a preocupar-se com o seu padrão de gastos. Claramente a troca por outro bem só pode acontecer se houver disponibilidade de outros bens. O exemplo da carne fresca pode ser utilizado neste âmbito. Considere-se uma família que gasta, digamos, 20% do seu rendimento em carne. Se a carne aumentar de preço, devido ao peso que exerce no orçamento, muito provavelmente haverá uma deslocação para outro tipo de bens (por exemplo, conservas)."

MORGADO, José A. e FERREIRA, Paulo (2021), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Rei dos Livros

Outro fator que pode influenciar a elasticidade-preço da procura é o **horizonte temporal** que os consumidores dispõem para ajustar a sua procura perante variações de preço. As alterações dos hábitos de consumo, que ocorrem como resposta a oscilações de preço, são diferentes conforme os consumidores dispõem de um período mais longo ou menos longo. Se monitorizarmos alterações ocorridas em horizontes temporais mais longos, por norma, constatamos que nesses casos a procura de bens tende a ser mais elástica do que nas alterações da procura que são monitorizadas em períodos de tempo mais curtos. Quando o preço de um bem sobe, nos primeiros tempos, a quantidade procurada desse bem, geralmente, decresce menos, do que ao fim de mais tempo, quando os consumidores já tiveram oportunidade de fazer maiores ajustes ao seu consumo, tendo possibilidade de diminuir bastante o consumo desse bem ou de o substituir por outros.

Documento 14

"Quando o preço da gasolina sobe, a quantidade procurada desse combustível cai pouco nos primeiros meses. No entanto, com o passar do tempo, as pessoas compram carros que consomem menos gasolina, passam a usar transportes públicos e mudam-se para mais perto do lugar onde trabalham. Em alguns anos, a quantidade procurada de gasolina cai substancialmente."

MANKIW, N. Gregory (2013), *Introdução à Economia* (tradução da 6.ª edição americana), São Paulo, Cengage Learning (adaptado)

Finalmente, podemos ainda constatar que o maior ou menor grau com que especificamos o bem procurado, em termos de mercado ou da categoria do bem, também pode influenciar a sensibilidade da procura da nossa análise. A **amplitude da definição de um bem** pode ser determinante em relação à sua elasticidade da procura, perante variações de preço. Quanto mais especificamente definido for um bem, mais elástica é a sua procura, e quanto menor for o grau da sua definição, mais inelástica é a sensibilidade da sua procura. Uma maior definição do bem abre mais possibilidades de se encontrar substitutos, aumentando a elasticidade da sua procura. É diferente falarmos, por exemplo, num bem como um pente ou a categoria de bens de cuidados pessoais. Provavelmente é mais elástica a procura de pentes do que a procura da categoria inteira de bens de cuidados pessoais, que talvez seja mais difícil de substituir. No caso de haver uma definição mais ampla e menos específica, não é tão simples encontrar verdadeiros substitutos.

Documento 15

"Mercados definidos de forma restrita tendem a ter uma procura mais elástica do que mercados definidos de forma ampla, uma vez que é mais fácil encontrar substitutos para bens definidos de maneira restrita. Por exemplo, os alimentos, uma categoria ampla, têm uma procura bastante inelástica, porque não há bons substitutos para eles. O sorvete, uma categoria restrita, tem uma procura mais elástica, porque é fácil substituí-lo por outras sobremesas. O sorvete de baunilha é uma categoria muito mais restrita, tem uma procura muito elástica, porque os outros sabores de sorvete são seus substitutos quase perfeitos."

MANKIW, N. Gregory (2013), *Introdução à Economia* (tradução da 6.ª edição americana), São Paulo, Cengage Learning (adaptado)

Atividade 10

"Quanto mais essencial for um bem, mais rígido é o comportamento do consumidor em relação a uma possível variação do preço."

MORGADO, José A. e FERREIRA, Paulo (2021), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Rei dos Livros

1. **Explicita em que consiste a elasticidade-preço da procura.**
2. **Justifica porque é que a procura de bens de maior necessidade geralmente se considera menos elástica.**

Uma vez compreendido o conceito de elasticidade-preço da procura, agora iremos ver os principais aspetos relativamente à elasticidade-rendimento. Em termos algébricos, podemos calcular a **elasticidade-rendimento da procura** efetuando o quociente entre a variação percentual da quantidade procurada de um bem e a variação percentual do rendimento dos consumidores, medindo assim o impacto de uma variação do rendimento dos consumidores sobre a procura de um determinado bem. A elasticidade-rendimento pode assumir valores positivos ou negativos, contrariamente ao que acontece com a elasticidade-preço da procura, que, como vimos, regista quase sempre valores negativos, motivo pelo qual se convenciona apresentar o seu resultado em valor absoluto, isto é, retirando-se o sinal "–".

Elasticidade-rendimento

Bens inferiores < 0

Bens normais > 0

Bens superiores > 1

Por outro lado, conforme já foi referido, o nível de rendimento dos consumidores influencia o seu consumo, afetando, no entanto, de modo diferente conforme se trate do consumo de **bens normais**, **bens inferiores** ou **bens de luxo** (ou **superiores**)[2]. Vimos que, quando o rendimento dos consumidores aumenta, geralmente, o seu consumo de bens normais também aumenta e na situação contrária, quando o rendimento diminui, o consumo de bens normais também diminui.

Mas, nas situações de aumento de rendimento, o consumo de bens inferiores, normalmente, diminui, apresentando um comportamento diferente dos outros bens. Por outro lado, quando há uma diminuição do rendimento, normalmente, o consumo dos bens inferiores aumenta, por estes bens serem mais baratos e permitirem satisfazer uma maior quantidade de necessidades, embora tenham, subjacentemente, uma menor qualidade.

Assim, a elasticidade da procura, em termos de rendimento, também se faz sentir de forma diferente quando se trata de bens normais ou de bens inferiores. Geralmente, a elasticidade-rendimento da procura é mais elástica nos bens normais, do que nos bens inferiores, cuja procura é bastante mais rígida. A elasticidade-rendimento da procura de bens inferiores assume valores negativos, enquanto a de bens normais regista valores maiores que 0.

Quanto aos bens superiores (ou de luxo), são uma subcategoria de bens normais que se caracteriza por ter uma elasticidade-rendimento superior a 1. Nestes bens, um aumento da variação percentual do rendimento traduz-se numa variação percentual da sua procura maior do que a variação percentual do rendimento, assumindo, por regra, estes bens uma elasticidade-rendimento mais elevada que a dos outros bens normais (bens necessários), cuja elasticidade se situa acima de 0 e abaixo, ou igual, a 1.

Documento 16

"Os bens normais são aqueles que, quando o rendimento aumenta, o consumidor tem tendência a aumentar a sua procura. Como tal, o primeiro elemento da fórmula da elasticidade procura-rendimento é positivo. Como o rendimento e a procura são também positivos, então esta elasticidade para os bens normais será também positiva.

Mesmo com uma elasticidade procura-rendimento positiva, é possível distinguir duas situações distintas: valores da elasticidade inferiores ou iguais à unidade e valores superiores à unidade.

No primeiro caso têm-se situações em que, quando o rendimento aumenta 1%, a quantidade procurada aumenta menos do que essa proporção (ou no limite, exatamente 1%). No segundo caso, face a um aumento de 1% no rendimento, a quantidade procurada aumenta mais do que 1%. Esses casos particulares são identificados pelos economistas como bens superiores (ou de luxo) e normalmente estão associados ao consumo de bens não essenciais ou que são, inclusivamente, supérfluos.
Por seu turno, os bens inferiores são aqueles que, face a um aumento do rendimento, o consumidor vai procurar menos. São bens que são geralmente substituídos por outros de melhor qualidade. Ora, sendo o tal primeiro elemento negativo, então a elasticidade procura-rendimento para estes bens também será negativa."

MORGADO, José A. e FERREIRA, Paulo (2021), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Rei dos Livros (adaptado)

Atividade 11

"Não se pode afirmar, *per se*, que um bem é inferior, necessário ou superior, pois estas classificações dependem da relação do nível de rendimento do consumidor com a procura por esse bem. Um bem pode ser considerado como superior para um indivíduo de baixo nível de rendimento, um bem necessário para um indivíduo com mais elevado rendimento e um bem inferior para um indivíduo de elevado nível de rendimento."

DONÁRIO, Arlindo A. e SANTOS, Ricardo B. (2022), *Economia, com Destaque para a Microeconomia – Uma Visão Crítica*, Lisboa, Edições Sílabo

1 **Explica o que é a elasticidade-rendimento da procura, justificando porque são negativos os valores da elasticidade-rendimento dos bens inferiores.**

2 **Comenta o sentido do texto, distinguindo os diferentes tipos de bens mencionados.**

[2] A classificação em bens inferiores e normais (necessários/superiores) não é uma classificação estanque, é relativa. Pode diferir de consumidor para consumidor, traduzindo, em cada caso, o modo como o consumo varia em função do respetivo nível de rendimento. O que uns consideram ser um bem inferior pode ser considerado, por outros, como um bem normal (necessário), assim como o que para uns é um bem superior, para outros, pode ser um bem necessário.

Elasticidade-cruzada

Bens substitutos > 0

Bens complementares < 0

Por último, abordamos a **elasticidade-cruzada da procura** que mede o grau de sensibilidade da procura de um bem, perante variações de preço de outro bem.

Para se efetuar o cálculo da elasticidade-cruzada da procura de um bem, em relação a variações de preço de outro bem, determina-se o quociente entre a variação percentual das quantidades procuradas de um bem e a variação percentual do preço do outro bem. Já vimos que o outro bem tanto pode ser um **substituto (sucedâneo)**, como um bem **complementar**, pois estes dois tipos de relações entre bens podem influenciar a procura de um bem. Um bem cuja procura seja independente do outro não influenciará a sua procura, pelo que aqui interessa-nos estudar os bens que se inter-relacionam uns com os outros e para os quais a procura de uns possa ser influenciada pelas oscilações percentuais do preço dos outros.

A elasticidade-cruzada da procura também pode assumir valores positivos ou negativos, refletindo a variação percentual da quantidade procurada de um bem, relativamente à variação percentual do preço de outro bem. Esta elasticidade é positiva, no caso dos bens substitutos, porque, mantendo-se tudo o resto constante, quando o preço de um bem aumenta, a quantidade procurada do seu substituto também aumenta, variando assim as duas grandezas no mesmo sentido. Quanto aos bens complementares, a elasticidade-cruzada da sua procura é negativa, variando as suas componentes em sentido inverso, pois quando o preço de um aumenta, em geral, diminui a quantidade procurada de ambos.

Documento 17

"Considere-se inicialmente o exemplo da manteiga e da margarina, que são substitutos próximos. Se o preço da manteiga aumentar, sabe-se que a quantidade procurada de manteiga tenderá a diminuir. No entanto, esta elasticidade mostra o efeito do aumento do preço da manteiga na quantidade procurada de margarina. Neste caso, estando a falar de bens substitutos, se o preço da manteiga aumenta, então a procura de margarina deverá aumentar (considerando que tudo o resto se mantém constante). Neste caso, a elasticidade procura-preço cruzada será positiva.

Se esta elasticidade é positiva para os bens substitutos, facilmente se conclui que será negativa para os bens complementares. Importa, no entanto, compreender esse raciocínio. Como tal, considere-se o exemplo da procura de ratos de computador sem fios, que funcionam com pilhas. Se o preço destes ratos aumentar, então aumenta a procura de ratos com fio (que é substituto dos ratos sem fio) e diminui a procura de pilhas, que é bem complementar. Portanto, a elasticidade procura-preço cruzada entre as pilhas e os ratos sem fio será negativa, enquanto será positiva entre ratos sem fio e ratos com ligação por fio."

MORGADO, José A. e FERREIRA, Paulo (2021), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Rei dos Livros

Atividade 12

"A variação do preço de um determinado bem pode afetar a quantidade procurada de um ou outros bens. Para se obter esses efeitos utiliza-se o que é denominado por elasticidade-cruzada da procura. Este conceito traduz-se no rácio da variação percentual na quantidade procurada de um determinado bem X, devido a 1% da variação do preço de outro bem, Y, *ceteris paribus*."

DONÁRIO, Arlindo A. e SANTOS, Ricardo B. (2022), *Economia, com Destaque para a Microeconomia – Uma Visão Crítica*, Lisboa, Edições Sílabo

1 **Comenta o texto, tendo em atenção o conceito de elasticidade-cruzada da procura.**

2 **Distingue a elasticidade-cruzada da procura de bens substitutos e de bens complementares.**

Sabendo que a elasticidade corresponde à medição do grau de sensibilidade de uma variável, em termos percentuais, relativamente a variações percentuais de outra, podemos aplicar o conceito de inúmeras maneiras.

Conceitos-chave

- Consumo
- Consumo individual ou coletivo
- Consumo intermédio ou final
- Consumo público ou privado
- Consumo essencial ou supérfluo
- Valor-utilidade
- Utilidade marginal
- Estrutura de consumo
- Lei de Engel
- Mercado
- Procura
- Lei da procura
- Procura individual
- Procura agregada
- Bens inferiores
- Bens normais (necessários/ superiores)
- Bens complementares
- Bens substitutos (ou sucedâneos)
- Movimentos ao longo da curva
- Deslocação da curva
- Elasticidade da procura
- Elasticidade-preço
- Elasticidade-rendimento
- Elasticidade-cruzada

Síntese

- O **consumo** é a atividade que consiste na utilização de bens ou serviços de forma a satisfazer necessidades. O consumo pode ser classificado segundo o critério da abrangência, o critério da função, o critério da natureza do agente e o critério da natureza da necessidade.
- **O que valorizam os consumidores?** O conceito de **valor** é atribuído pelos consumidores, de acordo com a utilidade que retiram de cada bem – **valor-utilidade**.
- A noção de **utilidade** está associada à noção de satisfação das necessidades existentes e ao facto de os recursos serem, em geral, insuficientes para satisfazer as inúmeras necessidades que existem, exigindo que estas sejam hierarquizadas de acordo com o grau de satisfação, benefício ou utilidade de cada uma.
- A **utilidade marginal** consiste na dose adicional de satisfação que é obtida, cada vez que se consome uma unidade a mais de um bem. Em geral, a utilidade marginal vai diminuindo à medida que se aumenta a quantidade de bem consumida – **lei da utilidade marginal decrescente**.
- O **mercado** é o local, em sentido físico ou figurado, onde a oferta e a procura de um bem se compatibilizam a um determinado preço.
- A **procura (P)** representa a quantidade de bens que os compradores têm interesse em adquirir a um determinado preço. De acordo com a **lei da procura**, a quantidade procurada de um bem varia na razão inversa do seu preço. Assim, mantendo-se constantes os demais fatores, verifica-se que a quantidade procurada aumenta quando o preço do bem diminui e diminui quando o preço do bem aumenta.
- A **procura individual** corresponde à procura de apenas um consumidor, enquanto a **procura agregada** (procura de mercado) representa a soma de todas as procuras individuais de um mercado.
- Os principais **fatores que influenciam a procura**, para além do preço do bem, são o rendimento dos consumidores, as suas preferências e hábitos, a dimensão do mercado e o preço dos outros bens.
- O **rendimento dos consumidores** é um dos determinantes da procura, pois, geralmente, uma mudança no seu nível de rendimento traduz-se numa variação do seu consumo. Quando o rendimento aumenta, por norma, o consumo dos bens normais também aumenta, enquanto o consumo de bens inferiores apresenta um comportamento contrário.

- As **preferências e hábitos dos consumidores** fazem alterar o seu consumo, havendo determinadas circunstâncias que podem influenciar a procura, levando os consumidores a modificar os seus padrões de consumo por diversas razões, nomeadamente, devido às tradições, à publicidade ou à moda.
- A **dimensão do mercado** influencia a procura, pois, mesmo que se mantenha a procura individual de cada agente, se houver uma alteração no número de consumidores de uma região, a procura agregada dessa região deverá evoluir no mesmo sentido.
- O preço dos outros bens também é determinante da procura de um bem, quando os bens estabelecem relações recíprocas entre si, como os **bens sucedâneos ou substituíveis**, que cumprem a mesma função, mas são mais baratos, ou os **bens complementares**, que funcionam em conjunto, necessitando um do outro para cumprirem as suas atribuições.
- Quando o aumento do preço de um bem leva à sua substituição por outros mais baratos, verifica-se o **efeito-substituição**, e quando o aumento do preço de um bem provoca uma redução da sua quantidade de consumo, sendo equivalente a uma diminuição do poder de compra, está-se perante o **efeito-rendimento**.
- Importa distinguir **movimentos ao longo da curva da procura**, que correspondem a oscilações nas quantidades procuradas, de **deslocações da própria curva**, que são as situações em que toda a curva da procura se move para a direita ou para a esquerda.
- A **elasticidade** é a medida da sensibilidade entre diferentes variáveis, dando-nos a conhecer o impacto percentual que a modificação de uma variável pode ter sobre as outras.
- A **elasticidade da procura** de um bem, relativamente a outras variáveis, determina-se através do quociente entre a variação percentual da quantidade procurada do bem e a variação percentual da outra variável que levou a essa variação da quantidade procurada. A segunda variável pode ser uma variação do preço do bem, uma variação do rendimento ou uma variação do preço de outros bens que sejam sucedâneos ou complementares.
- A **elasticidade-preço da procura** mede a sensibilidade das quantidades procuradas de um bem, perante oscilações do preço desse bem, indicando o quanto reage a sua procura a mudanças de preço. Calcula-se dividindo a variação percentual da quantidade procurada de um bem pela variação percentual do preço do bem. A elasticidade-preço da procura é **elástica** quando assume valores (em termos absolutos) maiores que 1, **inelástica** quando é menor que 1 e **unitária** quando é igual a 1.

Síntese (cont.)

- Os **principais fatores que influenciam a elasticidade-preço da procura** são: disponibilidade de bens substitutos próximos, o grau de necessidade dos bens, a percentagem de rendimento que é despendida no bem, o horizonte temporal de ajustamento da procura perante oscilações de preço e a amplitude da definição de um bem, em termos do seu mercado ou categoria.
- A **elasticidade-rendimento da procura** mede o impacto de uma variação do rendimento dos consumidores sobre a procura de um determinado bem, sendo calculada através do quociente entre a variação percentual da quantidade procurada de um bem e a variação percentual do rendimento dos consumidores. A elasticidade-rendimento da procura de **bens inferiores** assume valores negativos, enquanto a de **bens normais** regista valores superiores a 0. Os bens normais subdividem-se em duas categorias: **bens necessários** e **bens superiores**, sendo, por norma, a elasticidade-rendimento dos bens necessários, maior que 0 e menor, ou igual, a 1, e a dos bens superiores maior que 1.
- A **elasticidade-cruzada da procura** mede a sensibilidade da procura de um bem, perante variações de preço de outro bem com o qual esteja relacionado. Calcula-se através do quociente entre a variação percentual das quantidades procuradas de um bem e a variação percentual do preço do outro bem. Esta elasticidade geralmente é superior a 0, no caso dos **bens substitutos**, e menor que 0, quando se trata de **bens complementares**.

Ficha de trabalho 5

1 **Seleciona, em cada caso, a opção que consideras correta.**

1.1. O consumo denomina-se final quando

a) os bens consumidos já se encontram totalmente transformados.

b) está associado à satisfação das necessidades pessoais de cada indivíduo.

c) está relacionado com a satisfação das necessidades básicas dos indivíduos.

d) incide sobre bens e serviços que não são essenciais à vida humana.

1.2. A estrutura de consumo das famílias

a) representa a forma como o rendimento das mesmas é distribuído pelas várias classes de despesas.

b) mede o grau de sensibilidade da procura de um bem.

c) varia em função do nível de consumo intermédio de uma região.

d) varia de acordo com o nível das taxas de juro em vigor.

1.3. Consideram-se fatores determinantes da procura de um bem

a) o preço desse bem e o nível de rendimento dos consumidores.

b) os impostos e contribuições sociais.

c) a regulação da concorrência e os direitos dos consumidores.

d) as taxas de juro de médio e longo prazo.

1.4. A procura de um bem corresponde

a) à quantidade desse bem que os vendedores estão dispostos a vender a um determinado preço.

b) à quantidade desse bem que os compradores estão dispostos a adquirir a um determinado preço.

c) ao preço que os compradores estão dispostos a pagar por esse bem.

d) ao preço que os vendedores estão dispostos a receber por esse bem.

1.5. Uma diminuição da procura de margarina terá sido motivada pelo(a)

a) aumento do preço da manteiga.

b) diminuição da procura do óleo.

c) aumento da procura de pão.

d) diminuição do preço da manteiga.

Ficha de trabalho 5 (cont.)

1.6. A elasticidade-preço da procura

a) indica o quanto a procura agregada reage perante alterações de rendimento.

b) mede a variação percentual da quantidade procurada de um bem relativamente a variações percentuais do preço de outros bens.

c) diz-se inelástica, quando assume valores menores que 1.

d) diz-se elástica, quando assume valores menores que 1.

1.7. Quando existem bens substitutos próximos de um bem

a) aumenta a quantidade procurada desse bem.

b) aumenta a elasticidade da sua procura.

c) diminui a elasticidade da sua procura.

d) a procura do bem tende a reagir menos a oscilações do preço dos outros bens.

2 Lê com atenção o seguinte texto:

"**Preferências: o que o consumidor quer**

A restrição orçamental é uma parte da análise: ela mostra quais as combinações de bens que o consumidor pode adquirir, dado o seu rendimento e o preço dos bens. As escolhas do consumidor, contudo, não dependem apenas da sua restrição orçamental, mas também das suas preferências em relação aos bens."

MANKIW, N. Gregory (2013), *Introdução à Economia* São Paulo, Cengage Learning

2.1. Identifica os fatores determinantes da procura patentes no texto.

2.2. Indica duas formas como a procura de um bem pode ser influenciada pelo preço de bens inter-relacionados com esse bem.

3 Observa a tabela seguinte:

Preço (u.m.)	Quantidade procurada do bem X	
	Consumidor A	Consumidor B
15	400	1000
30	300	800
45	200	600
60	100	400

3.1. Diz o que entendes por procura de um bem.

3.2. Indica as procuras individuais do bem X, para cada consumidor, quando o preço assume o seu valor máximo e mínimo.

3.3. Calcula a procura agregada do bem X relativamente aos preços apresentados na tabela.

3.4. Representa graficamente a situação e comenta os resultados apurados.

3.5. Explica o impacte que pode haver na procura agregada do bem X, se os dois consumidores tiverem um aumento do seu rendimento.

4 **Lê com atenção o seguinte texto.**

"A variação do preço de um bem traduz-se numa alteração do rendimento real, cujo impacto na procura desse bem depende da percentagem do rendimento disponível do consumidor gasta nesse bem e da elasticidade da procura-rendimento em relação a esse bem."

DONÁRIO, Arlindo A. e SANTOS, Ricardo B. (2022), *Economia, com Destaque para a Microeconomia – Uma Visão Crítica*, Lisboa, Edições Sílabo

4.1. Explicita o conceito de elasticidade.

4.2. Caracteriza a forma de elasticidade referida no texto.

4.3. Comenta o texto, explicando o seu sentido.

4.4. Identifica outras formas de elasticidade da procura.

6 A empresa e a oferta

Objetivos de aprendizagem

- Reconhecer o conceito de empresa e identificar os seus principais critérios de classificação.
- Caracterizar o conceito de bem e de produção.
- Compreender a noção de combinação ótima dos fatores produtivos.
- Relacionar as receitas e os custos de produção com a formação do lucro das empresas.
- Compreender o conceito de oferta.
- Relacionar a oferta e o preço de um bem – lei da oferta.
- Identificar os principais fatores determinantes da oferta.
- Compreender o conceito de elasticidade-preço da oferta e saber interpretar os seus valores.
- Reconhecer os fatores que influenciam a elasticidade da oferta.

6.1. As empresas e a produção

6.1.1. Conceito de empresa

Uma **empresa** é uma forma de organização cuja principal finalidade é a produção de bens, serviços ou soluções que permitam a obtenção de lucros. O conceito de empresa evoluiu muito ao longo dos tempos. Tradicionalmente, a empresa é vista como um conjunto de elementos sob a direção de uma ou mais pessoas, com o objetivo de levar a cabo a produção que, por sua vez, dará origem à criação de lucros.

De acordo com uma perspetiva mais moderna, a empresa é vista como um sistema aberto que se encontra em permanente interação com um sistema mais vasto. Esse sistema é a sociedade da qual recebe entradas ou *inputs*, sob a forma de recursos humanos, materiais e financeiros. Os funcionários, os empresários e outros agentes que prestem serviços à empresa constituem o seu elemento humano. Os edifícios, terrenos, máquinas, equipamentos, matérias-primas, matérias subsidiárias, entre outros, são o elemento material. O elemento financeiro é composto pelos capitais próprios e/ou alheios que possam ser utilizados ao serviço da empresa.

Por outro lado, a empresa também entrega à sociedade os seus *outputs*, isto é, os produtos e serviços que cria e as remunerações que faz gerar.

Uma empresa é:

- uma **célula social** – inclui o elemento humano que faz parte da sociedade;
- um **conjunto de meios** – meios humanos, materiais e financeiros;
- um **sistema aberto** de relações – está constantemente a interagir com o ambiente que a rodeia (fornecedores, clientes, concorrentes, Estado, etc.);
- um **centro de decisões** – a tomada de decisões é um elemento essencial da função dos gestores.

Uma **empresa** desenvolve um conjunto de atividades humanas, coletivas e organizadas, dirigidas por um centro de decisão que tem por função ajustar a todo o momento os meios disponíveis aos objetivos estabelecidos, visando a produção de bens e serviços. Para levar a cabo a sua missão, a empresa deve definir objetivos claros. Os seus objetivos devem ser quantificados de forma realista e relevante para a empresa, devendo ser delineados para um determinado período no tempo previamente definido.

Manual Digital

Link
Classificação das Atividades Económicas (CAE) de Cabo Verde

Atividade 1

"Fundamentalmente, a empresa pode ser vista como um organismo ou organização social, ou como um sistema aberto."

TEIXEIRA, Sebastião (2013), *Gestão das Organizações*, Lisboa, Escolar Editora

1 **Explicita o sentido da afirmação.**

6.1.2. Critérios de classificação de empresas

As empresas podem ser classificadas por diversos critérios, nomeadamente, quanto ao tipo de atividade económica, quanto à propriedade dos meios de produção, quanto à sua dimensão ou quanto à sua forma jurídica.

Segundo o **critério da atividade económica**, as empresas classificam-se de acordo com o tipo de atividade desenvolvida, sendo-lhes atribuído um código de atividade económica referente à lista da Classificação das Atividades Económicas (CAE).

A CAE apresenta a seguinte estrutura:

a) Secções: identificam as rubricas através de um código alfabético de uma letra;

b) Divisões: identificam as rubricas através de um código numérico de dois dígitos;

c) Grupos: identificam as rubricas através de um código numérico de três dígitos;

d) Classes: identificam as rubricas através de um código numérico de quatro dígitos.

Exemplo da classificação de algumas atividades económicas de Cabo Verde

Secção	Divisão	Grupo	Classe	Designação
G				**COMÉRCIO POR GROSSO E A RETALHO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS E MOTOCICLOS**
	45			**COMÉRCIO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS E MOTOCICLOS**
		451	4510	COMÉRCIO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS
		452	4520	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS
		453	4530	COMÉRCIO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS AUTOMÓVEIS
		454		COMÉRCIO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MOTOCICLOS, DE SUAS PEÇAS E ACESSÓRIOS
			4541	Comércio por grosso e a retalho de motociclos, de suas peças e acessórios
			4542	Manutenção e reparação de motociclos, de suas peças e acessórios

Quanto à propriedade dos meios de produção

- Empresas públicas
- Empresas privadas
- Empresas mistas
- Empresas cooperativas

Relativamente ao **critério da propriedade dos meios de produção**, as empresas podem ser classificadas como públicas, privadas, mistas ou cooperativas.

As empresas dizem-se **públicas** se a propriedade dos seus meios de produção pertence ao Estado ou outra entidade pública. . A ELECTRA – Empresa de Eletricidade e Águas, S.A. e a ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A. são exemplos de empresas públicas cabo-verdianas. Uma empresa considera-se **privada** se a propriedade dos seus meios de produção pertence a particulares, como, por exemplo, a UNITEL T+. Por outro lado, nos casos em que os meios de produção de uma empresa são detidos parcialmente pelo Estado e por particulares, as empresas designam-se de propriedade **mista**, dividindo entre si a sua gestão. A Cabo Verde Airlines e a Cabo Verde Telecom são exemplos de empresas mistas. Finalmente, também existem empresas constituídas sob a forma de **cooperativas**. Neste caso, os proprietários são particulares que se associam com o objetivo específico de produzir, distribuir ou utilizar bens e/ou serviços beneficiando de economias de escala. As cooperativas não são criadas com a intenção de se obter lucros, mas antes para se obter alguma vantagem, nomeadamente, reduzir alguns custos comuns.

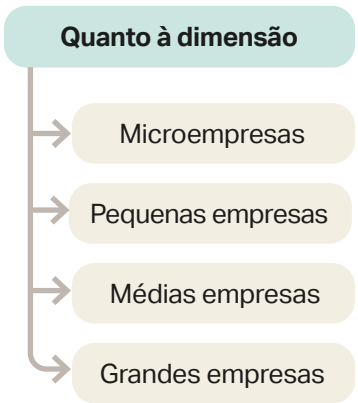
No que respeita ao **critério da dimensão**, as empresas podem ser classificadas de várias formas diferentes, conforme o volume de negócios (por exemplo, o valor anual das suas vendas), o número de pessoas empregadas, o montante de capital envolvido, os

seus resultados líquidos (lucro ou prejuízo apurado nos exercícios anteriores), a área geográfica que abrangem (nacional, internacional), entre outros.

> "A ASA (aeroportos), ELECTRA (energia), EMPROFAC (medicamentos), ENAPOR (portos), IFH (imobiliária) e TACV (transportes) fazem parte do grupo das seis maiores empresas que registaram "boa dinâmica" ao nível do resultado operacional."
>
> Forbes Africa Lusófona, 26 Junho, 2023 (https://www.forbesafricalusofona.com/seis-maiores-empresas-publicas-em-cabo-verde-obtiveram-lucros/ [consult. fev 2025]

De acordo com a classificação de empresas cabo-verdianas, consideram-se:

- **Microempresas**, as empresas que empregam até 5 funcionários, tendo um volume de negócios não superior a 5 mil contos;
- **Pequenas empresas**, as empresas que empregam entre 6 e 10 funcionários, tendo um volume de negócios entre 5 e 10 mil contos;
- **Médias empresas**, as empresas que empregam entre 10 e 400 funcionários, tendo um volume de negócios superior a 10 mil contos;
- **Grandes empresas** ou "**grandes contribuintes**", as empresas com um volume de negócios superior a 300 mil contos.



Convém referir que, em 2014, foi criado o Regime Jurídico Especial das Micro e Pequenas Empresas (REMPE), com a finalidade de promover a competitividade e produtividade das empresas que cumpram os requisitos e não tenham optado pelo regime de contabilidade organizada, oferecendo condições especiais que simplificam aspetos formais e facilitam o seu desenvolvimento. Quanto ao critério relativo aos grandes contribuintes, o montante de 300 mil contos, em termos de volume de negócios, foi definido por portaria, a partir de 18 de maio de 2023, considerando-se anteriormente o montante de 200 mil contos.

Número de empresas, por ramo de atividade económica, segundo a dimensão da empresa

Setores de atividade económica	Tipo de empresa (PME's)				Total
	Microempresa	Pequena empresa	Média empresa	Grande empresa	
A - Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca	257	16	13	2	288
B - Indústria Extrativa	23	4	6	1	34
C - Indústria Transformadora	1 381	124	171	33	1 709
D - Eletricidade, Gás, Vapor, Água Quente e Fria e Ar Frio	13	3	6	5	27

Setores de atividade económica	Tipo de empresa (PME's)				Total
	Microempresa	Pequena empresa	Média empresa	Grande empresa	
E - Captação, Tratamento e Distribuição de Água, Saneamento, Gestão de Resíduos	35	4	11	3	53
F - Construção	837	97	139	24	1 097
G - Comércio por Grosso e a Retalho, Reparação de Veículos Automóveis e Motociclos	5 465	369	581	146	6 561
H - Transportes e Armazenagem	2 076	61	76	24	2 237
I - Alojamento e Restauração	1 773	227	172	26	2 198
J - Atividades de Informação e Comunicação	208	31	36	8	283
K - Atividades Financeiras e de Seguros	22	3	7	12	44
L - Atividades Imobiliárias	349	29	38	2	418
M - Atividades de Consultoria, Científicas, Técnicas e Similares	459	76	65		600
N - Atividades Administrativas e dos Serviços de Apoio	599	92	87	30	808
P - Educação	249	55	24	5	333
Q - Saúde Humana e Ação Social	148	43	43	3	237
R - Atividades Artísticas, de Espetáculos, Desportivas e Recreativas	205	20	18	2	245
S - Outras Atividades de Serviços	841	32	15	1	889
Cabo Verde	14 940	1 286	1 508	327	18 061

INE, VI RE 2022

Atividade 2

1. Identifica os critérios de classificação de empresas presentes na tabela.
2. Diz o que entendes por microempresa.

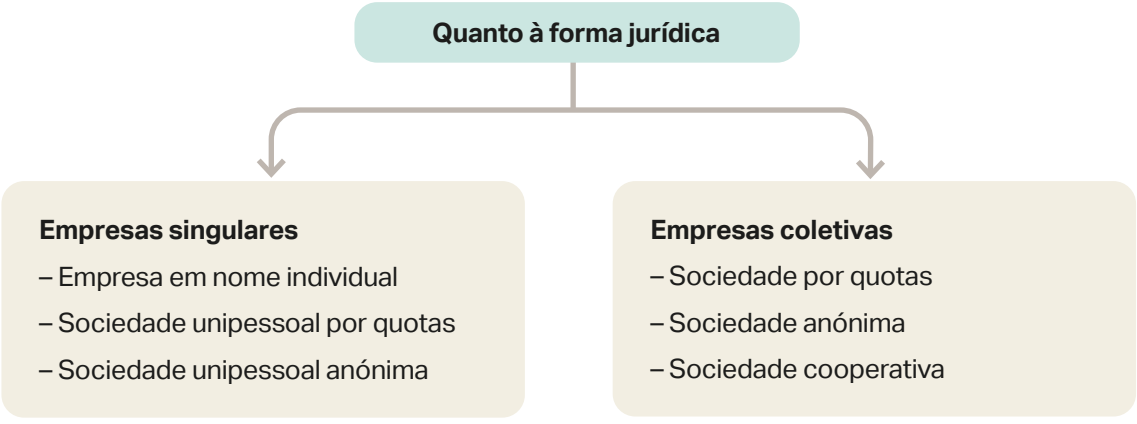
Outro critério importante de classificação de empresas é o **critério quanto à forma jurídica**. As empresas podem ser classificadas como singulares ou coletivas, conforme pertencem apenas a um proprietário ou se são detidas por duas ou mais pessoas.

As **empresas singulares** são formadas apenas por um indivíduo. As empresas singulares podem ser em nome individual ou assumir a forma de sociedade unipessoal (por quotas ou anónima).

- A **empresa em nome individual** abrange empresários comerciais que são pessoas singulares dotadas de capacidade jurídica, que exercem uma atividade comercial em nome próprio. O empresário individual responde pelas dívidas contraídas no exercício da sua atividade com os bens que integram a empresa e, na sua falta, ou insuficiência, com os seus próprios bens.

  A **firma** de um empresário individual pode ser composta pelo seu nome civil, completo ou abreviado, de modo a permitir a sua identificação perfeita, podendo ser aditada uma alcunha, ter alguma designação de fantasia ou conter expressões alusivas à atividade desenvolvida, e integrar a expressão "Empresário Individual" ou de forma abreviada "E.I.".

- A **sociedade unipessoal** atua como uma sociedade por quotas ou uma sociedade anónima, mas apenas com um sócio, como veremos mais adiante. Uma pessoa singular apenas pode ser sócia de uma sociedade unipessoal (por quotas ou anónima).



Atividade 3

1 **Indica o nome da firma que escolherias, se fosses iniciar agora a tua atividade como empresário individual, numa área de negócios do teu agrado.**

As **empresas coletivas** são as sociedades comerciais compostas por dois ou mais indivíduos. Estas podem assumir a forma de sociedades por quotas, sociedades anónimas ou sociedades cooperativas. A escolha do tipo de sociedade coletiva depende do volume de investimento envolvido e da finalidade. As sociedades por quotas são sobretudo direcionadas para empresas de pequena e média dimensão, enquanto as sociedades anónimas normalmente se destinam a empresas com níveis de investimento mais elevados. As cooperativas, por seu lado, destinam-se a uma determinada finalidade, em função da atividade de cooperação que desenvolvem.

Analisemos as principais características das diversas formas jurídicas:

- As **sociedades por quotas**, como o próprio nome indica, são sociedades que têm o seu capital dividido em quotas[1], que podem ter valores diferentes. Estas sociedades são formadas, no mínimo, por dois sócios, sendo o montante de **capital social fixado livremente** no ato de constituição do contrato de sociedade.

  No ato de constituição da sociedade é indicado o montante de capital social, o número de quotas e o respetivo valor, sendo o desdobramento do capital subscrito por todos os sócios. Pelo menos 50% do capital subscrito deve ser depositado em numerário numa instituição bancária, não podendo o diferimento remanescente ultrapassar os três anos seguintes de acordo com o que for estipulado no contrato de sociedade.

  Numa sociedade por quotas, cada sócio tem responsabilidade limitada ao montante da respetiva quota. No entanto, também será solidariamente responsável perante quotas de outros sócios que tenham sido subscritas e ainda não tenham sido realizadas. Neste caso, os sócios solidários terão direito de regresso sobre o valor pago que era da responsabilidade de outros sócios. Assim, podemos dizer que numa sociedade por quotas apenas o património da empresa responde perante as suas obrigações.

  A **firma** de uma sociedade por quotas pode apresentar-se de várias formas: pode incluir os nomes de todos os sócios da sociedade, ou o nome de apenas alguns, contendo, ou não, uma sigla; pode apresentar a denominação social, tendo, por exemplo, uma expressão alusiva ao ramo de atividade; ou pode ser composta pela conjugação das opções anteriores, contendo nomes de sócios e uma denominação. Em qualquer dos casos, ainda deve ser aditada à firma a expressão "Limitada", por extenso, ou na sua forma abreviada, "Lda.", a Sol Atlântico, Lda. é um exemplo de sociedade por quotas.

- As **sociedades unipessoais por quotas** funcionam como uma sociedade por quotas composta por apenas um sócio.

  As decisões do sócio único em assembleia geral têm de ser registadas em ata e assinadas por si. Todos os negócios jurídicos celebrados entre o sócio e a sociedade devem ser públicos, podendo ser sujeitos a consulta. Esta forma jurídica

[1] Uma quota é o valor de entrada que os sócios de uma sociedade por quotas têm de pagar.

apresenta a vantagem de se poder passar facilmente de uma sociedade por quotas para uma unipessoal e vice-versa, reduzindo-se assim a burocracia e os custos.

A **firma** de uma sociedade unipessoal por quotas deve incluir a expressão "Sociedade Unipessoal" ou simplesmente "Unipessoal", seguida da palavra "Limitada", por extenso ou abreviada ("Lda.").

Exemplo: João Lopes, Soc. Unipessoal, Lda.

- As **sociedades anónimas** são sociedades cujo capital é dividido em ações de igual valor nominal[2], que não pode ser inferior a mil escudos, exceto nos casos em que o estatuto da sociedade estabelece que as ações não têm valor nominal. Estas sociedades são compostas por um **mínimo de dois sócios – acionistas**. Os acionistas têm a sua **responsabilidade limitada** ao valor das ações que subscreveram.

  O montante do capital social é livremente fixado no contrato de sociedade, que, por sua vez, deve indicar o número de ações em que se divide o capital social e, se existir, o respetivo valor nominal. Em termos de entradas, os sócios podem diferir até 70% do valor das ações subscritas, por um período até 5 anos, de acordo com o que for estipulado contratualmente. A administração é confiada a um conselho de administração composto por um número ímpar de membros, que podem ser ou não acionistas da sociedade.

A **firma** das sociedades anónimas poderá ser formada por uma denominação, pelo nome de sócios ou uma conjugação de ambas as opções, acrescida da expressão "Sociedade Anónima" ou simplesmente a sua abreviatura "S.A.", como, por exemplo, o Banco Comercial do Atlântico, S.A.

As **ações** são títulos representativos do capital social cuja posse confere ao titular a qualidade de acionista, isto é, de coproprietário da empresa. O acionista tem direito a votar nas assembleias gerais, tem direito a ser informado sobre o andamento da empresa, direito de preferência em relação a aumentos de capital e direito a receber uma parte dos lucros proporcional ao número de ações que detém – dividendos.

Ações
Títulos representativos da propriedade de uma parte do capital social de uma sociedade anónima que dão lugar à distribuição periódica de dividendos.

Por vezes, as sociedades anónimas emitem obrigações para se financiar. As **obrigações** são títulos representativos de partes da dívida de uma empresa que constituem um empréstimo. O possuidor de obrigações, designado obrigacionista, é reembolsado pela cedência do seu capital num prazo fixado por meio de um contrato, recebendo em troca um rendimento periódico em função do número de obrigações subscritas.

Obrigações
Títulos representativos da dívida de uma empresa, ficando os credores (obrigacionistas) com o direito de obter um rendimento.

[2] O valor nominal é o valor que aparece inscrito no próprio título (ação).

Nota: as sociedades por quotas também podem emitir obrigações nos mesmos termos das sociedades anónimas.

- As **sociedades anónimas unipessoais** funcionam como uma sociedade anónima com apenas **um sócio**, devendo ser observados todos os requisitos de constituição das sociedades anónimas. Em tudo o resto, aplicam-se as condições das sociedades por quotas unipessoais, devendo as decisões em assembleia geral do sócio único ser registadas em ata e assinadas por si, e os negócios jurídicos celebrados entre si e a sociedade ser públicos, estando sujeitos a consulta. Esta forma jurídica também apresenta a vantagem de se poder transformar facilmente uma sociedade anónima unipessoal numa sociedade anónima e vice-versa, podendo uma sociedade constituir uma sociedade anónima de cujas ações ela seja inicialmente a única titular.

  A **firma** de uma sociedade anónima unipessoal deve incluir a expressão "Sociedade Unipessoal" ou simplesmente "Unipessoal", seguida da expressão "Sociedade Anónima", por extenso ou abreviada ("S.A.").

  Exemplo: Alfa, Soc. Unipessoal, S.A.

- As **sociedades cooperativas** são sociedades que exercem a sua atividade com base na cooperação e entreajuda dos sócios, podendo ter um número de sócios e capital variáveis. As cooperativas podem ser de primeiro grau ou de grau superior, conforme os sócios sejam pessoas singulares ou coletivas (primeiro grau), ou uniões, federações e confederações de cooperativas (grau superior). As cooperativas de primeiro grau necessitam de um número mínimo de seis fundadores e as cooperativas de segundo grau de um mínimo de vinte fundadores.

  As cooperativas podem ter por objeto qualquer ramo de atividade que não esteja vedado à iniciativa privada, como, por exemplo, consumo, agrícola, crédito, habitação e construção, artesanato, pescas, ensino, solidariedade social, entre outros. Os principais princípios cooperativos são a livre adesão e exoneração; o direito de voto de cada sócio; a distribuição dos excedentes nos casos em que o contrato permite; a eleição dos órgãos sociais por sufrágio direto; o fomento do espírito de solidariedade entre sócios e da educação cooperativa dos sócios, trabalhadores e público em geral e a satisfação de necessidades económicas, sociais e culturais dos sócios, em condições de preço e qualidade compatíveis com os fins estipulados.

  A **firma** de uma cooperativa deve ser precedida ou seguida de uma expressão como "Cooperativa", "União das Cooperativas", "Federação de Cooperativas", "Confederação Nacional de Cooperativas" ou uma abreviatura como "Coop.", "Fed. Coop." ou "Conf. Coop.", como, por exemplo, FENACoop – Federação Nacional das Cooperativas de Consumo.

Número de empresas, por forma jurídica

Classes de forma jurídica	Número de Empresas		Tx. Variação (2022/2017)
	V RE 2017	VI RE 2022	
Empresa em Nome Individual e Sociedade Unipessoal por Quotas	6 943	12 093	74,2%
Sociedade por Quotas	2 308	5 359	132,2%
Sociedade Anónima e Outras	681	609	-10,6%
Cabo Verde	**9 932**	**18 061**	**81,8%**

RE – Recenseamento Empresarial

VI Recenseamento Empresarial 2022, INE (2024)

Atividade 4

1. **Distingue empresas singulares de coletivas.**
2. **Indica os principais fatores a ter em conta na hora de escolher a forma jurídica de uma sociedade, antes de se criar uma empresa coletiva.**
3. **Pesquisa exemplos de firmas de cada um dos tipos de formas jurídicas estudadas.**

Manual Digital

Vídeo
Bens económicos

6.1.3. Os bens e a produção

Vimos, anteriormente, que as necessidades se satisfazem através do consumo – o consumo de bens. Agora, iremos debruçar-nos sobre o conceito de bem e a sua produção.

Os **bens** são meios capazes de satisfazer necessidades, isto é, meios que podem ser utilizados como forma de pôr fim a determinados estados de carência. Um copo de água pode ser considerado como um bem, se for utilizado para suprir a sede, por exemplo. A generalidade dos bens que utilizamos não se encontra na Natureza na sua forma definitiva. Na maior parte dos casos, os bens têm de ser transformados antes de estarem aptos a satisfazer as nossas necessidades.

Bem
Meio suscetível de satisfazer uma necessidade humana.

O processo de transformação dos bens é desenvolvido pelo ser humano através de uma atividade denominada produção. A **produção** é, então, a atividade humana pela qual se criam os bens materiais e imateriais (serviços)

Produção
Atividade desenvolvida pelo ser humano através da qual se criam os bens e serviços capazes de satisfazer as necessidades humanas.

necessários à satisfação das necessidades. A produção abrange todas as atividades económicas e tem como resultado um produto.

Os bens têm de se sujeitar a várias transformações antes de estarem em plenas condições de serem utilizados. Se observarmos o que acontece, por exemplo, no caso do pão que comemos ao lanche, podemos verificar que, para o obter, foi necessário levar a cabo uma série de transformações. Por um lado, foi preciso transformar em farinha os cereais cultivados pelo setor agrícola. Por outro lado, também foi necessário misturar a farinha com os restantes ingredientes, como a água ou o sal, amassar tudo e levar ao forno a uma determinada temperatura, até o pão ficar cozido. Finalmente, para ser comercializado, o pão foi transportado até um local de venda, situado dentro ou fora da padaria.

O percurso que estes ingredientes tiveram de fazer até se transformarem em pão, pronto a ser consumido, denomina-se processo produtivo. O **processo produtivo** é o conjunto de etapas que as matérias-primas têm de percorrer até se tornarem produtos acabados aptos à satisfação de necessidades.

Processo produtivo
Conjunto de etapas necessárias ao fabrico de um bem. Engloba todas as fases de transformação, desde a entrada das matérias-primas até à obtenção dos produtos acabados.

Processo produtivo

Manual Digital

Vídeo
Produção e processo produtivo

Atividade 5

1. Explica o conceito de produção.
2. Apresenta um esquema simples do processo produtivo de um bem.
3. Procura informar-te sobre o modo como se desenrola o processo produtivo de alguns dos bens que utilizas no dia a dia.

Fatores de produção
Conjunto de elementos necessários à criação de bens e serviços.

Os **fatores de produção** são todos os elementos necessários ao fabrico de bens. Consideram-se genericamente três tipos de fatores produtivos: os recursos naturais, o trabalho e o capital. Estes fatores são combinados entre si de modo a permitirem a obtenção de bens.

O ser humano recolhe da Natureza as matérias-primas necessárias para produzir bens capazes de satisfazer as suas necessidades, com o auxílio de ferramentas e equipamentos. As matérias-primas (recursos) são transformadas em produtos acabados através da força de trabalho do ser humano (trabalho) e de máquinas e utensílios diversos (capital).

Fatores de produção

- Recursos naturais
- Trabalho
- Capital

Documento 1

"[...] o objetivo da atividade económica era o de satisfazer as necessidades humanas, as múltiplas e variadas necessidades humanas. Para isso, os agentes faziam consumo de bens. Os bens definiam-se como algo que satisfazia uma necessidade. Mas dificilmente esses bens se encontram já disponíveis. Normalmente precisam de ser produzidos, ou seja, de sofrerem alterações que os tornem aptos para satisfazerem as necessidades humanas.

A produção faz-se a partir de recursos e fatores produtivos.

Assim, temos de utilizar recursos para a produção de bens. No entanto, chamamos fatores ou recursos apenas a três tipos de coisas:

– a terra ou recursos naturais, que inclui a terra arável, os minérios, a água, a energia, os peixes do mar, etc.;

– o trabalho, que é toda a atividade humana para a produção;

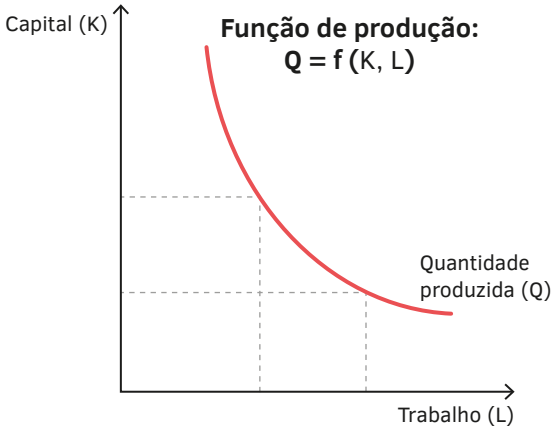
– o capital, que é constituído pelos instrumentos duráveis, como máquinas, fábricas, estradas, pontes, prédios, etc."

NEVES, João César (2007), *Introdução à Economia*, Lisboa, Editorial Verbo

6.2. Combinação ótima dos fatores produtivos

Para uma empresa levar a cabo a sua atividade produtiva, é necessário utilizar fatores de produção e o modo como estes são conjugados condiciona os seus resultados. Assim, para otimizar a sua produção, devem ser analisadas as várias combinações possíveis de fatores e, em seguida, escolher-se a melhor opção.

É possível obter a mesma quantidade de um bem através de diferentes combinações: basta alterar as quantidades de cada fator de um modo ajustado, como, por exemplo, aumentar um número certo de máquinas (fator capital) e reduzir um número adequado de trabalhadores (fator trabalho).



Q – Quantidade produzida de um bem
K – Quantidade de capital utilizada
L – Quantidade de trabalho utilizada

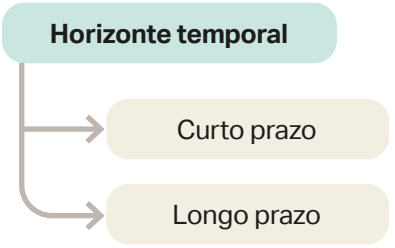
Manual Digital

Vídeo
Fatores produtivos

Combinação ótima dos fatores produtivos
Combinação de fatores que permite realizar a máxima produção possível com a utilização de recursos mais eficiente.

A **combinação ótima dos fatores produtivos** é a melhor conjugação possível em cada circunstância, isto é, aquela que permite realizar a máxima produção possível através da utilização de recursos mais eficiente que se puder implementar.

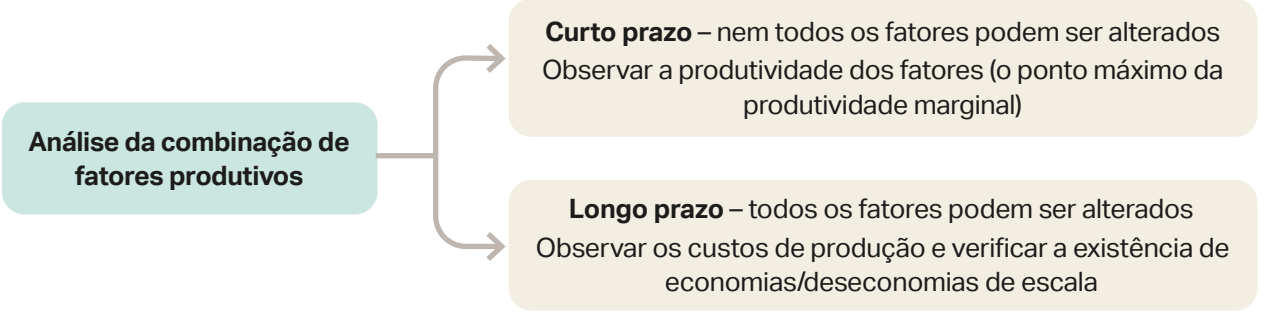
Horizonte temporal



Ao analisarmos as diversas combinações possíveis dos fatores produtivos, também devemos ter em consideração o seu horizonte temporal. Trata-se do período de tempo necessário para se poder proceder à alteração de um fator.

Geralmente, quando se tem de implementar uma mudança a **curto prazo**, apenas se conseguem alterar alguns dos fatores produtivos, mas, à medida que aumenta o período de implementação da mudança, passa a ser possível alterar um maior número de fatores, sendo expectável que, a **longo prazo**, se possam modificar todos os fatores. Quer isto dizer que nem todos os fatores podem ser alterados no curto prazo, há fatores que só podem ser modificados após um prazo mais longo, pois dependem de um conjunto de circunstâncias que não é possível controlar. Quando se pretende aumentar a dimensão de uma empresa, normalmente é necessário ampliar as suas instalações, adquirir novos equipamentos, contratar mais recursos humanos, entre muitos outros aspetos, e cada um destes fatores necessita de um período de tempo diferente para ser alterado. Sabe-se, por exemplo, que é mais demorado construir um edifício do que contratar trabalhadores.

A seguir, analisaremos alguns aspetos importantes na determinação da combinação ótima dos fatores de produção a curto prazo e a longo prazo, nomeadamente, os conceitos de **produtividade**, **custos de produção** e **escalas de produção**. A curto prazo, deve ser analisada a produtividade dos fatores em causa (o ponto máximo da produtividade marginal do fator variável) e a longo prazo, importa observar o comportamento dos custos de produção, verificando a existência de economias ou deseconomias de escala.



Produtividade

A eficiência da combinação dos fatores produtivos pode ser medida através da **produtividade**, que é o indicador económico que permite calcular o valor de produção

gerada por cada unidade de fator utilizada, isto é, traduz a relação entre o que se produz e os meios que se gastam para se obter essa produção. As decisões de produção também são influenciadas pela produtividade, na medida em que permitem obter ganhos de produção.

A produtividade é uma forma de avaliação da eficácia da produção, que tanto pode ser calculada para o conjunto total de fatores empregados, como para cada um dos fatores em separado, podendo ser também determinada em termos físicos ou monetários (em quantidade ou em valor).

Produtividade (em termos físicos / monetários) =

$$= \frac{\text{Volume / Valor da produção}}{\text{Quantidade / Valor dos fatores produtivos}}$$

Quando pretendemos apurar o valor da produção obtida por um fator (trabalho ou capital), calculamos a sua **produtividade média em termos monetários** através da fórmula:

Produtividade média de um fator (em termos monetários) =

$$= \frac{\text{Valor da produção}}{\text{Valor desse fator}}$$

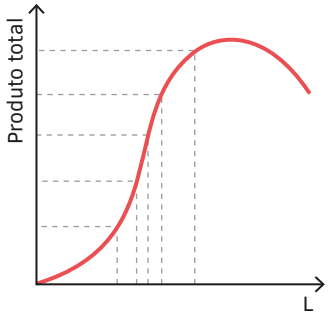
Se o objetivo é determinar a quantidade de produto obtido por um fator, então, é preciso calcular a sua produtividade média em termos físicos, fazendo:

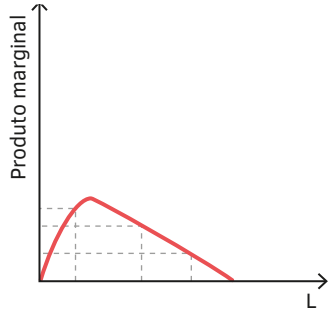
Produtividade média de um fator (em termos físicos) = $\frac{\text{Volume da produção}}{\text{Quantidade desse fator}}$

Outro conceito importante é o de **produtividade marginal**, que permite medir o acréscimo de produção obtido de cada vez que se adiciona uma unidade de fator produtivo, ou seja, o impacte de uma unidade suplementar de fator no resultado final.

Produtividade marginal = $\frac{\text{Acréscimo na produção}}{\text{Acréscimo do fator utilizado}}$

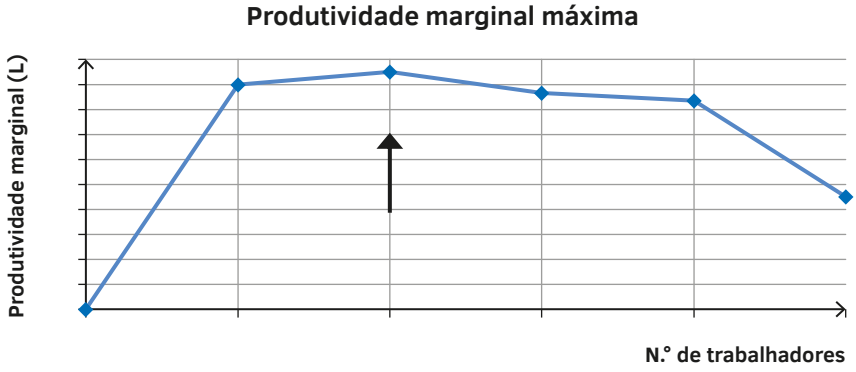
Produtividade
Medida da eficiência da combinação dos fatores produtivos que traduz a relação entre o que é produzido e o que é gasto para se obter essa produção.





NEVES, João César (2023), Introdução à Economia (12ª edição), Cascais: Principia

Produtividade marginal
Rácio que mede o acréscimo de produção obtido, cada vez que se adiciona uma unidade suplementar de um fator produtivo, mantendo-se tudo o resto constante.



Há, no entanto, alguns fatores que são determinantes para o nível de produtividade. Por um lado, deve haver uma grande aposta na qualidade do trabalho através da valorização do capital humano e da adequação das condições de trabalho; por outro, é fundamental investir em investigação e desenvolvimento, desenvolver as infraestruturas, utilizar máquinas e matérias-primas apropriadas e promover a eficiência da Administração Pública.

É possível aumentar a produtividade:

- aumentando a produção, sem aumentar a quantidade de fatores de produção utilizados;
- produzindo a mesma quantidade de bens, utilizando menos fatores de produção.

Atividade 6

Observa o quadro seguinte, relativo ao estudo de diferentes possibilidades de combinação dos fatores produtivos da empresa Alfa.

Capital (K) (máquinas)	**Trabalho (L)** (trabalhadores)	**Produção mensal**	**Acréscimo de produção (Produto marginal)**	**Produtividade marginal (L)**
2	0	0	–	–
2	2	1800	1800 – 0 = 1800	(1800 – 0) : (2 – 0) = **900**
2	4	3700	3700 – 1800 = 1900	(3700 – 1800) : (1900 – 2) = **950**
2	6	5430	**a**	(5430 – 3700) : (6 – 4) = **865**
2	8	7000	7000 – 5430 = 1670	**b**
2	10	7900	7900 – 7000 = 900	(7900 – 7000) : (10 – 8) = **450**

1 Analisa os dados da produtividade marginal do fator trabalho (L), para cada combinação de fatores, completando os espaços em branco com os cálculos de **a** e **b**.

2 Indica qual é a situação que representa a combinação ótima dos fatores de produção nesta situação, explicando o seu significado.

6.3. Custos de produção, receitas e a maximização do lucro

Uma conjugação eficiente dos fatores produtivos potencia a **maximização do lucro** das empresas, permitindo-lhes aumentar os lucros quer pela via do acréscimo de receitas, como pela diminuição de custos. Atuando do lado das receitas, as empresas podem tornar-se mais lucrativas se aumentarem a sua escala de produção e/ou os seus preços, isto é, passando a vender mais e/ou a um preço mais elevado. Por outro lado, como veremos a seguir, as empresas também podem obter um lucro superior se começarem a produzir os seus bens a um custo menor.

Lucro = Receitas – Custos

Maximização do lucro

↑ Receitas
e/ou
↓ Custos

A produção de bens implica várias despesas, como o custo das matérias-primas, a energia para as máquinas trabalharem ou os salários dos trabalhadores. Os encargos com a produção denominam-se **custos de produção** e representam o custo total que uma unidade produtiva tem de suportar para o desenvolvimento da sua atividade. Os custos de produção incluem os custos fixos e os custos variáveis.

Custo total = Custos fixos + Custos variáveis

Os **custos fixos** (CF) correspondem às despesas suportadas pela empresa, independentemente da quantidade de bens que produziu. Se, por exemplo, tiver instalações arrendadas, terá de pagar o valor da renda, quer produza muito ou pouco, pois, mesmo que não produzisse nada durante algum tempo, este encargo tinha de ser pago.

Custos fixos (CF)
Encargos suportados pelas empresas pelo processo de fabrico de bens, que não variam em função das quantidades produzidas.

Os **custos variáveis** (CV) são os encargos que variam em função das quantidades produzidas, isto é, quando as despesas aumentam à medida que aumenta o volume de produção. As matérias-primas são um exemplo disso, pois

Custos variáveis (CV)
Encargos suportados pelas empresas pelo processo de fabrico de bens, que variam em função das quantidades produzidas.

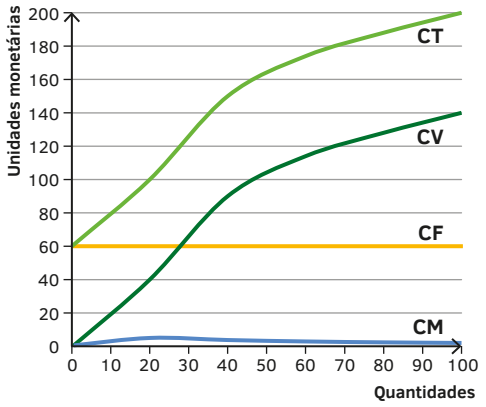
variam na mesma razão da produção: quanto maior for a produção maior é a sua utilização e o valor dos seus encargos.

Custo unitário ou custo médio (CM)
Custo individual de cada bem produzido.

Podemos calcular também o **custo unitário** ou **custo médio** (CM) de cada unidade produzida, dividindo o total de encargos da produção pela quantidade de bens produzidos. Para isso, aplicamos a seguinte fórmula:

$$\textbf{Custo médio} = \frac{\text{Custo total}}{\text{Quantidade de bens}}$$

Representação gráfica dos Custos



Outro conceito a salientar é o de **custo marginal**, que corresponde ao total de encargos acrescidos que é necessário suportar por cada unidade adicional produzida.

Observando um exemplo de uma representação gráfica dos custos, vemos que a curva do custo total (CT) revela um comportamento idêntico ao da curva dos custos variáveis (CV), dada a semelhança das duas formas. Verifica-se ainda uma diminuição progressiva dos custos médios (CM) à medida que a produção vai aumentando

Atividade 7

1 **Calcula o custo médio de cada unidade produzida por uma empresa, sabendo que esta apresenta a seguinte estrutura de custos:**

Unidades produzidas	Custos fixos (u.m.)	Custos variáveis (u.m.)
1000	200	1800

As empresas procuram constantemente reduzir os custos de produção para melhorar as suas margens de lucro. Uma das estratégias para rentabilizar a sua atividade é aumentar a escala de produção, pois assim podem vender mais produtos (obtendo mais receitas) e reduzir os seus custos unitários (obtendo poupanças). No seu total, os encargos aumentam, mas diminuem em termos unitários, o que permite uma subida das margens de lucro sem prejudicar a competitividade dos preços no consumidor.

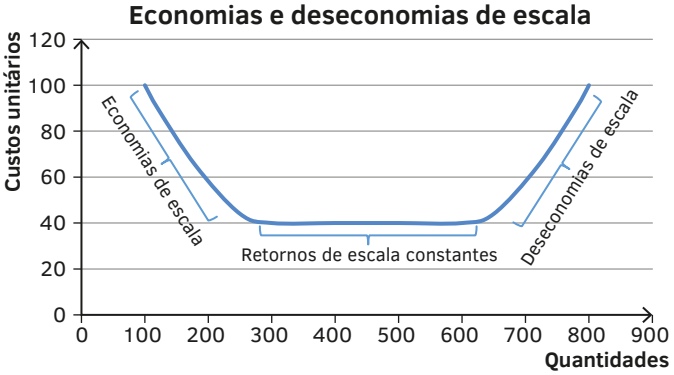
Quando se analisa a combinação ótima dos fatores de produção a longo prazo, além de observar os custos de produção, também importa verificar a existência de economias de escala. Uma **economia (ou rendimento) de escala** é a poupança que ocorre quando o aumento da dimensão de uma unidade produtiva provoca uma diminuição dos seus custos unitários. As economias de escala podem ser internas ou externas, conforme têm origem dentro ou fora da empresa.

Economia de escala
Poupança obtida através da diminuição dos custos unitários, quando uma unidade produtiva aumenta a sua escala de produção.

As empresas podem obter essas poupanças por vários processos: o aumento da especialização do trabalho, de modo a melhorar a produtividade; o planeamento adequado da atividade, permitindo uma redução dos desperdícios dos recursos materiais e humanos; o aumento do poder negocial com fornecedores, assegurando melhores condições de compra; as parcerias e subcontratações de serviços de outras empresas, concentrando esforços para reduzir custos; a utilização de tecnologias mais eficientes, etc.

Deseconomia de escala
Situação que ocorre a partir do momento em que o aumento da dimensão da empresa se torna excessivo; a escala de produção aumenta tanto que os seus custos unitários começam a subir.

No entanto, este aumento progressivo da dimensão da empresa pode, a partir de um certo ponto, gerar **deseconomias de escala**, isto é, a empresa aumenta tanto que os seus custos unitários começam a aumentar, tornando-se os processos de gestão demasiado complexos.



As **economias de escala** ocorrem durante a fase em que os custos unitários vão diminuindo, à medida que aumentam as quantidades produzidas. As **deseconomias de escala** surgem a partir do momento em que os aumentos sucessivos das quantidades produzidas provocam um aumento dos custos unitários de produção. Os **retornos de escala constantes** verificam-se enquanto os custos unitários aumentam na mesma medida que as quantidades produzidas.

6.4. A oferta – Lei da oferta

No capítulo 5, vimos o comportamento dos consumidores e o funcionamento da procura. Agora iremos analisar o ponto de vista dos produtores, observando o modo como se comporta a oferta.

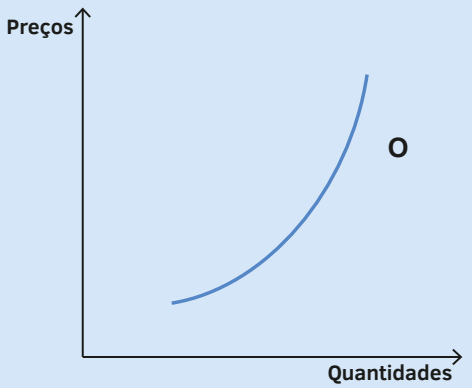
A **oferta** (O) representa a quantidade de bens que os produtores desejam vender a um determinado preço. À semelhança do que acontece com a **lei da procura**, a lei da oferta traduz a relação existente entre a quantidade oferecida de um bem e o

Oferta
Quantidade de bens que os produtores estão dispostos a vender por um certo preço. Representa-se por O.

seu respetivo preço. De acordo com esta lei, quanto maior é o preço de um bem, maior é a quantidade oferecida e vice-versa, isto é, quanto menor é o preço de um bem, menos interesse têm os produtores na sua venda, sendo, portanto, menor a quantidade oferecida desse bem. A representação gráfica da lei da oferta é feita através de uma curva ascendente, como se pode observar no gráfico.

Lei da oferta
A quantidade oferecida de um bem vai aumentando à medida que aumenta o preço desse bem.

Lei da oferta



Lei da oferta
↑ Preço ⟹ ↑ Quantidade oferecida
↓ Preço ⟹ ↓ Quantidade oferecida

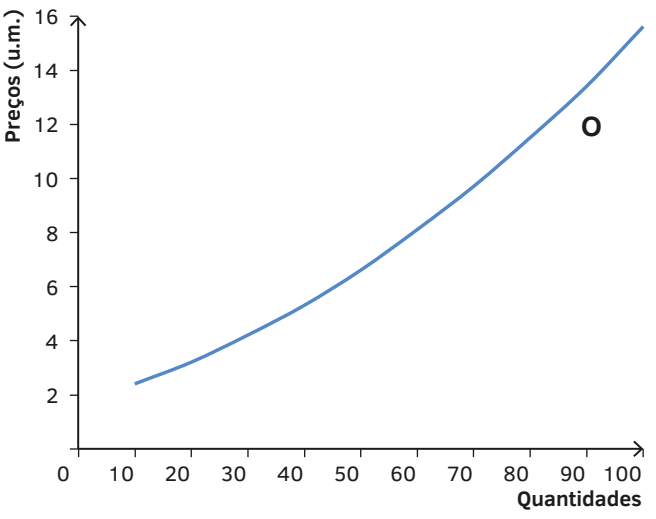
Manual Digital

Vídeo
A relação entre oferta e preço

Analisando um exemplo sobre o comportamento da oferta do bem X, observemos com atenção a tabela e o gráfico que se seguem.

Bem X	
Preço (u.m.)	Quantidade oferecida
15,60	100
13,40	90
11,50	80
9,70	70
8,10	60
6,60	50
5,30	40
4,20	30
3,20	20
2,40	10

Oferta do bem X



De acordo com a tabela e o gráfico apresentados, podemos constatar que as quantidades do bem X que os produtores estão dispostos a vender vão aumentando à medida que aumenta o seu preço.

Este exemplo evidencia a lei da oferta, pois, quando o preço é 2,40 u.m., os produtores apenas desejam vender 10 unidades do produto X, mas quando o preço atinge os 15,60 u.m., os produtores já estão dispostos a vender 100 unidades daquele produto.

Atividade 8

1 **Diz, tendo em atenção a tabela e o gráfico anteriores, na tua opinião, qual seria o preço a que os produtores estariam dispostos a vender 5 unidades do bem X e que quantidade de bem X ofereceriam a um preço de 17 u.m..**

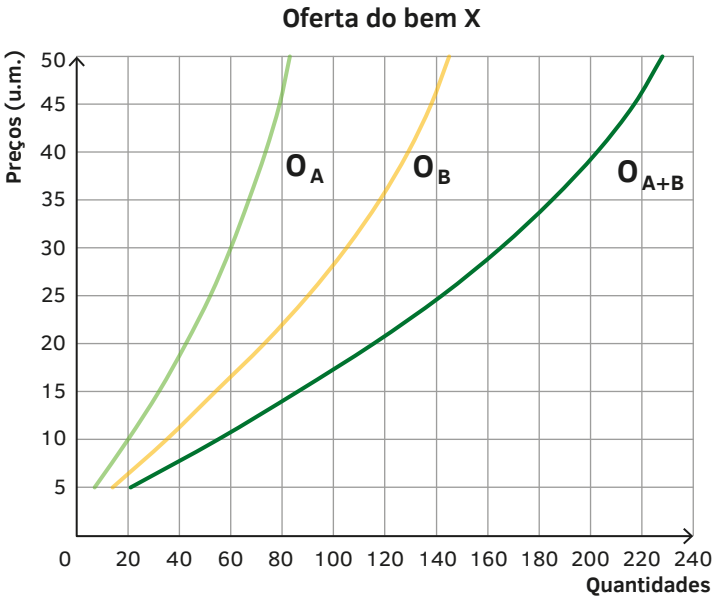
Por outro lado, também podemos falar em dois tipos de oferta: a **oferta individual** e a **oferta agregada**. A primeira representa a oferta isolada de cada produtor e a segunda corresponde ao somatório de todas as ofertas individuais de cada bem.

Tal como foi feito na procura, apresentam-se, em seguida, uma tabela e um gráfico com um exemplo de duas ofertas individuais (**A** e **B**) do bem X, assim como a oferta agregada das duas ($\mathbf{O_{A+B}}$).

Oferta agregada
Somatório de todas as ofertas individuais.

Oferta individual
Quantidade oferecida por cada produtor.

Bem X			
Preço (u.m.)	**Oferta individual A**	**Oferta individual B**	**Oferta agregada A + B**
5	7	14	21
10	20	35	55
15	32	54	86
20	43	73	116
25	52	90	142
30	60	105	165
35	67	118	185
40	73	129	202
45	79	138	217
50	83	145	228



Analisando os dados, facilmente se verifica que a curva $\mathbf{O_{A+B}}$ se obteve através da soma dos valores da curva $\mathbf{O_A}$ e da curva $\mathbf{O_B}$. Quando o preço do bem X era 5 u.m., o produtor A tinha interesse em vender apenas 7 unidades e o produtor B estaria disposto a vender 14 unidades, podendo-se afirmar que a oferta agregada era de 21 unidades, ou seja, a soma das duas ofertas individuais.

Mas, ao preço de 50 u.m., o produtor A já desejava vender 83 unidades do bem X e o produtor B estava disposto a oferecer 145 unidades, fazendo com que a oferta agregada para esse preço fosse 228 unidades de X.

Acrescenta-se ainda que a configuração da curva da oferta agregada resulta da configuração das curvas das ofertas individuais que a compõem, tratando-se de uma situação idêntica à que ocorria nas curvas da procura que vimos anteriormente.

Atividade 9

Em seguida apresenta-se uma tabela com os dados referentes à oferta do bem X de dois produtores (A e B) e à oferta agregada de ambos.

Bem X			
Preço (u.m.)	**Oferta individual A**	**Oferta individual B**	**Oferta agregada A + B**
100	50	150	——
200	150	——	600
300	——	600	900

1. **Completa a tabela.**
2. **Representa graficamente a situação apresentada.**
3. **Comenta os resultados obtidos.**

6.5. Fatores determinantes da oferta

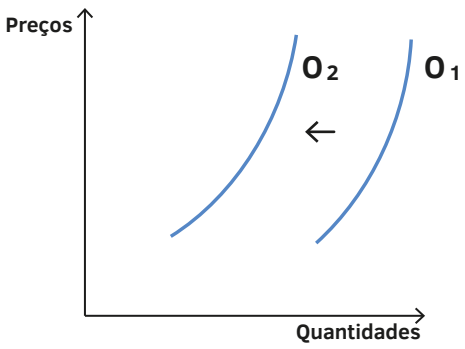
Assim como acontece no caso da procura, além do preço do próprio bem, existem vários fatores que podem fazer aumentar ou diminuir a oferta, nomeadamente os custos de produção, a evolução tecnológica, o preço dos outros bens, as expectativas dos produtores e ainda fatores como as condições climáticas.

- **Custos de produção**

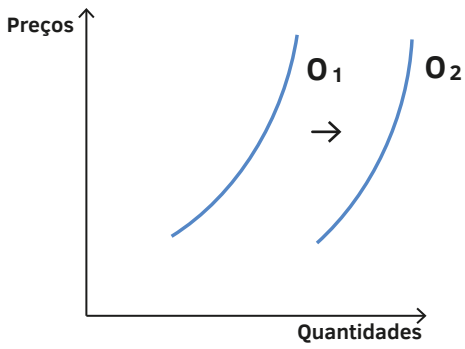
Aumentando o preço das matérias-primas ou o custo da mão de obra, aumenta o total de encargos com a produção de bens. Quando isso acontece, os empresários têm duas alternativas: aumentar os preços de venda dos bens, perdendo capacidade concorrencial e correndo o risco de vender menos, ou então reduzir a sua margem de lucro, tendo menos proveitos. Como nenhuma das alternativas resolve verdadeiramente o problema, quando os custos de produção aumentam, geralmente, o interesse de venda dos produtores diminui.

O aumento dos custos de produção faz deslocar a curva da oferta da direita para a esquerda (situação 1: $\mathbf{O_1}$ passa para $\mathbf{O_2}$), pois, para o mesmo nível de preço, os produtores passam a ter menos interesse em vender os bens. Por outro lado, quando os custos de produção diminuem, ocorre a situação inversa, ou seja, a curva da oferta desloca-se da esquerda para a direita (situação 2). Isso sucede porque os vendedores, perante uma situação de diminuição dos custos de produção, podem vender os seus bens a um preço inferior, aumentando a sua capacidade concorrencial, sem terem de reduzir a sua margem de lucro.

Situação 1: Aumento dos custos de produção



Situação 2: Diminuição dos cutos de produção



- **Evolução tecnológica**

A evolução tecnológica também pode ser um fator determinante da oferta, pois permite gerar aumentos de produtividade. A tecnologia aumenta o interesse dos produtores na venda de bens, ao promover o aumento da eficiência dos processos de fabrico, passando a ser possível produzir maiores quantidades a um menor custo unitário devido a esse acréscimo de eficiência.

Neste caso, a curva da oferta deslocar-se-ia para a direita, porque, para o mesmo preço, os produtores passavam a desejar vender uma maior quantidade de bens. Esta situação é idêntica à de uma diminuição dos custos de produção.

- **Preço dos outros bens**

Os preços dos outros bens também podem influenciar a oferta, em especial os preços dos bens que estabelecem relações entre si. Algumas das decisões estratégicas de produção são tomadas com base no comportamento do mercado, podendo, eventualmente, um produtor decidir deixar de produzir um bem, para passar a produzir outro com uma margem de lucro superior.

As impressoras e os tinteiros são complementares

No caso dos **bens complementares**, quando aumenta o preço de um bem, o interesse dos produtores é maior, logo dá-se um aumento da oferta, aumentando também geralmente a oferta dos bens complementares, uma vez que funcionam em conjunto. Quanto aos **bens sucedâneos**, quando o preço de um bem aumenta, normalmente, diminui a oferta do outro.

A energia elétrica, eólica e energia solar são sucedâneas

- **Expectativas dos produtores**

As expectativas dos produtores também são determinantes da oferta, pois quando se antecipa uma alteração dos preços no futuro, os produtores tomam medidas, no momento presente, para lidarem com a situação previamente.

Se as previsões apontarem para uma subida dos preços, os produtores terão tendência a aumentar a produção de bens, de modo a poderem vender futuramente uma maior quantidade dos mesmos; se a expectativa for uma diminuição dos preços, os produtores, em princípio, deverão reduzir as quantidades produzidas, pois não terão interesse em vender tanto no futuro.

- **Condições climáticas**

As condições climáticas são outro fator que pode ter efeito sobre a oferta, sobretudo sobre a oferta de bens em que a produção dependa do clima, como é o caso dos produtos agrícolas.

Nestas situações, como a quantidade produzida e a qualidade dessa produção dependem das condições meteorológicas, uma boa produção agrícola pode conduzir a um aumento da oferta. Isso sucederá se, por exemplo, as condições do clima proporcionarem uma maior produção agrícola, mantendo-se constantes os custos de produção.

Documento 2

"Claro que o consumo não é a única coisa que varia quando os preços aumentam ou diminuem. As empresas também reagem aos preços nas suas decisões sobre quanto produzir. Os economistas definem a elasticidade preço da oferta como o grau de resposta da quantidade oferecida de um bem ao seu preço de mercado."

SAMUELSON, Paul A. e NORDHAUS, William D. (2012), *Economia*, Lisboa, McGraw-Hill

Atividade 10

Uma mudança que provoque o aumento da quantidade de bens que os produtores desejam vender a um determinado preço faz deslocar a curva da oferta para a direita e vice-versa.

1. **Comenta a afirmação, apresentando sucintamente os principais fatores que podem originar uma deslocação da curva da oferta.**
2. **Dá um exemplo de um fenómeno que possa levar a curva da oferta a deslocar-se para a direita.**

6.6. Elasticidade da oferta

Tal como vimos anteriormente, ao abordar a procura, também é possível medir o grau de sensibilidade da oferta de um bem, em relação a oscilações do seu preço, isto é, analisar a **elasticidade da oferta**. E, apesar de se poder aplicar o conceito de elasticidade a qualquer relação entre duas variáveis, neste caso, apenas interessa analisar a **elasticidade-preço da oferta**, que nos indica a variação percentual da quantidade oferecida de um bem, perante variações percentuais do preço desse bem, à semelhança da elasticidade-preço da procura.

Elasticidade da oferta
Medida do grau de sensibilidade da quantidade oferecida de um bem, perante alterações do preço desse bem.

Documento 3

"A elasticidade preço da oferta mede a variação percentual na quantidade oferecida de um bem em resultado da variação de 1% no preço desse mesmo bem, *ceteris paribus*. Assim, a elasticidade preço da oferta de um bem X é dada pelo rácio entre a variação percentual na quantidade oferecida do bem X e a variação percentual no preço desse mesmo bem.
Consideremos o seguinte exemplo: quando o preço do bem X aumenta 3%, *ceteris paribus*, a quantidade oferecida do bem aumenta 6%. Neste caso, o valor da elasticidade preço da oferta

Documento 3 (cont.)

é igual a 2. Significa isto que se o preço do bem X variar 1%, *ceteris paribus*, a quantidade oferecida do bem varia 2%, no mesmo sentido."

LOBO, Flora C. e ANDRADE, Carlos (2023), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Edições Sílabo

Dada a configuração habitual da curva da oferta, com um declive positivo (crescente), a elasticidade-preço da oferta assume, por norma, valores positivos.

Interpretação dos valores
Oferta elástica > 1
Oferta inelástica < 1
Oferta com elasticidade unitária = 1

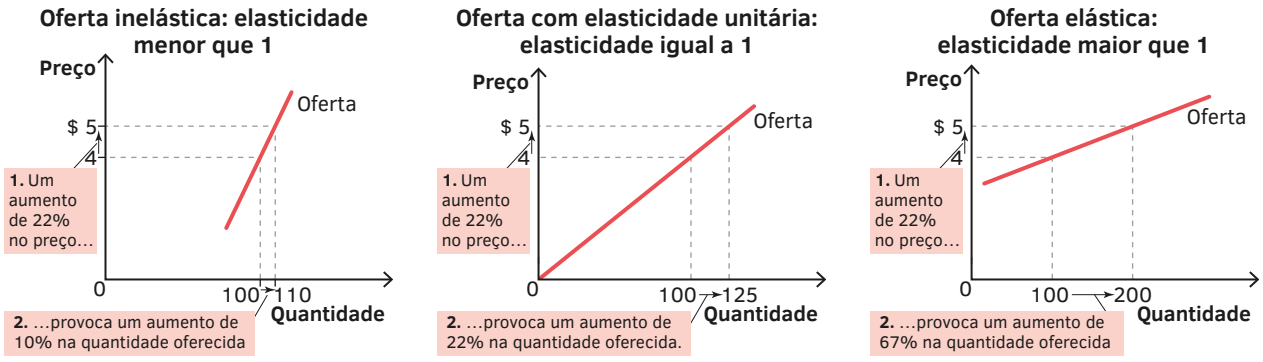
No que respeita à interpretação de valores, a elasticidade-preço da oferta também se analisa de forma idêntica à elasticidade-preço da procura. A oferta considera-se **elástica** quando a sua elasticidade assume valores superiores a 1, sendo a oferta razoavelmente sensível a variações de preço; a oferta classifica-se como **inelástica** se a elasticidade for inferior a 1, reagindo pouco a variações de preço; e a oferta tem elasticidade **unitária** nas situações em que é igual a 1, isto é, quando a quantidade oferecida do bem e o preço do bem reagem na mesma medida.

A elasticidade-preço pode ser influenciada por diversos fatores, como o horizonte temporal da reação dos produtores a variações de preço, a maior ou menor facilidade com que conseguem modificar os fatores de produção e o ritmo de crescimento dos custos de produção face a alterações do volume da produção.

Fatores que influenciam a elasticidade-preço da oferta

- Horizonte temporal da reação dos produtores
- Facilidade como que se conseguem modificar os fatores de produção
- Ritmo de crescimento dos custos de produção face a alterações do volume da produção

O **horizonte temporal** da reação dos produtores a variações de preço pode influenciar a oferta, dado que as variações de preço tendem a produzir um maior impacte nas retificações das quantidades produzidas ocorridas em horizontes temporais mais longos. Perante horizontes temporais mais curtos, geralmente, as empresas têm um menor poder de reação às variações de preço, não conseguindo ajustar os fatores produtivos da mesma maneira que conseguiriam caso tivessem mais tempo de resposta. Em períodos mais longos, a elasticidade-preço da oferta será então mais elástica, por já ser possível as empresas alterarem uma maior variedade de fatores, como, por exemplo, aumentar a capacidade produtiva adquirindo mais equipamentos, mudar ou ampliar as instalações, contratar mais recursos humanos, entre outros. Em períodos mais curtos, a elasticidade-preço da oferta tenderá a ser menos elástica porque, habitualmente, a curto prazo, as empresas só conseguem ajustar alguns dos seus fatores produtivos, mantendo-se os restantes inalterados. Quanto maior for o período de tempo de resposta dos produtores a variações de preço, maior tenderá a ser a elasticidade-preço da oferta.



MANKIW, N. Gregory (2013). Introdução à Economia (tradução da 6.ª edição americana), São Paulo: Cengage Learning (adaptado)

Documento 4

"No caso da oferta, o tempo que a empresa tenha para responder a estímulos externos é importante para determinar a elasticidade. Por exemplo, a curto prazo uma empresa pode não conseguir reafetar por completo os seus recursos para se poder adaptar a diferentes condições de mercado. Neste caso apresenta uma oferta mais rígida. Com o passar do tempo é possível que essas adaptações sejam mais fáceis o que, tendencialmente, fará com que a oferta a longo prazo seja mais elástica."

MORGADO, José A. e FERREIRA, Paulo (2021), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Rei dos Livros

Outro fator que pode influenciar bastante a elasticidade da oferta é a maior ou menor **facilidade com que as empresas conseguem modificar os seus fatores de produção**. Uma empresa que consiga aumentar rapidamente o volume dos seus *stocks* de produtos finais, podendo reagir, em pouco tempo, a situações de aumento de preço dos bens, aumentando as suas quantidades oferecidas, será muito mais competitiva, do que outra empresa que não consiga responder tão rapidamente a uma eventual necessidade de aumentar as suas quantidades oferecidas. Todas as circunstâncias que permitam aumentar a rapidez de reação das empresas em relação a variações de preço, provavelmente, levarão a um aumento da sua elasticidade-preço da oferta.

Cada empresa possui diferentes características que condicionam a sua maior, ou menor, facilidade de reajustar os fatores de produção, face a oscilações de preço. Convém analisar, em cada caso, os fatores que possam contribuir, ou não, para haver uma maior margem de manobra, por parte das empresas, na sua resposta perante alterações do preço dos bens. Verificar, por exemplo, o tipo de bens que a empresa comercializa e o seu grau de perecibilidade; o tempo de produção dos seus bens e o tempo de reposição dos *stocks* de matérias-primas e subsidiárias dos seus fornecedores; a sua capacidade de armazenamento; o grau de tecnologia incorporado nos seus equipamentos e o investimento necessário para aumentar a sua capacidade; o nível de especialização dos seus recursos humanos e a sua maior, ou menor, facilidade de recrutamento, entre muitos outros fatores. Quanto maior for a flexibilidade da empresa para se reajustar a uma alteração de preços, maior será a sua elasticidade-preço da oferta.

Documento 5

"Uma empresa que tenha produtos em *stock*, à partida, terá uma elasticidade que é maior quando comparada com uma empresa que não tenha essa capacidade. Isso significa que, mesmo que o preço aumente, a empresa que tenha *stock* conseguirá fornecer o produto mais rapidamente, uma vez que não tem que produzir mais quantidade. Também a disponibilidade ou não de fatores de produção pode afetar a elasticidade uma vez que influencia diretamente a capacidade produtiva. Na realidade, outros elementos que influenciem essa capacidade produtiva podem ser relevantes: ter uma melhor tecnologia, ter mobilidade fatorial, ter um processo de produção mais simples podem permitir à empresa responder de forma mais ou menos rápida e, assim, ter um comportamento mais ou menos rígido em termos de produção, à medida que o preço aumenta."

MORGADO, José A. e FERREIRA, Paulo (2021), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Rei dos Livros

Por outro lado, o **ritmo de crescimento dos custos de produção face a alterações do volume da produção** também pode influenciar a elasticidade-preço da oferta. Se as empresas aumentarem o seu volume de produção e os encargos com a produção aumentarem a um ritmo superior, os custos unitários de produção aumentarão. Nesse caso, provavelmente não haverá muito interesse da parte dos produtores em reajustar as quantidades de bens oferecidas, perante aumentos de preço, pois nessa situação a sua margem de lucro diminuiria, em termos relativos.

Pressupondo que os produtores visam obter o máximo lucro na sua atividade, tentando maximizar a diferença entre o valor das receitas das suas vendas e o valor dos custos suportados, eles só terão interesse em reajustar as suas quantidades oferecidas de produto, nas situações em que, perante um aumento do seu volume de produção, motivado pelo aumento de preço, o ritmo de crescimento dos custos adicionais desse incremento de produção se mantenha constante (ou diminua). Dessa forma, os produtores conseguem aumentar a sua margem de lucro, sendo-lhes vantajoso aumentar a produção perante uma situação de aumento de preço. Quanto maior for o ritmo de crescimento dos custos unitários, à medida que se aumenta o volume da produção, menos elástica será a oferta.

Documento 6

"Quando o custo de produzir uma unidade adicional do bem cresce a uma taxa constante, ou próximo de uma taxa constante, com o aumento da produção, então o aumento do preço constitui um forte estímulo ao aumento da produção, e a oferta do bem tende a ser elástica. Pelo contrário, se o custo de produzir uma unidade adicional do bem crescer a taxas crescentes com o aumento da produção, então a oferta do bem tende a ser inelástica."

LOBO, Flora C. e ANDRADE, Carlos (2023), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Edições Sílabo

Atividade 11

"A elasticidade preço da oferta é tanto maior quanto menor for a perecibilidade dos bens. Quando os bens são perecíveis, não há possibilidade de a empresa ter uma reserva de *inputs* ou de produto final em *stock*, logo é necessário um maior lapso de tempo para a produção ter capacidade para responder a alterações no preço do bem. Assim, bens duradouros têm uma oferta mais elástica do que bens com um elevado grau de perecibilidade."

LOBO, Flora C. e ANDRADE, Carlos (2023), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Edições Sílabo

1 **Comenta o texto, tendo em atenção os fatores que influenciam a elasticidade da oferta.**

Conceitos-chave

- Empresa
- Empresa pública
- Empresa privada
- Empresa mista
- Cooperativa
- Micro, pequena, média ou grande empresa
- Empresa singular
- Empresa coletiva
- Empresa em nome individual
- Sociedade unipessoal por quotas
- Sociedade unipessoal anónima
- Sociedade por quotas
- Sociedade anónima
- Bem
- Produção
- Fatores de produção
- Combinacao de fatores produtivos
- Horizonte temporal
- Produtividade
- Produtividade marginal
- Lucros
- Receitas
- Custos (de producao)
- Economias de escala
- Oferta
- Lei da oferta
- Oferta individual
- Oferta agregada
- Determinantes da oferta
- Elasticidade-preco da oferta

Síntese

- Uma **empresa** é uma forma de organização cuja principal finalidade é a produção de bens, serviços ou soluções que permitam a obtenção de lucros. Uma empresa é uma **célula social**, um **sistema aberto** e um **centro de decisões**.
- As empresas podem ser classificadas por diversos critérios: quanto ao **tipo de atividade económica**, quanto à **propriedade dos meios de produção**, quanto à sua **dimensão** ou quanto à sua **forma jurídica**.
- De acordo com o critério da propriedade dos meios de produção, as empresas podem ser classificadas como **públicas**, **privadas**, **mistas** ou **cooperativas**. Relativamente à dimensão, as empresas podem ser classificadas de várias formas diferentes sendo frequente dividi-las em: **micro**, **pequenas**, **médias** ou **grandes empresas**. No que respeita à forma jurídica, as empresas podem ser classificadas como **singulares** ou **coletivas**.
- Os **bens** são todos os meios suscetíveis de satisfazer necessidades, sendo capazes de eliminar sensações de carência.
- A **produção** é a atividade remunerada que permite criar, através da combinação de vários fatores produtivos, os bens e serviços capazes de satisfazer as necessidades do ser humano.
- Os **fatores de produção** são os elementos que se combinam de modo a permitir o fabrico de bens. Os fatores produtivos podem ser de três tipos: recursos naturais, trabalho e capital. A **combinação ótima dos fatores produtivos** é aquela que permite obter a máxima produção possível utilizando os recursos da forma mais eficiente.
- A eficácia da combinação dos fatores produtivos pode ser medida através da **produtividade**, que é o indicador económico que traduz a relação entre o que se produz e o que se gasta para se obter essa produção. A produtividade pode ser calculada em valor ou em volume de quantidade. A **produtividade marginal** é o rácio que mede o acréscimo de produção obtido, cada vez que se adiciona uma unidade suplementar de um fator produtivo, mantendo-se tudo o resto constante.
- A combinação eficiente dos fatores produtivos também potencia a **maximização do lucro** das empresas, permitindo-lhes aumentar os lucros quer pela via do incremento de receitas, como pela via da diminuição de custos.
- Os **custos de produção** são os encargos que as unidades produtivas têm de suportar com a produção de bens e serviços. Os custos totais podem ser variáveis ou fixos, conforme oscilam em função da produção, ou não. Os custos também podem ser classificados em termos médios (ou unitários) e em termos marginais. Existem **economias de escalas** quando uma unidade produtiva consegue diminuir os custos unitários, devido a um aumento da sua escala de produção.

- A **oferta (O)** representa a quantidade de produtos que os vendedores desejam vender a um determinado preço. Segundo a **lei da oferta**, a quantidade oferecida e o preço de um bem são diretamente proporcionais. Mantendo-se inalterados os restantes fatores, quando aumenta o preço de um bem, aumenta também a quantidade oferecida desse bem, e quando o seu preço diminui, a sua quantidade oferecida também diminui.
- A **oferta individual** corresponde à oferta de cada produtor, enquanto a **oferta agregada** representa a soma de todas as ofertas individuais de um mercado.
- Os principais **fatores que influenciam a oferta**, para além do preço, são os custos de produção, a evolução tecnológica, o preço dos outros bens, as expectativas dos produtores e as condições climáticas.
- Quando os **custos de produção** aumentam, geralmente, o interesse de venda dos produtores diminui, fazendo deslocar a curva da oferta da direita para a esquerda e, quando os custos de produção diminuem, ocorre a situação inversa, ou seja, a curva da oferta desloca-se da esquerda para a direita.
- A **evolução tecnológica** também pode ser um fator determinante da oferta, ao gerar aumentos de produtividade. A tecnologia faz aumentar o interesse dos produtores na venda de bens, promovendo o aumento da eficiência dos processos de fabrico e assim permitir produzir maiores quantidades a um menor custo unitário. Nesse caso, a curva da oferta desloca-se para a direita, porque, para o mesmo preço, os produtores passam a desejar vender uma maior quantidade de bens.
- Os **preços dos outros bens** também podem influenciar a oferta, em especial os preços dos bens que estabelecem relações entre si. No caso dos **bens complementares**, quando aumenta o preço de um bem, o interesse dos produtores é maior, logo dá-se um aumento da oferta, aumentando também geralmente a oferta dos bens complementares, uma vez que funcionam em conjunto. Quanto aos **bens sucedâneos**, quando o preço de um bem aumenta, normalmente, diminui a oferta do outro.
- As **expectativas dos produtores** são determinantes da oferta, pois quando se antecipa uma alteração dos preços no futuro, os produtores tomam medidas, lidando previamente com a situação. Se as previsões apontarem para uma subida dos preços, os produtores terão tendência a aumentar a produção de bens, para poderem vender futuramente uma maior quantidade dos mesmos; se a expectativa for uma diminuição de preços, os produtores, em princípio, deverão reduzir as quantidades produzidas, pois não terão interesse em vender tanto no futuro.

Síntese (cont.)

- As **condições climáticas** são outro fator que pode ter efeito sobre a oferta, sobretudo sobre a oferta de bens em que a produção dependa do clima, como é o caso dos produtos agrícolas. Nestas situações, como a quantidade produzida e a qualidade da produção dependem das condições meteorológicas, uma boa produção agrícola pode conduzir a um aumento da oferta.
- **Elasticidade-preço da oferta** mede o grau de sensibilidade da oferta de um bem, em relação a oscilações do seu preço.
- A oferta considera-se **elástica** quando a sua elasticidade é superior a 1, sendo razoavelmente sensível a variações de preço; classifica-se como **inelástica** se a sua elasticidade for inferior a 1, reagindo pouco a variações de preço; e tem elasticidade **unitária** (igual a 1) quando a quantidade oferecida do bem e o preço do bem reagem na mesma medida.
- Os **principais fatores que influenciam a elasticidade-preço** são: o horizonte temporal da reação dos produtores a variações de preço, a maior ou menor facilidade com que conseguem modificar os fatores de produção e o ritmo de crescimento dos custos face a alterações do volume da produção.

Ficha de trabalho 6

1 **Seleciona, em cada caso, a opção que consideras correta.**

1.1. Modernamente, considera-se que a empresa é

a) uma célula social, um sistema fechado, um conjunto de valores.

b) uma célula imaterial, um sistema aberto, um conjunto de meios.

c) um conjunto de meios, um sistema aberto, um centro de decisões.

d) uma célula material, um conjunto de valores.

1.2. Segundo o critério de classificação da propriedade dos meios de produção, as empresas podem ser

a) divididas de acordo com o respetivo código de atividade económica.

b) industriais ou comerciais.

c) públicas, privadas, mistas ou cooperativas.

d) singulares ou comerciais.

1.3. As ações de uma empresa são

a) títulos representativos do capital social cuja posse confere ao titular a qualidade de acionista.

b) títulos representativos de partes da dívida de uma empresa que constituem um empréstimo.

c) quotas de mercado.

d) as etapas necessárias para criar uma empresa.

1.4. A elasticidade-preço da oferta

a) mede a variação percentual da quantidade oferecida de um bem relativamente a variações percentuais do preço de outros bens.

b) assume geralmente valores negativos.

c) diz-se elástica quando assume valores menores que 1.

d) aumenta à medida que aumenta a facilidade com que as empresas conseguem modificar os seus fatores de produção.

Ficha de trabalho 6 (cont.)

2 Tendo em atenção o excerto da lista de classificação de atividades empresariais (CAE CV - Rev1) apresentado na tabela a seguir, explicita o significado de cada elemento que compõe a estrutura do seguinte código de atividade: A 0121.

Secção	Divisão	Grupo	Classe	Designação
A				**AGRICULTURA, PRODUÇÃO ANIMAL, CAÇA, FLORESTA E PESCA**
	01			**AGRICULTURA, PRODUÇÃO ANIMAL, CAÇA E ATIVIDADES DOS SERVIÇOS RELACIONADOS**
		...	...	...
		012		CULTURAS PERMANENTES
			0121	Cultura de frutos tropicais e subtropicais
			0122	Cultura de outros frutos (inclui casca rija)
			0129	Comércio por grosso e a retalho de motociclos, de suas peças e acessórios

3 Comenta a afirmação seguinte, identificando o critério de classificação de empresas mencionado:

"18 160 empresas operaram em Cabo Verde em 2022, sendo cerca de 66% micro e pequenas empresas."

RTC, 12 janeiro de 2024 (https://www.rtc.cv) [consult. 5 out 2024]

4 Analisa a seguinte tabela.

Volume de negócios, por forma jurídica

Classes de forma jurídica	Volume de negócios (contos)		Tx. Variação (2022/2017)
	V RE 2017	VI RE 2022	
Empresa em Nome Individual e Sociedade Unipessoal por Quotas	32 471 153	53 710 357	65,4%
Sociedade por Quotas	80 806 138	116 842 582	44,6%
Sociedade Anónima e Outras	162 977 102	187 604 024	15,1%
Cabo Verde	**276 254 394**	**358 156 962**	**29,6%**

RE – Recenseamento Empresarial

VI Recenseamento Empresarial 2022, INE (2024)

4.1. Apresenta os principais aspetos da tabela, tendo em atenção o volume de negócios das diferentes classes de forma jurídica e a taxa de variação entre os dois recenseamentos empresariais.

4.2. Distingue uma sociedade por quotas de uma sociedade por quotas unipessoal.

5 **Lê a afirmação seguinte.**

"A função de produção é uma relação técnica que indica qual o montante máximo de produção que se pode obter com cada conjunto determinado de fatores produtivos."

SAMUELSON, Paul A. e NORDHAUS, William D. (1990), *Economia*, Lisboa, McGraw-Hill

5.1. Elabora um comentário à afirmação anterior, tendo em atenção as diferentes possibilidades de combinação dos fatores produtivos.

5.2. Justifica a necessidade de se levar em consideração o horizonte temporal, para efeitos da combinação dos fatores produtivos.

5.3. Explica como uma conjugação eficiente dos fatores produtivos pode potenciar a maximização do lucro.

6 **Lê atentamente o seguinte texto.**

"Qualquer mudança que aumente a quantidade que os vendedores desejam produzir a qualquer preço dado desloca a curva de oferta para a direita. Qualquer mudança que reduza a quantidade que os vendedores desejam produzir a qualquer preço dado desloca a curva de oferta para a esquerda."

MANKIW, N. Gregory (2013), *Introdução à Economia*, São Paulo, Cengage Learning

6.1. Comenta as afirmações anteriores, atendendo ao conceito de oferta.

6.2. Identifica os principais fatores determinantes da oferta.

7 Procura, oferta e preços

Objetivos de aprendizagem

- Compreender o mecanismo de formação de preços – lei da oferta e da procura.
- Reconhecer situações de excesso da oferta e da procura.
- Identificar formas como o Estado intervém na formação de preços.
- Compreender o paradigma da equidade social e da eficiência de mercado, à luz do conceito de ótimo de Pareto.
- Reconhecer o papel do Estado na regulação económica e na definição de políticas de concorrência.

7.1. Equilíbrio de mercado

Após conhecer-se o modo de funcionamento isolado da curva da procura e da curva da oferta, importa analisar a combinação das duas curvas e assim compreender como se forma o equilíbrio de mercado.

Documento 1

"Se alguém tenta convencer-nos de que algo é muito bom (um certo bem que nos quer vender, um projeto político concreto) e nos louva os seus benefícios, não nos devemos esquecer de perguntar: que custos traz consigo? Quanto custa? Quem paga? Não há almoços grátis.

Inversamente, se nos descrevem os enormes defeitos, os custos de certa entidade ou atividade que alguém nos pretende convencer a abandonar ou a destruir, devemos sempre perguntar: para que serve? quem beneficia dela?

Nunca nos devemos esquecer de que, em economia, as coisas são sempre duplas, tal como as moedas têm sempre duas faces. Assim, devemos juntar a curva da procura e da oferta, o benefício e o custo, para obter um quadro geral: a cruz marshalliana[1]. Neste ponto deve introduzir-se a segunda hipótese fundamental da economia: "os mercados equilibram-se". Se a primeira hipótese, a da racionalidade dos agentes, nos permite desenhar as curvas, a segunda, a do **equilíbrio dos mercados**, define o comportamento da interação entre as curvas."

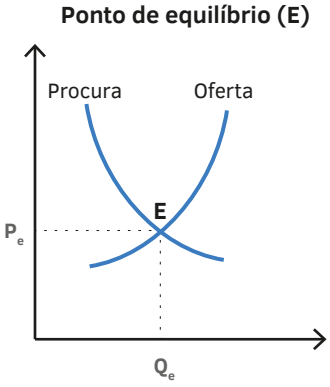
NEVES, João César (2023), *Introdução à Economia*, Lisboa, Principia

[1]Cruz de Marshall (economista Alfred Marshall) – representação gráfica que combina as curvas da oferta e da procura que se cruzam.

Vamos estudar o mecanismo que nos mostra a forma como o mercado compatibiliza a oferta e a procura de modo a encontrar equilíbrio. Trata-se de um modelo teórico com uma representação gráfica que combina as curvas da oferta e da procura. O cruzamento

das duas curvas dá-nos o **ponto de equilíbrio** (E), no qual, para um dado preço, a quantidade que os produtores e os compradores desejam transacionar, entre si, é a mesma.

Ponto de equilíbrio (E)
Ponto do gráfico da lei da oferta e da procura que representa o preço e a quantidade de equilíbrio.



Assim se forma o **preço de equilíbrio** (P_e) – o preço em que a quantidade oferecida e a quantidade procurada são iguais (**quantidade de equilíbrio** – Q_e).

Preço de equilíbrio (P_e)
Preço pelo qual as quantidades oferecidas e procuradas de um bem se igualam.

O equilíbrio de mercado obtém-se no ponto em que nenhum dos agentes económicos é incentivado a sair, a situação onde os compradores e os vendedores transacionam a quantidade que desejam a um dado preço – o preço de equilíbrio respetivo.

Quantidade de equilíbrio (Q_e)
Quantidade que iguala a oferta e a procura de um bem a um determinado preço (preço de equilíbrio).

Documento 2

"**Ponto de equilíbrio e o seu significado**
O ponto de equilíbrio indica que, para o respetivo preço (**P_e**), a quantidade que os consumidores estão dispostos a adquirir é exatamente igual à quantidade que as empresas estão dispostas a vender (**Q_e**)."

SOUSA, Maria Emília F. e GOMES, Orlando (2011), *Análise Económica*, Lisboa, Edições Sílabo

Atividade 1

"A característica essencial do ponto de equilíbrio é que, se a economia se situar nele, toda a gente (consumidores e produtores) fica satisfeita: dadas as circunstâncias, a esse preço, eles compram e vendem exatamente o que querem."

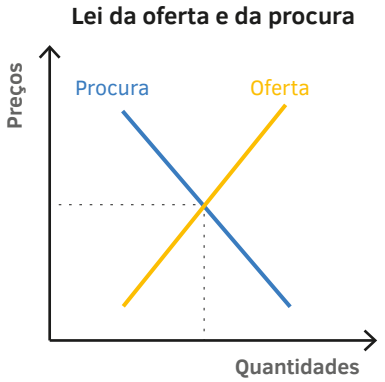
1 **Comenta a afirmação, atendendo ao conceito de ponto de equilíbrio.**

Mas o ponto de equilíbrio não é estático, basta haver algum fenómeno que, altere as condições de compra/venda, que o equilíbrio de mercado pode ser rapidamente alterado, gerando situações de excesso de procura ou de oferta, que façam o mercado reagir e mais tarde originar novos pontos de equilíbrio.

7.2. Sistema de formação de preços no mercado

Lei da oferta e da procura
Mantendo-se tudo o resto constante, o preço varia na mesma razão que a quantidade oferecida e na razão inversa da quantidade procurada.

A **lei da oferta e da procura** representa então a análise conjunta dos comportamentos da oferta e da procura num determinado mercado, permitindo compreender o funcionamento do mecanismo de mercado.



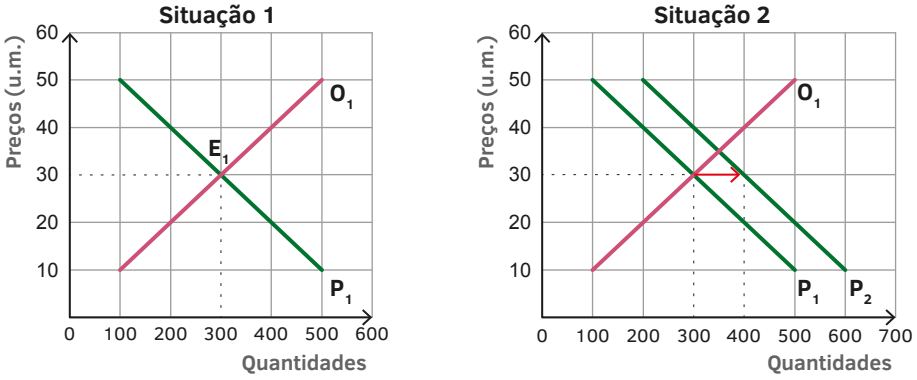
Sistema de formação de preços no mercado
Mecanismo dinâmico onde as intenções de compra e venda se ajustam em função das circunstâncias de cada momento, dando origem à formação de novos pontos de equilíbrio.

O mecanismo de mercado atua como **sistema de formação de preços**, compatibilizando os interesses da oferta e da procura, por meio de incentivo ou desincentivo, que ocorre através da criação de lucros ou prejuízos na atividade produtiva. Trata-se de um sistema dinâmico onde as intenções de compra e venda se vão ajustando naturalmente, em função das circunstâncias de cada momento, através da formação de novos preços e quantidades de mercado (novos pontos de equilíbrio).

A seguir, apresenta-se um exemplo relativo ao mercado do bem X, para ajudar a compreender melhor o modo como funciona este mecanismo.

Preço (u.m.)	Quantidade procurada	Quantidade oferecida
10	500	100
20	400	200
30	**300**	**300**
40	200	400
50	100	500

Analisando a tabela anterior, podemos constatar que quando o preço do bem X é 30 u.m., a quantidade procurada é igual à quantidade oferecida. Este é o ponto de equilíbrio, o ponto em que os interesses da procura coincidem com os da oferta. O ponto de equilíbrio (E_1) é representado no gráfico da situação 1 através das suas coordenadas de quantidade e preço de equilíbrio (Qe = 300 e Pe = 30). Mas o que estamos a observar é apenas o ponto de partida de uma situação que é evolutiva. Se por acaso ocorresse um acontecimento perturbador deste equilíbrio, esta situação não se iria manter e o ponto de equilíbrio poderia sofrer uma alteração.



Imaginemos, então, que a utilização do bem X foi recomendada por um técnico profissional bastante conceituado no seu ramo de atividade. Em princípio, essa recomendação iria fazer com que mais consumidores desejassem adquirir o bem X, levando, assim, a um aumento da sua procura. Observando a nova situação através de uma representação gráfica (situação 2), podemos verificar que a curva da procura se iria deslocar para a direita, gerando, assim, um **excesso de procura**.

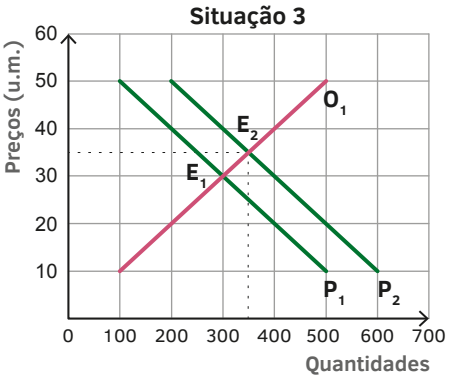
Excesso de procura
Situação em que a quantidade oferecida pelos vendedores não é suficiente para fazer face à quantidade procurada pelos compradores.

A existência deste excesso de procura significa que a quantidade oferecida não é suficiente para fazer face à nova quantidade procurada pelos consumidores, eles querem comprar mais do que os vendedores estão dispostos a vender. No gráfico da situação 2, este excesso pode ser calculado através da diferença entre a nova quantidade (400) e a quantidade de equilíbrio anterior (300).

Documento 3

"Um excesso de procura significa que o preço é demasiado baixo e que os compradores querem comprar mais do que aquilo que os produtores estão dispostos a oferecer. Assim, os produtores têm incentivo a aumentar o preço, o que faz diminuir a quantidade procurada e aumentar a quantidade oferecida. O excesso de procura, por via da concorrência que se faz sentir entre os consumidores para adquirir o bem, tende a pressionar os preços no sentido ascendente, até que se atinja o equilíbrio em que a quantidade procurada e oferecida são iguais."

MORGADO, José A. e FERREIRA, Paulo (2021), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Rei dos Livros



Mas, nos casos em que há excesso de procura, os produtores tendem a aproveitar a situação para aumentar o preço dos bens. E quando os preços começam a aumentar, o interesse dos consumidores vai diminuindo, dando assim origem à formação de um novo ponto de equilíbrio. A formação do novo ponto de equilíbrio (E_2) é apresentada no gráfico da situação 3, cuja observação nos permite verificar que ambas as coordenadas deste ponto apresentam valores mais elevados, sendo o novo preço de equilíbrio 35 u.m. e a nova quantidade de equilíbrio 350.

Contudo, mal surgisse outro fator de desequilíbrio, o ponto de equilíbrio agora encontrado daria lugar a um novo, e assim sucessivamente, pois é esse o modo como funciona o mecanismo de mercado. Perante um aumento da oferta ou da procura, o mercado reage adequando, em cada caso, o preço e a quantidade de equilíbrio. Na situação anterior, era previsível que, em resposta ao aumento da procura, aumentasse a produção do bem X, dando origem a um aumento da oferta, cujo excesso (**excesso de oferta**) iria fazer encontrar um novo ponto de equilíbrio.

Documento 4

"Quando há excesso de oferta, o preço é demasiado alto, o que quer dizer que os produtores não conseguiriam escoar todo o produto que estão dispostos a colocar no mercado a um dado preço, já que a esse preço os consumidores procuram muito menos quantidade do que aquela que os produtores queriam vender. A solução para cativar mais consumidores é descer o preço. Um excesso de oferta tende a fazer com que os preços desçam, aumentando a quantidade procurada até ao valor de equilíbrio, em que é igual à quantidade oferecida."

MORGADO, José A. e FERREIRA, Paulo (2021), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Rei dos Livros

A tabela seguinte apresenta um resumo dos efeitos sobre o preço e sobre a quantidade de equilíbrio que ocorrem quando se dá uma alteração isolada da procura ou da oferta, mantendo-se tudo o resto constante (*ceteris paribus*).

Resumo dos efeitos de alteração *ceteris paribus* da procura e da oferta

Situação	Sentido da deslocação	Alteração da quantidade	Alteração do preço
Aumento da procura	direita	aumenta	aumenta
Redução da procura	esquerda	diminui	diminui
Aumento da oferta	direita	aumenta	diminui
Redução da oferta	esquerda	diminui	aumenta

MORGADO, José A. e FERREIRA, Paulo (2021), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Rei dos Livros

Atividade 2

1 **Faz um esboço da representação gráfica da situação que ocorreria caso se verificasse um aumento da oferta do bem X.**

2 **Explica sucintamente o que deveria acontecer ao ponto de equilíbrio.**

Manual Digital

Exercício
Deslocação das curvas da oferta e da procura

Convém ainda relembrar que podemos encontrar dois tipos diferentes de deslocações, no que respeita às curvas da oferta e da procura:

- **movimentos ao longo da curva**, que representam o aumento ou a diminuição das quantidades oferecidas e/ou procuradas;
- **deslocações da própria curva**, quando a curva inteira se move para a direita ou para a esquerda, devido a um aumento ou diminuição da oferta ou da procura.

Observando o gráfico da situação 3, encontramos um exemplo de movimento de deslocação ao longo da curva da oferta, quando E_1 passou para E_2, tendo aumentado a *quantidade oferecida* de 300 para 350, mas também encontramos um exemplo de uma deslocação da curva da procura, quando P_1 passa para P_2, pelo que podemos dizer que se deu um aumento da *procura* (e não apenas da quantidade procurada).

Atividade 3

"Alguns fatores particulares também perturbam certas ofertas: o clima altera a oferta de trigo ou batatas; uma laringite afeta a quantidade oferecida por parte de um cantor de ópera (mas talvez não de *rock*).
Também aqui uma alteração do preço provoca um **deslocamento ao longo da curva**, enquanto os outros fatores exigem a determinação de uma nova curva da oferta, existindo um **deslocamento da curva**."

NEVES, João César (2007), *Introdução à Economia*, Lisboa, Editorial Verbo

1 **Comenta o texto, tendo em atenção as expressões destacadas.**

Participação do Estado na formação de preços

Depois de termos visto como se formam os preços através do mecanismo de compatibilização da oferta e da procura, importa acrescentar que o Estado também participa na fixação de preços, nomeadamente, através do estabelecimento de **preços máximos** e/ou **mínimos** nas áreas em que considera necessário intervir, atuando de forma a corrigir desequilíbrios e garantir uma maior equidade social.

Além disso, o Estado também participa na formação de preços, pela via da **implementação de impostos**, refletindo-se a incidência de impostos no preço dos bens. Ao fazer incidir determinados impostos do lado da oferta ou da procura, o preço dos bens irá repercutir a incidência dos impostos, alterando o valor final a pagar.

Documento 5

"Um preço controlado pelo governo (preço máximo ou mínimo) é um preço diferente do preço de equilíbrio, mantido administrativamente, e que pode ser um preço máximo ou um preço mínimo. Após o estabelecimento de um preço máximo ou de um preço mínimo, a quantidade transacionada no mercado e o preço em vigor no mercado não são estabelecidos pelo confronto entre a oferta e a procura. De facto, quando no mercado vigora um preço controlado, este está em desequilíbrio, situação em que as transações são determinadas pelo lado mais curto do mercado. O controle das rendas, os preços dos livros escolares, os preços dos combustíveis, a regulação do salário mínimo, os preços garantidos para os produtos agrícolas, entre outros, são alguns exemplos da intervenção do governo nos mercados no controle de preços."

LOBO, Flora C. e ANDRADE, Carlos (2023), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Edições Sílabo

Atividade 4

"Quando o Estado intervém sobre um mercado, normalmente a sua atuação é pautada pela tentativa de corrigir uma falha de mercado, ou seja, o mercado automaticamente não atinge o excedente económico máximo.
No entanto, o Estado também pode intervir num mercado que funciona adequadamente. É o que acontece quando se decidem lançar impostos sobre as transações."

MORGADO, José A. e FERREIRA, Paulo (2021), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Rei dos Livros

1 **Comenta o texto, tendo em atenção as formas como o Estado participa na formação de preços.**

7.3. Equidade social e eficiência do mercado

Documento 6

"Os mecanismos automáticos de mercado que levam à existência de um equilíbrio, conhecidos também como forças de mercado, geram uma situação que é eficiente, no sentido em que não é possível encontrar outro ponto em que ambas as partes do mercado saiam beneficiadas. Esta situação de eficiência tem aqui uma medida objetiva: um mercado é eficiente se maximizar o excedente económico."

MORGADO, José A. e FERREIRA, Paulo (2021), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Rei dos Livros

O equilíbrio de mercado geralmente traduz situações de máxima eficiência que geram excedente económico. Mas o mecanismo de mercado é um modelo que reflete a eficiência em sentido estritamente económico. A **eficiência no mercado** não conduz necessariamente à **equidade social**. A eficiência económica é um fenómeno independente da equidade social.

Embora este seja um mecanismo útil, que nos ajuda a prever a evolução dos mercados e possíveis reações perante acontecimentos externos, o seu critério de análise apenas avalia a eficiência da compatibilização dos interesses dos compradores e vendedores, não oferecendo uma visão do ponto de vista social, nem em termos de equidade.

Documento 7

"O ponto de equilíbrio é meramente eficiente, não tem nenhuma outra conotação valorativa ou moral. O facto de se afirmar que os produtores e consumidores estão "satisfeitos" na sua transação não implica que o ponto seja "bom", "justo" ou "recomendável". Significa que, dadas as circunstâncias, as forças económicas em presença estão a ser combinadas da melhor forma possível. [...]

O mercado livre, a funcionar bem, garante a eficiência, ou seja, a eliminação do desperdício. Mas esse mercado não toma em conta outros critérios morais, sociais ou culturais, que têm de ser abordados de outro modo."

NEVES, João César (2023), *Introdução à Economia*, Lisboa, Principia

A eficiência económica e a equidade social constituem lados diferentes da balança. Importa abordar esta questão tendo em atenção a noção de **ótimo** de Pareto[1], que nos lembra que algo só deve ser considerado ótimo se, para uns ficarem melhor, os outros não forem prejudicados.

[1] Conceito de eficiência de Vilfredo Pareto – economista italiano que viveu entre 1848 e 1923.

Documento 8

"Um **ótimo**, no sentido de Pareto, é aquela posição em que não é possível melhorar em qualquer dimensão sem piorar noutra."

NEVES, João César (2023), *Introdução à Economia*, Lisboa, Principia

Idealmente deve-se procurar manter os dois pratos da balança equilibrados, isto é, promover a eficiência do mercado tendo em atenção a equidade social e fazer escolhas que tenham os dois objetivos em conta. No entanto, isso nem sempre é fácil, porque geralmente envolve um conflito de escolhas, sendo necessário escolher um em detrimento do outro. Compete então ao Estado intervir de modo a salvaguardar os interesses de todos.

Atividade 5

"***Trade-off* entre equidade e eficiência**

Quase toda a gente concorda que a equidade e a eficiência são os dois objetivos mais importantes de um sistema tributário. Mas, frequentemente, esses dois objetivos entram em conflito, principalmente quando a equidade é julgada pela progressividade do sistema tributário. Em geral, as pessoas discordam a respeito da política tributária porque atribuem importância diferente a esses dois objetivos."

MANKIW, N. Gregory (2013), *Introdução à Economia* (tradução da 6.ª edição americana), São Paulo, Cengage Learning

1 **Comenta o texto, tendo em atenção a existência de um conflito na escolha.**

A regulação do Estado assume assim especial importância, servindo para arbitrar conflitos e definir regras, garantindo o bem-estar da população em geral.

7.4. Regulação económica e políticas de concorrência

Documento 9

"Em geral, a regulação define-se como o estabelecimento e implementação de um conjunto de normas que materializam a intervenção do Estado, cuja atuação tem poder coercivo. No caso especial da **regulação económica**, ela é feita com o objetivo genérico de alterar a afetação de recursos que resultaria do livre funcionamento de um mercado e, portanto, o bem-estar social. A regulação económica pode ser transversal, abrangendo todos os setores da atividade, como seja aquela relativa ao ambiente ou à concorrência, mas também pode ser setorial, se for respeitante a um único setor, como seja a regulação do fornecimento de serviços públicos, como a água, a eletricidade ou as telecomunicações."

MORGADO, José A. e FERREIRA, Paulo (2021), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Rei dos Livros

A **regulação económica** tem um papel relevante no equilíbrio de forças entre a eficiência do mercado e a equidade social que acabámos de analisar, estabelecendo regras para o funcionamento do mercado, de modo a garantir o bem-estar social.

A regulação económica pode envolver todos os setores de atividade, sendo uma forma de intervenção continuada, que visa proteger os interesses públicos e privados, corrigindo eventuais falhas de mercado. Pode ser aplicada de diversas formas, nomeadamente, elaborando regulamentação específica, criando entidades reguladoras independentes ou atuando sobre os preços ou sobre os produtos, como no caso das políticas de promoção da utilização de medicamentos genéricos exercidas pela ERIS – Entidade Reguladora Independente da Saúde (regulação da vertente do preço).

Outro exemplo de regulação económica onde o Estado atua diretamente sobre a economia é através da definição de um salário mínimo, fixando, neste caso, um preço mínimo para o mercado de trabalho.

Mas a intervenção do Estado também envolve a definição de **políticas de concorrência**, com vista a evitar atividades de conluio da parte das empresas, como a concorrência desleal, que poderiam representar abusos de posição dominante. As políticas de concorrência têm um âmbito um pouco mais restrito, servindo para regular a concorrência empresarial, destinando-se geralmente a áreas específicas, como é o caso do setor das gasolineiras ou das telecomunicações.

Manual Digital

Exercício
Caracterizar os príncipios fundamentais do liberalismo económico

Documento 10

"O que é a regulação da concorrência?

Massimo Motta[1] define regulação da concorrência como um conjunto de políticas e leis que garantem que a concorrência no mercado não é restringida de forma a que se reduza o bem-estar social. Este tipo de regulação torna-se necessária, porque, mesmo em mercados que funcionam concorrencialmente, as forças de mercado poderiam não levar ao resultado eficiente, já que as empresas podem comportar-se estrategicamente, podem criar ou fortalecer posições dominantes, ou até monopólios, através de concentrações de empresas, ou podem efetuar ações que aumentem os lucros e reduzam o bem-estar social, como sejam atividades de conluio, ou comportamentos predatórios."

MORGADO, José A. e FERREIRA, Paulo (2021), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Rei dos Livros

[1] MOTTA, Massimo (2004), *Competition Policy: Theory and Practice*

As medidas de intervenção do Estado destinam-se a assegurar a **liberdade económica** dos agentes prevenindo comportamentos indevidos, defender as empresas pequenas das **posições dominantes**, promover a sustentabilidade e a **estabilidade política** e, sobretudo, promover o **bem-estar social**, especialmente dos compradores, que não dispõem das mesmas condições que os vendedores, para assegurar a proteção dos seus direitos.

Atividade 6

"A grande diferença entre regulação económica e política de concorrência gira em torno do contexto de aplicação de cada uma delas. A regulação económica aplica-se a setores onde as forças concorrenciais não funcionariam sem problemas [...]. A regulação económica tem uma atuação forte, continuada, a médio e longo prazo, regulando preços, escolhas de produtos, padrões de qualidade, etc. A política de concorrência aplica-se a setores onde as condições estruturais permitem a concorrência e pretende, genericamente, verificar a legalidade das ações das empresas, intervindo *ex post*[1], sancionando, se for caso disso, ou intervindo *ex ante*[2], condicionando comportamentos, como seja nas situações em que há fixação preventiva de concentração de empresas pela Autoridade da Concorrência, a entidade reguladora que tem por missão aplicar a Lei da Concorrência."

MORGADO, José A. e FERREIRA, Paulo (2021), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Rei dos Livros

[1] Intervenção após o facto ter ocorrido.

[2] Intervenção anterior à ocorrência do facto.

1 **Comenta o texto, tendo em atenção a diferença que existe entre a regulação económica e a política de concorrência.**

O setor financeiro foi uma das primeiras áreas onde Cabo Verde apostou na regulação, com o Banco de Cabo Verde a passar a assumir-se apenas como banco central e emissor, em 1993, deixando de acumular a função de banco comercial e implementando medidas de natureza prudencial. Em 2003, para fazer face à ausência de regulação independente no setor das infraestruturas, Cabo Verde aprovou o Regime Jurídico das Agências Reguladoras, tendo criado a Agência de Regulação Económica.

Documento 11

"**A ARE – Agência de Regulação Económica**

Criada em 2003, a Agência de Regulação Económica tem como principais atribuições, nos setores energia, água e transportes coletivos urbanos e marítimos de passageiros, as seguintes:

- Regular o acesso à atividade regulada nos termos previstos na lei;
- Garantir as condições que permitam satisfazer de forma eficiente a procura dos serviços dos setores regulados;
- Proteger o equilíbrio económico-financeiro das empresas reguladas;
- Garantir aos titulares de concessões e licenças as condições que lhes permitam cumprir as suas obrigações;
- Garantir as competentes obrigações de serviço público ou de serviço universal;
- Proteger os direitos e interesses dos consumidores, designadamente em matéria de preços, tarifas e qualidade do serviço prestado;
- Assegurar a objetividade das regras de regulação e a transparência das relações comerciais entre os operadores dos setores regulados e entre estes e os consumidores;
- Velar pela aplicação das leis fiscalização do seu cumprimento;
- Coordenar com a entidade competente a aplicação da lei da concorrência;
- Contribuir para a progressiva melhoria das condições económicas dos setores regulados, estimulando, nomeadamente, a adoção de práticas que promovam a utilização eficiente dos bens;
- Promover a informação e o esclarecimento dos consumidores, em coordenação com as entidades competentes.

Lima, João Renato/Agência de Regulação Económica (2008), *Conferência Regulação de energia na CPLP e constituição da associação de reguladores*, Cabo Verde, https://relop.org/wp-content/uploads/2021/12/Intervecao_ARE1.pdf [consult. 5 out 2024]

Manual Digital

Link
Ministério das Finanças

Atualmente, as principais entidades reguladoras independentes a atuar em Cabo Verde são:

- ARME – Agência Reguladora Multissetorial de Economia
- ARES – Agência Reguladora do Ensino Superior
- AAC – Agência de Aviação Civil
- ARC – Autoridade Reguladora para a Comunicação
- ARAP – Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas
- ERIS – Entidade Reguladora Independente da Saúde

Para mais informações, sugere-se a consulta do *site* do Ministério das Finanças.

Atividade 7

1 **Sugere-se a pesquisa de dados, criando um dossiê com informações sobre o papel das reguladoras em Cabo Verde, a regulação dos preços dos combustíveis, telecomunicações e outros produtos essenciais.**

Conceitos-chave

- Equilíbrio de mercado
- Ponto de equilíbrio
- Preço de equilíbrio
- Quantidade de equilíbrio
- Sistema de formação de preços
- Lei da oferta e da procura
- Excesso da procura
- Excesso da oferta
- Participação do Estado na formação de preços
- Preços mínimos
- Preços máximos
- Impostos
- Equidade social
- Eficiência de mercado
- Ótimo de Pareto
- Regulação económica
- Políticas da concorrência
- Entidades reguladoras

Síntese

- O **ponto de equilíbrio (E)** é o ponto que combina o **preço de equilíbrio (P_e)** e a **quantidade de equilíbrio (Q_e)**, e no qual se igualam, a um dado preço, as quantidades oferecidas e as quantidades procuradas de um bem.
- A **lei da oferta e da procura** representa a análise conjunta dos comportamentos da oferta e da procura num determinado mercado, permitindo compreender o funcionamento do mecanismo de formação de preços. Segundo esta lei, mantendo-se tudo o resto constante, o preço varia na mesma razão que a quantidade oferecida e na razão inversa da quantidade procurada.
- O **sistema de formação de preços no mercado** é um mecanismo dinâmico onde as intenções de compra e venda se ajustam em função das circunstâncias de cada momento, dando origem à formação de novos pontos de equilíbrio.
- Diz-se que há **excesso da procura** quando a quantidade procurada é superior à quantidade oferecida e diz-se que há excesso da oferta quando a quantidade oferecida é superior à quantidade procurada.

Resumo dos efeitos de alteração *ceteris paribus* da procura e da oferta

Situação	Sentido da deslocação	Alteração da quantidade	Alteração do preço
Aumento da procura	direita	aumenta	aumenta
Redução da procura	esquerda	diminui	diminui
Aumento da oferta	direita	aumenta	diminui
Redução da oferta	esquerda	diminui	aumenta

- As curvas da oferta também podem apresentar dois tipos de movimentos diferentes: **deslocações ao longo da curva** ou **deslocações da própria curva**.
- O **Estado também intervém na formação de preços**, nomeadamente, através da fixação de **preços máximos** e/ou **mínimos** nas áreas em que considera necessário intervir, atuando de forma a corrigir desequilíbrios e a garantir uma maior equidade social. Além disso, também influencia a formação de preços pela via da **implementação de impostos**, refletindo-se a incidência de impostos no preço dos bens.
- O equilíbrio de mercado geralmente traduz situações de máxima eficiência que geram excedente económico. Mas o mecanismo de mercado é um modelo que reflete a eficiência em sentido estritamente económico. A **eficiência no mercado** não conduz necessariamente à **equidade social**. A eficiência económica é um fenómeno independente da equidade social.

Síntese (cont.)

- "Um **ótimo**, no sentido de Pareto, é aquela posição em que não é possível melhorar em qualquer dimensão sem piorar noutra."
- A **regulação económica** tem um papel relevante no equilíbrio de forças entre a eficiência do mercado e a equidade social, estabelecendo regras para o funcionamento do mercado, de modo a garantir o bem-estar social.
- A intervenção do Estado também envolve a definição de **políticas de concorrência**, visando evitar atividades de conluio da parte das empresas, como a concorrência desleal, que podem representar abusos de posição dominante. As políticas de concorrência têm um âmbito um pouco mais restrito, servindo para regular a concorrência empresarial.

Ficha de trabalho 7

1 **Seleciona, em cada caso, a opção que consideras correta.**

1.1. Um aumento da oferta corresponde a

a) uma deslocação para a esquerda.

b) um movimento ao longo da curva da oferta.

c) uma deslocação da curva da oferta.

d) um aumento da quantidade de bens que os consumidores têm interesse em adquirir.

1.2. Em situações normais, quando aumenta o preço de um bem,

a) diminui a oferta desse bem.

b) aumenta a quantidade que os produtores desse bem estão dispostos a vender.

c) aumenta a quantidade desse bem que os compradores estão dispostos a comprar.

d) aumenta a procura desse bem.

1.3. Fala-se em excesso de oferta quando

a) a quantidade oferecida é inferior à quantidade procurada.

b) a quantidade oferecida é superior à quantidade procurada.

c) o preço dos bens aumenta.

d) o preço dos bens diminui.

2 **Completa os espaços em branco, utilizando algumas das expressões seguintes:**

oferta **procura** **oferta e da procura** **aumentam**

diminuem **aumenta** **diminui** **aumentando** **diminuindo**

Lei da _____:

Mantendo-se constantes os restantes fatores, as quantidades oferecidas de um bem _____ quando _____ o preço desse bem e _____ à medida que o preço vai _____.

Ficha de trabalho 7 (cont.)

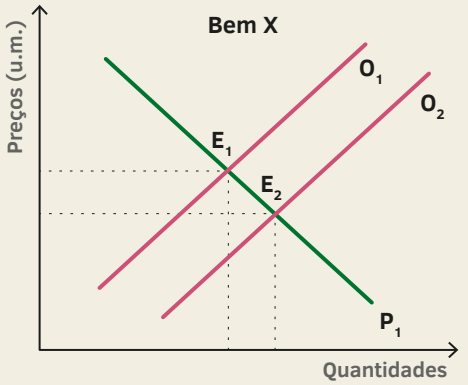
3 Analisa o gráfico seguinte relativo à oferta e à procura do bem X.

3.1. Indica o significado dos pontos E_1 e E_2.

3.2. Identifica as curvas da procura e da oferta que encontras no gráfico.

3.3. Apresenta uma das possíveis causas para a curva O_1 se ter deslocado para a direita (O_2).

3.4. Identifica no gráfico uma situação de deslocação ao longo da curva.



4 Lê o seguinte texto:

"O comportamento racional dos consumidores será resumido através da sua procura de mercado, enquanto o comportamento racional dos produtores será representado pela oferta de mercado. Assim, a procura de mercado será capaz de relacionar a quantidade ótima que os consumidores querem adquirir a um preço ou, inversamente, qual o preço máximo que pagariam para adquirir uma certa quantidade. A oferta de mercado será, por seu lado, capaz de relacionar a quantidade ótima a produzir dado um certo preço de venda ou, inversamente, qual o preço mínimo que os produtores estariam dispostos a receber para produzir uma certa quantidade."

MORGADO, José A. e FERREIRA, Paulo (2021), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Rei dos Livros

4.1. Explica sucintamente o papel do mecanismo de formação de preços relativamente à compatibilização da oferta e da procura.

4.2. Explicita o sentido das duas últimas afirmações do texto, atendendo à lei da oferta e da procura.

5 Lê atentamente o seguinte excerto.

"Um preço mínimo corresponde a um limite mínimo legal para o preço ao qual o bem pode ser transacionado. Neste caso, o preço praticado pode estar acima do preço mínimo definido, mas não abaixo dele. O objetivo da imposição de um preço mínimo é que o bem seja transacionado no mercado a um preço mais elevado do que seria se o mercado funcionasse normalmente, pelo livre confronto entre a oferta e a procura."

LOBO, Flora C. e ANDRADE, Carlos (2023), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Edições Sílabo

5.1. Refere o tipo de participação do Estado na formação de preços mencionada no texto, indicando outras formas de intervenção.

As estruturas de mercado 8

Objetivos de aprendizagem

- Apresentar a noção de estrutura de mercado.
- Identificar os pressupostos da existência de concorrência perfeita.
- Distinguir mercados de concorrência perfeita de mercados de concorrência imperfeita.
- Caracterizar as diferentes estruturas de mercado.
- Relacionar o conceito de poder de mercado com as diferentes formas de mercado.
- Reconhecer a condição de equilíbrio de cada forma de mercado.

8.1. Estrutura de mercado – diferentes aceções de mercado

Indagando um pouco, é quase certo que conseguiremos encontrar um mercado na maioria das cidades por onde passamos. Neste sentido, o mercado é visto como o local físico que serve de ponto de encontro entre os vendedores e os compradores de um certo tipo de bens. O mercado constitui, assim, o espaço físico ao qual se deslocam os agentes de ambas as partes com o objetivo de comercializar, entre si, os produtos que detêm ou que pretendem obter, mediante o pagamento de uma determinada quantia de moeda.

No entanto, o mercado nem sempre pode ser entendido apenas como um espaço físico no qual se estabelecem trocas. Existe uma grande variedade de significados para a palavra "mercado", nomeadamente, as seguintes expressões:

- mercado municipal;
- mercado africano;
- mercado de capitais;
- mercado de trabalho;
- estudo de mercado;
- quota de mercado, entre muitas outras.

Constata-se, então, que o conceito de mercado nem sempre corresponde a um local físico. Em determinados casos, o mercado pode ser associado ao tipo de bens que nele se transaciona, como o mercado automóvel ou o mercado do ouro. Por outro lado, também se associa este termo à natureza económica dos bens comercializados, como, por exemplo, quando se fala em mercado financeiro ou mercado imobiliário. Outras vezes, o mercado identifica-se segundo um critério geográfico, sucedendo isso sempre que nos referimos ao mercado de uma região específica, como o mercado nacional, o mercado asiático, o mercado intracomunitário, etc. Concluímos, portanto, que o conceito de mercado pode ser mais ou menos abstrato e ter múltiplos significados, podendo-lhe assim ser atribuídas inúmeras aceções.

Assim, o mercado representa o confronto entre as intenções de venda e as solicitações de compra, a partir do qual resulta a definição do preço dos produtos. Por isso, dizemos que o **mercado é o local, em sentido físico ou abstrato, onde a oferta e a procura de um bem se compatibilizam a um determinado preço**, conforme vimos no capítulo 5.

Documento 1

"O mercado pode ser definido como um espaço abstrato onde se encontram a procura e a oferta do conjunto dos agentes económicos, cujos objetivos contraditórios se harmonizam, temporariamente, tendo por base os preços e as respetivas quantidades de transação. Há um mercado para cada bem com uma oferta e uma procura específicas para esse mesmo bem."

SOUSA, Maria E.F. e GOMES, Orlando (2011), *Análise Económica*, Lisboa, Edições Sílabo

Atividade 1

"**Mercado de Exportação de Cabo Verde**
Pequeno Estado insular constituído por um arquipélago de dez ilhas, Cabo Verde beneficia da sua situação geográfica, no centro das importantes rotas comerciais que ligam África e Europa aos **mercados americanos**. Apresenta o PIB *per capita* mais elevado da África Ocidental, e a posição geoestratégica e a estabilidade económica, política e social diferenciam-no da maioria dos países africanos. Esta diferenciação positiva atraiu a ajuda externa ao desenvolvimento, as remessas dos emigrantes e o investimento privado dirigido, sobretudo, ao setor do turismo. A sua economia (exportadora, sobretudo, de pescado) depende dos contributos do turismo e das importações."

https://www.ccah.eu/internacionalizacao-ver?id=11 [consult. 21 out 2024]

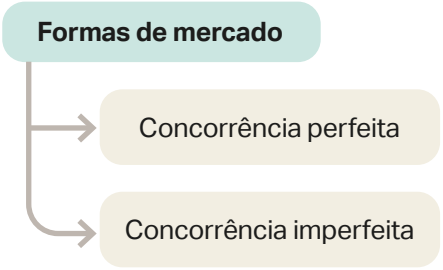
"O aumento do número de turistas corresponde a um aumento no valor dos imóveis. Os baixos impostos tornam o investimento no **mercado imobiliário** mais atrativo."

https://housingfinanceafrica.org/app/uploads/2020/12/2021-Cape-Verde_5.3.2021.pdf [consult. 21 out 2024]

1. Identifica os tipos de mercado referidos nos textos.
2. Explica porque se diz que o mercado pode existir mesmo que não corresponda a um espaço físico. Exemplifica, utilizando um dos casos anteriores.
3. Procura encontrar mais aceções da palavra mercado, além das que já foram referidas.

Uma **estrutura** (ou **forma**) **de mercado** representa o modo como se organizam e interagem os agentes de um mercado, nomeadamente, em termos de poder de influência sobre o mesmo. A estrutura de cada mercado depende do número de intervenientes e do modo como estes se relacionam, variando de acordo com o tipo de concorrência. A concorrência corresponde a uma situação de confronto entre vários indivíduos ou entidades que têm o mesmo objetivo: vender um certo tipo de bens e serviços a potenciais compradores.

Existe concorrência quando vários produtores pretendem vender o mesmo tipo de produtos a um determinado conjunto de pessoas ou instituições. A concorrência depende diretamente da relação entre o número de produtores e compradores que operam no mercado em cada momento. Genericamente, podemos classificar os mercados, quanto à sua estrutura, em duas formas diferentes: **mercados de concorrência perfeita** e **mercados de concorrência imperfeita** (que posteriormente iremos decompor).



8.2. Mercados de concorrência perfeita

O mercado de concorrência perfeita é uma estrutura de mercado em que a existência de um elevado número de vendedores e compradores faz com que nenhuma destas forças consiga influenciar significativamente o preço dos bens e serviços. Trata-se de uma representação teórica, composta por um conjunto de pressupostos que, na prática, é improvável verificarem-se em simultâneo. No entanto, embora corresponda a um conceito teórico, este modelo é importante porque serve como ponto de partida para a compreensão do funcionamento dos mercados reais de concorrência imperfeita.

Documento 2

"Os pressupostos do mercado de concorrência perfeita são as hipóteses em que assenta o funcionamento deste tipo de mercado. Tomadas em conjunto, permitem racionalizar porque é que cada empresa, tomada individualmente, tem um poder de mercado nulo."

LOBO, Flora C. e ANDRADE, Carlos (2023), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Edições Sílabo

Os pressupostos que têm de se verificar para confirmar a existência de um mercado de concorrência perfeita são:

- **Atomicidade do mercado:**
  Existência de um elevado número de unidades de oferta e de procura, sendo cada uma delas de reduzida dimensão, de modo a não poderem influenciar de forma significativa o mercado, especialmente o seu preço.

- **Homogeneidade dos produtos:**

  As características dos produtos transacionados no mercado são de tal forma semelhantes que, para o consumidor, é indiferente consumir uns ou outros.

- **Livre entrada no mercado:**

  Inexistência de obstáculos à entrada ou saída do mercado, podendo todos os seus participantes entrar ou sair livremente sem qualquer barreira. Assim, nenhuma empresa poderia ser impedida de entrar num mercado devido à interferência de outros concorrentes ou por motivos de existência de intervenção estatal.

Mercado de concorrência perfeita
Estrutura de mercado em que o elevado número de vendedores e compradores não permite uma influência significativa sobre os preços, observando-se, simultaneamente, os pressupostos:
– atomicidade do mercado;
– homogeneidade dos produtos;
– livre entrada no mercado;
– transparência perfeita do mercado;
– mobilidade dos fatores produtivos.

- **Transparência perfeita do mercado:**

  Os intervenientes no mercado devem poder dispor de livre acesso a todas as informações respeitantes ao mercado, nomeadamente, dados sobre os preços praticados pela concorrência e qualidade dos seus bens.

- **Mobilidade dos fatores produtivos:**

  Os fatores de produção devem poder ser deslocados de uma unidade produtiva para outra, de modo a ser possível estar em cada momento na unidade que proporcionar uma maior rentabilidade.

Documento 3

"**Concorrência perfeita como um caso ideal**
É desnecessário dizer que as condições para uma concorrência absolutamente perfeita são tão difíceis de alcançar como a obtenção, em Física, de um vácuo total. É possível aproximarmo-nos cada vez mais da perfeição, mas raramente é possível atingi-la. Todavia, este facto não tira utilidade ao nosso emprego deste conceito idealizado. Pouco interessa ao economista que os diferentes tipos de trigo impliquem ligeiros desvios dos preços cotados no mercado.
Também pouco importará, no caso das obrigações do tesouro, que elas sejam vendidas e compradas informalmente, por muitas empresas que concorrem entre si, em vez de o serem formalmente, num local centralizado.
Pelo contrário, o que é importante é que existam numerosos compradores e vendedores de cada lado, bem informados acerca da qualidade e dos preços praticados por outros concorrentes, não tendo qualquer razão para discriminar a favor de um comerciante em vez de outro, e não tendo também qualquer razão para esperar que as suas propostas individuais possam exercer um efeito apreciável sobre o preço prevalecente no mercado. A partir do momento em que tudo isto se verifique, pode-se esperar que o comportamento do preço e da quantidade seja muito semelhante ao previsto pelas nossas curvas da oferta e da procura."

SAMUELSON, Paul A. e NORDHAUS, William D. (1990), *Economia*, Lisboa, McGraw-Hill

Atividade 2

1. **Identifica no documento 3 um dos pressupostos para a existência de um mercado de concorrência perfeita.**
2. **Comenta a última frase do documento 3, explicando a necessidade de se estudar o mercado de concorrência perfeita, mesmo sendo este um modelo teórico.**

Facilmente se compreende que, exceto os casos onde há maior poder negocial (como quando os compradores são grandes empresas ou o Estado), na maioria das vezes, os consumidores não têm poder de influenciar os preços no mercado. Isso acontece, com mais frequência, do lado dos produtores. No entanto, em concorrência perfeita, dada a atomicidade do mercado, as empresas não têm capacidade de influenciar o preço praticado, sendo, por isso, **tomadoras do preço** (*price-takers*), isto é, ficam sujeitas ao preço que for estabelecido pelo mercado.

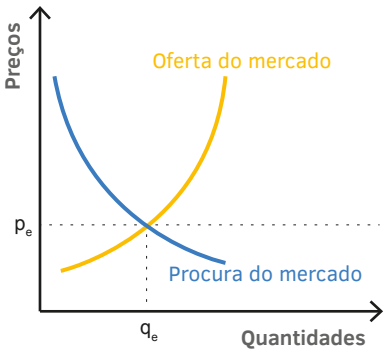
Tomadores do preço
Característica dos produtores dos mercados de concorrência perfeita, indicativa de que não têm capacidade de influenciar o preço no mercado devido à sua pequena dimensão.

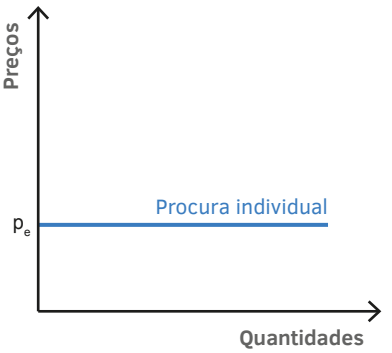
Documento 4

"O mercado de concorrência perfeita é um tipo de mercado em que existe uma ausência completa de concorrência entre as empresas. Em traços gerais, cada empresa, tomada individualmente, tem um poder de mercado nulo, isto é, não tem capacidade para influenciar o preço praticado no mercado. A empresa é assim, tomadora do preço (*price-taker*) de equilíbrio no mercado, para o qual a oferta e a procura de mercado são iguais. A decisão da empresa recai exclusivamente sobre o volume de produção que maximiza o lucro, dado o preço de equilíbrio de mercado."

LOBO, Flora C. e ANDRADE, Carlos (2023), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Edições Sílabo

A procura agregada do mercado apresenta a habitual curva com inclinação negativa, mas, em termos individuais, a procura de cada empresa é perfeitamente elástica, apresentando uma configuração horizontal, porque, como detém uma pequena quota de mercado, consegue vender tudo o que pretender ao preço de mercado.





Documento 5

"Os pressupostos do mercado de concorrência perfeita justificam o facto de a empresa ser *price-taker*. Isto significa que o preço é um dado para a empresa, pois esta não tem capacidade para o influenciar. O preço é o preço de equilíbrio (p_e) formado no mercado, resultante da transação entre a oferta de mercado e a procura de mercado. O preço de equilíbrio tenderá a manter-se enquanto as determinantes da oferta e/ou procura (que determinam as posições das curvas) não se alterarem. A *curva da procura dirigida a cada empresa individual é infinitamente elástica* para o preço de equilíbrio de mercado (p_e). Por um lado, a empresa não tem interesse em vender a um preço inferior ao estabelecido no mercado – dada a dimensão insignificante de cada empresa, pode vender qualquer quantidade ao preço de equilíbrio de mercado p_e. Por outro lado, a empresa não vende nada se praticar um preço superior ao estabelecido no mercado – dada a homogeneidade do produto e a perfeita informação no mercado, os consumidores optariam sempre por adquirir o bem às empresas que praticassem o preço de equilíbrio de mercado p_e."

LOBO, Flora C. e ANDRADE, Carlos (2023), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Edições Sílabo

A oferta agregada do mercado corresponde à soma das ofertas individuais dos produtores, que têm um comportamento diferente caso de trate de curto ou de longo prazo.

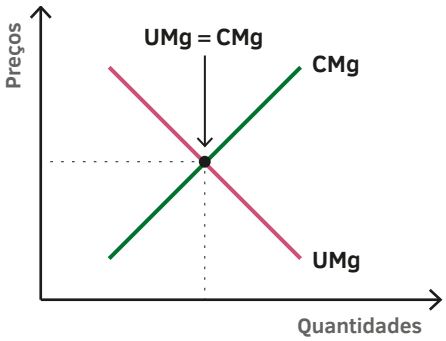
As decisões dos produtores acerca de quanto produzir implicam uma análise da relação custo/benefício de cada unidade adicional de bem. Os produtores terão interesse em vender mais unidades enquanto o benefício extra ultrapassar o custo adicional, isto é, até o preço igualar esse custo. A partir daí, deixam de ter benefício.

Documento 6

"Uma empresa num mercado concorrencial maximiza o seu lucro, quando a última unidade produzida lhe dá um benefício (receita marginal) que é igual ao custo (custo marginal). A particularidade desta situação é que o benefício marginal de uma empresa concorrencial é exatamente igual ao preço, dado que todas as unidades da empresa são vendidas ao mesmo valor, pelo facto de que a empresa não tem poder de mercado."

MORGADO, José A. e FERREIRA, Paulo (2021), *Princípios de Microeconomia*, Lisboa, Rei dos Livros

Num mercado de concorrência perfeita, a curva da procura corresponde ao somatório das utilidades marginais[1] (UMg) dos consumidores e a curva da oferta corresponde ao somatório dos custos marginais[2] (CMg) dos produtores.



Assim, a situação de equilíbrio representa o ponto ótimo em termos de **eficiência de mercado**, no qual a utilidade marginal é igual ao custo marginal, ou seja, quando os compradores adquirem bens até a respetiva utilidade marginal igualar o preço (que estão dispostos a pagar) e os vendedores oferecem bens até o custo marginal igualar o preço (pelo qual estão dispostos a vender).

Quando a utilidade marginal e o custo marginal não são iguais, os níveis de produção não são eficientes. Se o custo marginal for superior à utilidade marginal, o nível de produção a que os vendedores estarão interessados em oferecer será superior ao ponto de equilíbrio e, caso o custo marginal seja inferior à utilidade marginal, o nível de produção será inferior ao ponto de equilíbrio. O nível de produção eficiente que permite a **maximização** do lucro é o ponto em que o custo de uma unidade adicional – o custo marginal – é igual ao preço.

Documento 7

"O *lucro máximo ocorre com a produção em que o custo marginal é igual ao preço*. A razão que está subjacente a esta afirmação é a de que a empresa concorrencial pode sempre ter lucro adicional desde que o preço seja maior do que o custo marginal da última unidade. O lucro total atinge o seu pico – é maximizado – quando já não há qualquer lucro adicional que possa ser ganho com a venda de mais produto."

SAMUELSON, Paul A. e NORDHAUS, William D. (2012), *Economia*, Lisboa, McGraw-Hill

"Os excedentes do consumidor e do produtor são as ferramentas básicas utilizadas para estudar o bem-estar dos compradores e vendedores num mercado.

Excedente do consumidor = Valor para os compradores – Quantia paga pelos compradores

Excedente do produtor = Quantia recebida pelos vendedores – Custo para os vendedores

[1] Do ponto de vista do consumidor, o valor de um bem mede-se em função da sua utilidade, correspondendo a **utilidade marginal** à dose extra de satisfação (ou valor) que é obtida, cada vez que se consome uma unidade adicional de um bem, conforme vimos no capítulo 1.

[2] **Custo marginal** é o total de encargos acrescidos que é necessário suportar por cada unidade adicional produzida, que naturalmente influencia as decisões dos vendedores.

Somando os excedentes do consumidor e do produtor, temos:

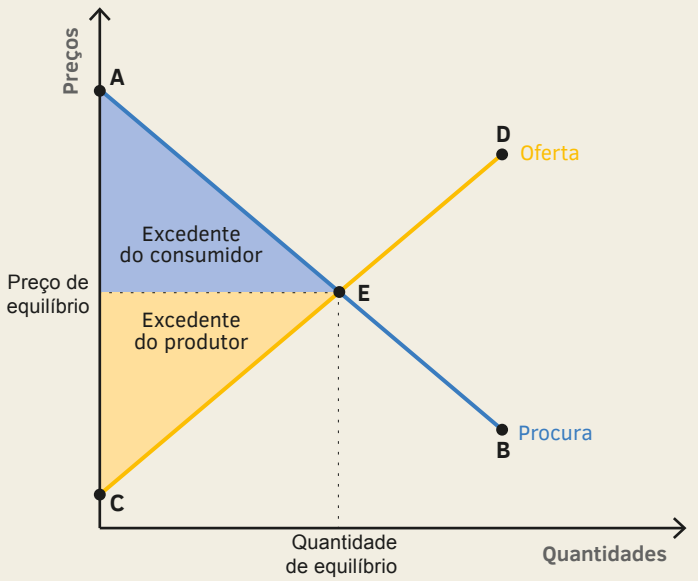
Excedente total = (Valor para os compradores – Quantia paga pelos compradores) +
+ (Quantia recebida pelos vendedores – Custo para os vendedores)

A quantia paga pelos compradores é igual à quantia recebida pelos vendedores, de modo que os dois termos médios da expressão se cancelam. Em consequência, podemos reescrever a expressão como:

Excedente total = Valor para os compradores – Custo para os vendedores

O excedente total num mercado é o valor total atribuído pelos compradores dos bens, medido pela sua disposição para pagar, menos os custos dos produtores que fornecem o bem.

Se uma alocação de recursos maximiza o excedente total, dizemos que essa alocação tem **eficiência**. Se uma alocação não é eficiente, então alguns dos ganhos de comércio entre compradores e vendedores não estão a ser realizados. Por exemplo, uma alocação é ineficiente se um bem não está a ser produzido pelos produtores com o custo mínimo. Neste caso, deslocar a produção de um produtor com custos altos para um produtor com custos menores reduzirá os custos totais e aumentará o excedente total. Da mesma forma, uma alocação é ineficiente se o bem não está a ser consumido pelos consumidores que lhe atribuem o maior valor. Neste caso, deslocar o consumo de um bem de um comprador com uma avaliação baixa para um consumidor com uma avaliação superior aumentará o excedente total."



Excedentes do consumidor e do produtor num mercado equilibrado

Excedente total – a soma dos excedentes do consumidor e do produtor – é a área entre as curvas da oferta e da procura até à quantidade de equilíbrio.

MANKIW, N. Gregory (2001), *Introdução à Economia*, Rio de Janeiro, Elsevier

Atividade 3

"**Eficiência de mercado**
A situação de concorrência perfeita é aquela em que o mercado funciona em pleno, visto que aí ninguém tem poder de influenciar o preço. É aí que o mercado, funcionando sem interferências de poderes particulares, atinge a situação ótima."

NEVES, João C. (2023), *Introdução à Economia* (12.ª edição), Cascais, Principia

1. Comenta o texto, tendo em atenção o conceito de eficiência de mercado.
2. Explica o que são agentes tomadores de preço.

8.3. Mercados de concorrência imperfeita

Mercado de concorrência imperfeita
Estrutura de mercado em que não se verificam os pressupostos dos modelos de concorrência perfeita, estando subjacente algum poder de influência sobre o mercado.

Conforme vimos anteriormente, o **mercado de concorrência perfeita** é um conceito, essencialmente teórico, que serve sobretudo como uma base de estudo, pois é muito difícil conseguir observar, em simultâneo, todos os pressupostos que se têm de verificar para existir uma situação de concorrência perfeita. Na realidade, o que encontramos com frequência são mercados de concorrência imperfeita, com um certo grau de influência sobre o mercado e nos quais não se verificam as condições de concorrência perfeita estudadas: atomicidade do mercado, homogeneidade dos produtos, livre entrada no mercado, transparência perfeita do mercado e mobilidade dos fatores produtivos.

Averiguando a presença da condição de **atomicidade**, podemos constatar que o número de intervenientes do mercado raramente é suficientemente elevado para não influenciar a oferta ou a procura de um bem e, em particular, o seu preço. Na realidade, existem empresas de grande dimensão que conseguem influenciar o preço dos produtos e a quantidade de bens oferecidos.

No que respeita à **homogeneidade dos produtos**, mesmo que os bens sejam muito semelhantes e se destinem a cumprir as mesmas funções, é muito difícil não haver qualquer elemento diferenciador entre eles. Normalmente, os consumidores atribuem características específicas aos produtos que os diferenciam, sendo uns preferidos em detrimento de outros. Por essa razão, a homogeneidade dos produtos também não é facilmente observável.

Quanto ao pressuposto da **livre entrada no mercado**, este nem sempre se verifica, pois é natural que as empresas que já estão a atuar no mercado há algum tempo, quer pela sua experiência, quer por já terem dado provas das suas capacidades, constituam um obstáculo a qualquer nova empresa que só agora vai entrar nesse mercado.

No que concerne à **transparência perfeita do mercado**, as informações nem sempre são disponibilizadas a todos os intervenientes do mesmo modo. Geralmente, quem domina o mercado tem mais acesso às informações sobre o mesmo.

A **mobilidade dos fatores produtivos** também é posta em causa por várias razões, como, por exemplo, as tecnologias usadas pelas diferentes empresas. Se uma empresa pretender deixar de produzir um bem para passar a produzir outro, que considera mais lucrativo, pode ter como obstáculo as diferentes tecnologias utilizadas nos dois processos de fabrico. Na realidade, mesmo que não haja impedimentos legais, pode haver razões de ordem prática, como o acréscimo de encargos, pois nem todos os fatores produtivos gozam de verdadeira mobilidade.

Documento 8

"O caso especial da concorrência perfeita é muito importante. Mas é apenas um caso. [...] A verdade dos factos é que o modelo concorrencial não permite representar fielmente muitas das realidades das indústrias modernas. O mundo real – tal como o conhecemos – contém misturas significativas de imperfeições monopolísticas, a par de elementos de concorrência.
Portanto, e de um modo geral, o mundo real insere-se no domínio da "concorrência imperfeita"; nele não existe nem concorrência perfeita nem monopólio perfeito."

SAMUELSON, Paul A. e NORDHAUS, William D. (1990), *Economia*, Lisboa, McGraw-Hill

Atividade 4

1. Comenta o último parágrafo do documento 8, explicando o conceito de concorrência imperfeita.
2. Explicita a dificuldade de se verificar na realidade o pressuposto da homogeneidade dos produtos.
3. Indica as principais razões pelas quais, na prática, não podemos observar uma verdadeira mobilidade dos fatores produtivos. Exemplifica.

Contrariamente ao que acontece num mercado de concorrência perfeita, em que as empresas são tomadoras do preço, numa estrutura de concorrência imperfeita, as empresas são **"fazedoras" do preço** (*price-makers*) devido à sua capacidade de influenciar os preços no mercado.

As principais **formas de mercado de concorrência imperfeita** que encontramos na realidade são o monopólio, o oligopólio e a concorrência monopolística. Em seguida, veremos cada uma destas estruturas de mercado constatando o poder de influência que têm sobre o mesmo.

"Fazedores" do preço
Característica dos produtores dos mercados de concorrência imperfeita associada à sua capacidade de influenciar o preço no mercado.

Concorrência imperfeita
- Monopólio
- Oligopólio
- Concorrência monopolística

8.3.1. Monopólio

No lado oposto à concorrência perfeita surge o **monopólio**, a estrutura de mercado composta por um só vendedor – o monopolista – que vende bens sem substitutos próximos a um grande número de compradores, detendo elevado **poder de mercado**, isto é, tem um elevado grau de influência sobre o preço e a produção num determinado setor de atividade.

Monopólio
Estrutura de mercado composta por apenas um vendedor, que exerce uma grande influência sobre o mercado.

Documento 9

"Num dos extremos do espectro concorrencial está o concorrente perfeito, que é uma empresa inserida numa multidão de empresas. No outro extremo está o **monopólio**, que consiste num único vendedor com o controlo total sobre um ramo de atividade. (A palavra vem das palavras gregas *mono* para "um" e *polist* para "vendedor"). Um monopolista é a única empresa a produzir no respetivo setor de atividade, não existindo outro setor a produzir um substituto próximo."

SAMUELSON, Paul A. e NORDHAUS, William D. (2012), *Economia*, Lisboa, McGraw-Hill

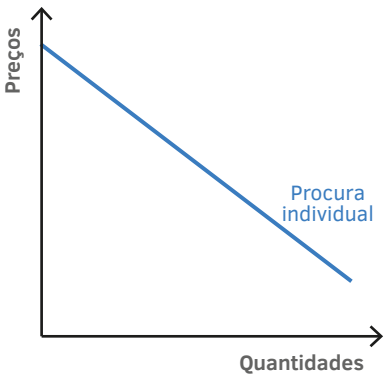
A entrada num mercado de monopólio é muito difícil devido a diversos entraves (ou barreiras). Podem existir obstáculos de natureza económica, nos casos em que é necessário um investimento de grande envergadura que envolva economias de escala, obstáculos de natureza legal, quando existem dispositivos legais que dificultam a entrada no mercado de novos produtores, como a intervenção estatal ou a posse de uma patente que garante exclusividade, ou obstáculos de natureza técnica, quando existem impedimentos relativos a questões práticas difíceis de contornar.

Documento 10

"Os verdadeiros monopólios hoje em dia são raros. A maior parte dos monopólios persiste devido a alguma forma de regulação ou proteção estatal. Por exemplo, a uma companhia farmacêutica que descobre um novo medicamento fantástico pode ser-lhe garantida uma patente que lhe dá o controlo monopolista sobre esse medicamento durante um certo número de anos. Outro exemplo importante de monopólio é o caso dos serviços locais concessionados, como a empresa que distribui água até à sua casa. Nestes casos existe de facto um único vendedor de um serviço sem substitutos próximos.

Mas mesmo os monopolistas têm de estar sempre a olhar à sua volta à procura de potenciais concorrentes. A companhia farmacêutica descobrirá que um rival produz um medicamento semelhante. [...] *No longo prazo, nenhum monopólio se encontra completamente livre de ser atacado por concorrentes*."

SAMUELSON, Paul A. e NORDHAUS, William D. (2012), *Economia*, Lisboa, McGraw-Hill



Enquanto a procura individual de uma empresa de concorrência perfeita apresenta uma configuração horizontal, a procura individual dirigida a uma empresa monopolista tem uma configuração decrescente igual à procura agregada de mercado, pois é a única a operar no mercado. Isso significa que, para um monopolista vender mais, terá de aceitar um preço inferior. Assim, qualquer alteração do nível de produção terá impacto sobre o preço.

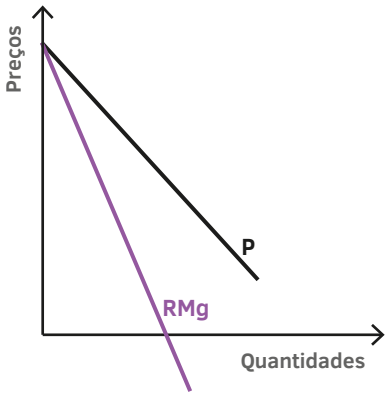
Documento 11

"A opinião comum afirma que o monopolista, *sendo o único produtor*, pode fazer o que quiser no mercado. Nós sabemos que isso não é verdade, pois o monopolista domina apenas um dos lados do mercado: a oferta. Em particular, se ele quiser marcar um preço muito alto, a procura reduz-se e ele pode mesmo perder dinheiro. Ou seja, o monopolista está restringido a *escolher um dos pontos da curva da procura dos consumidores*. Pode escolher o que quiser, mas não pode escolher um ponto fora dessa procura."

NEVES, João César (2023), *Introdução à Economia* (12.ª edição), Cascais, Principia

Neste caso, a oferta é inteiramente dominada por um só produtor, que exerce uma grande influência sobre o nível de preços e a quantidade de bens que vai abastecer o mercado. Os preços e a quantidade oferecida de bens são fixados em função da maximização do lucro, tendo em vista o maior retorno possível.

Dentro da curva da procura, o monopolista tem liberdade de escolher o nível de produção que deseja manter, mas a **receita marginal** (**RMg**), isto é, a receita que obtém por cada unidade adicional vendida, não será sempre igual, porque apesar de aumentar a receita total se vender mais unidades, à medida que aumentar a quantidade oferecida, o preço irá diminuir, havendo assim dois efeitos contraditórios. A receita marginal integra o resultado desses **dois efeitos**, situando-se, por isso, a sua curva sempre abaixo da curva da procura, conforme se pode observar no gráfico.

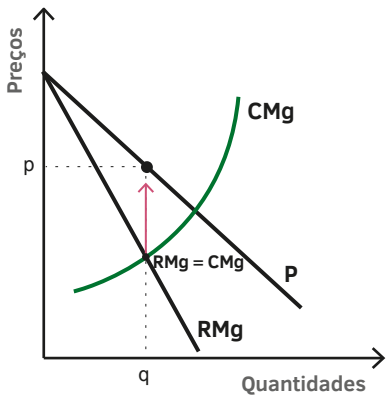


"Quando o monopólio aumenta a quantidade vendida, afeta de duas formas a receita total (*p* x *q*):

- ***Efeito-quantidade***: mais produtos são vendidos, portanto *q* é maior.
- ***Efeito-preço***: o preço cai, de modo que *p* é menor."

MANKIW, N. Gregory (2001), *Introdução à Economia*, Rio de Janeiro, Elsevier

Assim, contrariamente ao que acontece em concorrência perfeita, onde o preço é um dado, para **maximizar o lucro**, o monopolista necessita de ajustar o preço e a quantidade de modo a fazer corresponder a receita marginal ao custo marginal (**RMg = CMg**), isto é, descobrir o respetivo ponto na curva da procura, pois esse representa o nível ótimo do monopólio[3].



Neste caso, é necessário cruzar dados de três curvas: receita marginal, custo marginal e procura. Começa-se por determinar a quantidade procurada que faz igualar a receita marginal ao custo marginal, e em seguida, averigua-se na curva da procura o preço que os consumidores estão dispostos a pagar nesse nível de produção.

[3] No nível ótimo do monopólio o preço é superior à receita marginal, ao contrário da concorrência perfeita.

Documento 12

"A **condição de equilíbrio** continua a ser *receita marginal igual a custo marginal* e a razão para isto continua a ser que, se CMg não fosse igual a RMg, o lucro não seria máximo, visto que existiriam variações de quantidade que aumentariam o lucro.
Se a quantidade a oferecer é encontrada pela condição CMg = RMg, o preço que o monopolista pode receber por essa quantidade pode ser lido na curva da procura. É aí que se pode ver o que os consumidores estão dispostos a dar por essa quantidade. Note-se que, por esta razão, o monopolista não tem curva da oferta. Não existe uma curva que relacione p e q, mas sim três. Deste modo, no equilíbrio do monopolista, o preço é muito superior ao custo marginal. [...]
O equilíbrio, tal como na concorrência perfeita, encontra-se no ponto em que o ganho total de produzir mais uma unidade é exatamente igual ao custo dessa unidade. Apesar de o equilíbrio ser encontrado para o monopolista da mesma forma que para a concorrência perfeita, aqui existe um *lucro elevado*."

NEVES, João César (2023), *Introdução à Economia* (12.ª edição), Cascais, Principia

Atividade 5

"Uma empresa é um monopólio se for a única vendedora do seu produto e este produto não tiver substitutos próximos. A causa principal do monopólio está nas barreiras à entrada: um monopólio permanece como único vendedor num mercado porque as outras empresas não conseguem entrar no mercado e concorrer com ele. As barreiras à entrada, por sua vez, têm três origens:

- Um recurso-chave é propriedade de uma única empresa.
- O governo concede a uma única empresa o direito de produzir com exclusividade algum bem.
- Os custos de produção tornam um único produtor mais eficiente do que um grande número de produtores."

MANKIW, N. Gregory (2001), *Introdução à Economia*, Rio de Janeiro, Elsevier

1. Apresenta o conceito de monopólio, tendo em atenção o texto.
2. Explica em que consistem as barreiras à entrada mencionadas no texto.
3. Identifica a condição de equilíbrio de um monopólio.

8.3.2. Concorrência monopolística

A concorrência monopolística é uma estrutura de mercado que se aproxima do modelo de concorrência perfeita, excetuando o facto de, neste caso, os produtos apresentarem alguma diferenciação, que pode ser real ou, simplesmente, corresponder a uma perceção dos consumidores. Por outro lado, essa diferenciação confere-lhe algum poder de mercado (poder monopolista) relativamente aos seus produtos.

A **concorrência monopolística** caracteriza-se pela existência de um grande número de empresas que comercializam produtos do mesmo género, mas que, no entanto, se diferenciam uns dos outros pela marca, pela publicidade ou por qualquer outra característica específica que os distinga. O elemento que faz diferenciar os bens que se encontram à venda num mercado de concorrência monopolística é fundamental, pois esse é o fator que fideliza cada cliente a um certo tipo de produto.

Concorrência monopolística
Estrutura de mercado composta por muitas empresas que vendem produtos diferenciados com algum grau de substituibilidade.

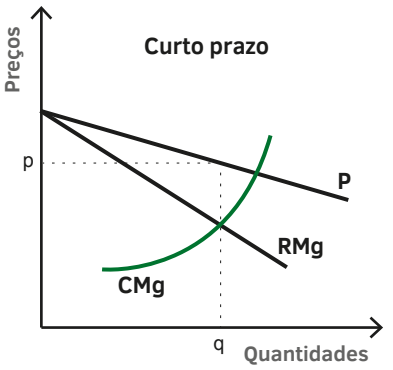
Documento 13

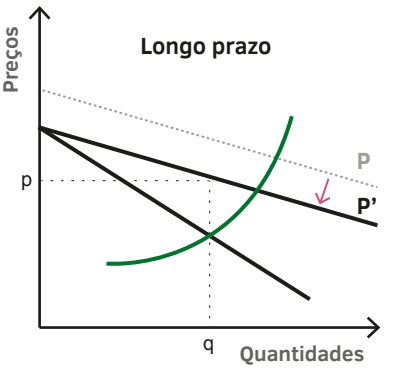
"**Concorrência monopolística: entrada livre na atividade**
Este caso parece-se muito com a concorrência perfeita: existem muitos compradores e vendedores, existe livre entrada e saída e cada empresa considera os preços dos concorrentes como dados. Qual é a diferença? No regime de concorrência monopolística os produtos são diferenciados."

SAMUELSON, Paul A. e NORDHAUS, William D. (1990), *Economia*, Lisboa, McGraw-Hill

Na concorrência monopolística existe algum controlo por parte dos vendedores sobre o preço dos bens, contudo, como não é um mercado de entrada difícil, as novas empresas conseguem aceder-lhe sem grandes obstáculos. Atualmente, esta forma de concorrência é muito frequente, levando as empresas a utilizar as mais variadas estratégias para conseguir criar um elemento diferenciador nos seus produtos e fazer com que os consumidores os escolham. Os mercados de refrigerantes, de champôs ou de detergentes são alguns exemplos de concorrência monopolística.

No **curto prazo**, verifica-se um comportamento semelhante ao de um monopólio, com o concorrente monopolista a atuar como um monopolista, mas, sendo um produto lucrativo, outras empresas procurarão entrar no mercado, pressionando a procura, fazendo-a deslocar para baixo (P') até a uma situação de lucro nulo – condição de equilíbrio de **longo prazo**.





Documento 14

"Ilustrando graficamente veem-se as semelhanças entre este mercado e os casos extremos do monopólio e da concorrência perfeita. No curto prazo, a empresa comporta-se exatamente como o monopolista. Na verdade, a situação objetiva é igual à de um monopolista, sendo ela a única empresa a produzir o seu tipo de produto. O que é radicalmente diferente é o facto de existirem outras empresas que, produzindo produtos diferentes, exercem, no entanto, pressão sobre o mercado do mesmo bem. Essa pressão revela-se num esforço para captar consumidores que se manifesta por *uma descida da curva da procura disponível* para esse «monopolista» em particular.
Esta pressão vai exercer-se enquanto existir lucro na empresa, ou seja, enquanto houver incentivo para entrarem novas variantes ou marcas no mercado. Assim, só se está em equilíbrio de longo prazo numa situação de lucro nulo."

NEVES, João César (2023), *Introdução à Economia* (12.ª edição), Cascais, Principia

Atividade 6

"Claro que cada tipo de vinho ou de pasta dentífrica tem diferenças próprias face aos seus congéneres, o que faz dele um monopólio; mas, se o seu preço for muito distante do praticado pelos outros, os consumidores mudariam de escolha, o que significa que os monopólios estão em concorrência.
Como no bem que produz é um *monopólio*, a empresa vai comportar-se como tal. Mas, ao contrário do monopolista, e tal como na concorrência perfeita, se ela tem lucro, outras empresas vão entrar no mercado e produzir bens parecidos. Esse facto vai reduzindo a procura do bem da empresa, o que vai esgotando o seu lucro."

NEVES, João César (2023), *Introdução à Economia* (12.ª edição), Cascais, Principia

1 **Indica os principais aspetos que caracterizam um mercado de concorrência monopolística.**

8.3.3. Oligopólios

Oligopólio
Estrutura de mercado composta por poucas empresas, que vendem produtos semelhantes.

O **oligopólio** é a situação de mercado em que um reduzido número de grandes empresas comercializa produtos a um grande número de compradores. Trata-se de um pequeno número de empresas a controlar a maioria do mercado. Geralmente, os oligopolistas que atuam num dado mercado funcionam de forma semelhante relativamente às decisões de abastecimento, pelo que o seu controlo conjunto tem um grande impacto no mercado, permitindo-lhes dominar os preços. Habitualmente, existe interdependência nas suas decisões, nomeadamente no que diz respeito à fixação dos preços de venda. Existem situações em que os oligopolistas se associam, formando um cartel, um acordo relativo a um objetivo comum, como, por exemplo, a eliminação da concorrência através da determinação das quantidades a oferecer no mercado ou deliberação de preços de venda.

Documento 15

"**Oligopólio**
Forma de mercado em que um pequeno número de empresas controla grande parte do mercado de um ramo económico ou produto. É uma situação de concorrência imperfeita em que um número pequeno de empresas domina o mercado, onde os produtos podem ser homogéneos ou diferenciados, com barreiras à entrada de novas empresas."

SOARES, José Carlos (2008), *Dicionário de Economia*, Lisboa, Plátano Editora

A concorrência entre oligopolistas faz-se sobretudo através da oferta de serviços de pós-venda, da entrega de garantias adicionais e de outros fatores extra, de modo a tornar os produtos mais apelativos do que os dos concorrentes. Neste tipo de concorrência, o acesso de novas empresas ao mercado é muito difícil, pois as empresas já existentes são rivais de grande dimensão e de forte implantação. Por vezes, os oligopólios são compostos por apenas dois intervenientes (duopólios), como acontece, por exemplo, no setor de combustível cabo-verdiano, com as empresas Vivo Energy e Enacol.

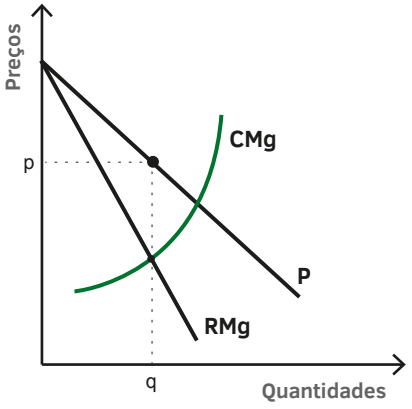
O comportamento das empresas é um aspeto muito importante num mercado de oligopólio. Como são poucas empresas a operar no mercado, cada uma sabe como atuam as outras e como reagem, interagindo, geralmente, de **forma estratégica** – nisso consiste a teoria dos jogos. A estratégia de atuação de cada empresa leva em consideração o comportamento das empresas concorrentes. Nesse jogo complexo, não importa apenas o agente refletir sobre o que pretende fazer, também necessita de perceber o que querem as outras empresas e que reações esperam de si.

Sugestão:
Realiza uma dinâmica de grupo com os teus colegas que simule uma situação de interação estratégica entre dois oligopolistas.

Documento 16

"**A teoria dos jogos** é o estudo do comportamento das pessoas em situações estratégicas. Por "estratégica" queremos definir uma situação em que cada pessoa, ao decidir que ações empreender, tem de levar em consideração como os outros responderiam a tal situação. Como o número de empresas num mercado oligopolista é pequeno, cada empresa tem de agir estrategicamente. Cada empresa sabe que o seu lucro depende não apenas da sua produção, mas também da produção das demais empresas. Ao tomar as suas decisões de produção, cada uma das empresas do oligopólio deverá levar em consideração o modo pelo qual a sua decisão afeta a produção de todas as outras empresas."

MANKIW, N. Gregory (2001), *Introdução à Economia*, Rio de Janeiro, Elsevier



Num oligopólio, quando as empresas atuam estrategicamente, estabelecem o preço que maximiza o seu lucro conjunto, definindo o respetivo nível de produção. Assim, o gráfico de um oligopólio **assemelha-se ao de um monopólio**.

A regulação da concorrência é essencial para prevenir comportamentos indevidos e combater posições de conluio empresarial que possam constituir situações de abuso de posição dominante, conforme vimos anteriormente.

Atividade 7

"**Oligopólio**
Esta palavra significa «poucos vendedores». Um oligopolista pode ser um dos poucos vendedores que produzem um produto idêntico (ou quase). Assim, se o aço de A, que abastece uma área, é muito semelhante ao de B, então, a menor redução nos preços de B fará com que os consumidores abandonem A e passem a comprar B. Nem A nem B poderão chamar-se monopolistas. Contudo, se o número de vendedores for pequeno, cada um deles pode ter um efeito considerável sobre o preço de mercado."

SAMUELSON, Paul A. e NORDHAUS, William D. (1990), *Economia*, Lisboa, McGraw-Hill

1 **Caracteriza o conceito de oligopólio, quanto aos seus principais aspetos.**

A seguir, apresenta-se um quadro com o resumo das características principais de cada uma das formas de mercado analisadas.

Características dos principais tipos de mercado

Caraterísticas / Tipos	Número de vendedores	Número de compradores	Grau de concorrência	Tipo de produto	Influência no preço
Concorrência perfeita	Muito elevado	Muito elevado	Elevado	Produtos homogéneos	Sem influência
Monopólio	Um	Elevado	Nulo	Produtos exclusivos	Muito elevada
Concorrência monopolística	Elevado	Elevado	Médio	Produtos diferenciados	Reduzida
Oligopólio	Reduzido	Elevado	Elevado	Produtos homogéneos ou diferenciados	Intermédia

Conceitos-chave

- Concorrência perfeita
- Concorrência imperfeita
- Atomicidade do mercado
- Homogeneidade dos produtos
- Livre entrada no mercado
- Transparência do mercado
- Mobilidade dos fatores produtivos
- Tomadores de preço
- "Fazedores" de preço
- Poder de mercado
- Utilidade marginal
- Custo marginal
- Receita marginal
- Condição de equilíbrio
- Monopólio
- Concorrência monopolística
- Oligopólio
- Teoria dos jogos

Síntese

- A **estrutura** (ou **forma**) **de mercado** representa o modo como se organizam e interagem os agentes de um mercado, nomeadamente, em termos de poder de influência sobre o mesmo. Genericamente, os mercados classificam-se de duas formas: mercados de concorrência perfeita e de concorrência imperfeita.
- Um **mercado de concorrência perfeita** é um modelo essencialmente teórico caracterizado pela existência de um conjunto de pressupostos que impedem o exercício de uma influência significativa por parte de qualquer interveniente do mercado. Esses **pressupostos** são a **atomicidade**, a **livre entrada** e a **total transparência do mercado**, a **homogeneidade dos produtos** e a **mobilidade dos fatores produtivos**.
- Em concorrência perfeita, dada a atomicidade do mercado, as empresas não têm capacidade de influenciar o preço praticado, sendo, por isso, **tomadoras do preço** (*price-takers*).
- O nível de produção eficiente que permite a **maximização do lucro** de uma empresa concorrencial ocorre quando o custo marginal é igual ao preço.
- O **mercado de concorrência imperfeita** corresponde à situação comum de mercado, caraterizada pela não observância, em simultâneo, de todos os pressupostos dos mercados de concorrência perfeita. Existe, neste caso, algum poder de influência sobre o mercado – as empresas são "**fazedoras**" **de preços** (*price-makers*).
- As principais **formas de mercado de concorrência imperfeita** que existem na prática são o monopólio, a concorrência monopolística e o oligopólio.
- O **monopólio** é uma forma de mercado em que um só vendedor, denominado monopolista, comercializa bens a muitos compradores, detendo um elevado **poder de mercado**.
- Dentro da curva da procura, o monopolista tem liberdade de escolher o nível de produção que deseja manter, mas a receita marginal não será sempre igual, apresentando efeitos contraditórios (preço/quantidade). Para **maximizar o lucro**, o monopolista necessita de ajustar o preço e a quantidade de modo a manter a igualdade entre a receita marginal e o custo marginal – condição de equilíbrio.
- A **concorrência monopolística** é uma forma de mercado situada entre a concorrência perfeita e o monopólio, em que existe um elevado conjunto de empresas a comercializar produtos semelhantes, mas que contêm elementos diferenciadores, como a marca ou a publicidade.

- No **curto prazo**, apresenta um comportamento semelhante ao de um monopólio, mas, a **longo prazo**, outras empresas procurarão entrar no mercado, pressionando a procura, que se deslocará para baixo até a uma situação de lucro nulo – condição de equilíbrio.
- O **oligopólio** é uma forma de mercado em que um número reduzido de empresas, de grande dimensão, comercializa produtos a um conjunto grande de compradores, controlando a maioria do mercado.
- O comportamento das empresas (**teoria dos jogos**) é um aspeto muito importante num mercado de oligopólio, pois quando as empresas atuam estrategicamente estabelecem o preço que **maximiza o seu lucro** conjunto, definindo o respetivo nível de produção. Assim, o gráfico de um oligopólio **assemelha-se ao de um monopólio**.
- A **regulação da concorrência** é essencial para prevenir comportamentos indevidos e combater posições de conluio empresarial que possam constituir situações de abuso de posição dominante.

Ficha de trabalho 8

1 **Seleciona, em cada caso, a opção que consideras correta.**

1.1. Consideram-se pressupostos da concorrência perfeita a

a) transparência do mercado e a heterogeneidade dos produtos.

b) atomicidade do mercado e a homogeneidade dos produtos.

c) intervenção estatal na atividade económica e a mobilidade dos fatores produtivos.

d) mobilidade dos recursos humanos e a heterogeneidade dos produtos.

1.2. Quando a oferta é inteiramente dominada por um só produtor que exerce uma grande influência sobre o nível de preços e a quantidade de bens que abastece o mercado, diz-se que há

a) concorrência perfeita.

b) concorrência monopolística.

c) oligopólio.

d) monopólio.

1.3. A forma de mercado que se caracteriza pela existência de um pequeno grupo de produtores, com elevada dimensão, designa-se

a) monopólio.

b) concorrência perfeita.

c) oligopólio.

d) concorrência monopolística.

2 **"O mercado pode ser definido como um espaço abstrato onde se encontram a procura e a oferta do conjunto dos agentes económicos, cujos objetivos contraditórios se harmonizam, temporariamente, tendo por base os preços e as respetivas quantidades de transação. Há um mercado para cada bem com uma oferta e uma procura específicas para esse mesmo bem."**

SOUSA, Maria E.F. e GOMES, Orlando (2011), *Análise Económica*, Lisboa, Edições Sílabo

2.1. Apresenta diferentes aceções do conceito de mercado.

3 **Lê atentamente o texto seguinte.**

"A situação de concorrência perfeita define-se quando existem muitos produtores e consumidores, todos pequenos. Consequentemente, nenhum deles pode influenciar o mercado e, assim, todos tomam o preço como um dado."

NEVES, João César (2007), *Introdução à Economia*, Lisboa, Editorial Verbo

3.1. Comenta o excerto, tendo em atenção o conceito de concorrência perfeita.

3.2. Identifica o pressuposto da existência de concorrência perfeita que está patente no excerto.

3.3. Expõe os restantes pressupostos para a existência de um mercado de concorrência perfeita.

4 **Um grande número de empresas comercializa bens diferenciados a um grande número de consumidores.**

4.1. Caracteriza o tipo de mercado a que se refere a afirmação anterior.

5 **"Atualmente, a maioria das estruturas de mercado situa-se algures entre a concorrência perfeita e o monopólio puro. Em concorrência imperfeita, uma empresa possui algum controlo sobre o seu preço, como se prova com a curva de procura da sua produção com inclinação negativa."**

SAMUELSON, Paul A. e NORDHAUS, William D. (2012), *Economia*, Lisboa, McGraw-Hill

5.1. Explicita o sentido da afirmação destacada, tendo em atenção o conceito de poder de mercado.

6 **"No mercado de oligopólio as empresas enfrentam duas forças opostas:**

- Uma que as leva a acordarem de forma a juntamente maximizarem os lucros globais, estabelecendo um preço similar ao do monopólio;
- A segunda força resulta de as empresas terem diferentes interesses e cada uma procurar maximizar o seu próprio lucro, o que as leva a competirem e a quebrarem os acordos ou a não os fazerem."

DONÁRIO, Arlindo A. e SANTOS, Ricardo B. (2022), *Economia, com Destaque para a Microeconomia – Uma Visão Crítica*, Lisboa, Edições Sílabo

6.1. Justifica a necessidade de haver regulação da concorrência no combate às práticas de abuso de posição dominante.

9 Falhas de mercado e intervenção estatal

Objetivos de aprendizagem

- Descrever as principais falhas de mercado.
- Compreender as características dos bens públicos.
- Reconhecer externalidades ambientais.
- Identificar o papel do Estado na correção das falhas de mercado.
- Reconhecer os principais instrumentos de intervenção estatal.

9.1. Falhas de mercado e o papel do Estado

Documento 1

"Quando se discute o papel do Estado, considera-se normalmente que as regras de tráfico são por ele fixadas. Mas quais são as funções económicas específicas do Estado? Existem três: eficiência, equidade e estabilidade. As ações públicas relacionadas com a eficiência constituem tentativas de corrigir falhas de mercado como o monopólio.

Os programas públicos para promover a equidade recorrem a técnicas como a redistribuição de rendimentos, que refletem as preocupações da sociedade relativamente aos pobres e às pessoas sem perspetivas de futuro. A política de estabilização tenta reduzir as flutuações do ciclo económico, reduzindo o desemprego e a inflação e promovendo o crescimento económico."

SAMUELSON, Paul A. e NORDHAUS, William D. (1990), *Economia*, Lisboa, McGraw-Hill

O papel do Estado foi evoluindo ao longo dos tempos. Atualmente, vivemos numa era em que a atuação do Estado visa, essencialmente, garantir três objetivos fundamentais: equidade, estabilidade e eficiência.

Quanto à equidade, o Estado procura assegurar a todos os cidadãos o **acesso aos bens e serviços essenciais** e a **condições de vida dignas**.

A racionalidade económica não é sinónimo de justiça distributiva, pois a repartição primária dos rendimentos resulta do mecanismo de mercado, por vezes, gerador de desigualdades que o Estado procura minimizar através da redistribuição do rendimento. Para corrigir essas situações, o Estado intervém cobrando, a quem tem fontes de rendimento, impostos e outras contribuições que se destinam a auxiliar os mais carenciados através da entrega de prestações sociais como subsídios e pensões.

A estabilidade é outro grande objetivo do Estado. Este objetivo deriva do funcionamento do sistema de mercado com as suas regras de concorrência que, por um lado, permitem o desenvolvimento, mas, por outro, são geradoras de alguma insegurança e,

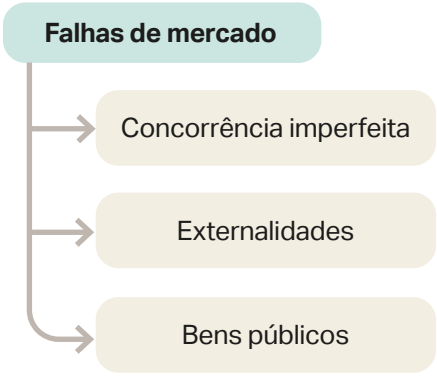
consequentemente, de instabilidade. Assim, o Estado procura assegurar **estabilidade económica e social**, controlando em matéria de Contabilidade Nacional as variáveis que podem ser mais instáveis e que podem gerar aumento da inflação, do desemprego ou do défice externo.

No que respeita à eficiência, o Estado atua de modo a garantir a **melhor utilização dos recursos disponíveis**, incentivando a sua racionalização e promovendo um desenvolvimento sustentável. Geralmente, as escolhas dos agentes são feitas em função do mecanismo de mercado, que tenta compatibilizar a todo o momento a oferta e a procura de bens e serviços.

No entanto, como já vimos, o mecanismo de mercado não é capaz de solucionar todos os problemas de uma economia, devido à existência de falhas de mercado, tornando-se necessária a intervenção do Estado, para corrigir essas falhas.

As **falhas de mercado** correspondem então às situações em que o mecanismo de mercado não é capaz de responder de forma eficiente, sendo três as principais falhas apontadas: a concorrência imperfeita, as externalidades e os bens públicos.

Ao longo deste capítulo, iremos analisar as principais falhas de mercado e a resposta do Estado, isto é, o modo como as procura corrigir.



Falhas de mercado
Situações em que o mecanismo de mercado não é capaz de responder de forma eficiente.

Atividade 1

"A existência de falhas de mercado constitui uma forte argumentação para a regulação pública de determinados setores da economia, pois quanto mais relevantes são essas falhas, menor é a manifestação da concorrência, propiciando, deste modo, um desempenho insatisfatório em termos de preço, qualidade, acesso, variedade e quantidade dos serviços ou produtos oferecidos."

https://www.eris.cv/index.php/setor-farmaceutico/regulacao-economica [consult. 11 nov 2024]

1. **Comenta o texto, explicando o que entendes por falha de mercado.**
2. **Explica a necessidade de intervenção do Estado nos casos em que se verificam ineficiências do mercado.**

9.1.1. Concorrência imperfeita

Na maioria das estruturas de mercado reais o que existe é concorrência imperfeita, sendo as suas principais formas a concorrência monopolística, o oligopólio e o monopólio. A **concorrência imperfeita** constitui uma falha de mercado na medida em que corresponde a uma situação em que um ou mais produtores detêm poder de mercado, o que lhes permite exercer uma influência direta sobre o preço dos bens, como acontece por exemplo nos monopólios.

A **concorrência imperfeita** constitui uma **falha de mercado**, por representar uma situação em que um ou mais produtores detêm poder de influenciar o mercado.

O Estado deve intervir quando o mercado não funciona de modo eficiente, nomeadamente, limitando possíveis abusos das grandes empresas através da criação de políticas *antitrust* e da adoção de práticas facilitadoras da concorrência.

Antitrust
Regras de concorrência aplicáveis aos acordos e práticas comerciais que restringem a concorrência e que proíbem os abusos de posição dominante.

As políticas ***antitrust*** visam impedir a formação de monopólios e proibir as práticas que levantam obstáculos ao funcionamento da concorrência, como os acordos relativos à fixação de preços ou à divisão de territórios. As políticas de defesa da concorrência visam o controlo de operações em que há excessiva concentração empresarial de forma a assegurar o correto funcionamento do mercado.

Abuso de posição dominante
Comportamento de uma empresa em posição dominante que mantém ou reforça a sua posição no mercado recorrendo a práticas comerciais que restringem a concorrência.

O Estado deve regular a atividade económica, criando leis que lhe permitam restringir o poder de mercado das empresas e impedir **abusos de posições dominantes**.

Atividade 2

"O caso especial da concorrência perfeita é muito importante. Mas é apenas um caso. Sendo assim, porque é que os economistas lhe prestam tanta atenção? Principalmente por duas razões.
Primeiro, os mercados perfeitamente concorrenciais têm significativas propriedades de eficiência – sob determinadas condições limitadas, a concorrência perfeita permite atingir a eficiência na afetação de recursos, retirando a maior satisfação a partir dos recursos limitados à disposição da sociedade.
Em segundo lugar, as economias concorrenciais são relativamente fáceis de analisar e compreender. Mas não podemos parar aqui a nossa análise dos mercados concorrenciais. A verdade dos factos é que o modelo concorrencial não permite representar

fielmente muitas das realidades das indústrias modernas. O mundo real – tal como o conhecemos – contém misturas significativas de imperfeições monopolísticas, a par de elementos de concorrência.
Portanto, e de um modo geral, o mundo real insere-se no domínio da "concorrência imperfeita"; nele não existe nem concorrência perfeita nem monopólio perfeito."

SAMUELSON, Paul A. e NORDHAUS, William D. (1990), *Economia*, Lisboa, McGraw-Hill

1 **Apresenta uma noção de concorrência imperfeita, explicando a razão pela qual se considera uma falha de mercado.**

9.1.2. Bens públicos

Também se consideram falhas de mercado os **bens públicos**, que correspondem a ineficiências do mercado que o Estado procura corrigir. Ao satisfazer as necessidades coletivas, o Estado tem a seu cargo a produção de determinados bens e serviços que a iniciativa privada não pode oferecer devido à necessidade de serem oferecidos por uma entidade isenta, como o caso da justiça, ou por não ter interesse na sua produção. Geralmente, a produção destes bens e serviços não é apelativa para a iniciativa privada, porque, além de poder implicar um grande investimento, o seu preço de venda pode não ser suficientemente lucrativo.

Bem público
Bem cujos benefícios não podem ser negados a nenhum indivíduo de uma determinada população e que serve para o desfrute de todos, independentemente de o desejarem ou não.

Para uma melhor compreensão, primeiro convém conhecer duas características básicas dos bens: **rivalidade** e **exclusividade**.

- A rivalidade é uma característica dos bens cuja respetiva quantidade disponível vai diminuindo à medida que estes vão sendo consumidos. Um bem diz-se **rival** quando o seu consumo leva a uma diminuição da quantidade disponível para utilizações futuras, podendo eventualmente esgotar-se. Um bem diz-se **não rival** na situação oposta, isto é, quando o seu consumo não faz diminuir a possibilidade de utilização por parte de outros agentes.
- A exclusividade é uma característica relacionada com os direitos de propriedade sobre os bens. Os bens dizem-se **exclusivos** quando há um impedimento ao seu livre acesso, estando estes disponíveis apenas para quem detém a sua propriedade. Os bens dizem-se **não exclusivos** quando a sua utilização não é vedada a quem não detém a sua propriedade, ou seja, não pertencem exclusivamente a uma pessoa ou entidade.

  Vejamos então o que são os bens públicos.

Os bens públicos são bens que gozam das características de não rivalidade e não exclusividade. Os bens públicos dizem-se **não rivais** porque a sua utilização não diminui a possibilidade de outros os utilizarem e dizem-se **não exclusivos** porque a sua utilização não está vedada àqueles que não detêm a sua propriedade. Observe-se o exemplo de um jardim público com os seus bancos, passeios, candeeiros e bebedouros.

Neste caso, é fácil constatar que, por um lado, pelo facto de alguém frequentar esse jardim, isso não impede que outras pessoas o possam fazer também (não rivalidade) e, por outro lado, não é necessário deter a propriedade do jardim para o frequentar, podendo-o fazer qualquer cidadão (não exclusividade).

Documento 2

"**Bens públicos**

As duas características dos bens públicos são a "não-rivalidade de consumo" e a "impossibilidade de exclusão". Não-rivalidade significa que o consumo de um bem por uma pessoa não perturba o consumo do mesmo bem por outra. Uma maçã tem rivalidade de consumo, porque, se eu a comer, mais ninguém poderá comê-la. Mas um filme no cinema ou uma aula na escola não têm rivalidade, porque o facto de uma pessoa assistir não impede outras de participarem igualmente. Mas no cinema e na escola o bem não é público, porque há possibilidade de exclusão, só podendo entrar na sala quem pague bilhete ou [estiver inscrito].

Estes produtos ou serviços especiais são bens de que, embora não sendo grátis, num sistema de mercado todos podem usufruir sem pagar, pois não existe modo de o mercado cobrar o seu custo. A defesa nacional, os jardins públicos, as estradas, a rádio ou a televisão de sinal aberto são bens de que todos gozamos sem pagar."

NEVES, João César (2023), *Introdução à Economia* (12.ª edição), Cascais, Principia

Atividade 3

"Até numa economia de mercado que funcione bem, há áreas em que os mercados falham. Um exemplo importante de falha de mercado é o fornecimento de bens públicos – bens que são gratuitos para todos ou podem ser usados mesmo por quem não paga por eles. É difícil uma empresa privada ou uma pessoa ter lucro ao fornecer esses bens."

Vários autores (2019), *O Livro da Economia*, Lisboa, Marcador Editora

1. **Comenta o texto, tendo em atenção o conceito de bens públicos.**
2. **Apresenta as principais características dos bens públicos.**

Os faróis são bens públicos que não podem ser tirados de quem não paga por eles e são usados por muita gente ao mesmo tempo. São invariavelmente fornecidos a todos.

9.1.3. Externalidades

As externalidades (em particular, as de sentido negativo) constituem outro tipo de falhas de mercado que o Estado procura corrigir. As **externalidades** caracterizam-se como custos ou benefícios que as entidades coletivas ou individuais impõem aos outros, sem que estes sejam indemnizados ou efetuem o respetivo pagamento.

Externalidades
Conjunto de efeitos que a atividade produtiva exerce sobre terceiros e que podem ser de carácter benéfico (positivas) ou prejudicial (negativas).

Trata-se de efeitos derivados da produção ou do consumo de bens e serviços, que podem ser benéficos ou prejudiciais, e que se repercutem positiva ou negativamente sobre terceiros, como, por exemplo, a melhoria da esperança média de vida proporcionada pela descoberta de novos medicamentos na indústria farmacêutica ou a poluição dos rios resultante das descargas de resíduos tóxicos e lixos das empresas.

As externalidades podem ser classificadas como **positivas** ou **negativas** conforme correspondem, respetivamente, a benefícios ou a custos que recaem sobre terceiros. O Estado procura corrigir este tipo de falha de mercado, nomeadamente através de regulamentação, atuando quer ao nível dos *inputs* (entradas) do processo produtivo, proibindo, por exemplo, a utilização de gasolina com chumbo ou a pesca de certas espécies de peixes, como ao nível dos *outputs* (saídas), determinando certos limites aos níveis de produção que possam ser considerados críticos e geradores de poluição.

Documento 3

"**Poluição**
Perturbações no ambiente causadas pela atividade humana. Existem diversas formas de poluição: poluição atmosférica, causada pelo fumo e gases industriais e pela circulação automóvel; poluição dos rios e mares devido ao lançamento de produtos poluentes (efluentes industriais, esgotos, derrames petroleiros, etc.) e aquela que se verifica no solo devido ao abuso da utilização de fertilizantes químicos e pesticidas."

BATOUXAS, Mariana e VIEGAS, Julieta (1998), *Dicionário de Geografia*, Lisboa, Edições Sílabo

O crescimento económico moderno conduziu a um aumento exponencial dos níveis da produção que levou, por um lado, a um **aumento da poluição** e **degradação ambiental** e, por outro, a uma **diminuição da base de recursos** disponíveis no planeta. Uma das principais consequências do crescimento económico moderno, associado ao forte desenvolvimento dos países, é a crescente utilização de recursos naturais que tem sido necessário canalizar para se poderem produzir os atuais níveis de produção de bens. Além disso, podemos constatar que muitas das técnicas utilizadas para levar a cabo essa mesma produção conduzem a um empobrecimento ambiental, poluindo a atmosfera, as águas e os solos de forma muitas vezes irreversível.

Atividade 4

"Existem fenómenos, a que a economia chama «externalidades», que constituem influências que o mercado não consegue captar. Por exemplo, a poluição, o ruído, o impacto de certas produções noutras produções ou consumos."

NEVES, João César (2023), *Introdução à Economia* (12.ª edição), Cascais, Principia

1 **Diz o que entendes por externalidades.**

Considerando-se o ambiente como um bem comum que importa preservar, o Estado procura regular a sua utilização através da imposição de leis e da aplicação de impostos e taxas de natureza ambiental de acordo com o **princípio do poluidor-pagador**. Segundo este princípio, os encargos com a reparação dos danos causados pela poluição do ambiente deverão ser suportados por quem os produziu, responsabilizando-se assim os indivíduos ou entidades causadoras desses danos.

Documento 4

"O **princípio do poluidor-pagador** decorre da consideração de que os sujeitos económicos, que são beneficiários de uma determinada atividade poluente, devem igualmente ser responsáveis, pela via fiscal, no que respeita à compensação dos prejuízos que resultam para toda a comunidade do exercício dessa atividade.
Atualmente, a perspetiva tem vindo a ser alargada, no sentido de se considerar que uma tal compensação financeira não se deve apenas referir aos prejuízos efetivamente causados, mas também aos custos da reconstituição da situação, assim como às medidas de prevenção que é necessário tomar para impedir, ou minimizar, similares comportamentos de risco para o meio ambiente. Além disso, considera-se que um tal princípio se realiza através dos mais diversos instrumentos financeiros, nomeadamente impostos (diretos ou indiretos), taxas, políticas de preços, benefícios fiscais, etc."

http://pensandoverde-direitodoambiente.blogspot.pt [consult. 10 out 2024]

Em 1993, Cabo Verde aprovou a Lei n.º 86/IV/93, de 29 de julho, que definia as Bases da Política do Ambiente, estabelecendo como fins a otimização e garantia de continuidade da utilização dos recursos naturais, quantitativa e qualitativamente, como pressuposto básico de um desenvolvimento autossustentado.

Vinte anos mais tarde, a Lei de Bases do Ambiente sofreu algumas alterações, decorrentes de uma nova consciência ambiental, nomeadamente, alterando o princípio da responsabilização para o princípio do **poluidor-pagador**, "não modificando a essência do princípio anterior, mas dando uma terminologia utilizada atualmente para se referir à responsabilização do poluidor pela poluição causada e à obrigação de o mesmo assumir os custos tanto da atividade poluente, como da introdução de medidas internas de prevenção e controle necessárias para combater as ameaças" e "considerando por bem a introdução de princípios de "precaução", de **utilizador-pagador** e de **protetor-recebedor**, consagrando assim o dever do utilizador dos recursos ambientais, para fins económicos, de pagar por eles, bem como o direito de quem presta serviços ambientais relevantes, de receber compensação financeira e/ou fiscal".

Artigo 1.º

Objeto

O presente diploma procede à primeira alteração à Lei n.º 86/IV/93, de 26 de junho, que define as bases da política do ambiente.

Artigo 2.º

Alteração

São alterados os artigos 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 10.º, 23.º, 27.º, 30.º, 46.º e 50.º da Lei n.º 86/IV/93, de 26 de junho, que passam a ter a seguinte redação:

"Artigo 1.º [...]

A presente Lei define as Bases da política de Ambiente, em cumprimento do disposto no artigo 73.º da Constituição da República.

Artigo 2.º

1 – Todos têm direito a um ambiente de vida sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender, incumbindo ao Estado e aos Municípios, por meio de organismos próprios, e por apelo e apoio a iniciativas populares e comunitárias, promover a melhoria da qualidade de vida individual e coletiva.

2 – A Política do Ambiente tem por fim garantir o desenvolvimento sustentável através da otimização e utilização dos ecossistemas e recursos naturais, qualitativa e quantitativamente, promovendo uma economia de baixo carbono, verde e circular, racional e eficiente para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Artigo 3.º

[...]

i) Do poluidor-pagador: obriga o responsável pela poluição a assumir os custos tanto da atividade poluente, como da introdução de medidas internas de prevenção e controle necessárias para combater as ameaças e agressões ao ambiente;

j) Do utilizador-pagador: obriga o utilizador a suportar os custos de utilização, de recursos ambientais para fins económicos, visando a respetiva utilização racional;

k) Do protetor-recebedor: institui benefícios e compensações financeiras e/ou fiscais em favor daquele que presta serviços relevantes à defesa e melhoria do ambiente.

Artigo 4.º

[...]

p) A definição de uma política de utilização racional da água, para todos os usos, compreendendo a sua reutilização com vista à promoção da economia circular da água;

q) A definição de uma política de redução da emissão de gases de efeito estufa e de adaptação aos efeitos negativos das mudanças climáticas, com a finalidade de reduzir a vulnerabilidade e aumentar a capacidade de resposta e a resiliência das pessoas, das comunidades, dos ecossistemas e das espécies animais e vegetais. [...]"

Lei n.º 23/X/2023 de 18 de abril

No entanto, a proteção ambiental é um tema que diz respeito a todos os países, pois os efeitos da poluição não ficam confinados às fronteiras de cada um. Assim, **as comunidades internacionais têm vindo a estabelecer acordos, regulamentando a questão ambiental a um nível global**.

A legislação ambiental internacional procura, de uma forma geral, assegurar, por um lado, que as atividades sob a jurisdição de cada Estado não prejudicam o ambiente tanto no seu território como no território de outras nações, adotando, por outro lado, uma perspetiva sustentável global, que vise promover a conservação e proteção ambiental tanto para as gerações atuais como para as gerações futuras, convidando todos os grupos sociais a uma utilização sustentável dos recursos naturais.

Documento 5

"Cabo Verde está inserido, em simultâneo, no espaço atlântico da Macaronésia e no Sahel. Pertence à zona de países que têm um clima subtropical seco, atingindo humidades abaixo dos 10%. A temperatura média anual é de 24,5°C, com fraca amplitude térmica.

Caracteriza-se por uma curta estação das chuvas, de julho a outubro, com precipitações irregulares e por vezes torrenciais.

Os ventos fortes de nordeste permanecem de 60% a 80% do tempo ao longo do ano e aceleram a evaporação da água e a evapotranspiração. O vento leste, proveniente do Sahara gera uma elevada secura do ar e pode trazer a bruma seca que aparece nas ilhas com maior frequência entre os meses de dezembro e março.

A precipitação média anual é da ordem de 250 mm a 300 mm, onde cerca de 20% da água perde-se através de escoamento superficial, 13% infiltra-se recarregando os aquíferos e a maior parte perde-se por evaporação. Os recursos hídricos são escassos e representam grande limitação para o desenvolvimento económico.

A diminuição da pluviometria associada a sucessivos anos de seca tem implicações negativas na recarga de pontos de água. As águas subterrâneas captadas em 2017 eram de 17 378 471 m^3, sendo 15 556 471 m^3 em captações licenciadas.

O volume de água entrada no sistema de abastecimento de águas, incluindo as provenientes da dessalinização, eram de 17 378 471 m^3. O défice hídrico tem afetado os rendimentos e as produções do sistema agropecuário e a qualidade de vida das populações.

Relativamente ao recurso terra, os solos têm substrato de origem vulcânica (80% basalto). São na sua maioria esqueléticos, pobres em matéria orgânica e pouco diferenciados. Apenas 10% das terras emersas são potencialmente aráveis/cultiváveis (cerca de 40 000 ha). De entre elas, 25 828 ha são utilizadas para a agricultura de sequeiro, 3350 ha para agriculturas irrigáveis e cerca de 9791 ha para o pastoreio.

A cobertura vegetal é dominantemente aberta, tipo estepe saheliana, mas o escalonamento em altitude gera uma diferenciação em andares bioclimáticos.

A ação do homem sobre a natureza fez com que a vegetação sofresse dramática alteração. A criação de campos de cultivo e o desvio de cursos de água, a introdução de novas plantas de pastagem e a instalação do gado, nomeadamente cabras, e o corte de árvores e arbustos foram tão rápidos que a vegetação natural não pôde por si regenerar-se."

Livro Branco sobre o estado do ambiente em Cabo Verde, Ministério da Agricultura e Ambiente, 2020

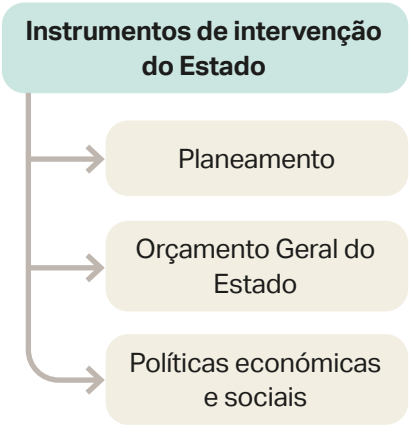
Atividade 5

1. Comenta a afirmação destacada no documento 5, efetuando uma reflexão crítica sobre as consequências das mudanças climáticas para Cabo Verde.
2. Pesquisa informação adicional, elaborando um dossiê sobre externalidades ambientais em Cabo Verde.

9.2. Intervenção estatal

Vimos anteriormente algumas formas de intervenção do Estado, nomeadamente a sua participação na formação de preços, pela via da fixação de preços máximos/mínimos e da implementação de certos impostos, e o seu papel como regulador económico e na definição de políticas de concorrência com vista a manter o equilíbrio entre a equidade social e a eficiência do mercado. Agora iremos aprofundar um pouco mais esta temática, analisando os seus principais instrumentos de intervenção.

O Estado, no exercício das suas funções, dispõe de alguns instrumentos de intervenção económica e social. Por um lado, atuando diretamente, procura satisfazer as necessidades coletivas fornecendo aos cidadãos os bens e serviços essenciais, como a educação, a saúde ou a justiça. Por outro lado, intervém junto de quem precisa, implementando políticas económicas com objetivos concretos, como incentivos ao desenvolvimento, redistribuição de rendimentos para minimizar as desigualdades sociais, obtenção de apoios internacionais para apoiar determinados projetos, realização de investimentos geradores de emprego, em infraestruturas importantes para o país, etc.



Os principais **instrumentos de intervenção** do Estado são então o planeamento, o Orçamento Geral do Estado e as políticas económicas e sociais que visem a concretização dos três grandes objetivos que acabámos de ver.

- **Planeamento**

As economias de direção central do início do século XX foram as primeiras a adotar o plano como mecanismo de planeamento, controlo e fiscalização da atividade da sociedade. Neste tipo de economias, as principais decisões relacionadas com o processo produtivo, como o tipo de bens e a quantidade a produzir, o modo de produção ou a quem se destinariam, eram tomadas pelo Estado.

O Estado centralizava todo o poder ao deter a propriedade dos fatores de produção e ao rejeitar a ideia de propriedade privada. Partia assim do pressuposto de que, para se satisfazer um maior número de necessidades coletivas, não se poderia deixar o poder nas mãos da iniciativa privada, cujos interesses individuais se sobrepunham aos interesses coletivos.

O plano assumia um papel determinante na governação dos sistemas socialistas, sendo um documento de cumprimento obrigatório para todos, que funcionava como mecanismo regulador e no qual eram descritas as metas que o Governo pretendia atingir e as estratégias a utilizar para alcançar os seus objetivos.

Com a queda do muro de Berlim em 1989, os sistemas de direção central entraram em colapso e deram lugar a economias de tipo misto, características na maioria das sociedades atuais. Os modelos puros das economias de mercado e de direção central transformaram-se na realidade em modelos mistos que, embora possam assumir configurações diferentes, já não estão delimitados nos moldes originais dos mecanismos de mercado e de direção central.

Os planos que o Estado elabora podem ser de natureza imperativa ou meramente indicativa.

– Os planos imperativos são aqueles que se aplicam ao setor público, sendo, por isso, obrigatórios.

– Os planos indicativos são os que se destinam a orientar o setor privado, servindo como instrumento de apoio estratégico.

O Estado consegue que o setor privado siga as suas orientações através da implementação de medidas específicas que motivam os particulares a agir de acordo com os seus objetivos, estimulando essas ações ao atribuir subsídios, reduzir a carga fiscal, etc.

O **planeamento** da atividade económica é um importante instrumento de atuação do Estado, pois permite integrar, de forma harmoniosa, as iniciativas privadas com a ação do Estado. Ao planear a atividade económica, o Estado conduz o país de acordo com um plano efetuado com rigor e de forma fundamentada, de modo a dar resposta às necessidades dos cidadãos. Somente com um planeamento adequado é possível ser eficiente, satisfazendo o máximo de necessidades com o mínimo de recursos.

Planeamento
Instrumento de atuação do Estado que permite integrar harmoniosamente as iniciativas privadas com a ação do Estado.

Atividade 6

1 **Explica a importância do planeamento da atividade económica no contexto da intervenção estatal.**

- **Orçamento Geral do Estado**

Orçamento Geral do Estado (OGE) Documento elaborado pelo Governo e aprovado pelo Parlamento Nacional que descreve as despesas e as receitas públicas para o período de um ano.

Outro importante instrumento de intervenção económica e social é o Orçamento do Estado. O **Orçamento Geral do Estado** (**OGE**) é um documento elaborado pelo Governo e aprovado pelo Parlamento Nacional, no qual se descrevem as despesas que o Estado prevê gastar e as receitas que estima arrecadar durante o ano que se segue à sua aprovação.

O OGE é um instrumento de intervenção estatal fundamental, porque através da sua observação é possível compreender as prioridades do Governo para o ano em questão. As despesas de maior valor correspondem às áreas de atuação política em que o Governo aposta com mais intensidade, pois, neste âmbito, todas as decisões revelam uma intenção ou uma linha de orientação.

O modo como é obtida a receita também pode dar indícios sobre as intenções do Governo, pois, quando, por exemplo, o Estado decide aumentar os impostos, isso pode ser feito de várias formas diferentes: pode aumentar os impostos indiretos e fazer recair os efeitos desse aumento sobre todos os cidadãos, mas também pode optar por aumentar apenas os escalões mais elevados dos impostos diretos, fazendo repercutir os efeitos do aumento de impostos somente nos indivíduos mais favorecidos.

O Orçamento Geral do Estado é elaborado de acordo com um conjunto de regras, sendo de salientar a sua unidade e universalidade, a necessidade de discriminação orçamental pela qual é exigida a especificação das receitas e despesas do Estado, a impossibilidade de compensação e a não consignação de determinadas receitas a certas despesas.

O Orçamento do Estado é constituído por três elementos essenciais:

- um **elemento económico**, porque permite efetuar uma previsão financeira dos gastos e receitas da Administração Pública;
- um **elemento político**, na medida em que a sua aprovação concede autorização para a atuação prevista no documento;
- um **elemento jurídico**, pois o próprio documento é apresentado sob a forma de lei.

O Orçamento do Estado permite gerir os dinheiros públicos de forma eficiente e racional, assim como definir políticas financeiras, económicas e sociais em função das áreas de atuação política que se pretendem atingir.

Atividade 7

"O Orçamento do Estado não é mais do que uma previsão das receitas e despesas anuais do Estado. **As funções que desempenha são, essencialmente, a adaptação das receitas às despesas, a limitação das despesas [...] e a exposição do plano financeiro do Estado.**"

COTTA, Alain (1991), *Dicionário de Economia*, Lisboa, Publicações Dom Quixote

1. Apresenta uma noção de Orçamento do Estado.
2. Explicita o sentido da afirmação destacada.

- **Políticas económicas e sociais**

As **políticas económicas e sociais** são o conjunto de medidas tomadas pelo Governo com o objetivo de melhorar a situação económica e social da sociedade. Na maioria das vezes, as políticas económicas são interdependentes das políticas sociais, apresentando-se diretamente relacionadas umas com as outras. Na prática, quando o Estado aplica medidas de política económica, os resultados têm repercussões ao nível social e vice-versa.

Políticas económicas e sociais
Conjunto de medidas tomadas pelo Governo com o objetivo de melhorar a situação económica e social da sociedade.

Se o Estado atribuir determinados benefícios fiscais às empresas que aumentem o número dos postos de trabalho, contratando, por exemplo, jovens para o primeiro emprego ou indivíduos com determinadas incapacidades, estará a fomentar a diminuição do desemprego no país. Neste caso, a aplicação de uma medida económica funciona também como uma medida social.

O Estado utiliza instrumentos de política económica e social para regularizar a atividade económica, procurando obter a máxima racionalização na afetação dos recursos. Os principais objetivos das suas políticas são:

– incentivar o crescimento económico;
– diminuir as desigualdades sociais através da redistribuição dos rendimentos;
– reduzir o desemprego;
– promover a estabilidade dos preços e o equilíbrio das contas externas.

Política estrutural
Política levada a cabo pelo Estado cujos efeitos se fazem sentir a médio e longo prazo.

As políticas económicas podem ser classificadas como **políticas estruturais** quando os seus efeitos se fazem sentir a médio e longo prazo. As políticas associadas à reforma da Educação ou da Segurança Social constituem exemplos de políticas estruturais, pois têm de ser implementadas por um período de tempo suficientemente longo para poderem produzir os efeitos desejados.

Política conjuntural
Política implementada pelo Estado num curto horizonte temporal.

As políticas económicas também podem ser denominadas **conjunturais**, se os seus horizontes temporais foram de curto prazo. As políticas apresentadas nos programas políticos de cada governo, geralmente, correspondem a medidas de carácter conjuntural, uma vez que se destinam a ser aplicadas durante a respetiva legislatura.

Debruçar-nos-emos agora sobre algumas das principais políticas económicas e sociais a que o Estado pode recorrer. Começaremos pela análise de políticas de natureza essencialmente económica, entre as quais se destacam as políticas orçamental, fiscal e monetária e, em seguida, daremos atenção às políticas de natureza eminentemente social, como a política de redistribuição dos rendimentos, e a algumas medidas de política setorial.

Política orçamental

A política orçamental é o conjunto de medidas inscritas no Orçamento do Estado que visam:

– corrigir a distribuição primária do rendimento;

– satisfazer as necessidades coletivas através do reforço da dotação orçamental em áreas como a saúde, educação ou a defesa;

– promover uma eficiente utilização dos recursos disponíveis, aplicando medidas como, por exemplo, a imputação dos custos da poluição aos agentes poluidores;

– fomentar o crescimento económico de modo a melhorar o nível de bem-estar da população, entre outras.

As opções passam por aumentar ou diminuir as despesas e receitas públicas de acordo com o que é necessário em cada momento. Assim, em épocas de desaceleração económica, o OGE deve assumir uma postura expansionista, adotando medidas de contraciclo que permitam estimular a atividade económica, incentivar o aumento da procura, apoiar as famílias mais carenciadas e criar condições de estabilidade económica. Por outro lado, em épocas de expansão económica deverá enveredar-se por uma via retracionista, procurando controlar as variáveis macroeconómicas e, em particular, os excessos, como as tensões inflacionistas que, geralmente, se verificam quando se dá um sobreaquecimento da economia.

Política fiscal

Outra ferramenta utilizada pelo Estado é a política fiscal. Referimo-nos, neste caso, ao conjunto de medidas de natureza fiscal que se destinam a subsidiar outras políticas económicas e sociais. A política fiscal inclui medidas como a criação/alteração de impostos e a aplicação de taxas progressivas com o objetivo de promover a justiça social.

Um exemplo da atuação do Estado ao nível da política fiscal é quando este procura equilibrar o saldo orçamental pela via da receita, isto é, equilibrar o saldo orçamental através do aumento dos impostos. Na situação em que o Estado decide aumentar impostos, o resultado dessa decisão pode refletir-se de diferentes formas: por um lado, pode refletir-se de igual modo sobre todos os cidadãos, como acontece, por exemplo, no caso dos impostos sobre o consumo, em que todos os cidadãos que praticam atos de consumo têm de pagar o respetivo imposto. Por outro lado, esse aumento de impostos também se pode sentir de forma progressiva mediante o escalão de rendimento do indivíduo, quando existe a chamada progressividade do imposto. Nesse caso, o imposto cobrado aumenta à medida que aumenta o nível de rendimento dos cidadãos, pagando mais impostos quem obtém maiores rendimentos.

No entanto, existem outros exemplos da aplicação de medidas de política fiscal, como, por exemplo, quando o Estado pretende promover o crescimento económico e adota aquilo a que se chama uma medida expansionista. Implementando uma política fiscal expansionista, o Estado poderá decidir diminuir os impostos, gerando assim um aumento do rendimento disponível dos agentes que permite dinamizar o consumo e o investimento. Por outro lado, quando o Estado pretende travar o ritmo do crescimento económico, optará antes por uma estratégia de contração, restringindo o consumo e o investimento através de um aumento da carga fiscal.

Política monetária

A política monetária é outra ferramenta importante do Estado, estando esta relacionada com o controlo da oferta de moeda. Esta política abrange um conjunto de medidas utilizadas para assegurar a estabilidade monetária, assim como regularizar o crédito e a liquidez, potenciando o crescimento económico e permitindo gerar emprego e controlar a inflação.

Manual Digital

Avaliação
A intervenção do Estado na atividade económica

Documento 6

"A política monetária consiste em fornecer os meios líquidos necessários ao bom funcionamento e ao crescimento da economia, zelando pela estabilidade da moeda. A quantidade de moeda em circulação numa economia não deve ser com efeito muito fraca, porque os agentes económicos serão então obrigados a limitar as suas atividades económicas (consumo, produção, investimento). Pelo contrário, uma quantidade de moeda muito abundante põe à disposição dos agentes um poder de compra bastante superior à quantidade de bens disponíveis, o que pode provocar uma subida de preços (inflação)."

CAPUL, Jean-Yves e GARNIER, Olivier (1998), *Dicionário de Economia e de Ciências Sociais*, Lisboa, Plátano Editora

Política de redistribuição de rendimentos

A política de redistribuição de rendimentos é o conjunto de medidas relacionadas com o modo como o Estado opera a redistribuição dos rendimentos e que visam a satisfação das necessidades coletivas e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. As políticas de redistribuição dos rendimentos prendem-se diretamente com:

– a forma como se aplicam as taxas dos impostos, desde a sua progressividade até à fixação de valores mais altos para bens que se consideram menos essenciais;

– a fixação dos preços dos fatores de produção, como o caso do salário mínimo e de alguns bens de consumo, designadamente, os bens de primeira necessidade;

– a orientação das políticas de natureza social, procurando diminuir o número de pessoas que vivem com más condições de vida, nomeadamente, através do aumento das transferências sociais e do apoio em termos de assistência social;

– a estratégia do Estado implementada, em alguns casos, através da concessão de subsídios e, noutros, através da cobrança de impostos.

Políticas setoriais

As políticas económicas e sociais podem ter uma abrangência mais geral ou aplicarem-se a áreas específicas. As políticas podem ser classificadas como setoriais, quando correspondem a medidas de um determinado setor. Trata-se de um conjunto de medidas que se articulam de modo a alcançar objetivos específicos de uma determinada área. Podemos referir como exemplos de políticas setoriais essencialmente económicas a política agrícola, a política industrial, a política ambiental, a política de emprego e a política de formação profissional, e, como exemplos de políticas de carácter mais social, apontamos a política da saúde, a política da educação e a política da cultura.

Documento 7

"Ancorado nas Diretrizes do Orçamento do Estado (OE) de 2025, o Governo de Cabo Verde irá priorizar os pilares da Coesão, Sustentabilidade e, entre outros, a Inclusão, no próximo Ano Fiscal. A Estratégia Orçamental para 2025 enfatiza o desenvolvimento económico equilibrado entre as ilhas, com cada uma transformada em uma economia própria, alinhada com as suas respetivas vocações. Para alcançar estes objetivos, o Governo vai implementar medidas-chave, incluindo uma forte aposta na melhoria da conectividade aérea, através da promoção de companhias aéreas *low cost* e aumento dos voos domésticos e internacionais, visando, assim, aprimorar a conectividade interna e externa de Cabo Verde.

Outra grande aposta será o restabelecimento da Missão Permanente de Cabo Verde junto à União Africana e implementação de acordos no âmbito da comunidade, especialmente nos setores marítimo e dos transportes aéreos.

O Governo dará especial atenção à introdução de políticas e reformas em diversos setores para assegurar a sustentabilidade, como a transição para um setor energético eficiente e sustentável, o fortalecimento do turismo como motor do crescimento económico inclusivo, e o desenvolvimento de infraestruturas resilientes e sustentáveis.

Continuando com a sua aposta na política de inclusão, o Governo, em 2025, vai priorizar uma abordagem integradora e inclusiva, com ênfase no bem-estar das pessoas e das famílias, a par de um forte no combate às desigualdades sociais, à pobreza e no aumento da renda para os mais vulneráveis, tendo como horizonte a concretização do objetivo do milénio – erradicação da pobreza extrema e absoluta.

Assim, em 2025 o Governo continuará a introduzir reformas estruturais, com vista a impulsionar o crescimento económico, através do setor privado e da criação da resiliência a choques, incluindo as alterações climáticas, com vista a alcançar a prosperidade compartilhada e com a ambição de continuar a edificar um país mais coeso, mais sustentável e mais inclusivo."

https://www.mf.gov.cv/web/mf/-/prioridades-do-orcamento-2025 [consult. 13 nov 2024]

Atividade 8

1. Comenta o último parágrafo do documentro 7, explicando o que entendes por reformas estruturais.
2. Pesquisa informação adicional sobre as atuais políticas cabo-verdianas.

O Estado atua em diversas áreas, adequando, em cada caso, o peso e o modo de intervenção aos objetivos que pretende atingir em cada momento.

Conceitos-chave

- Equidade
- Estabilidade
- Eficiência
- Falhas de mercado
- Concorrência imperfeita
- Medidas *antitrust*
- Abuso de posição dominante
- Bens públicos
- Não rivalidade
- Não exclusividade
- Externalidades
- Planeamento
- Plano imperativo
- Plano indicativo
- OGE
- Políticas económicas e sociais
- Política estrutural
- Política conjuntural
- Política orçamental
- Política fiscal
- Política monetária
- Política de redistribuição de rendimentos
- Políticas setoriais

Síntese

- O Estado, no desempenho das suas funções, visa, essencialmente, atingir três objetivos fundamentais: a **eficiência**, a **equidade** e a **estabilidade**.
- As **falhas de mercado** são aquelas situações a que o mecanismo de mercado não consegue responder de modo eficiente e que levam o Estado a intervir. As principais falhas de mercado são a concorrência imperfeita, as externalidades positivas ou negativas e os bens públicos.
- A **concorrência imperfeita** representa uma situação em que um ou mais produtores detêm poder de mercado, permitindo-lhes exercer uma influência direta sobre o preço dos bens, como acontece, por exemplo, nos monopólios.
- As **externalidades** caraterizam-se como efeitos benéficos (**externalidades positivas**) ou prejudiciais (**externalidades negativas**) que alguns agentes económicos exercem sobre outros, sem lhes cobrar o respetivo pagamento ou os indemnizar pelos danos causados.
- Os **bens públicos** são aqueles cujos benefícios não podem ser negados a nenhum indivíduo e que podem ser desfrutados por todos, independentemente da sua vontade. Os bens públicos dizem-se **não rivais** porque a sua utilização não diminui a possibilidade de outros os utilizarem e dizem-se **não exclusivos** porque a sua utilização não está vedada àqueles que não detêm a sua propriedade.
- O princípio do **poluidor-pagador** tem por base a premissa de que os encargos com a reparação dos danos causados pela poluição do ambiente deverão ser imputados a quem os causou. Além disso, os princípios de "precaução" do **utilizador-pagador** e do **protetor-recebedor** consagram o dever de o utilizador de recursos ambientais, para fins económicos, pagar por eles, e o direito de quem presta serviços ambientais relevantes receber compensação financeira e/ou fiscal.
- Os principais **instrumentos de intervenção** do Estado são o planeamento, o Orçamento Geral do Estado e as políticas económicas e sociais.
- O **Plano** é o documento que descreve os meios utilizados por um centro de decisão para atingir determinados objetivos. Os planos do Estado podem ser **imperativos** ou **indicativos**.
- O **Orçamento Geral do Estado** é um documento elaborado pelo Governo que descreve as despesas e receitas do Estado para o período de um ano.
- As **políticas económicas e sociais** são o conjunto de medidas tomadas pelo Governo com o objetivo de melhorar a situação económica e social de um país e podem ser **estruturais** ou **conjunturais**. Constituem exemplos de políticas económicas e sociais as políticas orçamental, fiscal, monetária, de redistribuição dos rendimentos e outras medidas de carácter setorial.

Ficha de trabalho 9

1 **Seleciona, em cada caso, a opção que consideras correta:**

1.1. O Estado deve

a) assegurar a obtenção de receitas públicas e privadas.

b) promover a eficiência, a equidade e a estabilidade.

c) garantir a maximização do lucro.

d) promover a eliminação das desigualdades setoriais.

1.2. Uma falha de mercado

a) representa uma diminuição da oferta.

b) é uma situação na qual o Estado não deve intervir.

c) ocorre quando se dá uma diminuição de *stocks*.

d) corresponde a uma ineficiência do mecanismo de mercado.

1.3. O Orçamento do Estado

a) constitui uma previsão anual das despesas do Estado e do setor privado.

b) constitui uma previsão anual das despesas e receitas do Estado.

c) constitui uma previsão semestral das despesas e receitas extraordinárias do Estado.

d) corresponde ao total de empréstimos contraídos pelo Estado para fazer face às despesas correntes da Administração Pública.

1.4. As políticas económicas classificam-se como políticas estruturais quando

a) corrigem desequilíbrios de curto prazo.

b) alteram a conjuntura económica do momento.

c) se destinam às grandes empresas.

d) os seus efeitos se fazem sentir a médio e longo prazo.

2 **De que forma pode contribuir a atribuição de subsídios ou a aplicação de impostos progressivos para a existência de uma maior equidade social?**

3 **Explicita a importância da promoção estatal da estabilidade económica e social.**

4 **Lê atentamente a seguinte afirmação:**

Quando o mercado não faz uma alocação eficiente de recursos de modo a atingir a maior satisfação possível dos consumidores, verifica-se a existência de uma falha de mercado.

4.1. Comenta a afirmação anterior, explicando o conceito de falha de mercado.

4.2. Apresenta o papel do Estado na correção das falhas de mercado, tendo em atenção o seu objetivo de promoção da eficiência.

5 **"Os bens públicos são um tipo específico de bens cujos benefícios são usufruídos pela população em geral e de uma forma indivisível, independentemente da vontade de um indivíduo em particular, de querer ou não usufruir desse bem. Um exemplo de bem público é a iluminação pública: toda a população usufrui dos seus benefícios, independentemente da vontade de cada indivíduo; por outro lado, o acréscimo de custo que ocorre por mais de um indivíduo beneficiar do bem é nulo.**

Pelas suas características, os bens públicos constituem um bom exemplo de externalidades positivas, pois envolvem uma imposição involuntária dos seus benefícios, constituindo, por isso, uma ineficiência de mercado. Na verdade, estes bens não podem ser comprados nem vendidos no mercado, pois os seus benefícios são tão amplamente distribuídos que nenhuma empresa tem incentivos em os produzir e nenhum consumidor individualmente tem incentivos em os comprar. Por este motivo, é necessária a intervenção do Estado produzindo ou estimulando a produção e a oferta destes bens."

http://www.knoow.net [consult. 9 out 2024]

5.1. Comenta o texto, atendendo à noção de bens públicos.

5.2. Explica de que forma a poluição pode ser considerada uma externalidade.

6 **Lê o seguinte texto.**

"As autoridades monetárias podem, diretamente, procurar limitar de forma autoritária a quantidade de moeda criada pelos bancos quando estes distribuem o crédito.

Indiretamente, elas podem intervir no momento em que os bancos têm necessidade, eles próprios, de moeda (por exemplo, da moeda do banco central necessária para fazer face aos levantamentos da clientela)."

CAPUL, Jean-Yves e GARNIER, Olivier (1998), *Dicionário de Economia e de Ciências Sociais*, Lisboa, Plátano Editora

6.1. Indica o papel das políticas do Estado enquanto instrumento de intervenção estatal, identificando o tipo de política referida no texto.

6.2. Distingue planeamento imperativo de planeamento indicativo.

Introdução à Economia 10.º ano

Criação intelectual
Rita Pereira Gomes

Revisão científica
Universidade
de Cabo Verde
João Brito

Design
Porto Editora

Créditos fotográficos
Shutterstock.com
© Stock.Adobe.com
© Pedro Moita

Edição
2025

Este manual segue
o programa experimental
da disciplina, publicado pelo
Ministério da Educação.

Cabo Verde

Brasão

Bandeira

Hino Nacional

Cântico da Liberdade

Canta, irmão
Canta, meu irmão
Que a liberdade é hino
E o homem a certeza.

Com dignidade, enterra a semente
No pó da ilha nua;
No despenhadeiro da vida
A esperança é do tamanho do mar
Que nos abraça,
Sentinela de mares e ventos
Perseverantes
Entre estrelas e o Atlântico
Entoa o cântico da liberdade.

Canta, irmão
Canta, meu irmão
Que a liberdade é hino
E o homem a certeza!

Este livro foi aprovado pelo Ministério da Educação para utilização obrigatória nas escolas